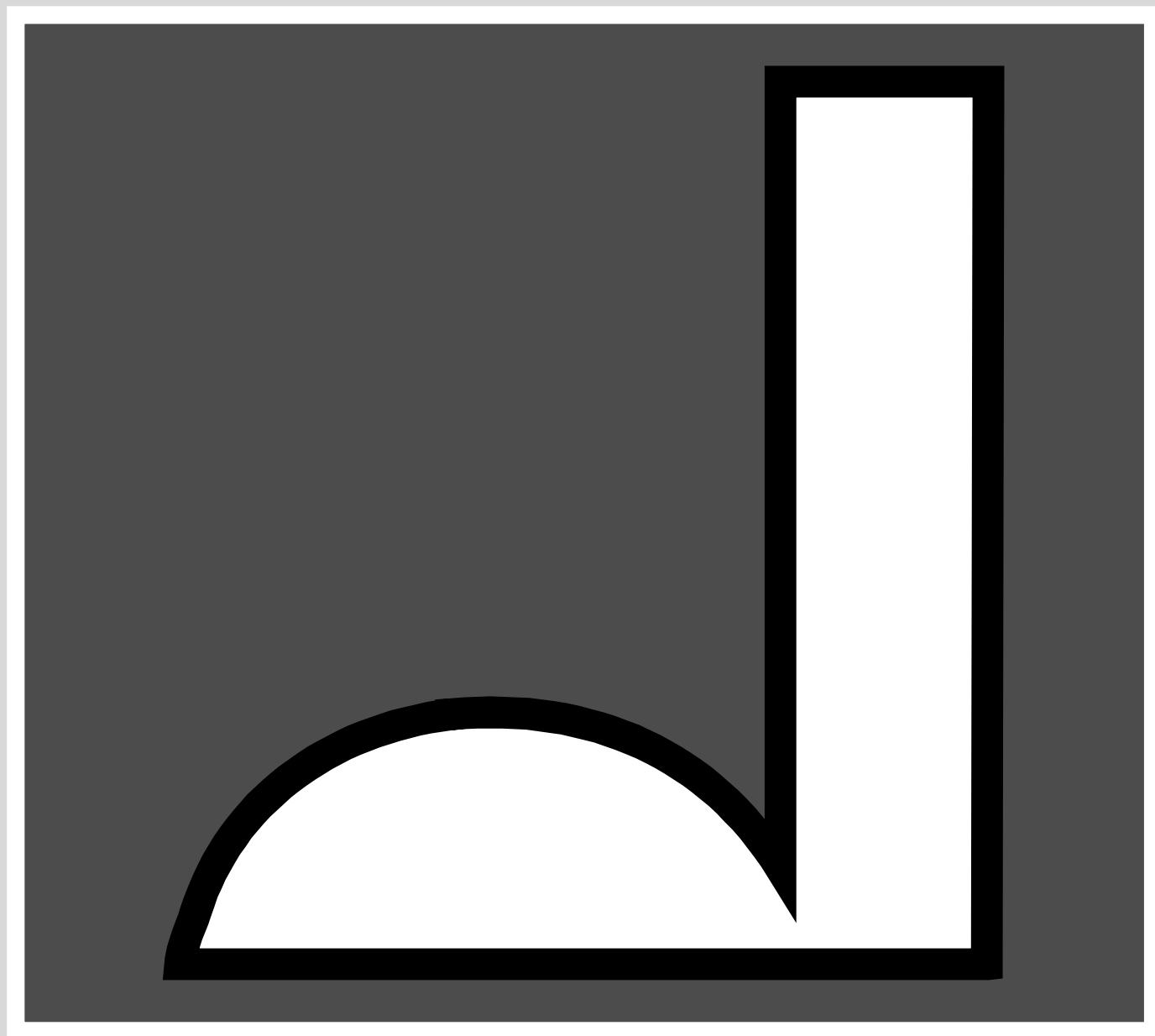




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 085 – QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 64ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE MAIO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 651, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2003, de sua autoria, que trata do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. . 16092

Nº 652, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona..... 16092

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 107/2004, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 39, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy..... 16093

1.2.3 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 99/2004, de 20 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.551, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo. 16093

1.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 605, de 2004 (nº 3.067/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – Faemb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morros, Estado do Maranhão..... 16093

Projeto de Decreto Legislativo nº 606, de 2004 (nº 3.074/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Quinze de Agosto – Aqua a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais..... 16096

Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2004 (nº 3.076/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação R.S. Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado da Bahia. 16099

Projeto de Decreto Legislativo nº 608, de 2004 (nº 3.081/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos

Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ingá, Estado da Paraíba. 16103

Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2004 (nº 3.088/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Kobu – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais. 16106

Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2004 (nº 3.137/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nova Aurora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás. 16109

Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2004 (nº 3.147/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba. 16112

Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2004 (nº 202/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Hertz de Franca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo. 16115

Projeto de Decreto Legislativo nº 613, de 2004 (nº 204/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Engenheiro Caldas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais. 16120

Projeto de Decreto Legislativo nº 614, de 2004 (nº 207/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins..... 16124

Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2004 (nº 214/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.... 16129

Projeto de Decreto Legislativo nº 616, de 2004 (nº 221/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.....	16135	Recebimento do Aviso nº 16, de 2004 (nº 1.194/2004, na origem), de 19 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas atividades, referente ao 1º trimestre de 2004.....	16197
Projeto de Decreto Legislativo nº 617, de 2004 (nº 838/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.....	16137	Recebimento do Ofício nº S/7, de 2004 (nº 207/2004-GP/SM, na origem), de 5 do corrente, da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, encaminhando cópia do Relatório Circunstanciado dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito daquele Legislativo Estadual, que apura denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes, quer na exploração do trabalho infantil, como na exploração sexual, envolvendo, inclusive, assassinato e emasculação de meninos, instituída pela Resolução Administrativa nº 1343/2003.....	16197
Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2004 (nº 885/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – Unoesc para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.....	16139	Recebimento da Mensagem nº 80, de 2004-CN (nº 267/2004, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, e no § 4º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o relatório contendo os novos limites que caberão a essa Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.....	16198
Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2004 (nº 923/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	16141	1.2.8 – Offícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2004 (nº 984/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Banabuiú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.....	16143	Nº 655/2004, de 20 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2004 (Medida Provisória nº 147, de 2003), foi sancionado e transformado na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.....	16198
Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2004 (nº 2.919/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Soledadense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais.	16152	Nºs 663/2004 e 664/2004, de 25 do corrente, comunicando o arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 260, de 2001, e 134, de 1997, respectivamente.	16198
1.2.5 – Comunicação da Presidência		1.2.9 – Offícios	
Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 605 a 621, de 2004, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará as matérias em caráter terminativo.	16155	Nº 165/2004, de 25 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2004-CN.....	16199
1.2.6 – Parecer		Nºs 166 a 168/2004, de 19 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a examinar as Medidas Provisórias nºs 185, 186 e 187, de 2004, respectivamente.	16199
Nº 492, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.....	16155	Nº 198/2004, de 25 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. <i>Designação do Senador João Capiberibe para integrar, como titular, a referida Comissão.</i>	16199
1.2.7 – Comunicações da Presidência		Nº 787/2004, de 18 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de	
Abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, cujo parecer foi lido anteriormente.	16197		

membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 16200

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Preocupação com a liberação de médicos formados em outros países, em descumprimento das exigências legais... 16200

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Registro da formatura da primeira turma da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). 16203

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Prejuízos aos pescadores nordestinos com a edição da Instrução Normativa nº 28, de 2004, do Ibama, que proíbe a pesca de qualquer tipo de lagosta com menos de 13 centímetros. 16204

SENADOR *HÉLIO COSTA*, como Líder – Carta recebida do Sr. José Carlos Ferreira, de Poços de Caldas – MG, protestando contra a exclusão, pela Receita Federal, de micro e pequenas empresas de alguns segmentos do Sistema Simplificado de Tributação – Simples. 16206

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Louvor à primeira turma de formandos do curso de pós-graduação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Situação das rodovias nacionais, e as expectativas de sua recuperação. Reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)..... 16209

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Resultados positivos da viagem do Presidente Lula à China. Posicionamento do governo brasileiro nas tratativas para assinatura de acordos para fornecimento de urânio não enriquecido à China. Reflexões sobre a questão do emprego e do desemprego..... 16212

SENADORA *MARIA DO CARMO ALVES* – Satisfação com o fim da greve dos professores do Estado de Sergipe. Equívocos ocorridos na extinção da Sudene..... 16227

SENADOR *PAULO PAIM* – Análise de dados do IBGE sobre o desemprego e a renda da população brasileira. Redução de jornada sem redução de salário, como uma forma de se gerar emprego. 16229

SENADOR *ARTHUR VIRGILIO*, como Líder – Questionamentos sobre as demissões ocorridas no Ministério da Saúde..... 16231

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Análise da destinação de recursos de convênios firmados pela União, com os municípios brasileiros, obtidos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)..... 16235

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES*, como Líder – Protesto contra matérias de órgãos de comunicação de Sergipe, condenando sugestões dadas por S. Exa. ao governador do Estado no sentido de que negociasse com os professores grevistas..... 16236

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Respostas ao pronunciamento do Senador Antonio Carlos Valadares..... 16238

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Pesquisa sobre a exclusão digital, publicada no jornal **O Globo**, no último domingo. 16240

SENADOR *SÉRGIO GUERRA*, como Líder – Processo de desestruturação do Orçamento, descaracterizando o trabalho do Congresso Nacional. 16241

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE*, como Líder – Destino da reforma tributária..... 16242

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Home-nagem aos Ministros da Saúde e da Justiça pela apuração de denúncias no Ministério da Saúde. Recursos transferidos pelo Governo Federal ao Governo do Pará..... 16243

1.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 653, de 2004, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos. 16244

1.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 21, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Diploma Lenceiro Negro. 16244

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, de autoria do Senador Marcos Guerra, que concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos..... 16245

Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que modifica as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), admitindo a realização de inventário e partilha extrajudiciais. 16248

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de Médico-Veterinário e dá outras providências..... 16250

Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza a criação da Ouvidoria-Geral da República, e dá outras providências..... 16251

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993..... 16252

Projeto de Resolução nº 22, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, que cria a Comissão Permanente de Turismo no âmbito do Senado Federal, alterando o Regimento Interno do Senado Federal..... 16253

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 22, de 2004..... 16254

1.2.14 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 33, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que dá nova redação à alínea 'e' do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, revoga a alínea 'a' do inciso X do § 2º do art. 155, o inciso II e os §§ 2º e 3º do art. 159, da Constituição Federal. 16254

1.2.15 – Leitura de requerimentos

Nº 654, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica as informações que menciona..... 16258

Nº 655, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando ao Ministro do Turismo as informações que menciona..... 16259

Nº 656, de 2004, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, solicitando voto de aplauso à escritora brasileira Lygia Bojunga..... 16259

Nº 657, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à nutricionista brasileira Denise Coitinho..... 16259

Nº 658, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à EMBRAPA. 16260

Nº 659, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de aplauso ao Maestro Florentino Dias..... 16260

1.2.16 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, amanhã, para apresentação de requerimentos de destaque à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário..... 16260

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Medida Provisória nº 176, de 2004, que altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**, por não haver acordo das Lideranças..... 16260

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 34, de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 177, de 2004. **Apreciação sobrestada**. 16260

Item 3

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador César

Borges, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. **Apreciação sobrestada**..... 16261

Item 4

Requerimento nº 1.139, de 2003, do Senador Jorge Bornhausen, solicitando ao Ministro da Fazenda informações a respeito dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil sobre o Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC e seus ex-administradores. **Apreciação sobrestada**..... 16261

Item 5

Requerimento nº 553, de 2004, da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando informações ao Ministro da Fazenda a respeito do Banco Mercantil de Descontos (BMD S.A), tendo em vista matéria publicada na revista Dinheiro que resultou na abertura de inquérito policial civil contra os ex-controladores daquele Banco. **Apreciação sobrestada**..... 16261

Item 6

Requerimento nº 18, de 2004, do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito dos valores, em reais e em dólares norte-americanos, enviados ao exterior, nos anos de 1997 a 2003, pela Parmalat do Brasil, por suas empresas controladas e por outras empresas controladas pela Parmalat Itália. **Apreciação sobrestada**. 16261

Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001-Complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. **Apreciação sobrestada**..... 16261

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EFRAIM MORAIS – Aumento do índice do desemprego. 16262

SENADOR TIÃO VIANA – Endosso do Brasil à Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, da Organização Mundial de Saúde. Convite para participação no lançamento do Projeto Escola Saudável, a realizar-se no próximo dia 28..... 16268

SENADOR LEONEL PAVAN – Considerações sobre o Programa Fome Zero. Repúdio à agressão sofrida pela diretora regional da ECT em Santa Catarina. Apoio irrestrito aos vereadores do país, na discussão da proposta de emenda constitucional que altera o número desses representantes nas câmaras municipais. 16273

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários a artigo publicado ontem no jornal **O Estado de S.Paulo** intitulado: "Biotecnologia e fome". 16277

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 660, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando autorização de licença para ausentar-se do País, no período de 31 de maio a 4 de junho de 2004, pelo motivo exposto. 16279

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas à atuação do governo Lula, destacando as falsas expectativas de ampliação do comércio com a China, a propósito de visita oficial àquela nação, bem como o aumento do desemprego e o crescimento da carga tributária no país. 16279

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Considerações sobre a proposta do governo de instituir o sistema nacional de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas. 16282

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Cobranças ao governo federal de maior fiscalização das atividades das Organizações não governamentais – ONGs. 16283

SENADOR *PEDRO SIMON* – Reclamos das Indústrias dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, durante reunião ocorrida na Confederação Nacional da Indústria, no dia 19 último... 16284

SENADOR *ALVARO DIAS* – Comentários à entrevista do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, edição de 9 do corrente. 16286

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Comentários a matérias publicadas na imprensa sobre o anúncio da mudança na tabela do imposto de renda.. 16288

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Sras. e os Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária, ama-

nhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 16291

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDAS**

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 6, de 2004-CN. 16292

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 26/05/2004**4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 910 a 917, de 2004. 16294

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 64ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de maio de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Romeu Tuma, Heráclito Fortes,
da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Eduardo Azeredo e Mão Santa*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima
– Aloizio Mercadante – Ana Júlia Carepa – Antero
Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio
Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Bote-
lho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes
Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo
Azeredo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima
Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi
Alves Filho – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Helo-
ísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jeffer-
son Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta
– João Capiberibe – João Ribeiro – José Agripino –
José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvên-
cio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan
– Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito
Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel
– Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Ney Suas-
suna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya
Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon
– Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros
– Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romeu
Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Guerra – Sérgio
Zambiasi – Serys Slhessarenko – Tasso Jereissati
– Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 69
Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo
Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 651, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do
Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Se-

nado nº 429, de 2003, de minha autoria, que trata do
Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – **Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia
oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II,
alínea b, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo
Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 652, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição
Federal, combinado com o art. 216 do Regimento In-
terno do Senado Federal, e considerando:

a) o Manifesto de Indignação da Fe-
deração Nacional das Associações de Pais
e Amigos dos Excepcionais, principalmente
em relação a suposta discriminação dos alu-
nos portadores de deficiências e das esco-
las especializadas onde eles são atendidos
nas políticas federais de financiamento da
educação;

b) a Carta de Santa Catarina, da mesma
Confederação, de 25 de março do presente
ano, que conclui pela urgente necessidade
de inclusão escolar das pessoas com defi-
ciência;

requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Minis-
tro da Educação, Dr. Tarso Genro, as seguintes infor-
mações:

1. que critérios foram usados para fixar,
no Programa de Complementação ao Atendi-
mento Educacional Especializado aos Porta-
dores de Deficiência (PAED), o valor percapita
de R\$33,50 anuais;

2. se existem estudos e perspectivas
para aumentar o Valor Mínimo Anual por Alu-

no do Fundef referente aos estudantes de educação especial em relação aos praticados atualmente;

3. quantos professores e funcionários de escolas, pagos com recursos do Fundef nas redes estaduais e municipais, são cedidos a instituições comunitárias de atendimento a deficientes.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – **Marcelo Crivella.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado das Comunicações que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Nº 107/2004, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 39, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Educação que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nº 99/2004, de 20 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.551, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de decretos legislativos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 605, DE 2004

(Nº 3.067/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morros, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 1.009, de 20 de junho de 2002, que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morros, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 632 DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 601, de 22 de abril de 2002 – Associação Filhos da Terra – AFIT, na cidade de Santa Vitória – MG;

2 – Portaria nº 790, de 15 de maio de 2002 – Associação Comunitária Iúdense de Radiodifusão, na cidade de Iúna – ES;

3 – Portaria nº 1008, de 20 de junho de 2002 – Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão, na cidade de Couto de Magalhães de Minas – MG; e

4 – Portaria nº 1009, de 20 de junho de 2002 – Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB, na cidade de Morros – MA.

Brasília, 16 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 881 EM

Brasília, 27 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Ponta de outorga de autorização e respectiva documentação para

que a entidade Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB, na cidade de Morros, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade como **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53720.000658/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento** – Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.009, DE 20 DE JUNHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000658/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB, com sede na Rua Santos Dumont, s/nº – Centro, na cidade de Morros, Estado do Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas ge-

ográficas com latitude em 02º51'52"S e longitude em 44º02'22"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Revogar a Portaria nº 62, de 17 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2002.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 481/2001-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.720.000.658/99 de 6 de outubro de 1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Fundação Assistencial Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB, na localidade de Morros, Estado de Maranhão.

I – Introdução

1. Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB, inscrito no CGC sob o número 3.251.581/0001-62, no Estado de Maranhão, com sede na Rua Nossa Senhora Aparecida, 32, Centro, Cidade de Morros – MA, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 16 de setembro de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 25 de junho de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.815, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do

pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no Intervalo de folhas 1 a 183, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Santos Dumont, s/nº, Cidade de Morros, Estado de Maranhão, de coor-

denadas geográficas em 02º51'817"S de latitude e 44º02'465"W de longitude, retificadas em 02º51'51"S de latitude e 44º02'29"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 25-6-01, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 135, denominado de "Roteiro de Análise".

Técnica de RadCom". Posteriormente foi indicado o mal endereço, que foi aceito e analisado por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para alteração estatutária e apresentação do subitem 6.7, II e subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 2/98, (fls. 138 e 152).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 156 e 157, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação de sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 181 e 182.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos os quais estão, compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Fundação Assistencial Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB

– quadro diretivo

Presidente:	Carlos Alfredo Bacellar
Vice Presidente:	Sidrack Santos Feitosa
Tesoureiro:	Evandro Bessa de Lima Filho
Secretário:	Giovana Maria Almeida Vale
D. Comunitário:	Carlos Alfredo Barcellar

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Nossa Senhora Aparecida, 32, centro, Cidade de Morros, Estado de Maranhão.

– coordenada; geográficas

2º 51' 52" S de latitude e 44º 02' 22" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 156 e 157, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 181 e 182, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Fundação Assistencial Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.720.000.658/99, de 6 de Outubro de 1.999.

Brasília, 19 de Dezembro de 2.001. – **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço /SSR – Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica, Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília 21 de dezembro de 2001 – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 606, DE 2004

(Nº 3.074/03, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Quinze de Agosto – AQUA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 940, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Associação Quinze de Agosto – AQUA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade da São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 634, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de V. Ex^{as}, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 644, de 26 de abril de 2002 – Associação Comunitária Educacional, Cultural e Beneficente Manancial, na cidade de Presidente Prudente – SP;

2 – Portaria nº 836, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural “Raul Bopp”, na cidade de Tupanciretã – RS;

3 – Portaria nº 837, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária de Ibipeba, na cidade de Ibipeba – BA;

4 – Portaria nº 838, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária Cultural Pampiana – ACCP, na cidade de Vila Nova do Sul – RS;

5 – Portaria nº 839, de 24 de maio de 2002 – ACESM – Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim, na cidade de Fortaleza – CE;

6 – Portaria nº 840, de 24 de maio de 2002 – Associação Quinze de Agosto – AQUA, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto – MG;

7 – Portaria nº 841, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Monte Castelo, na cidade de Monte Castelo – SP;

8 – Portaria nº 842, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé, na cidade de Eirunepé – AM;

9 – Portaria nº 843, de 24 de maio de 2002 – Fundação R. S. Silva, na cidade de Milagres – BA;

10 – Portaria nº 844, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária Escola de Vida, na cidade de Beberibe – CE;

11 – Portaria nº 845, de 24 de maio de 2002 – Associação Rádio Comunitária 2000 FM, na cidade de Pitangueiras – SP;

12 – Portaria nº 846, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada – Bahia, na cidade de Encruzilhada – BA;

13 – Portaria nº 847, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária do Canjaniba, na cidade de Ressaquinha – MG;

14 – Portaria nº 848, de 24 de maio de 2002 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá-PB, na cidade de Ingá-PB;

15 – Portaria nº 849, de 24 de maio de 2002 – Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas – Minas Gerais, na cidade de Varjão de Minas – MG;

16 – Portaria nº 850, de 24 de maio de 2002 – Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – ASDUT, na cidade de Tarrafas – CE;

17 – Portaria nº 853, de 24 de maio de 2002 – Associação Beneficente Cultural e Artística “Padre Victor Coelho de Almeida”, na cidade de Pedrinópolis – MG; e

18 – Portaria nº 949, de 7 de junho de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação Social, na cidade de São João da Lagoa – MG.

Brasília, 16 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 849 EM

Brasília, 20 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga autorização e respectiva documentação par a que a entidade Associação Quinze de Agosto – AQUA, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por V. Ex^a, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e

cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição a resentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001052/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 840, DE 24 DE MAIO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001052/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Quinze de Agosto – AQUA, com sede na Rua Carvalhada, s/nº, Bairro Bom Jesus, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º00’15”S e longitude em 43º22’54”W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 279/2002/DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53710001052/99, de 18-8-99.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Quinze de Agosto – AQUA, localidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Quinze de Agosto – AQUA, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o nº 21.106.505/0001-05, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Carvalhada s/nº – Bom Jesus, cidade de São Gonçalo do Rio Preto, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 30 de junho de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de abril de 2001, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes,

tes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 2 a 157, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e

normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua e petição os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo e raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Carvalhadas s/nº – Bom Jesus, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 18º00'15"S de latitude e 43º22'54"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no D.O.U., de 9-04-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 60, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente, a requerente indicou novo endereço, que foi aceito e analisado por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso X da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, bem como comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, encaminhamento de declaração do endereço da sede e do Projeto Técnico (fls. 63 a 157)

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 121, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma /98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 144 e 145.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Quinze de Agosto – AQUA;

– quadro diretivo

Presidente:	Adélia da Luz Paschoal M. Soares
Vice-presidente:	Elisarina Rocha da Silva
Secretário.:	Ana Claudia Rocha Pires
2ª Secretária:	Dorotéia Costa
Tesoureira:	Lucinéia Maria Silva
2ª Tesoureira:	Sebastião Ildelfonso Leite

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça Quinze de Agosto s/nº, cidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais;

– coordenadas geográficas

18º00’15” de latitude e 43º22’54” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 121 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Quinze de Agosto – AQUA, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710001052/99, de 18 de agosto de 1999.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Alexandra Luciana Costa** – Chefe de Divisão/SSR – Relator da conclusão Jurídica – Ana Maria das Dores e Silva – Chefe de Serviço/SSR – Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos** – Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 607, DE 2004

(Nº 3.076/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação R. S. Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 943, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Fundação R. S. Silva a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 634, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar,

pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 644, de 26 de abril de 2002 – Associação Comunitária Educacional, Cultural e Beneficente Manancial, na cidade de Presidente Prudente – SP;

2 – Portaria nº 836, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural “Raul Bopp”, na cidade de Tupanciretã – RS;

3 – Portaria nº 837, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária de Ibipecta, na cidade de Ibipecta – BA;

4 – Portaria nº 838, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária Cultural Pampiana – ACCP, na cidade de Vila Nova do Sul – RS;

5 – Portaria nº 839, de 24 de maio de 2002 – ACESM – Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim, na cidade de Fortaleza – CE;

6 – Portaria nº 840, de 24 de maio de 2002 – Associação Quinze de Agosto AQUA, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto -MG;

7 – Portaria nº 841, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Monte Castelo, na cidade de Monte Castelo – SP;

8 – Portaria nº 842, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé, na cidade de Eirunepé – AM;

9 – Portaria nº 843, de 24 de maio de 2002 – Fundação R. S. Silva, na cidade de Milagres – BA;

10 – Portaria nº 844, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária Escola de Vida, na cidade de Beberibe – CE;

11 – Portaria nº 845, de 24 de maio de 2002 – Associação Rádio Comunitária 2000 FM, na cidade de Pitangueiras – SP;

12 – Portaria nº 846, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada – Bahia, na cidade de Encruzilhada – BA;

13 – Portaria nº 847, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária do Canjamba, na cidade de Ressaquinha – MG;

14 – Portaria nº 848, de 24 de maio de 2002 – Associação dos Amigos do Portal da Alvorada/Ingá – PB, na cidade de Ingá – PB;

15 – Portaria nº 849, de 24 de maio de 2002 – Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas – Minas Gerais, na cidade de Varjão de Minas – MG;

16 – Portaria nº 850, de 24 de maio de 2002 – Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – ASDUT, na cidade de Tarrafas – CE;

17 – Portaria nº 853, de 24 de maio de 2002 – Associação Beneficente Cultural e Artística “Padre

Victor Coelho de Almeida”, na cidade de Pedrinópolis – MG; e

18 – Portaria nº 949, de 7 de junho de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação Social, na cidade de São João da Lagoa – MG.

Brasília, 16 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 854 EM

Brasília, em 20 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Fundação R. S. Silva; na cidade de Milagre, Estado da Bahia, explore serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mais, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53640.001782/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 843, DE 24 DE MAIO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001782/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Fundação R. S. Silva, com sede na Rua da Paz nº 892, Bairro São Cristovão, na cidade de Milagres, Estado da Bahia, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º52'10"S e longitude em 39º51'34"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 256/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.640.001.782/98 de 4-12-98.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Fundação R. S. Silva, localidade de Milagres, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Fundação R. S. Silva, inscrita no CNPJ sob o número 63.109.938/0001-64, Estado da Bahia, com sede na Rua da Paz, 892, São Cristóvão, Cidade de Milagres, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 1º-12-98, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18-3-99, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de armamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 5 a 257 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua da Paz, s/nº, Centro, Cidade de Milagres, Estado de Bahia, de coordenadas geográficas em 12º52'17"S de latitude e 39º61'08"W de longitude, consideradas pelo Engenheiro Responsável pela análise técnica, conforme indicado na planta de armamento em 07º18'20"S de latitude e 38º56'48"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no DOU de 18-3-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da

memória do documento de folha 210, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente, foram indicadas as reais coordenadas geográficas que, após analisadas, foram aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas instruções sobre levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação da documentação elencada no no subitem 6.7 incisos II, III, IV contendo as reais coordenadas geográficas, declaração do endereço da sede da Entidade, planta de arruamento, declaração de acordo com o subitem 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1 da Norma 2/98, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98 (fls. 211 a 257).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fl. 248, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa, e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 259 e 260.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Fundação R. S. Silva

– quadro diretivo

Presidente:	Raimundo de Souza Silva
Secretário:	Wendell Rastos Brito
Tesoureiro:	Ednaldo Santos Brasil
Suplente:	Pedro de Jesus Oliveira
Cons. Delib.:	Raimundo de Souza Silva
Cons. Delib.:	Melquíades Alves da Silva
Cons. Delib.:	João do Carmo Nunes

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio.

Rua da Paz, 892, São Cristóvão, Cidade de Milagres, Estado da Bahia;

– coordenadas geográficas

12º52'10"S de latitude e 39º51'34"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", II. 246 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 259 e 260, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Fundação R. S. Silva, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas

tas no Processo Administrativo nº 53.640.001.782/98 de 4-12-98.

Brasília, 24 de abril de 2004. – **Adriana Guimarães Costa**, Relator da conclusão Jurídica Chefe de Divisão/SSR – **Adriana Resende Avelar** Rabela, Relator da Conclusão Técnica Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 26 de abril de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 608, DE 2004

(Nº 3.081/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ingá, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 948, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ingá, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 634, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 644, de 26 de abril de 2002 – Associação Comunitária Educacional, Cultural e Beneficente Manancial, na cidade de Presidente Prudente – SP;

2 – Portaria nº 836, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural “Raul Bopp”, na cidade de Tupanciretã – RS;

3 – Portaria nº 837, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária de Ibipeba, na cidade de Ibipeba – BA;

4 – Portaria nº 838, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária Cultural Pampiana – ACCP, na cidade de Vila Nova do Sul – RS;

5 – Portaria nº 839, de 24 de maio de 2002 – ACESM – Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim, na cidade de Fortaleza – CE;

6 – Portaria nº 840, de 24 de maio de 2002 – Associação Quinze de Agosto – AQUA, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto – MG;

7 – Portaria nº 841, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Monte Castelo, na cidade de Monte Castelo – SP;

8 – Portaria nº 842, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé, na cidade de Eirunepé – AM;

9 – Portaria nº 843, de 24 de maio de 2002 – Fundação R. S. Silva, na cidade de Milagres – BA,

10 – Portaria nº 844, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária Escola de Vida, na cidade de Beberibe – CE;

11 – Portaria nº 845, de 24 de maio de 2002 – Associação Rádio Comunitária 2000 FM, na cidade de Pitangueiras – SP;

12 – Portaria nº 846, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada – Bahia, na cidade de Encruzilhada – BA;

13 – Portaria nº 847, de 24 de maio de 2002 – Associação Comunitária do Canjamba, na cidade de Ressaquinha – MG;

14 – Portaria nº 848, de 24 de maio de 2002 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB, na cidade de Ingá – PB;

15 – Portaria nº 849, de 24 de maio de 2002 – Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas – Minas Gerais, na cidade de Varjão de Minas – MG;

16 – Portaria nº 850, de 24 de maio de 2002 – Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – ASDUT, na cidade de Tarrafas – CE;

17 – Portaria nº 853, de 24 de maio de 2002 – Associação Beneficente Cultural e Artística “Padre Victor Coelho de Almeida”, na cidade de Pedrinópolis – MG; e

18 – Portaria nº 949, de 7 de junho de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação Social, na cidade de São João da Lagoa – MG.

Brasília, 16 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 842 EM

Brasília, 20 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação dos Amigos do Portal do

Alvorada/Ingá – PB, na cidade de Ingá, Estado da Paraíba, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53000.000873/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – Juarez Quadros do Nascimento, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 848, DE 24 DE MAIO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que conta do Processo Administrativo nº 53000.000873/01, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB, com sede na Rua Presidente João Pessoa, nº 3 – Centro, na cidade de Ingá, Estado da Paraíba, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 7º17'32"S e longitude em 35º36'44"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Juarez Quadros do Nascimento.

RELATÓRIO Nº 280/2002-DOSR./SSR./MC.

Referência: Processo nº 53000000873/01, de 14-3-01.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB, localidade de Ingá, Estado da Paraíba.

I – Introdução

1. A Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 4280.914/0001-04, no Estado da Paraíba, com sede na Rua Presidente João Pessoa nº 3 – Centro, cidade de Ingá, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 2 de fevereiro de 2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de abril de 2001, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de pelo Decreto nº 2.615,

de 3-3-1998 Radiodifusão Comunitária, aprovado e Norma nº 2/98, de 8-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 4 à 102, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Presidente João pessoa nº 3 – Centro, na cidade de Ingá, Estado da Paraíba, de coordenadas geográficas em 07°16'51"S de latitude e 35°36'16"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-4-01, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do

documento de folhas 42, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente, a requerente indicou novas coordenadas e endereço, que foram aceitos e analisados por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, VIII, XIX e X da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, bem como comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, encaminhamento do cartão do CNPJ, declaração do endereço da sede e denominação Fantasia. Encaminhamento do Projeto Técnico (fls. 45 à 102).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 69, firmada pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 103 e 104.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do ser-

viço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB;

– **quadro diretivo**

Presidente:	Luis Dionísio dos Santos
Vice-presidente:	Antonia Ribeira de Mendonça
Secretário.:	Amélia M. de Araújo Quadros
2ª Secretária:	Marcelo Araújo Aragão
Tesoureira:	Evandro Araújo de Melo
2ª Tesoureira:	Josenildo Pereira Martins
Dir.Cult.e Com. Social:	João Cordeiro da Silva

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Floriano Peixoto 860 – Centro, cidade de Ingá, Estado da Paraíba;

– **coordenadas geográficas**

07°17'32" de latitude e 35°36'44" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de instalação da Estação" – fls. 103 e 104, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 69 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá-PB, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000000873/01, de 14 de março 2001.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Relator da conclusão Jurídica Chefe de Divisão/SSR – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão Técnica Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 609, DE 2004**

(Nº 3.088/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural COMunitária KOBU – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 935, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Kobu – FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 642, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de V. Exª, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 835, de 24 de maio de 2002 – Associação Cultural Comunitária Kobu-FM, na cidade de Gouveia – MG;

2 – Portaria nº 851, de 24 de maio de 2002 – Fundação Jornalista Rivanildo Oliveira Manguiera – FJROM, na cidade de Santana de Manguiera – PB; e

3 – Portaria nº 852, de 24 de maio de 2002 – Associação de Comunicação Comunitária do Jardim Cristina-Campinas-ACCJC, na cidade de Campinas – SP.

Brasília, 18 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 858 EM

Brasília, 20 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a V. Exª, portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Comunitária Kobu-FM, na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço,

cujas documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por V. Ex^a, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000470/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 835, DE 24 DE MAIO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000470/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Cultural Comunitária Kobu-FM, com sede na Avenida Av. Juscelino Kubitschek, nº 1.022 – Centro, na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º27'28"S e longitude em 43º44'32"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 288/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53710000470/99, de 16.04.99

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Cultural Comunitária Kobu – FM, localidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Cultural Comunitária Kobu – FM, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 02.122.360/0001-91, no Estado de Minas Gerais, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 1022 – Centro, cidade de Gouveia, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 30 de março de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – DOU, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), a demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geo-

gráficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 07 a 347, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Juscelino Kubitschek, 1022, na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 18°27'16"S de latitude e 43°44'27"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU** de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 244 a 247 e 276, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente, a requerente indicou novas coordenadas, que foram aceitas e analisadas por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Inicialmente o processo foi arquivado pelos fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 2.039/00 de 19-5-00. Ocorre que, frente à pedido de reconsideração da decisão que promoveu o arquivamento, este Departamento entendeu que deveria deferir o pedido. Desta forma seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, IV e X da Norma 2/98, encaminhamento do cartão do CNPJ, declaração do endereço da sede e denominação Fantasia. Diante da regularidade técnico-jurídica dos processos referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 2/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente ao silêncio das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma 2/98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada, sendo solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 266 a 347).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 337, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;

- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a

Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 348 e 349.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Cultural Comunitária kobu – FM;

– quadro diretivo

Presidente:	Carlos Roberto da Costa
Vice-presidente:	Antonio Carlos Costa
Secretário.:	Valéria Aparecida Pires
Tesoureira:	João Maria dos Reis

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Juscelino Kubitschek nº 1.022 – Centro, cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais;

– coordenadas geográficas

18°27'28" de latitude e 43°44'32" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 348 e 349, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 337 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural Comunitária Kobu – FM, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710000470/99, de 16 de abril de 1999.

Brasília, 7 de maio de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Relator da conclusão Jurídica Chefe de Divisão/SSR – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica Chefe de Divisão/SSR.

(À Comissão de educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 2004

(Nº 3.137/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nova Aurora a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 979, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Nova Aurora a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 668, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar serviços de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 879, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Nova Aurora, na cidade de Mundo Novo – GO;

2 – Portaria nº 881, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso – ASBAR, na cidade de Barroso – MG;

3 – Portaria nº 882, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Antônio Amorim Quintão, na cidade de Volta Grande – MG;

4 – Portaria nº 883, de 4 de junho de 2002 – Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Picuí – PB;

5 – Portaria nº 885, de 4 de junho de 2002 – Associação e Movimento Comunitário Rádio Novo Cântico FM, na cidade de Itapira – SP;

6 – Portaria nº 886, de 4 de junho de 2002 – Associação Cultural Educativa de Vicentinópolis, na cidade de Vicentinópolis – GO;

7 – Portaria nº 888, de 4 de junho de 2002 – AS-COCOL – Associação Comunitária de Colorado do Oeste – RO, na cidade de Colorado do Oeste – RO;

8 – Portaria nº 892, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Shalom, na cidade de Rio Grande – RS;

9 – Portaria nº 894, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia – DF (Nascente FM), na cidade de Samambaia – DF;

10 – Portaria nº 895, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense, na cidade de Serra Redonda – PB;

11 – Portaria nº 901, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária do Distrito e Subdistritos de Florália, na cidade de Santa Bárbara – MG;

12 – Portaria nº 902, de 4 de junho de 2002 – Associação Maranata dos Amigos Franco Dumontense, na cidade de Francisco Dumont – MG; e

13 – Portaria nº 905, de 5 de junho de 2002 – Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi, na cidade de Itanhomi – MG.

Brasília, 30 de julho de 2002. – Fernando Henrique Cardoso.

MC nº 896 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Nova Aurora, na cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223 da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53670.000541/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 879, DE 4 DE JUNHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art.

10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53670.000541/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Nova Aurora, com sede na Rua Raimundo Vieira Lopes, nº 41, na cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 13º46'16"S e longitude em 50º16'50"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Juarez Quadros do Nascimento.

RELATÓRIO Nº 149/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.670.000.541/98 de 23-9-98.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Nova Aurora, localidade de Mundo Novo, Estado de Goiás.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Nova Aurora, inscrita no CNPJ sob o número 2.711.864/0001-47, Estado de Goiás, com sede na Rua Raimundo Vieira Lopes, nº 41, Centro, Cidade de Mundo Novo, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 31-8-98, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18-3-99, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de

junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 6 a 1.143 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua (petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Raimundo Vieira Lopes, Qd 12, Lt 15, Cidade de Mundo Novo, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 13º46'19"S de latitude e 50º16'53"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no DOU de 18-3-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 1.026 a 1.029, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente, foram indicadas as reais coordenadas geográficas e o correto endereço do sistema irradiante que, após analisados, foram aceitos pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue.

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal:
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma 2/98, cópia do CNPJ da Entidade, declaração do endereço da sede da Entidade, planta de arruamento, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) e adequação do mesmo à Norma 2/98 (fls. 1.033 a 1.143).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”. fl. 1.114, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência

efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 1.116 e 1.117.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária Nova Aurora.

quadro diretivo

Presidente:	João Ferreira da Silva
Secretário:	Arthur Delabona
Tesoureiro:	Sebastião de Lacerda

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Raimundo Vieira Lopes, Q. 14, L. 10, Centro, Cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás;

– coordenadas geográficas

13°46'16"S de latitude e 50°16'50"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fl. 1.114 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 1.116 e 1.117, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Nova Aurora, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.670.000.541/98 de 23-9-98.

Brasília, 5 de março de 2002. – **Adriana Guimarães Costa**, Relator da conclusão Jurídica

Chefe de Divisão/SSR – Ana Maria das Dores e Silva, Relator da conclusão Técnica
Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 11 de maio de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes De Lemos**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão

Brasília, 11 de março de 2002. – **Hamilton e Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 611, DE 2003

(Nº 3.147/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 981, de 12 de junho de 2002, que autoriza o Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 722, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 980, de 12 de junho de 2002 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Coronel João Sá – BA, na cidade de Coronel João Sá – BA;

2 – Portaria nº 981, de 12 de junho de 2002 – Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca, na cidade de São José de Espinharas – PB;

3 – Portaria nº 982, de 12 de junho de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rio Negro – ACORI, na cidade de Rio Negro – MS;

4 – Portaria nº 983, de 12 de junho de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária Vista Alegre, na cidade do Rio de Janeiro – RJ;

5 – Portaria nº 984, de 12 de junho de 2002 – Associação Cultural Comunitária Família de Jataí, na cidade de Jataí – GO;

6 – Portaria nº 985, de 12 de junho de 2002 – União dos Moradores das Ruas Nova e Dom Pedro II, na cidade de Graça Aranha – MA;

7 – Portaria nº 986, de 12 de junho de 2002 – Sociedade de Desenvolvimento Comunitário e Social do Céu Azul – SODESCCA, na cidade de Valparaíso de Goiás – GO;

8 – Portaria nº 987, de 12 de junho de 2002 – Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM, na cidade de Corumbiara – RO;

9 – Portaria nº 988, de 12 de junho de 2002 – Associação Comunitária Alto da Lagoa, na cidade de Pintadas – BA;

10 – Portaria nº 989, de 12 de junho de 2002 – A Voz de Lagoa Santa – Associação Comunitária Lagoa – Santense de Assistência Social e Radiodifusão, na cidade de Lagoa Santa – MG;

11 – Portaria nº 990, de 12 de junho de 2002 – Associação Rádio Comunitária Nova Trento, na cidade de Flores da Cunha – RS;

12 – Portaria nº 992, de 12 de junho de 2002 – Associação Comunitária Cultural e Artística Amigos de Tamarana, na cidade de Tamarana – PR; e

13 – Portaria nº 993, de 12 de junho de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos, na cidade de Celso Ramos – SC.

Brasília, 14 de agosto de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 1.005 EM

Brasília, 12 de julho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade, Instituto Educacional e Assistencial Santina Coroca, na cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvi-

mento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mais, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53103.000304/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 981, DE 12 DE JUNHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000304/01, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca, com sede na Avenida Comandante José Raimundo s/nº Centro, na cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º50'32"S e longitude em 37º19'33"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 317/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.103.000.304/01 de 25.07.2001.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Instituto Educacional e Assistencial Santana Caroca, localidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba.

I – Introdução

1. O Instituto Educacional e Assistencial Santana Caroca, inscrita no CNPJ sob o número 24.225.971/0001-06, Estado da Paraíba, com sede na Av. Comandante José Raimundo, s/nº, Centro, Cidade de São José de Espinharas, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 20-3-2001 e, posteriormente, datado de 7-12-2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – Processo nº 53.103.000.304.01 – **DOU**, de 11-12-2001, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha nº 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando

com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas nºs 8 a 90 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório**• informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Bossuet Wanderley, 36, Centro, Cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba, de coordenadas geográficas em 06º 50'05"S de latitude e 37º 24' 15"W de longitude, retificadas em 06º 50' 32"S de latitude e 37º 19' 33"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 11-12-2001, Seção nº 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha nº 60, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de Radcom”. Posteriormente, foi indicado o correto endereço para instalação do sistema

irradiante que, após analisado, foi aceito pela Engenharia Responsável.

O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBOE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I e II da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ da Entidade, declaração do endereço da sede da Entidade, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98 (fls. 63 a 90).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 67, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 92 e 93.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento,

atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Instituto Educacional e Assistencial Santana Caroca

– quadro diretivo

Presidente:	Mozart Wanderley da Nóbrega
Vice-presidente:	Silvino Olegário Vieira
Secretária:	Renata Trigueiro C. W. da Nóbrega
Tesoureira:	Nilcéia T. C. da Nóbrega
Membro efetivo:	Paulo Roberto O. Vieira

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Comandante José Raimundo, s/nº, Centro, Cidade de São José de Espinheiras, Estado da Paraíba;

– coordenadas geográficas

06º 50' 32" S de latitude e 37º 19' 33" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 67 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom”, fls. 92 e 93, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pelo Instituto Educacional e Assistencial Santana Caroca, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.304/01 de 25-7-2001.

Brasília, 20 de maio de 2002. – **Adriana Guimarães Costa**, Chefe de Divisão/SSR, Relator da conclusão Jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 24 de maio de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

(Á Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 2004

(Nº 202/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Hertz de Franca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de fevereiro de 2002, que renova por

10 (dez) anos, a partir de 19 de dezembro de 1995, a concessão da Rádio Hertz de Franca Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 95, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49. inciso XII. combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações o ato constante do Decreto de 1º de fevereiro de 2002, que “Renova concessão e autorização das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., na cidade de Serra – ES (onda média);

2 – Rádio Voz do São Francisco Ltda., na cidade de Januária – MG (onda média);

3 – Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda., na cidade de Poxoréo – MT (onda média);

4 – Rádio Vale do Taquari Ltda., na cidade de Coxim – MS (onda média);

5 – Rede Guaicurus de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Fátima do Sul – MS (onda média);

6 – Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social, originariamente Rádio Maguary Ltda., na cidade de Belém – PA (onda média);

7 – Rádio Rural de Guarabira Ltda., na cidade de Guarabira – PB (onda média);

8 – Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão Ltda., na cidade de Campo Mourão – PR (onda média);

9 – Sociedade Pitangui de Comunicação Ltda., originariamente Rádio Vila Velha Ltda., na cidade de Ponta Grossa – PR (onda média);

10 – Rádio do Comércio Ltda., na cidade de Barra Mansa – RJ (onda média);

11 – Rádio Jornal do Brasil Ltda., na cidade do Rio de Janeiro – RJ (onda média);

12 – Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., na cidade de Capão da Canoa – RS (onda média);

13 – Grupo Editorial Sinos S/A., originariamente Rádio Cinderela S/A., na cidade de Campo Bom – RS (onda média);

14 – Rádio Querência de Santo Augusto Ltda., na cidade de Santo Augusto – RS (onda média);

15 – Rádio Repórter Ltda., na cidade de Ijuí – RS (onda média);

16 – Rádio Sananduva Ltda., na cidade de Sananduva – RS (onda média);

17 – Rádio Venâncio Aires Ltda., na cidade de Venâncio Aires – RS (onda média);

18 – Rádio Chamonix Ltda., na cidade de Mogi Mirim – SP (onda média);

19 – Rádio Cultura de Leme Ltda., na cidade de Leme – SP (onda média);

20 – Ramo Hertz de Franca Ltda., na cidade de Franca – SP (onda média);

21 – Rádio Notícias Brasileiras Ltda., na cidade de Matão – SP (onda média);

22 – Rádio Difusora de Cáceres Ltda., na cidade de Cáceres – MT (onda tropical);

23 – Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul – Rádio Municipal São-Pedrense, na cidade de São Pedro do Sul – RS (onda média);

24 – Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA, na cidade de Belém – PA (onda tropical);

25 – Televisão Goyá Ltda., na cidade de Goiânia – GO (sons e imagens); e

26 – Televisão Cidade Branca Ltda., na cidade de Corumbá – MS (sons e imagens).

Brasília, 14 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 825 EM

Brasília, 14 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões e autorizações, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000315/99);

- Rádio Voz do São Francisco Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000008/96);

- Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000073/96);

- Rádio Vale do Taquari Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000859/97);

- Rede Guaicurus de Rádio e Televisão Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000082/98);

- Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belém, Estado do Pará (Processo nº 53720.000084/96);

- Rádio Rural de Guarabira Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000519/94);

- Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná (Processo nº 53740.00062/94);

- Sociedade Pitangui de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000291/96);

- Rádio do Comércio Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.003484/97);

- Rádio Jornal do Brasil Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000085/93);

- Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001565/97);

- Grupo Editorial Sinos S/A., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000968/97);

- Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul – Rádio Municipal São Pedrense, autorizada de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000592/97);

- Rádio Querência de Santo Augusto Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001652/97);

- Rádio Repórter Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000161/94);

- Rádio Sananduva Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000672/97);

- Rádio Venâncio Aires Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000156/94);

- Rádio Chamonix Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000794/97);

- Rádio Cultura de Leme Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Leme, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000060/97);

- Rádio Hertz de Franca Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Franca, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001169/95);

- Rádio Notícias Brasileiras Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Matão, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000206/97);

- Rádio Difusora de Cáceres Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000177/96);

- Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA, autorizada de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Belém, Estado do Pará (Processo nº 53720.000311/96);

- Televisão Goyá Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 29109.000119/91);

- Televisão Cidade Branca Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.002728/96);

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão

e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2002

Renova concessão e autorização das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, decreta:

Art. 1º Ficam renovadas as outorgas das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, os seguintes serviços de radiodifusão sonora:

I – concessão, em onda média:

a) A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., a partir de 22 de janeiro de 1999 na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, outorgada pelo Decreto nº 82.770, de 30 de novembro de 1978, e renovada pelo Decreto de 30 de julho de 1992, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 9 de dezembro de 1999 (Processo nº 53660.000315/99);

b) Rádio Voz de São Francisco Ltda., a partir de 24 de março de 1996, na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 92.291, de 13 de janeiro de 1986 Processo nº 53710.000008/96);

c) Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda., a partir de 8 de abril de 1996, na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Decreto nº 92.441, de 6 de março de 1986, à Rádio Cultura de Poxoréo Ltda., autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 12, de 7 de maio de 1992 (Processo nº 53690.000073/96);

d) Rádio Vale do Taquari Ltda., a partir de 25 de agosto de 1997, na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 79.847, de 22 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto de 4 de agosto de 1992 (Processo nº 53700.000859/97);

e) Rede Guaicurus de Rádio e Televisão Ltda., a partir de 13 de julho de 1998, na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 96.054, de 18 de maio de 1988 (Processo nº 53700.000082/98);

f) Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social, a partir de 17 de junho de 1996, na cidade de Belém, Estado do Pará, outorgada originariamente à

Rádio Maguary Ltda., conforme Decreto nº 92.673, de 16 de maio de 1986, e transferida pelo Decreto de 25 de setembro de 2000, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53720.000084/96);

g) Rádio Rural de Guarabira Ltda., a partir de 15 de março de 1995, na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 91.090, de 12 de março de 1985 (Processo nº 53730.000519/94);

h) Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 858, de 14 de novembro de 1957, e renovada pelo Decreto nº 90.424, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 53740.000062/94);

i) Sociedade Pitangui de Comunicação Ltda., a partir de 13 de julho de 1996, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Vila Velha Ltda., pela Portaria nº 442, de 4 de julho de 1966, renovada pelo Decreto nº 92.669, de 16 de maio de 1986, e transferida pelo Decreto de 12 de janeiro de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53740.000291/96);

j) Rádio do Comércio Ltda., a partir de 3 de outubro de 1997, na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria Contel nº 675, de 9 de setembro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 96.871, de 29 de setembro de 1988 (Processo nº 53770.003484/97);

l) Rádio Jornal do Brasil Ltda., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 38.720, de 30 de janeiro de 1956, e renovada pelo Decreto nº 88.263, de 27 de abril de 1983 (Processo nº 53770.000085/93);

m) Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., a partir de 25 de fevereiro de 1998, na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 95.633, de 13 de janeiro de 1988 (Processo nº 53790.001565/97);

n) Grupo Editorial Sinos S/A., a partir de 2 de junho de 1997, na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Rádio Cinderela S/A., conforme Portaria nº 477, de 27 de maio de 1977, renovada pelo Decreto nº 95.998, de 2 de maio de 1988, e transferida pelo Decreto de 20 de junho de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53790.000968/97);

o) Rádio Querência de Santos Augusto Ltda., a partir de 23 de fevereiro de 1998, na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 95.584, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53790.001652/97);

p) Rádio Repórter Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 388, de 16 de julho de 1956, e renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53790.000161/94);

q) Rádio Sananduva Ltda., a partir de 26 de setembro de 1997, na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 995, de 20 de setembro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 95.852, de 21 de março de 1988 (Processo nº 53790.000672/97);

r) Rádio Venâncio Aires Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 496, de 30 de outubro de 1959, e renovada pelo Decreto nº 89.590, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 53790.000156/94);

s) Rádio Chamonix Ltda., a partir de 17 de agosto de 1997, na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 508, de 16 de agosto de 1967, e renovada pelo Decreto de 14 de dezembro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 79, de 1996, publicado no Diário Oficial da União em 29 de agosto de 1996 (Processo nº 53830.000794/97);

t) Rádio Cultura de Leme Ltda., a partir de 23 de abril de 1995, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 85, de 1º de abril de 1965, e renovada pelo Decreto nº 96.870, de 29 de setembro de 1988 (Processo nº 53830.000060/97);

u) Rádio Hertz de Franca Ltda., a partir de 19 de dezembro de 1995, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 76.503, de 23 de outubro de 1975, e renovada pelo Decreto nº 92.243, de 30 de dezembro de 1985 (Processo nº 53830.001169/95);

v) Rádio Notícias Brasileiras Ltda., a partir de 6 de julho de 1997, na cidade de Matão, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 600, de 4 de julho de 1987, renovada pela Portaria nº 284, de 25 de novembro de 1987, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, pela Exposição de Motivos nº 139, de 21 de julho de 1987, publicada no **Diário Oficial** da União em 29 subsequente (Processo nº 53830.000206/97);

II – concessão, em onda tropical:

Rádio Difusora de Cáceres Ltda., a partir de 28 de agosto de 1996, na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Decreto nº 78.201, de 4 de agosto de 1976, e renovada pelo Decreto nº 93.640, de 2 de dezembro de 1986 (Processo nº 53690.000177/96);

III – autorização, em onda média:

Prefeitura de São Pedro do Sul – Rádio Municipal São Pedrense a partir de 8 de setembro de 1997, na cidade de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 94.566, de 8 de julho de 1987 (Processo nº 53790.000592/97);

IV – autorização, em onda tropical:

Fundação de Telecomunicações do Pará – FUN-TELPA, a partir de 20 de agosto de 1996, na cidade de Belém, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 92.774, de 12 de junho de 1986 (Processo nº 53720.000311/96).

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I – Televisão Goya Ltda., a partir de 30 de julho de 1991, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 77.882, de 22 de junho de 1976 (Processo nº 29109.000119/91);

II – Televisão Cidade Branca Ltda., a partir de 15 de março de 1997, na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 59.973 de 10 de janeiro de 1967, e renovada pelo Decreto nº 87.156 de 5 de maio de 1982 (Processo nº 53700.002728/96).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões e autorizações são renovadas por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação das concessões e autorizações de que trata este decreto somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de fevereiro de 2002; 181º da independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PARECER CONJUR/MC Nº 1.602/2001

Referência: Processo nº 53830.001169/95.

Origem: Delegacia do MC no Estado de São Paulo.

Interessada: Rádio Hertz de Franca Ltda.

Assunto: Renovação de Outorga.

Ementa: Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pela ratificação do Parecer Jurídico nº 316/96, que concluiu favoravelmente ao requerido.

I – Do Relatório

Trata o presente processo de pedido de renovação de concessão, formulado pela Rádio Hertz de Franca Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

2. A outorga em questão foi deferida através do Decreto nº 76.503, de 23 de outubro de 1975, publicado no **Diário Oficial** da União de 24 subseqüente.

3. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado de São Paulo, tendo aquela delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 316/96, fls. 58/61 dos autos.

II – Da Fundamentação

4. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente cesso, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DRMC/SP, concluiu, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o que se segue:

– A entidade obteve autorização para alterar os seus quadros societário e diretivo, através da Portaria nº 66, de 30 de maio de 2001, passando a posuir as seguintes configurações:

Cotistas	Cotas	Valor (R\$)
Sidnei Franco da Rocha	135.000	135.000,00
Diva A. Faleiros Franco da Rocha	15.000	15.000,00
Total	150.000	150.000,00

Nome	Cargo
Sidnei Franco da Rocha	Sócio-Gerente
Diva A. Faleiros Franco da Rocha	Sócio-Gerente

5. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos de que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no momento oportuno e com a documentação hábil.

6. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

7. Ressalte-se que o pedido de renovação da entidade foi apresentado a este Ministério tempestivamente, em 11 de setembro de 1995, conforme requerimento de fls. 1 dos autos, cujos estudos se concluíram em 20 de maio de 1996, na forma do mencionado Parecer de nº 316/96, de fls. 58/61.

8. Diante do concurso das circunstâncias que envolvem a presente re-novação, deve o processo seguir em seu trâmite, sendo viável, juridicamente, que se autorize a postulada renovação, por 10 anos, à partir de 19 de dezembro de 1995.

III – Da Conclusão

9. Isto posto, pronuncio-me pelo encaminhamento dos presentes autos ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, acompanhados de minuta dos atos de renovação correspondentes – Exposição de Motivos e Decreto, com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

10. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º, do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer, sub censura.

Brasília, 26 de novembro de 2001. – **Marcus Vinicius Lima Franco**, Assistente Jurídico/AGU, Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos de Radiodifusão.

De acordo. Encaminhe-se à Sra. Consultora Jurídica. Em 28 de novembro de 2001. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral Assuntos Jurídicos de Comunicações.

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Ministro.

Em 28 de novembro de 2001. – **Raimunda Nonata Pires**, Consultora Jurídica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 613, DE 2004

(Nº 204/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Engenheiro Caldas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Caldas, Estado da Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 101, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural de Engenheiro Caldas a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 240, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 100, de 31 de janeiro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária Liberdade – ABECCOL, na cidade de Patrocínio – MG;

2 – Portaria nº 101, de 31 de janeiro de 2002 – Associação Cultural de Engenheiro Caldas, na cidade de Engenheiro Caldas – MG.;

3 – Portaria nº 102, de 31 de janeiro de 2002 – Associação de Apoio à Comunidade de Lunardelli, na cidade de Lunardelli – PR;

4 – Portaria nº 103, de 31 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha, na Cidade Gaúcha – PR;

5 – Portaria nº 104, de 31 de janeiro de 2002 – Fundação José Quirino Filho, na cidade de Barra de São Miguel – PB;

6 – Portaria nº 105, de 31 de janeiro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM), na cidade de Meruoca – CE;

7 – Portaria nº 106, de 31 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Caraguatatuba, na cidade de Caraguatatuba – SP;

8 – Portaria nº 103, de 31 de janeiro de 2002 – Associação de Comunicação RADCOM Cristal de Marilândia do Sul – PR, na cidade de Marilândia do Sul – PR; e

9 – Portaria nº 110, de 31 de janeiro de 2002 – Associação Goianapolina de Desenvolvimento Artístico/Cultural-FM (AGDA-FM), na cidade de Goiânia – GO.

Brasília, 9 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 158 EM

Brasília, 25 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural de Engenheiro Caldas, na cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em

conformidade com o **caput** do art. 223 da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000305/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 101, DE 31 DE JANEIRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000305/00, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Cultural de Engenheiro Caldas, com sede na Rua Padre João Pina do Amaral, 77 – Centro, na cidade de Engenheiro Caldas, Estado do Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 19º11'59"S e longitude em 42º02'142"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade

iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

RELATÓRIO Nº 377/2001 – DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.710.000.305/00, de 27-4-00.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Cultural de Engenheiro Caldas, localidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. Associação Cultural de Engenheiro Caldas, inscrito no CGC sob o número 03.772.651/0001-98, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Padre João Pina do Amaral, 77, Cobertura, Centro, Cidade de Engenheiro Caldas, MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 19 de março de 2000, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 27 de março de 2000, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 120, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Padre João Pina do Amaral, 77, Cobertura, Centro, Cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 19º11'59"S de latitude e 42º02'42"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 27-3-00, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do

documento de folhas 71, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação do subitem 6,7, inciso II e VI da Norma 2/98. Diante da regularidade técnico jurídico dos processos referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 2/98, foi encaminhado o ofício para que se estabelecesse uma associação entre as requerentes. Ocorre que, frente ao silêncio das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontada no subitem 6.10.2 da Norma 2/98, do qual constatou-se que a requerente conta com um maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente. Em decorrência de tal fato, a Entidade foi selecionada. Sendo oficiada para encaminhar o subitem 6.11, (Projeto Técnico) da Norma 02/98, (fls. 75, 103 e 104).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 107, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 118 e 119.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a

quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Cultural de Engenheiro Caldas

– quadro diretivo

Presidente:	Ana Lúcia Dutra Soares
Vice-Presidente:	Maria Ascençal Goulart Fontes
1º Tesoureiro:	Laércio Lima dos Santos
2º Tesoureiro:	Nely Costa Fontes
1º Secretária:	Nadir Soares Matias
2º Secretária:	Cacylene Martins do Nascimento

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Padre João Pina do Amaral, 77, Cobertura, Centro, Cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais,

– coordenadas geográficas

19º11'59"S de latitude e 42º02'42"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no Formulário de Informações Técnicas”, fls. 107 e no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 118 e 119, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural de Engenheiro Caldas, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.305/00, de 27 de abril de 2000.

Brasília, 15 de outubro de 2001. –


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica

Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de outubro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 614, DE 2004**

(Nº 207/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão
da Rádio Araguaia Ltda. para explorar servi-
ço de radiodifusão sonora em onda média na
cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de abril de 1999, a concessão da Rádio Araguaia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 268, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 1º de abril de 2002, que “Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Paraíso Ltda., originariamente Rádio Educadora Palmares de Alagoas Ltda., na cidade de Maceió – AL (onda média);

2 – Rádio Difusora de Irecê AM Ltda., na cidade de Irecê – BA (onda média);

3 – Rádio Rio Corrente Ltda., na cidade de Santa Maria da Vitória – BA (onda média).

4 – Rádio Vale Aprazível Ltda., na cidade de Jaguara – BA (onda média);

5 – Rádio Pouso Alto Ltda., na cidade de Piracanjuba – GO (onda média);

6 – Sociedade Difusora de Corinto Ltda., na cidade de Corinto – MG (onda média);

7 – Rede Independente de Rádio Ltda., na cidade de Jardim – MS (onda média);

8 – Rádio Ingamar Ltda., na cidade de Marialva – PR (onda média);

9 – Rádio Progresso de Clevelândia Ltda., originariamente Rádio Luz Ltda., na cidade Clevelândia – PR (onda média);

10 – JMB Empreendimentos Ltda., na cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE (onda média);

11 – TV Rádio Clube de Teresina S.A., na cidade de Teresina – PI (onda média);

12 – Rádio Sepé Tiaraju Ltda., na cidade de Santo Ângelo – RS (onda média);

13 – SOBRAL – Sociedade Butiaense de Radiodifusão Ltda., na cidade de Butiá – RS (onda média);

14 – Central São Carlos de Comunicação Ltda., na cidade de São Carlos – SP (onda média);

15 – Emissora A Voz de Catanduva Ltda., na cidade de Catanduva – SP (onda média);

16 – Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão, originariamente Sistema Mauá de Comunicação Ltda., na cidade de Mauá – SP (onda média);

17 – L & C Rádio Emissoras Ltda., na cidade de São Roque – SP (onda média);

18 – Rádio Araguaia Ltda., na cidade de Araguaína – TO (onda média);

19 – Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., na cidade de Votuporanga – SP (onda média);

20 – Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda., originariamente TV Fronteira Paulista Ltda., na cidade de Presidente Prudente – SP (onda média);

21 – Rádio Emissora da Barra Ltda., na cidade de Barra Bonita – SP (onda média);

22 – Rádio Emissora do Grande Vale Ltda., originariamente L & C Rádio Emissoras Ltda., na cidade de Caçapava – SP (onda média);

23 – Rádio Icatu Ltda., na cidade de Penápolis – SP (onda média);

24 – Rádio Jornal de Nhandeara Ltda., na cidade de Nhandeara – SP (onda média);

25 – Rádio Jornal de Barretos OM Ltda., na cidade de Barretos – SP (onda média);

26 – Rádio República de Morro Agudo Ltda., na cidade de Morro Agudo – SP (onda média);

27 – Rádio Princesa Monte Azul Ltda., na cidade de Monte Azul Paulista – SP (onda média);

28 – Sistema Meridional de Radiodifusão Ltda., na cidade de Votorantim – SP (onda média);

29 – Rádio Araguaia Ltda., na cidade de Araguaína – TO (onda tropical);

30 – Fundação João Paulo II, na cidade de Cachoeira Paulista – SP (onda curta); e

31 – Televisão Princesa D'Oeste de Campinas Ltda., na cidade de Campinas – SP (sons e imagens).

Brasília, 15 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 147 EM

Brasília, 25 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões e autorizações, outorgadas às entidades

abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Rádio Paraíso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Maceió. Estado de Alagoas (Processo nº 29650.000774/93):

- Rádio Difusora de Irecê AM Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Irecê. Estado da Bahia (Processo nº 53640.000583/98);

- Rádio Rio Corrente Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000832/95);

- Rádio Vale Aprazível Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000310/96):

- Rádio Pouso Alto Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piracanjuba Estado de Goiás (Processo nº 53670.000094/98):

- Sociedade Difusora de Corinto Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001495/97):

- Rede Independente de Rádio Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000858/97):

- Rádio Ingamar Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marialva, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000123 96):

- Rádio Progresso de Clevelândia Ltda., concessionária de Serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná (Processo nº 53740.00 11074/96);

- J.M.B. Empreendimentos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco (Processo nº 531 03.00000895/95);

- TV Rádio Clube de Terezina S.A., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Teresina, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000159/93):

- Rádio Sepé Tiaraju Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53 790.000755/96);

- Sobral – Sociedade Butiaense de Radiodifusão Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sono-

ra em onda média, na cidade de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul. (Processo nº 53790.000258/96);

- Central São Carlos de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001160/98):

- Emissora A Voz de Catanduva Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Catanduva. Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000847/96);

- Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mauá, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001536/98);

- L & C Rádio Emissoras Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001414/97);

- Rádio Araguaia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins (Processo nº 53670.000619/98);

- Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.002705/98);

- Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001487/97);

- Rádio Emissora da Barra Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000138/97):

- Rádio Emissora do Grande Vale Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001476/97);

- Rádio Icatu Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.002085/98):

- Rádio Jornal de Nhandeara Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001488/95):

- Rádio Jornal de Barretos OM Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000175/98);

- Rádio República de Morro Agudo Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001549/97):

- Rádio Princesa Monte Azul Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001603/98):

- Sistema Meridional de Radiodifusão Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000234/96):

- Rádio Araguaia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins (Processo nº 53670.000455/96);

- Fundação João Paulo II, autorizada de serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001408/97):

- Televisão Princesa D'Oeste de Campinas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001812/97).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento. Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 1º DE ABRIL DE 2002

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

Decreta:

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Paraíso Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, outorgada originariamente à Rádio Educadora Palmares de Alagoas Ltda., conforme Decreto nº 593, de 8 de fevereiro de 1962, renovada pelo Decreto nº 90.076, de 15 de agosto de 1984, transferida para a Televisão Verdes Mares Ltda., pela Exposição de Motivos nº 320, de 26 de dezembro de 1984, do Ministério das Comunicações, e transferida pelo Decreto de 25 de outubro de 2001, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 29650.000774/93);

II – Rádio Difusora de Irecê AM Ltda., a partir de 5 de outubro de 1998, na cidade de Irecê, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 96.771, de 26 de setembro de 1988 (Processo nº 53640.000583/98);

III – Rádio Rio Corrente Ltda., a partir de 5 de fevereiro de 1996, na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 92.101, de 10 de dezembro de 1985 (Processo nº 53640.000832/95);

IV – Rádio Vale Aprazível Ltda., a partir de 19 de agosto de 1996, na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 92.983, de 24 de julho de 1986 (Processo nº 53640.000310/96);

V – Rádio Pouso Alto Ltda., a partir de 6 de abril de 1998, na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 95.773, de 3 de março de 1988 (Processo nº 53670.000094/98);

VI – Sociedade Difusora de Corinto Ltda., a partir de 9 de fevereiro de 1998, na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 95.634, de 13 de janeiro de 1988 (Processo nº 53710.001495/97);

VII – Rede Independente de Rádio Ltda., a partir de 25 de agosto de 1997, na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 79.842, de 22 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 96.221, de 24 de junho de 1988 (Processo nº 53700.000858/97);

VIII – Rádio Ingamar Ltda., a partir de 11 de julho de 1996, na cidade de Marialva, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 92.802, de 20 de junho de 1986 (Processo nº 53740.000123/96);

IX – Rádio Progresso de Clevelândia Ltda., a partir de 19 de maio de 1997, na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Nossa Senhora da Luz Ltda., pela Portaria nº 407, de 11 de maio de 1977, renovada pelo Decreto nº 94.189, de 6 de abril

de 1987, e transferida pelo Decreto nº 96.777, de 27 de setembro de 1988, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53740.001074/96);

X – JMB Empreendimentos Ltda., a partir de 14 de fevereiro de 1995, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 90.866, de 29 de janeiro de 1985 (Processo nº 53103.000008/95);

XI – TV Rádio Clube de Teresina S. A., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, outorgada pelo Decreto nº 46.003, de 15 de maio de 1959, e renovada pelo Decreto nº 92.917, de 10 de julho de 1983 (Processo nº 53760.000159/93);

XII – Rádio Sepé Tiaraju Ltda., a partir de 6 de setembro de 1996, na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 78.365, de 3 de setembro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 94.243, de 22 de abril de 1987 (Processo nº 53790.000755/96);

XIII – Sobral – Sociedade Butiaense De Radiodifusão Ltda., a partir de 5 de maio de 1996, na cidade de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 508, de 24 de abril de 1976, e renovada pelo Decreto nº 96.843, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53790.000258/96);

XIV – Central São Carlos de Comunicação Ltda., a partir de 8 de setembro de 1998, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 297, de 6 de setembro de 1988, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude do aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 41, de 9 de maio de 1989, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53830.001160/98);

XV – Emissora A Voz de Catanduva Ltda., a partir de 27 de dezembro de 1996, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 995, de 5 de dezembro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987 (Processo nº 53830.000847/96);

XVI – Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão, a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Mauá, Estado de São Paulo, outorgada originariamente ao Sistema Mauá de Comunicação Ltda., conforme Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto de 25 de agosto de 1998, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53830.001536/98);

XVII – L & C Rádio Emissoras Ltda., a partir de 7 de dezembro de 1997, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53830.001414/97);

XVIII – Rádio Araguaia Ltda., a partir de 5 de abril de 1998, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, outorgada pelo Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e renovada pelo Decreto de 30 de julho de 1992 (Processo nº 53670.000019/98);

XIX – Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., a partir de 7 de fevereiro de 1999, na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 83.052, de 17 de janeiro de 1979, e renovada pelo Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo

Nº 045, de 1990, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 1990 (Processo nº 53830.002705/98);

XX – Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda., a partir de 20 de janeiro de 1998, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à TV Fronteira Paulista Ltda., conforme Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e transferida pelo Decreto de 18 de julho de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53830.001487/97);

XXI – Rádio Emissora da Barra Ltda., a partir de 8 de junho de 1996, na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 334, de 26 de maio de 1966, e renovada pelo Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986 (Processo nº 53830.000138/97);

XXII – Rádio Emissora do Grande Vale Ltda., a partir de 20 de outubro de 1997, na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à L & C Rádio Emissoras Ltda., pela Portaria nº 1.090, de 14 de outubro de 1977, renovada, pelo Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53830.001476/97);

XXIII – Rádio Icatu Ltda., a partir de 10 de novembro de 1998, na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, à Rádio Icatu FM Ltda., autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 153, de 31 de julho de 1995 (Processo nº 53830.002085/98);

XXIV – Rádio Jornal de Nhandeara Ltda., a partir de 19 de fevereiro de 1996, na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 194, de 12 de fevereiro de 1976, renovada pelo Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987 (Processo nº 53830.001488/95);

XXV – Rádio Jornal de Barretos OM Ltda., a partir de 22 de fevereiro de 1998, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53830.000175/98);

XXVI – Rádio República de Morro Agudo Ltda., a partir de 23 de dezembro de 1997, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987 (Processo nº 53830.001549/97);

XXVII – Rádio Princesa Monte Azul Ltda., a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988 (Processo nº 53830.001603/98);

XXVIII – Sistema Meridional de Radiodifusão Ltda., a partir de 16 de abril de 1996, na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 95, de 14 de abril de 1986, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude do aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 189, de 5 de agosto de 1986, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53830.000234/96).

Art. 2º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, os seguintes serviços de radiodifusão sonora:

I – em onda tropical: Rádio Araguaia Ltda., a partir de 25 de abril de 1997, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, outorgada pelo Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 96.869, de 29 de setembro de 1988 (Processo nº 53670.000455/96); – 88

II – em onda curta: Fundação João Paulo II, a partir de 6 de janeiro de 1998, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987 (Processo nº 53830.001408/97).

Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 6 de dezembro de 1997, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, outorgada à Televisão Princesa D' oeste de Campinas Ltda., pelo Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982 (Processo nº 53830.001812/97).

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. _ **Fernando Henrique Cardoso.**

PARECER SEJUR/DMC/GO Nº 207/98

Referência: Processo nº 53670.000019198

Origem: Delegacia do MC no Estado do Tocantins

Interessada: Rádio Araguaia Ltda

Assunto: Renovação de outorga

Ementa: Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, cujo prazo teve seu termo final em 04 de abril de 1998. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento.

A Rádio Araguaia Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, requer renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 4 de abril de 1998.

Dos Fatos

Mediante o Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, foi autorizada concessão à Rádio Araguaia Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.

A outorga em questão foi renovada por 10 (dez) anos, a partir de 05 de abril de 1988, através do Decreto de 30 de julho de 1992, ato este aprovado através do Decreto Legislativo nº 32, de 9-3-95.

Cumprе ressaltar que, durante o período de vigência da outorga, a entidade sofreu penas de multa (fls. 42), sendo que, de acordo com os registros desta Delegacia, as mesmas foram recolhidas (fls. 44).

Do Mérito

O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora a 15 (quinze) anos para o serviço de telecomunicações, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual (ad. 223, § 5º)

De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término do respectivo prazo.

O prazo de vigência desta concessão, teve seu final dia 04 de abril de 1998, pois começou a vigorar em 05 de abril de 1978, com a publicação do extrato do contrato de concessão no **Diário Oficial** da União, e os efeitos jurídicos da outorga foram mantidos pelo

prazo residual, conforme disposto no Decreto do dia 10 de maio de 1991, publicado no Diário Oficial do dia 13 subsequente (se for o caso), cabendo esclarecer que o prazo desta concessão já foi renovado anteriormente no período próprio.

O pedido de renovação da outorga, ora em exame, foi protocolizado nesta Delegacia no dia 30 de dezembro de 1997, dentro, pois, do prazo legal (fls. 01) uma vez que, de acordo com o disposto na Lei da Renovação, o pedido deveria ser apresentado entre 4 de outubro de 1997 e 4 de janeiro de 1998.

A requerente tem seus quadros societário e diretivo aprovados pelo Poder Concedente com a seguinte composição:

COTISTAS	COTAS	VALOR EM R\$
JAIME CÂMARA JÚNIOR	20.656	20.656,00
TASSO JOSÉ DA CÂMARA	8.262	8.262,00
FERNANDO CÂMARA	3.757	3.757,00
MARCOS TADEU CÂMARA	3.757	3.757,00
ALLADIO TEIXEIRA ALVARES	1.022	1.022,00
TOTAL	37.454	37.454,00

CARGO	NOME
Diretor Geral	JAIME CÂMARA JÚNIOR
Diretor Administrativo	TASSO JOSÉ DA CÂMARA

A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o setor de engenharia às fls. 40.

É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 44.

Consultados os dados disponíveis nesta Delegacia, verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixos pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236/67, de 28 de fevereiro de 1967.

Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 5 de abril de 1998.

Da Conclusão

Isto posto e estando o processo devidamente instruído, concluímos pelo deferimento do pedido, submetendo o assunto à Chefe do Serviço Jurídico para prosseguimento.

É o parecer *sub-censura*.

Goiânia, 30 de outubro de 1998. – **Elza Maria Alves**, Serviço Jurídico – SEJUR.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 615, DE 2004

(Nº 214/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato, que renova a concessão da Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de maio de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de agosto de 1997, a concessão da Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 400, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 17 de maio de 2002, que “Renova concessões e autorização das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 – Rádio Canavieiro Ltda., na cidade de União dos Palmares – AL (onda média);
- 2 – Rádio Cultura da Bahia S/A., na cidade de Salvador – BA (onda média);
- 3 – Rádio Litoral Maranhense Ltda., na cidade de São Luís – MA (onda média);
- 4 – Rádio Difusora de Cáceres Ltda., na cidade de Cáceres – MT (onda média);
- 5 – Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., na cidade de Campo Grande – MS (onda média);
- 6 – Sociedade Rádio Pindorama Ltda., na cidade Sidrolândia – MS (onda média);
- 7 – Fundação Nossa Senhora Aparecida, originariamente Rádio Aparecida do Sul Ltda., na cidade de Ilícinea – MG (onda média);
- 8 – Multisom Rádio Princesa da Mata Ltda., na cidade de Muriaé – MG (onda média);
- 9 – Rádio Tropical Ltda., na cidade de Lagoa da Prata – MG (onda média);
- 10 – Rádio Guamá Ltda., na cidade de São Miguel do Guamá – PA (onda média);

11 – Difusora Rádio Cajazeiras Ltda., na cidade de Cajazeiras – PB (onda média);

12 – Rádio Bonsucesso Ltda., na cidade de Pombal – PB (onda média);

13 – Nova Frequência Ltda., originariamente Rother e Braz Palma Ltda., na cidade de Maringá – PR (onda média);

14 – Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., na cidade de Francisco Beltrão – PR (onda média);

15 – Rádio Educadora Marechal Ltda., na cidade de Marechal Cândido Rondon – PR (onda média);

16 – Rádio Pontal de Nova Londrina Ltda., na cidade de Nova Londrina – PR (onda média);

17 – Rádio Copacabana Ltda., na cidade de São Gonçalo – RJ (onda média);

18 – Fundação Cultural Riograndense, na cidade de Vacaria – RS (onda média);

19 – Rádio Agudo Ltda., na cidade de Agudo – RS (onda média);

20 – Rádio Diplomata Ltda., na cidade de São Marcos – RS (onda média);

21 – Rádio Giruá Ltda., na cidade de Giruá – RS (onda média);

22 – Rádio metrópole de Crissiumal Ltda., na cidade de Crissiumal – RS (onda média);

23 – Rádio Solaris Ltda., na cidade de Antônio Prado – RS (onda média);

24 – Rádio Clube Tijucas Ltda., na cidade de Tijucas – SC (onda média);

25 – Rádio Fraiburgo Ltda., na cidade de Fraiburgo – SC (onda média);

26 – Rádio Princesa da Serra Ltda., na cidade de Itabaiana – SE (onda média);

27 – Fundação Mater Et Magistra de Londrina, originariamente Rádio Alvorada de Londrina Ltda., na cidade de Londrina – PR (onda tropical);

28 – Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda., na cidade de Porto Velho – RO (onda tropical);

29 – Prefeitura Municipal de Itapeirica, na cidade de Itapeirica – MG (onda média); e

30 – Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda., na cidade de Araguaína – TO (sons e imagens).

Brasília, 22 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 530 EM

Brasília, 10 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões e autorização, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radio-

difusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Rádio Canavieiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas (Processo nº 50000.007083/92);

- Rádio Cultura Da Bahia S/A., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Salvador, Estado da Bahia (Processo nº 53640.001554/93);

- Rádio Litoral Maranhense Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000234/96);

- Rádio Difusora de Cáceres Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000545/97);

- Sociedade Campograndense De Radiodifusão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.001303/97);

- Sociedade Rádio Pindorama Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.002175/97);

- Fundação Nossa Senhora Aparecida, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ilícinea, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000600/96);

- Multisom Rádio Princesa Da Mata Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000902/97);

- Rádio Tropical Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001026/97);

- Rádio Guamá Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará (Processo nº 53 720.000083/97);

- Difusora Rádio Cajazeiras Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000111/95);

- Rádio Bonsucesso Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pombal, Estado da Paraíba (Processo nº 53 730.000962/96);

- Nova Frequência Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na ci-

dade de Maringá, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000084/94);

- Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000271/97); /

- Rádio Educadora Marechal Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000184/97);

- Rádio Pontal De Nova Londrina Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000158/97),

- Rádio Copacabana Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000256/93);

- Fundação Cultural Riograndense, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.002010/95);

- Rádio Agudo Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000884/97);

- Rádio Diplomata Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000736/00);

- Rádio Giruá Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001606/97);

- Rádio Metrópole De Crissiumal Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000985/97);

- Rádio Solaris Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000480/97);

- Rádio Clube Tijucas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000089/96);

- Rádio Fraiburgo Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000789/96);

- Rádio Princesa da Serra Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na

cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe (Processo nº 53840.000069/97);

- Fundação Mater Et Magistra, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Londrina, Estado do Paraná (Processo nº 29740.001093/92);

- Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia (Processo nº 53800.000017/99);

- Prefeitura Municipal de Itapeirica, autorizada do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itapeirica, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000898/97);

- Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins (Processo nº 53665.000035/97);

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu

Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 2002

Renova concessões e autorização das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e da outras providências.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

Decreta:

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Canavieiro Ltda., a partir de 12 de agosto de 1992, na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas, outorgada pelo Decreto nº 87.302, de 21 de junho de 1982 (Processo nº 50000.007083/92);

II – Rádio Cultura da Bahia S/A., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 26.470, de 15 de março de 1949, e renovada pelo Decreto nº 91.493, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 53640.001554/93);

III – Rádio Litoral Maranhense Ltda., a partir de 13 de novembro de 1996, na cidade de São Luis, Estado do Maranhão, outorgada pelo Decreto nº 93.436, de 16 de outubro de 1986 (Processo nº 53680.000234/96);

IV – Rádio Difusora de Cáceres Ltda., a partir de 15 de dezembro de 1997, na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Decreto nº 80.701, de 9 de novembro de 1977, renovada pelo Decreto nº 93.435, de 23 de novembro de 1939, aprovado pelo Decreto Legislativo nº de 1991, publicado no **Diário Oficial** da União de 6 de setembro de 1991 (Processo nº 53690.000545/97);

V – Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., a partir de 19 de março de 1998, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 95.795, de 8 de março de 1988 (Processo nº 53700.001303/97);

VI – Sociedade Radio Pindorama Ltda., a partir de 1º de março de 1998, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 95.667, de 26 de janeiro de 1988 (Processo nº 53700.002175/97);

VII – Fundação Nossa Senhora Aparecida, a partir de 6 de outubro de 1996, na cidade de Illicínea, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Aparecida do Sul Ltda., conforme Portaria nº 255, de 2 de outubro de 1986, e transferida pelo Decreto de 9 de fevereiro de 1998, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53710.000600/96);

VIII – Multisom Rádio Princesa da Mata Ltda., a partir de 8 de outubro de 1997, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 94.779, de 13 de agosto de 1987 (Processo nº 53710.000902/97);

IX – Rádio Tropical Ltda., a partir de 25 de outubro de 1997, na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria nº 1.125, de 19 de outubro de 1977, e renovado pelo Decreto nº 96.220, de 24 de junho de 1988 (Processo nº 53710.001026/97);

X – Rádio Guamá Ltda., a partir de 28 de maio de 1997, na cidade de São Miguel da Guamá, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 94.126, de 20 de março de 1987 (Processo nº 53720.000083/97);

XI – Difusora Rádio Cajazeiras Ltda., a partir de 16 de junho de 1995, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, outorgada pela Portaria nº 165, de 28 de maio de 1965, renovada pelo Decreto nº 94.533, de 26 de junho de 1987 (Processo nº 53730.000111/95);

XII – Rádio Bonsucesso Ltda., a partir de 30 de janeiro de 1997, na cidade de Pombal, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 93.792, de 17 de dezembro de 1986 (Processo nº 53730.000962/96);

XIII – Nova Frequência Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rother e Braz Palma Ltda., pela Portaria MVOP nº 607, de 23 de dezembro de 1960, renovada pelo Decreto nº 90.084, de 20 de agosto de 1984, autorizada a mudar sua denominação social para RDM Radiodifusão Ltda., pela Portaria nº 46, de 22 de março de 1988, e transferida, conforme Decreto de 12 de setembro de 2001, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53740.000084/94)

XIV – Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., a partir de 30 de agosto de 1997, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 79.830, de 21 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.831, de 3 de setembro de 1987 (Processo nº 53740.000271/97);

XV – Rádio Educadora Marechal Ltda., a partir de 11 de agosto de 1997, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 785, de 4 de agosto de 1977, e renovada pelo Decreto nº 95.261 de 19 de novembro de 1987 (Processo nº 53740.000184/97);

XVI – Rádio Pontal De Nova Londrina Ltda., a partir de 1º de junho de 1997, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 508, de 6 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.585, de 10 de julho de 1987 (Processo nº 53740.000158/97);

XVII – Rádio Copacabana Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 35.903, de 27 de julho de 1954 e renovada pelo Decreto nº 89.305, de 18 de janeiro de 1984 (Processo nº 53770.000256/93);

XVIII – Fundação Cultural Riograndense, a partir de 10 de janeiro de 1996, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 57.602, de 7 de janeiro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 94.188, de 6 de abril de 1987 (Processo nº 53790.002010/95);

XXIX – Rádio Agudo Ltda., a partir de 11 de julho de 1997, na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 615, de 7 de julho de 1977, renovada pela Portaria nº 65 de 24 de junho de 1987, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Portaria nº 224, de 2 de julho de 1987 (Processo nº 53790.000884/97);

XX – Rádio Diplomata Ltda., a partir de 19 de fevereiro de 1996, na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 195, de 12 de fevereiro de 1976, renovada pela Portaria nº 9, de 16 de janeiro de 1986, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 40, de 31 de março de 1987, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53790.000736/00);

XXI – Rádio Giruá Ltda., a partir de 17 de fevereiro de 1998, na cidade de Giruá Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 81.117, de 22 de dezembro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 98.436, de 23 de novembro de 1989 (Processo nº 53790.001606197);

XXII – Rádio Metrópole de Crissiumal Ltda., a partir de 31 de outubro & 1997, na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 1.152, de 24 de outubro de 1977, e/renovada pelo Decreto nº 95.853, de 21 de março de 1988 (Processo nº 53790 000985/97);

XXIII – Rádio Solaris Ltda., a partir de 20 de agosto de 1997, na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 94.697, de 28 de julho de 1987 (Processo nº 53790.000480/97);

XXIV – Rádio Clube Tijucas Ltda., a partir de 12 de junho de 1996, na cidade de Tijucas, Estado de Santa

Catarina, outorgada pelo Decreto nº 92.613, de 2 de maio de 1986 (Processo nº 53820.000089/96);

XXV – Rádio Fraiburgo Ltda., a partir de 1º de junho de 1997, na cidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 451, de 24 de maio de 1977, à Rádio Rural de Fraiburgo Ltda., renovada pelo Decreto nº 96.836, de 28 de setembro de 1988, e autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 055, de 16 de março de 1989 (Processo nº 53820.000789/96);

XXVI – Rádio Princesa da Serra Ltda., a partir de 5 de julho de 1997, na cidade de Rabaiana, Estado de Sergipe, outorgada pelo Decreto nº 79.759, de 31 de maio de 1997, e renovada pelo Decreto nº 96.203, de 22 de junho de 1988 (Processo nº 53840.000069/97);

Art. 2º Ficam renovadas as outorgas das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, os seguintes serviços de radiodifusão sonora:

I – concessão, em onda tropical:

a) Fundação Mater Et Magistra de Londrina, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, outorgada originalmente à Rádio Alvorada de Londrina Ltda., conforme Decreto nº 889, de 12 de abril de 1962, transferida pelo Decreto nº 75.844, de 11 de junho de 1975, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 89.927, de 6 de julho de 1984 (Processo nº 29740.001093/92);

b) Sociedade De Cultura Rádio Caiari Ltda., a partir de 12 de fevereiro de 1997, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, outorgada pelo Decreto nº 78.937, de 10 de dezembro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 94.419, de 10 de junho de 1987 (Processo nº 53800.000017/99);

II – autorização, em onda média: Prefeitura Municipal de Itapeirica, a partir de 19 de fevereiro de 1996, na cidade de Itapeirica, Estado de Minas Gerais, autorizada pela Portaria nº 244, de 9 de outubro de 1985, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 112, de 12 de setembro de 1994, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53710.000898/97).

Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 20 de outubro de 1997, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagem, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, outorgada à Televisão Anhanguera de Ara-

guáina Ltda., pelo Decreto nº 87.535, de 30 de agosto de 1982 (Processo nº 53665.000035197).

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões e autorização são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Ar. 5º A renovação das concessões e autorização de que trata este Decreto somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do ar. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de maio de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER CONJURIMC Nº 509/2002

Referência: Processo nº 53740.000271/97

Origem: Delegacia do MC no Estado do Paraná

Interessada: Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda.

Assunto: Renovação de outorga

Ementa: Concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo em 30 de agosto de 1997

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de concessão formulado pela Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, conforme Decreto nº 79.630, de 21 de junho de 1977, concessão esta renovada, por dez anos, a partir de 30 de agosto de 1987, pelo Decreto nº 94.831, de 3 de setembro de 1987, publicado no **Diário Oficial** da União em 4 seguinte, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado do Paraná, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito consoante Parecer Jurídico nº 19/99, fls. 39 a 41, dos autos.

3. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/PR, concluo,

igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o seguinte:

- atualmente os quadros societário e diretivo da entidade, autorizados pela Podaria nº 150, de 18 de agosto de 2000 e pela Portaria nº 121, de 9 de junho de 1997, respectivamente, encontram-se assim constituídos:

Cotistas	Cargo	Cotas	Valor
Aryson de Mendes de Araújo		28.966	28.966,00
Boaventura Teixeira da Luz	Diretor-Financieiro	28.966	28.966,00
Clodoveu João Francisco		28.966	28.966,00
Fernandes Martinelli	Diretor-Administrativo	28.966	28.966,00
Jorge Valentin Camilotti		28.966	28.966,00
Miguel da Silva		28.966	28.966,00
Moacyr Luiz Dall'oglio	Diretor-Geral	28.966	28.966,00
Túlio Luiz Zanchet		28.966	28.966,00
Tânia Maria Pezente		28.966	28.966,00
Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda		6	6,00
Total		2260.700	260.700,00

4. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

5. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

6. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados de minuta dos atos de renovação correspondentes – Exposição de Motivos e Decreto – com vistas ao encaminhamento para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

7. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o parecer, **sub censura**.

Brasília, 11 de março de 2002. – **Maria Lucia Paternostro Rodrigues**, Coordenadora Jurídica de Radiodifusão.

De acordo. Encaminhe-se à Srª Consultora Jurídica.

Em 11 de março de 2002. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral Assuntos Jurídicos de Comunicações

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Ministro. Em

Raimunda Nonata Pires, Consultora Jurídica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 616, DE 2004

(Nº 221/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que, outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 874, de 4 de junho de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço da radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 650, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 781, de 15 de maio de 2002 – Fundação Cultural e Educativa Pedro José de Souza, na cidade de Pires do Rio – GO;

2 – Portaria nº 785, de 15 de maio de 2002 – Fundação Educativa e Cultural de Martinho Campos, na cidade de Martinho Campos – MG;

3 – Portaria nº 869, de 4 de junho de 2002 – Fundação Nagih Haickel, na cidade de Timon – MA;

4 – Portaria nº 870, de 4 de junho de 2002 – Fundação Nagib Haickel, na cidade de Bacabal – MA;

5 – Portaria nº 871, de 4 de junho de 2002 – Fundação Francisco Gurgel Corrêa, na cidade de Barbalha – CE;

6 – Portaria nº 874, de 4 de junho de 2002 – Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara, na cidade de Itumbiara – GO; e

7 – Portaria nº 875, de 4 de junho de 2002 – Fundação Jalles Machado, na cidade de Goianésia – GO.

Brasília, 19 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 867 EM.

Brasília, 24 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.010069/97, de interesse da Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 874, DE 4 DE JUNHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.010069/97, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. — **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER Nº 174/2002

Referência: Processo nº 53000.010069/97

Interessada: Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão. Indepe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Ementa: Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara, com sede na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 291E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Itumbiara, Goiás, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente da entidade está ocupado pelo Sr. Wanderlei Martins da Silva, cabendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Está previsto também, o cargo de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Roberval Dias Martins.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 28 e 61, dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os

serviços de radiodifusão, concluiu pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 24 de maio de 2002. – **Fernando Sam-
paio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. A Serviços de Radiodifusão. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Radiodifusão.

Brasília, 29 de maio de 2002. – **Napoleão Vala-
dares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 24 de maio de 2002. – **Hamilton de
Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 27 de maio de 2002. – **Antonio Carlos
Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão
terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 617, DE 2004

(Nº 838/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão
outorgada à Rádio Dinâmica de Santa Fé
Ltda. para explorar serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada na cidade
de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.349, de 19 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de setembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 798, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de

Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissões para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.347, de 19 de julho de 2002 – Rede Central de Comunicação Ltda., na cidade de Campinas – SP;

2 – Portaria nº 1.348, de 19 de julho de 2002 – Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda., na cidade de Pouso Alegre – MG; e

3 – Portaria nº 1.349, de 19 de julho de 2002 – Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., na cidade de Santa Fé do Sul – SP.

Brasília, 11 de setembro de 2002. – **Fernando
Henrique Cardoso**.

MC nº 1.198 EM

Brasília, 26 de agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 1.349, de 19 de julho de 2002, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., pela Portaria nº 232, de 21 de setembro de 1987, publicada no **Diário Oficial** da União em 23 seguinte, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53830.000759/97 que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nas-
cimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.349, DE 19 DE JULHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000759/97, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de setembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., pela Portaria nº 232, de 21 de setembro de 1987, publicada no **Diário Oficial** da União em 23 seguinte, para explorar,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juarez Quadros do Nascimento.

PARECER JURÍDICO Nº 837/97

Referência: Processo nº 53830.000759/97

Origem: DRMC/SPO

Assunto: Renovação de Outorga

Interessada: Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.

Ementa: – Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora, cujo prazo terá seu termo final em 23/09/97.

– Pedido apresentado tempestivamente
– Regulares a situação técnica e a vida societária

Conclusão: Pelo deferimento

A Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, requer renovação do prazo de vigência de sua permissão, cujo termo final ocorrerá em 23 de setembro de 1997.

I – Os Fatos

1. Mediante Portaria nº 232, de 21 de setembro de 1987, publicada no **Diário Oficial** da União de 23-9-87, foi outorgada permissão à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., para executar, na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

2. A outorga em apreço começou a vigorar a partir de 23 de setembro de 1987, data de publicação da Portaria de Permissão no **Diário Oficial** da União.

3. Cumpre ressaltar que durante o período de vigência da outorga, a entidade não sofreu qualquer penalidade, nem tampouco foi advertida, conforme se verifica na informação do Setor Jurídico do Serviço de Fiscalização desta Delegacia, constante de fls. 34.

II – Do Mérito

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, es-

tabelece os prazos de 10 (dez) anos para o Serviço de Radiodifusão Sonora e 15 (quinze) anos para o Serviço de Televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223, § 5º).

5. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de suas outorgas deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término do respectivo prazo.

6. O pedido de renovação da outorga ora em exame foi protocolizado nesta Delegacia em 6 de maio de 1997, dentro, pois, do prazo legal (fls. 01).

7. A requerente tem seus quadros societário e diretivo aprovados pelo Poder Concedente, com a seguinte constituição:

Cotistas	Cotas	Valor R\$
Arlindo Sutto Junior	4.162	4.162,00
Helena Coelho Rubinho	2.573	2.535,00
Total	6.735	6.735,00
Cargo	Nome	
Diretora Gerente	Helena Coelho Rubinho	

8. A emissora encontra-se operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme laudo de vistoria de fls. 24/27 e informações do Setor de Engenharia constante de fls. 32.

9. Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

10. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fl. 33.

11. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 23 de setembro de 1997, tendo em vista a data de publicação da Portaria de permissão no **Diário Oficial** da União.

Conclusão

Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos à consideração do Sr. Delegado DMC/SPO para posterior remessa ao Departamento de Fiscalização e Outorgas para prosseguimento.

É o parecer **sub censura**,

Setor Jurídico, 24 de junho de 1997. – **Nilton Aparecido Leal**, Assistente Jurídico.

De acordo.

SEJUR, 25 de junho de 1997. – **Lydio Malvezzi**, Chefe.

1) De acordo

2) Encaminhe-se o processo ao Departamento de Fiscalização e Outorgas para prosseguimento.

São Paulo, 26 de junho de 1997. – **Eduardo Graziano**, Delegado.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 618, DE 2004

(Nº 885/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – LINOESC, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.300, de 16 de julho de 2002, que outorga permissão à Fundação Educacional Unificada Santa Catarina – UNOESC para executar, por 10 anos, sem direito da exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 735, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 784, de 15 de maio de 2002 – Fundação de Armação dos Búzios, na cidade de Iguaba Grande – RJ;

2 – Portaria nº 1.297, de 16 de julho de 2002 – Fundação Educacional e Cultural Cacondense, na cidade de Caconde – SP;

3 – Portaria nº 1.298, de 16 de julho de 2002 – Fundação Juvenília Loiola, na cidade de Tauá – CE;

4 – Portaria nº 1.299, de 16 de julho de 2002 – Fundação **Mater Dei**, na cidade de Vigia – PA;

5 – Portaria nº 1.300, de 16 de julho de 2002 – Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, na cidade de Joaçaba – SC;

6 – Portaria nº 1.301, de 16 de julho de 2002 – Fundação Educativa e Cultural Senhor do Bonfim, na cidade de Içó – CE;

7 – Portaria nº 1.313, de 16 de julho de 2002 – Fundação José Francisco Filho, na cidade de Carnaíba – PE;

8 – Portaria nº 1.316, de 16 de julho de 2002 – Fundação João XXIII, na cidade de Votorantim – SP;

9 – Portaria nº 1.362, de 26 de julho de 2002 – Fundação Exclusiva Educativa, na cidade de Campo Largo – PR; e

10 – Portaria nº 1.365, de 26 de julho de 2002 – Fundação Bento Freire de Sousa, na cidade de Sousa – PB.

Brasília, 10 de agosto de 2002. – **Marco Maciel**.

MC nº 1.077 EM

Brasília, 2 de agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53740.000203/01, de interesse da Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.300, DE 16 DE JULHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000203/01, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Ar. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Ar. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER Nº 184/2002

Referência: Processo nº 53740.000203/01

Interessada: Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão.

Ementa: – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, com sede na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 294-E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas infor-

mativos, culturais e recreativos pela TV e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A – 4”, sob o nº 505, aos 11 dias do mês de novembro de 1981, na cidade de Joaçaba, Santa Catarina, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de quatro anos, de acordo o artigo 34 do Estatuto da entidade, está ocupado pelo Sr. Antonio Osvaldo Conci, cabendo a ele a representação ativa e passiva da fundação, nos atos de sua administração.

6. Está previsto também, o cargo de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Antônio Adolpho Marresch.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme

declarações firmadas por eles, juntadas às fls. 71 e 127 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **sub censura**.

Brasília, 7 de junho de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 7 de junho de 2002. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga, Substituto.

À consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 10 de junho de 2002. – **Antônio Carlos de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 10 de junho de 2002. – **Antônio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 619, DE 2004

(Nº 923/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de agosto de 2003, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos a explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço da radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 401, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2003, que “Autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências”.

Brasília, 19 de agosto de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC nº 154 EM

Brasília, 25 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.004309/2002, acompanhado de projeto de decreto que trata da outorga de autorização à Prefeitura Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

2. De acordo com o art. 14, § 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e como § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**.

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 2003

Autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967, e no § 2º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.004309/2002,

Decreta:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de São Carlos autorizada a explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O convênio decorrente desta autorização deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **Luiz Inácio da Silva.**

PARECER Nº 2/2003 – DOS

Referência: Processo nº 53000.004309/2002

Interessada: Prefeitura Municipal de São Carlos

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão.

Ementa: – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento.

I – Os Fatos

A Prefeitura Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 48E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, tendo portanto, autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. O cargo de Prefeito está ocupado pelo Sr. Newton Lima Neto.

5. Por meio da Lei Municipal nº 6.890/1971, foi criada a Fundação Educacional São Carlos, tendo como uma de suas finalidades a execução de serviços de radiodifusão, conforme artigo 2º parágrafo único, de seu Estatuto e cuja Presidência, de acordo com o Decreto Municipal nº 52/2001, está ocupada pela Sra. Elisabeth Márcia Martucci, cabendo a ela a representação ativa e passiva, nos atos de sua administração.

II – Do Mérito

6. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

7. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

8. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e estabelece, no parágrafo único do artigo 7º, que têm preferência para a execução de serviços de radiodifusão as pessoas jurídicas de direito público interno.

9. A documentação instrutória concernente à entidade está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

10. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites

fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, conforme declaração firmada pela Sra. Elisabeth e juntada à fl. 49, dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 30 de abril de 2003. – **Fernando Sampaio Netto**

Coordenador de Radiodifusão

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 30 de abril de 2003. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**

Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio

A Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 30 de abril de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, de de 2003. – **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 620, DE 2004

(Nº 984/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Banabuiú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.825, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio FM Banabuiú Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 501, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das

Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.825, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio FM Banabuiú Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.

Brasília, 1º de outubro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 145 EM

Brasília, 24 de julho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 004/98-SSR/MC, com vistas à implantação de urna estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Banabuiú Ltda. (Processo nº 53650.00070/98) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 2.825, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000707/98, Concorrência nº 004/98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM Banabuiú Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juarez Quadros do Nascimento.


**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE
COMERCIAL DENOMINADA RÁDIO FM BANABUIÚ LTDA**


JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR

Brasileiro, Casado, Construtor, residente e domiciliado na cidade de Mombaça, Estado do Ceará, à Rua Antônio Pedro Benevides nº 18 - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 124.658 - 80 - S.S.P./CE, inscrito no CPF sob o número 267.859.003 - 87; e

SILVIA MARIA BENEVIDES DE CASTRO

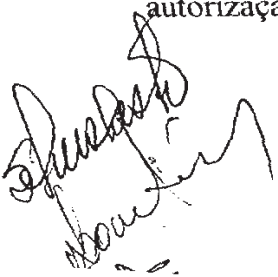
Brasileira Casada, Comerciante, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Antônio Justa nº 3.435 - Aptº 1.102 - Meireles, portadora da cédula de identidade RG Nº 174.971 - S.S.P./CE, inscrita no CPF sob o número 208.328.343 - 00.

 **CONSTITUEM** entre si, na melhor forma de direito, sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:



CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade se denominará **RÁDIO FM BANABUIÚ LTDA**, e terá por finalidade a execução dos serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), mediante autorização do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigente.




CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade, de acordo com o que preceitua o Artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportaçã dos encargos e sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da sociedade tem como endereço a cidade de **MOMBAÇA**, Estado do **CEARÁ**, à **Rua Antônio Pedro Benevides nº 18 - Centro**, podendo abrir e fechar agências, sucursais e escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre que assim convier, **NÃO TENDO FILIAIS PRESENTEMENTE.**


**CLÁUSULA QUARTA**

A sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir de **16 de Fevereiro de 1.998**. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

CLÁUSULA QUINTA

a) As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

b) Qualquer alteração contratual, assim como a transferência de cotas, dependerá de prévia autorização do Poder Concedente.



CLÁUSULA SEXTA

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que impõem as leis, decretos, regulamentos, códigos ou decisões emanadas do Poder Concedente e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão.

CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros ou brasileiros natos.

CLÁUSULA OITAVA

A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessão ou permissão de radiodifusão sonora em geral no País, além dos limites fixados pela legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA

O capital social é de **R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)**, representado por **800 (Oitocentas)** cotas no valor de **R\$ 100,00 (Cem Reais)** cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIO COTISTA				%	COTAS	(R\$)
JOSÉ VALDOMIRO	TÁVORA	DE	50	400	40.000,00	
CASTRO JÚNIOR						
SILVIA MARIA	BENEVIDES	DE	50	400	40.000,00	
CASTRO						
T O T A L				100	800	80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o Artigo 2º *“in fine”* do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA

A integralização do capital social será efetivada pelos sócios da seguinte forma:

a) 10% (dez por cento), ou seja R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), em moeda corrente nacional, neste ato;

b) O restante, ou seja 90% (noventa por cento), será integralizado no período de 02 (dois) anos de acordo com as necessidades de aquisição dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento de uma emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), tais como: transmissor, caixa de sintonia, torre, antenas, sala de áudio, discos e acessórios, assegurando, assim, a integralização total do capital social e o fiel cumprimento do prazo a ser estabelecido pelo Poder Concedente para a instalação da emissora a ser outorgada.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do capital social, consoante o que determina a lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

A sociedade será administrada pelo sócia **SILVIA MARIA BENEVIDES DE CASTRO**, na função de **DIRETORA - ADMINISTRATIVA**, a qual fará uso da firma judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar poderes especiais ou totais a terceiros através de procurações e mediante autorização do Poder Concedente.

PARÁGRAFO ÚNICO - No uso de suas atribuições, a Diretora - Administrativa, assinará da seguinte forma:

RÁDIO FM BANABUIÚ LTDA


SILVIA MARIA BENEVIDES CASTRO
Diretora - Administrativa

**CLÁUSULA
DÉCIMA-TERCEIRA**

Os sócios terão como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-QUARTA**

O uso da denominação social, nos termos da **CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA** deste instrumento, é vedado em fianças, aval e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando o Diretor, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-QUINTA**

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, por força da lei, a sociedade automaticamente se dissolverá, sendo observados os dispositivos da lei. Cabendo aos herdeiros do sócio falecido o capital e os apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou a interdição depois de 06 (seis) meses após a aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações mensais iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SEXTA**

Os sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme Portaria nº 06/86, de 16/09/86, do D.N.R.C.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SÉTIMA**

Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-OITAVA**

A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato de conta de lucros e perdas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os lucros ou prejuízos apurados em balanço geral anual serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas ou capital.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-NONA**

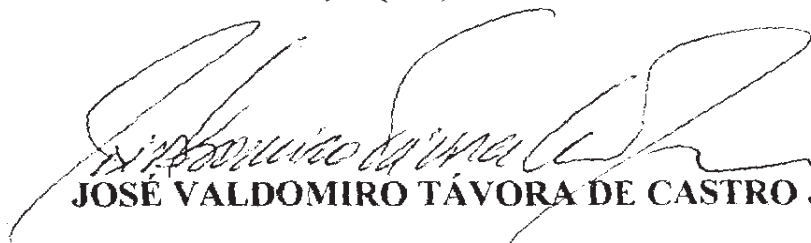
Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10/01/19, a cuja observância, como as demais cláusulas deste contrato, se obrigam Diretor e Sócios – Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

MOMBAÇA (CE), 04 de Fevereiro de 1.998

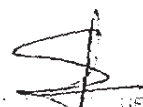


JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR



SILVIA MARIA BENEVIDES DE CASTRO

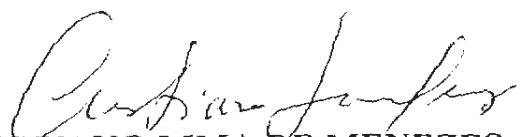
TESTEMUNHAS:



CRISTIANO LIMA DE MENEZES
RG nº 90002160094 - SSP/CE



1.) LUIS MOURA DA COSTA
RG Nº 97002597147 – SSP/CE



2.) CRISTIANO LIMA DE MENEZES
RG Nº 90002160094 – SSP/CE

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 621, DE 2004**

(Nº 2.919/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Soledadense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 767, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Soledadense a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço da radiodifusão comunitária na cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 119, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 758, de 6 de dezembro de 2001 – Associação de Rádio Comunitária de Pocinhos, na cidade de Pocinhos – PB;

2 – Portaria nº 759, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas, na cidade de Biquinhas – MG;

3 – Portaria nº 760, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuiipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR), na cidade de Riachão do Jacuípe – BA;

4 – Portaria nº 761, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão, na cidade de Serro – MG;

5 – Portaria nº 763, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Comunicação e Ação Social, na cidade de Soledade – PB;

6 – Portaria nº 764, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária do Bairro dos Funcionários – Fruta de Leite/MG, na cidade de Fruta de Leite – MG

7 – Portaria nº 765, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Família de Viradouro, na cidade de Viradouro – SP;

8 – Portaria nº 766, de 6 de dezembro de 2001 – Associação de Moradores Comunidade Cristalinense, na cidade de Cristalina – GO;

9 – Portaria nº 767, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Soledadense, na cidade de Soledade de Minas – MG;

10 – Portaria nº 768, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Cultural e Artística Folha do Boqueirão, na cidade de Curitiba – PR; e

11 – Portaria nº 769, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Mater Dei de Piraju, na cidade de Piraju – SP.

Brasília, 22 de fevereiro de 2002.

MC nº 64 EM

Brasília, 25 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária Soledadense, com sede na cidade Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade como **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001054/98; que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais

somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal..

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga** – Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 767 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001054/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Soledadense, com sede na Rua José Isalino nº 540, Centro, na cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º03'35"S e longitude em 45º02'13"W, utilizando a frequência de 106,3 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 027/2001-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.710.001.054198 de 16 de setembro de 1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Soledadense, na localidade de Soledade de Minas – MG

I – Introdução

1. Associação Comunitária Soledadense, inscrito no CGC sob o número 02.740.01510001-11, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua José Isalino, 540, Centro, Cidade de Soledade de Minas, MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 10 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União -DOU**, de 27 de março de 2000, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 71 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua José Isalino, 540, Centro, Cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 22°03'35"S de latitude e 45°02'13" W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 27-3-2000, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas devem ser mantidas, pelo que se depreende da

memória do documento de folhas 56, denominado de "Roteiro de Análise Técnica RadCom"

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação do subitem 6.7, inciso I e II, bem como, do subitem 6.11, (Projeto Técnico) e planta de arruamento, da Norma 2/98, (fls. 60).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 62, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 73 e 74.

15. É o relatório

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária Soledadense

– quadro diretivo

Presidente: Luis Carlos Bento

Vice-Presidente: Albari Campos Bergantini

Secretário: Alessandra Coelho Pinto

Tesoureiro: Edmilson Cortes Gama

Dir. de Patrimônio: José Valdemir Rocha

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua José Isalino. 540, Centro, Cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais;

– coordenadas geográficas

22°03'35"S de latitude e 45°02'13"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 62 e "Roteiro de Análise de instalação da Estação de RadCom", fls. 73 e 74, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Soledadense, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão.

são comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.001.054/98, de 16 de setembro de 1998.

Brasília, 15 de Janeiro de 2.001.


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 17 de janeiro de 2.001. – **Hamilton Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação e Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 605 a 621, de 2004**, que acabam de ser lidos, tramitarão com o prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, letra “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Sobre a mesa, parecer da Comissão de Assuntos Sociais que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 492, DE 206

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077, de 2000, na origem), que tem como objetivo determinar que o Sistema Único de Saúde (SUS) preste serviço de prevenção e tratamento odontológicos,

utilizando para isso todos os meios e técnicas necessários. O atendimento será prestado por sua rede de unidades públicas ou conveniadas.

Pelo art. 2º, prevê-se a vigência da lei para a data da sua publicação.

Após o recebimento da proposição no Senado Federal, a Presidência desta Casa observou que o projeto tem pertinência com a matéria da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. A proposição foi, então, encaminhada a esta Comissão, com a determinação de que seja inserida no contexto da mencionada lei, em obediência ao disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

As ações e serviços públicos de saúde efetuados pelo SUS devem-se voltar para o atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais (inciso II do art. 198 da Constituição Federal). A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também enfatiza o caráter integral que deve nortear as ações do SUS. A Lei sempre se refere à assistência à saúde do indivíduo, sem priorizar a assistência médica sobre as outras.

Infelizmente, o cumprimento dessa diretriz é a exceção, e não a regra, nas unidades que compõem a rede do SUS. Se a assistência médica já é insatisfatória, em grande parte das unidades o atendimento oferecido por outras áreas da saúde é praticamente inexistente.

O objetivo do ilustre autor do projeto de lei em análise é louvável, pois compartilhamos do seu desejo de fazer com que o SUS se tome verdadeiramente um modelo de “atenção integral à saúde”. No entanto, consideramos que alguns tópicos da proposição merecem reparo.

A recomendação, feita pela Presidência desta Casa Legislativa, de que o objeto da proposição tem relação com o da Lei Orgânica da Saúde, é pertinente. Com efeito, em atendimento às regras da boa técnica legislativa, deve-se promover a alteração da referida lei e não propor lei “extravagante”.

Da mesma forma, o texto do projeto deve adquirir um caráter mais genérico. A lei a ser alterada não se refere especificamente à assistência médica em

nenhum momento, mas à assistência à saúde em geral. Portanto, a proposição não deve mencionar uma profissão de saúde específica, como a Odontologia. O mais indicado é que proponha a atuação de todas as profissões de saúde reconhecidas na execução integrada das ações assistenciais e preventivas.

Em conformidade com as observações acima apontadas, apresentamos um substitutivo ao projeto de lei ora apreciado nesta Comissão.

III – Voto

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2002

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades preventivas

oferecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º inciso III do art. 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

III – a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2004. – **Edison Lobão**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2002.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/05/2004, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA	
RELATOR: SENADOR EDISON LOBÃO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
IDELI SALVATI (PT)	2- FERNANDO BEZERRA (PTB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	3- TIÃO VIANA (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
SIBÁ MACHADO (PT)	5- DUCIOMAR COSTA (PTB)
AFETON FREITAS (PL)	6- VAGO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	7- SERYS SLHESARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT)	8- VAGO
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
MÃO SANTA	1- GARIBALDI ALVES FILHO
LEOMAR QUINTANILHA	2- HÉLIO COSTA
MAGUITO VILELA	3- VAGO
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON
RAMEZ TEBET	6- ROMERO JUCÁ
PAPALÉO PAES	7- GERSON CAMATA – LICENCIADO
PEL TITULARES	PFL SUPLENTE
EDISON LOBÃO	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES
É AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES
PAULO OCTÁVIO	4- EFRAIM MORAIS
MARIA DO CARMO ALVES	5- JORGE BORNHAUSEN
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
EDUARDO AZEREDO	1- TASSO JEREISSATI
LÚCIA VÂNIA	2- LEONEL PAVAN
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3- SÉRGIO GUERRA
ANTERO PAES DE BARROS	4- ARTHUR VIRGÍLIO
REGINALDO DUARTE	5- MARCOS GUERRA
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- OSMAR DIAS
JUVÊNCIO DA FONSECA	2- VAGO
PPS TITULARES	PPS SUPLENTE
PATRICIA SABOYA GOMES	1- MOZARILDO CAVALCANTI

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

.....
II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

.....
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

.....
Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde de SUS:

.....
III – a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto
Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-99

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

.....
IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Mensagem de veto nº 393

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....
DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (Projeto de Lei nº 3.077, de 2000, na origem), tem como objetivo determinar que o Sistema Único de Saúde – SUS, por meio de sua rede de unidades públicas ou conveniadas, preste serviço de prevenção e tratamento odontológico utilizando todos os meios e técnicas necessários (Art. 1º). Caso venha a ser aprovado, a lei originada entrará em vigor na data de sua publicação (Art. 2º).

Recebida a proposição nesta Casa legislativa, a Presidência do Senado Federal constatou que o projeto tem pertinência com o objeto da Lei nº 8.080, de 1990, razão pela qual o encaminhou a esta Comissão de Assuntos Sociais com a determinação de que a proposta seja inserida no contexto da mencionada lei, em obediência ao disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Ressalte-se que não foram apresentadas emendas à proposição, porquanto não consta no processado qualquer registro nesse sentido.

II – Análise

É nobre a intenção do ilustre autor do Projeto de lei em análise, pois compartilhamos de seu desejo de fazer com que o Sistema Único de Saúde (SUS) se tome verdadeiramente um modelo de “atenção integral à saúde” – em especial porque a cantada mais carente da população brasileira de fato necessita integralmente do SUS para ter acesso a qualquer atendimento de saúde.

Sabemos que a “atenção integral à saúde” já faz parte da concepção e da legislação que norteia o funcionamento do sistema. Porém, verificamos que, na verdade, pouquíssimas unidades do SUS oferecem atendimento odontológico – ou assistência especializada em nutrição, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e outras profissões de saúde. Isso é lamentável,

porque nenhum indivíduo pode ser considerado sadio se não lhe forem oferecidos os recursos necessários para cuidar de sua saúde bucal, nutricional, emocional e todas as esferas envolvidas em seu bem-estar.

Alguns consideram utopia um serviço de saúde público, gratuito e capaz de prover atendimento integral a todos que a ele recorrerem, pois alegam que nunca haverá recursos financeiros suficientes em nosso País para essa finalidade.

A nossa visão é diametralmente contrária: verificamos, na prática, que o SUS é viável se investirmos em parcerias entre os governos das diferentes esferas e em iniciativas de grande alcance, como o Programa Saúde da Família.

Também nos causa grande júbilo informar que uma parceria entre os governos estadual e federal vem permitindo grandes avanços na formação de profissionais de saúde, inclusive no que tange à pós-graduação. Até pouco tempo atrás, não possuíamos um único curso de pós-graduação.

Assim, por acreditarmos em sua viabilidade, considero que precisamos criar todas as condições possíveis para que o SUS “do papel” se torne real. Por essa razão, apoiamos o projeto de lei em análise, que julgamos constituir um importante instrumento nesse sentido.

Contudo, tem razão a Presidência desta Casa legislativa ao recomendar que o objetivo da proposição seja inserida na Lei Orgânica da Saúde, de forma a atender as normas que regem a boa técnica legislativa. Para isso, contudo, é preciso fazer com que o texto do projeto adquira um caráter genérico, pois aquela lei não comporta a menção a uma profissão de saúde específica – como a odontologia –, já que ela não faz referência, por exemplo, a assistência médica, mas somente a assistência à saúde em geral.

Dessa forma, apresentamos neste parecer substitutivo que altera a Lei Orgânica da Saúde da forma acima identificada.

III – Voto

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3 (SUBSTITUTIVO), DE 2002

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências”, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades pre-

ventivas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a constar com a seguinte redação:

Art. 5º
.....

III – a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Senador **Tião Viana**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Roberto Freire**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (Projeto de Lei nº 3.077, de 2000, na origem), tem como objetivo determinar que o Sistema Único de Saúde – SUS, por meio de sua rede de unidades públicas ou conveniadas, preste serviço de prevenção e tratamento odontológico utilizando todos os meios e técnicas necessários (Art. 1º). Caso venha a ser aprovado, a lei originada entrará em vigor na data de sua publicação (Art. 2º).

Recebida a proposição nesta Casa legislativa, a Presidência do Senado Federal constatou que o projeto tem pertinência com o objeto da Lei nº 8.080, de 1990, razão pela qual o encaminhou a esta Comissão de Assuntos Sociais com a determinação de que a proposta seja inserida no contexto da mencionada lei, em obediência ao disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Ressalte-se que não foram apresentadas emendas à proposição, porquanto não consta no processado qualquer registro nesse sentido.

II – Análise

É nobre a intenção do ilustre autor do Projeto de Lei em análise, pois compartilhamos de seu desejo de fazer com que o Sistema Único de Saúde (SUS) se tome verdadeiramente um modelo de “atenção integral à saúde” – em especial porque a camada mais

carente da população brasileira de fato necessita integralmente do SUS para ter acesso a qualquer atendimento de saúde.

Sabemos que a “atenção integral à saúde” já faz parte da concepção e da legislação que norteia o funcionamento do sistema. Porém, verificamos que, na verdade, pouquíssimas unidades do SUS oferecem atendimento odontológico – ou assistência especializada em nutrição, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e outras profissões de saúde. Isso é lamentável, porque nenhum indivíduo pode ser considerado sadio se não lhe forem oferecidos os recursos necessários para cuidar de sua saúde bucal, nutricional, emocional e todas as esferas envolvidas em seu bem-estar.

Alguns consideram utopia um serviço de saúde público, gratuito e capaz de prover atendimento integral a todos que a ele recorrerem, pois alegam que nunca haverá recursos financeiros suficientes em nosso País para essa finalidade.

A nossa visão é diametralmente contrária: verificamos, na prática, que o SUS é viável se investirmos em parcerias entre os governos das diferentes esferas e em iniciativas de grande alcance, como o Programa Saúde da Família.

Também nos causa grande júbilo informar que uma parceria entre os governos estadual e federal vem permitindo grandes avanços na formação de profissionais de saúde, inclusive no que tange à pós-graduação. Até pouco tempo atrás, não possuíamos um único curso de pós-graduação.

Assim, por acreditarmos em sua viabilidade, considero que precisamos criar todas as condições possíveis para que o SUS “do papel” se torne real. Por essa razão, apoiamos o projeto de lei em análise, que julgamos constituir um importante instrumento nesse sentido.

Contudo, tem razão a Presidência desta Casa legislativa ao recomendar que o objetivo da proposição seja inserida na Lei Orgânica da Saúde, de forma a atender às normas que regem a boa técnica legislativa. Dessa forma, apresentamos neste parecer substitutivo que altera a Lei Orgânica da Saúde da forma acima identificada.

III – Voto

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3 (SUBSTITUTIVO), DE 2002

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre as condições

para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências”, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta-se ao inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 1990, a seguinte alínea “e”;

“Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I – a execução de ações:

a) de vigilância sanitária;

b) de vigilância epidemiológica;

c) de saúde do trabalhador; e

c) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

e) saúde bucal .(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – **Roberto Freire**, Relator.

ATA DA NONA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 8 DE MAIO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS

Às dez horas e quinze minutos, do dia oito de maio de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senhor Senador Romero Jucá, para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Ana Júlia Carepa, Eurípedes Camargo, Fátima Cleide, Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Papaléo Paes, Mão Santa, Íris de Araújo, Edison Lobão, Renildo Santana, Lúcia Vânia, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Patrícia Saboya Gomes, Dulcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, César Borges, Demóstenes Torres, Efraim Moraes, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, e Osmar Dias. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. E dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro da Saúde, Ministro Humberto Sérgio Costa

Lima, com a finalidade de atender aos requerimentos nº 2-CAS/2003, de autoria do Senador Romero Jucá, para discorrer sobre as Propostas concernentes à área de atuação do Ministério da Saúde de nº 5-CAS/2003, de autoria dos Senadores Romero Jucá e da Ana Júlia Carepa, a fim de debater sobre os produtos denominados transgênicos de nº 15-CAS/2003, de autoria do Senador Romero Jucá, a fim de subsidiar os trabalhos dessa Comissão sobre o PLC nº 3/2002 e o nº 17-CAS/2003, de Autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes a fim subsidiar os trabalhos dessa Comissão sobre o PLC nº 108/2000. O Senhor Ministro faz uso da palavra para a sua exposição inicial. Participam das interpelações ao Senhor Ministro, os Senhores Senadores Ana Júlia Carepa, Patrícia Saboya Gomes, Tião Viana, Mão Santa, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Osmar Dias, Aloizio Mercadantes, Antônio Carlos Valadares, Íris de Araújo, Augusto Botelho, Lúcia Vânia, Fátima Cleide, Eurípedes Camargo e Eduardo Suplicy. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Cleudes Boaventura Farias Nery, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a integra das notas taquigráficas. – Senador **Romero Jucá**, Presidente da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Declaro aberta reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, que se realiza hoje, dia 8 de maio de 2003.

O item inicial desta reunião é a exposição do Ministro da Saúde, Sr. Humberto Sérgio Costa Lima, atendendo a requerimento dos Senadores Romero Jucá e Ana Júlia Carepa.

Solicito ao vice-Presidente da Comissão, Senador Papaléo Paes, à Senadora Patrícia Gomes e ao Senador Tião Viana que conduzam o Ministro até este plenário. (Pausa.)

(É introduzido no plenário o Sr. Ministro Humberto Costa.)

Convido o Vice-Presidente da Comissão, Senador Papaléo Paes, para tomar assento à mesa dos trabalhos.

Sr. Ministro Humberto Costa, V. Exª foi convidado para esta audiência na Comissão de Assuntos Sociais tendo em vista a série de assuntos relevantes que comanda no Ministério, assuntos que têm correlação direta com a atuação desta Comissão.

Quando convidamos V. Exª havíamos pautado inicialmente apenas as questões da política de medicamentos, do controle de preços, da ampliação do

teto do SUS, enfim, questões estruturais da atuação do próprio Ministério da Saúde e desta Comissão de Assuntos Sociais. Entretanto, com o decorrer do tempo, surgiram também questões conjunturais extremamente graves e que têm preocupado todo o País, como a utilização das UTI – lembro o que está ocorrendo na cidade de Fortaleza, onde V. Exª esteve – e também, mais do que isso, a pneumonia asiática, que, efetivamente, é um drama que se transforma em desafio a ser enfrentado por todos os países.

Espero que, nessa apresentação e em seguida no debate, possamos discorrer sobre todas as questões, para que não só as Senadoras e os Senadores, mas também o público que acompanha esta reunião pela TV Senado possa conhecer a atuação do Governo nessas diversas áreas.

V. Exª dispõe de trinta minutos para sua exposição. Posteriormente, iremos abrir a palavra ao plenário.

Estão inscritos, como autores do requerimento, além de mim, as Senadoras Ana Júlia Carepa e Patrícia Saboya Gomes e os Senadores Mão Santa e Papaléo Paes.

Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, demais Senadores aqui presentes, quero inicialmente agradecer a oportunidade de estar aqui para discorrer um pouco sobre o Sistema Único de Saúde, as propostas de nossa gestão à frente do Ministério e também para abordar os temas relevantes a que se referiu o Senador Romero Jucá.

Utilizarei esse tempo que me foi disponibilizado para rapidamente apresentar um pouco do panorama do Sistema Único de Saúde no nosso País, o que entendemos como os problemas que o sistema tem, os desafios e as proposições para o enfrentamento dos problemas e a superação desses desafios.

Peço licença para ficar em pé.

O Sistema Único de Saúde neste ano completa 15 anos da sua criação. Na verdade, o processo de implantação ocorreu dois anos depois, com a Lei Orgânica da Saúde.

Repetirei algumas coisas de que temos conhecimento: a saúde, na Constituição brasileira, é definida como um direito de cidadania, um dever do Estado e resulta de políticas públicas que elevam a qualidade de vida, um conceito amplo de saúde. O arcabouço jurídico legal é adequado, temos basicamente três grandes referências legais que dão esse arcabouço ao SUS: a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Saúde, que é a Lei nº 8.080 e a Lei nº 8.142, que definiu processos de participação social e de descentralização.

A organização do Sistema Único de Saúde é orientada pelos princípios da universalidade, ou seja, todos têm direito ao acesso e o Poder Público tem a garantia de viabilizar pela integralidade, ou seja, o indivíduo deve ser visto como um todo e as ações de saúde devem contemplar tanto a promoção em saúde, com o estímulo à adoção de hábitos saudáveis e comportamentos ou atitudes que favoreçam a manutenção ou a elevação dos níveis de saúde; a equidade, que é justamente a tentativa de se dar uma atenção diferenciada aos diferentes, fazendo com que o Poder Público atue principalmente no sentido de atender aos mais pobres; a descentralização, que é o processo que permite que Estados, Municípios e Governo Federal tenham funções específicas e que caiba a execução das ações ao Município, em parte aos Governos estaduais, com papel de articulação entre os Municípios e o Ministério da Saúde com o papel de co-financiar o sistema, normatizar e garantir apoio técnico aos outros níveis de atenção. O controle social, com a participação da população, mediante os conselhos municipais, estaduais e o Conselho Nacional de Saúde é onde isso está mais avançado das políticas sociais todas.

Temos instrumentos normativos suficientes. As normas operacionais básicas de 1991, 1993, de 1996 e a norma operacional de assistência à saúde de 2001 e 2002 definem os papéis dos Estados e Municípios, do Governo Federal, definem gestões, níveis de gestão diferenciada para cada um desses Municípios, o que garante uma maior ou menor execução das ações de saúde no Município, as transferências de recursos fundo a fundo, enfim, toda uma normatização.

Uma pesquisa recente que fizemos, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde traz alguns dados importantes, até para perdemos essa visão de que o SUS é um sistema que atende somente os mais pobres. Noventa por cento da população brasileira é, de algum modo, usuária do SUS, ou seja, é um sistema que atinge uma parcela significativa da população, seja utilizando uma campanha de vacina contra a gripe para os idosos, seja utilizando os serviços ambulatoriais ou numa área de alta complexidade; 28,6% usam exclusivamente o SUS; 61,5% usam o SUS e algum outro sistema de atenção à saúde e só 8,7% da população afirmam que não usam o Sistema Único de Saúde.

Qual é a complexidade do contexto desse sistema? Um País com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com um processo de urbanização intenso, que tem uma relação paradoxal entre as Unidades federadas, apesar da existência de uma autonomia formal. Na prática, temos políticas administrativas centralizadas, paternalistas e uma estrutura econômica e social

heterogênea; no quadro sanitário, uma convivência de doenças típicas do desenvolvimento: tuberculose, hanseníase, malária, dengue e outras, com demandas crescentes por serviços de ponta, como transplantes de órgãos.

Para que V. Ex^a tenham idéia da dimensão e do papel que o SUS exerce na sociedade brasileira, vou apresentar alguns dados gerais.

O SUS tem 63.650 unidades ambulatoriais que, em média, realizam 153 milhões de procedimentos por ano. Isso é relativo a 2002.

Temos 5.794 unidades hospitalares, com um total de 441.045 leitos, que são responsáveis por mais de 900 internações por mês, e um total de 11.700 milhões de internações por ano, no Brasil.

Ainda sobre a assistência ambulatorial, o Brasil é um dos poucos países do mundo que garante assistência integral, envolvendo promoção, prevenção – totalmente gratuita a assistência para portadores de HIV, principalmente o chamado coquetel formado pelos medicamentos anti-retrovirais –, para os pacientes renais crônicos e pacientes com câncer. Isso é algo que poucos países no mundo garantem.

Realizamos, por ano, um bilhão de procedimentos de atenção básica, desde vacinas, passando por consultas, por ações educativas, e 251 milhões de exames laboratoriais clínicos. Exames de ultra-sonografia, o SUS realiza 8.100 milhões por ano. São 132,5 milhões de atendimentos de alta complexidade, entre tomografias, exames hemodinâmicos – aqueles que detectam as doenças coronarianas, cardiovasculares –, a ressonância magnética, sessões de hemodiálise, quimioterapia e radioterapia, sendo importante ressaltar que essas três últimas, apenas o Sistema Único de Saúde garante. Apesar de estar na legislação que regulamentou os planos de saúde, dificilmente eles oferecem esses serviços, e o SUS é quem de fato proporciona esses serviços.

Além disso, temos o Programa de Saúde da Família, que dispõe de 17.610 equipes, que cobrem 55 milhões de pessoas no Brasil, e abrangem 90% dos Municípios no País. É um Programa que já tem demonstrado resultados importantes na melhoria dos indicadores de saúde da população.

Vou apresentar agora alguns dados gerais sobre a assistência hospitalar no SUS.

O SUS realiza, por ano, 2.600 milhões partos; 83 mil cirurgias cardíacas; 60 mil cirurgias oncológicas; 92.900 cirurgias de varizes e 23.400 transplantes de órgãos, sendo que só o Sistema Único de Saúde realiza transplantes de órgãos no País.

Toda essa área é de alta complexidade. A tabela de pagamento do SUS é uma tabela bastante razoável para quem realiza essas ações.

Quanto ao processo da descentralização, o Brasil possui 5.561 Municípios; 73% deles têm menos de 20 mil habitantes, e o processo de municipalização é avançado. Esse processo é hoje motivo de discussão, de estudo, de interesse de outros países para conhecê-lo e implementar coisas semelhantes. Temos 23 Municípios apenas que não são habilitados, porque nunca quiseram se habilitar; 586, estão em gestão plena do sistema, ou seja, eles administram todo o sistema, gerenciam todo o sistema municipal de saúde, desde a área da atenção básica até a área da alta complexidade. Estão em gestão plena da atenção básica 4.952 Municípios, ou seja, esses já gerenciam desde toda a área de atenção básica até o exame pré-natal, o Programa de Saúde da Família, partos, cirurgias ambulatoriais. Estados em gestão plena são 16 no Brasil.

O País tem um sistema com uma heterogeneidade e uma complexidade muito grande de problemas. Era um sistema marcado por um papel excessivamente normatizador do Ministério da Saúde, com caráter punitivo. Tentamos mudar um pouco, para dar mais liberdade aos Estados e Municípios na aplicação dos recursos, sem tanta normatização. A nossa intervenção é mais no sentido de ajudarmos as gestões a cumprir o seu papel.

Como funciona o financiamento? As Sr^{as} e os Srs. Senadores têm total conhecimento disso, mas farei apenas para reforçar. Os impostos e contribuições são direcionados ao orçamento do Ministério da Saúde. Temos o Fundo Nacional de Saúde que congrega todas essas verbas. Além dessas, há algumas outras que não estão dentro do orçamento do Ministério da Saúde, como a cota-parte do seguro contra acidente de veículos e outros.

A transferência desses recursos é feita de três formas. A transferência fundo a fundo, que consome 73% do nosso orçamento. Isso é feito automaticamente para Estados e Municípios e foi um grande avanço do nosso sistema de saúde, porque, por exemplo, o Prefeito do PFL no interior do Piauí recebe os recursos regularmente, independentemente de o Presidente da República ser do PT, do PMDB, do PSDB. É um avanço importante na autonomia dos entes federativos.

Além disso, trabalhamos com convênios. É uma parte menor que queremos progressivamente reduzir cada vez mais. Queremos concentrar as transferências no fundo a fundo. O convênio é feito com Estados e Municípios, mas pode ser feito também com estabelecimentos de saúde.

A outra forma de transferência de recursos é pela remuneração por prestação de serviços. Isso diz respeito aos estabelecimentos de saúde. Estamos estudando uma mudança desse processo, porque, quando pagamos por procedimentos feitos, a tendência das unidades é querer concentrar as suas atividades nos procedimentos que remuneram melhor, relegando a um segundo plano outros que são menos bem remunerados, mas que são vitais para o sistema de saúde.

Quais são os problemas do SUS? Recursos financeiros insuficientes. É verdade que ainda temos poucos recursos.

Gastos irracionais. Penso que se deve concentrar aqui a nossa atenção hoje. Temos absoluta convicção de que é verdade que os recursos são poucos, mas eles são muito mal aplicados. Eles precisam ser melhor fiscalizados e acompanhados. Estamos desenvolvendo um trabalho com a Controladoria Geral da União, com o Ministério Público Federal, com os Ministérios Públicos Estaduais, para ampliar a fiscalização dos gastos do Sistema Único de Saúde.

Além disso, um outro problema é que os Estados participam modestamente no financiamento do sistema. Boa parte deles não cumpre a Emenda Constitucional nº 29.

Temos uma deficiência de recursos humanos qualitativa, ou seja, as pessoas são formadas para um modelo centrado no hospital, com incorporação de tecnologia sofisticada, e dirigido à especialização. Queremos mudar esse modelo para um modelo fundamentado na atenção básica, com profissionais generalistas. Temos também uma deficiência de recursos humanos quantitativa. O Ministério da Saúde, por exemplo, com o processo de descentralização, transferiu para os Municípios vários dos seus profissionais, que hoje estão se aposentando e não há uma reposição desse pessoal. Além disso, tem havido um aumento significativo da expansão de novos serviços, que exigem novos recursos humanos. Temos dificuldade para tratar essa questão.

Uma coisa sobre a qual, mais cedo ou mais tarde, o Congresso Nacional e o Poder Executivo terão de se debruçar sobre a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito ao comprometimento da receita.

A idéia com que se inicia o debate – aliás, já houve um início de debate no Governo passado – é a possibilidade de excepcionalizar esse item da reforma para a contratação de profissionais nas áreas de saúde, educação e segurança pública, políticas públicas que não se desenvolvem sem o componente humano. Essa é, contudo, uma discussão que desejamos fazer mais adiante.

Outro componente importante é a precarização das relações de trabalho. O programa Saúde da Família é montado assim: o agente comunitário de saúde não tem ainda a regulamentação da sua profissão; cada Município utiliza cooperativa, Ocip, organizações sociais, entidades filantrópicas para contratar. E essas incertezas geram problemas importantes no que diz respeito à utilização da mão-de-obra e uma baixa resolutividade, limitação no acesso aos serviços: as filas enormes, o atraso.

Essa mesma pesquisa a que me referi no início, feita com a população brasileira, é muito interessante. Primeiro, mostra que quem não usa o SUS condena o mais do que quem o usa. Quem o usa tem uma visão positiva. É aquela idéia: “não conheço e não gosto”. Quem usa o SUS tem uma imagem positiva do sistema. No entanto, a maior queixa da população concentra-se no mau atendimento – filas, dificuldade de obtenção do medicamento, maus-tratos dispensados pelo funcionário,

Quais são os nossos desafios? Primeiro, definir claramente quais são as responsabilidades da União, dos Estados e Municípios. Estamos avançando neste aspecto. Havia e ainda há conflitos entre Municípios e Estados sobre a gestão do sistema, o que é o comando único e quem deve comandar. Mas estamos avançando na linha de entender que o comando único deve ser municipal; que o Estado tem um papel fundamental na articulação; a União tem um papel fundamental no financiamento e na normatização.

Outro desafio é integrar os sistemas municipais. As Srs. e os Srs., com certeza, nos Municípios de que participam politicamente, sabem que, quando o sistema municipal de determinada cidade melhora, ela passa a ser prejudicada, porque começa a haver uma demanda de outros Municípios onde o sistema de saúde não é tão bom. Isso termina por apenas quem fez o trabalho de melhorar o sistema de saúde.

Não temos hoje mecanismos de compensação. Portanto, precisamos melhorar a integração entre esses sistemas, garantindo que alguns possam ser referência para algum tipo de serviço e outros, para outro tipo.

Implantação de uma política de recursos humanos em saúde. Queremos fazer isso.

Financiamento e critérios de alocação de recursos. Que haja orientação pelas necessidades da população. Adotar critérios semelhantes ao Fundo de Participação de Estados e Municípios, em que o recurso transferido é inversamente proporcional à renda que a população tem.

Isso é construção de equidade. Queremos começar a trabalhar com essa linha de garantir maior equidade na distribuição dos recursos e também via-

bilizar resolutividade e acesso aos serviços. O programa Saúde da Família, por exemplo, em condições normais, é capaz de resolver 80% a 90% das demandas de saúde que surgem na comunidade e encaminhar apenas 10% a 20%.

Precisamos também melhorar a resolutividade dos sistemas das unidades de especialidade, dos serviços de urgência e garantir mais acesso da população a esses serviços.

Qual é a situação do Ministério da Saúde, hoje, em termos de Orçamento? O Congresso Nacional aprovou um Orçamento de R\$30,5 bilhões. Foram contingenciados R\$1,6 bilhão, que serão integralmente liberados, ao menos a parte que garanta o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, na interpretação dada pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Federal.

Temos disponíveis hoje R\$28,9 bilhões. Desses recursos, 74% decorrem de transferências a Estados e Municípios; 20% gastamos com o pessoal do Ministério da Saúde. Seis por cento, apenas, serão utilizados para quatro projetos prioritários e para o pagamento de restos. Ficamos com 2,9 bilhões em restos a pagar – é realmente um peso muito grande para as nossas finanças.

Pagamos, até agora, R\$650 milhões, com prioridade para projetos como o Alvorada. Temos dificuldades na área do custeio de média e alta complexidades, que foram muito comprometidos pela gestão anterior.

Quais são as nossas diretrizes para 2003, para os quatro anos de governo? Em primeiro lugar, está a ampliação do acesso aos serviços de saúde. Queremos ampliar a atenção básica, duplicar o número de equipes de saúde da família em quatro anos. Este ano vamos criar quatro mil novas equipes do PSF, três mil equipes dessas incluindo dentistas e auxiliares de consultório dentário – a partir de agora, necessariamente, dentistas e auxiliares de consultório dentário farão parte da equipe do PSF.

Queremos garantir o acesso à assistência farmacêutica. Vamos criar a farmácia popular até o mês de julho, o que vai proporcionar medicamentos mais baratos para a população. Vamos aumentar as compras do Ministério da Saúde para distribuição gratuita no SUS. Queremos melhorar, também, a qualidade do atendimento.

Vamos intensificar as ações de controle de endemias – dengue, malária, hanseníase e tuberculose – e fortalecer as ações de vigilância em saúde.

Vamos formular e implantar uma política de recursos humanos – depois vou destrinchar essa questão -, fortalecer a gestão democrática do SUS, melhorar a

capacidade de fiscalização dos conselhos municipais, do conselho estadual.

O Ministério, hoje, cumpre todas as decisões globais do Conselho Nacional de Saúde. Vamos fazer este ano, inclusive, a nossa Conferência Nacional de Saúde.

Para atender essas prioridades, fizemos mudanças na estrutura do Ministério da Saúde. Transformamos a antiga Secretaria de Assistência à Saúde, juntamente com a Secretaria de Políticas de Saúde, na Secretaria de Atenção à Saúde. O Secretário é o Dr. Jorge Sola, que foi secretário municipal de Vitória da Conquista.

Criamos a Secretaria de Gestão do Trabalho, Educação e Saúde para trabalhar a política de recursos humanos. A Secretária é Maria Luiza Jaeger, que foi Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul.

Criamos a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, pois cremos que saúde é uma área estratégica onde temos que ter auto-suficiência em vários componentes de insumos. Podemos produzir tecnologia e conhecimento para vendê-lo. Nosso Secretário é o Dr. José Hermógenes, que foi Secretário-Geral do Ministério na gestão Jamil Haddad.

Criamos a Secretaria de Gestão participativa para ampliar o processo de participação, fortalecer conselhos, organizar conferências. É dirigida pelo ex-deputado e ex-Secretário de Saúde do Rio e Janeiro Sérgio Mouca.

Criamos a Secretaria de Vigilância em Saúde para trabalhar as questões de endemias, situações de saúde enfim. É dirigida pelo Dr. Jarbas Barbosa, que foi diretor do Senep.

Criamos a Secretaria Executiva, que é dirigida pelo Dr. Gastão Wagner, que foi secretário municipal de Campinas.

Quais são as nossas metas? Para 2003, já falei, 4.500 novas equipes do PSF com três mil dentistas e auxiliares de consultório dentário. Isso é um quarto do que queremos aumentar em quatro anos.

O Projeto de Apoio à Expansão do Programa de Saúde da Família nos grandes centros urbanos: são 231 municípios até o final do ano. A grande dificuldade de ampliação do Programa de Saúde da Família está nos municípios com mais de 100 mil habitantes porque se torna muito caro. Não é por acaso que, por exemplo, Salvador deve ter uma cobertura de 5% e o Rio de Janeiro também. São Paulo, a muito custo, está superando os 20%. É muito caro. Esse projeto possui o financiamento do Banco Mundial: US\$500 milhões para seis anos – metade é contrapartida do governo brasileiro, do Ministério da Saúde. Seu objetivo é apoiar as grandes cidades para que estas possam ampliar o

Programa de Saúde da Família. Isso inclui equipamentos, treinamentos e contratação de pessoal, reforma de prédios, aluguel de unidades de saúde, construção de unidades de emergência.

Além disso, começamos a corrigir defasagens históricas nos recursos transferidos a Estados e Municípios. Na área da atenção básica, como já disse, programa de saúde da família, vacinação, pré-natal, parto etc, aumentamos o valor do piso da atenção básica ampliado, que era de R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos), na verdade, de 1998 até o ano passado; ano passado, aumentou para R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos); e agora ampliamos para R\$12,50 (doze reais e cinquenta centavos) por habitante/ano.

Também corrigimos a base populacional, porque esse valor era calculado pela população do ano 2000, e corrigimos para a população de 2002. Então, foi dado um aumento razoável.

Corrigimos os incentivos da vigilância sanitária, do teto, para o controle de doenças transmissíveis, como dengue e outras mais, e ampliamos a transferência de recursos para a farmácia básica

Aumentamos em 20% os valores de incentivos do Programa da Saúde da Família, de saúde bucal e de agentes comunitários de saúde. Na verdade, o PSF é um programa arcado, na sua maior parte, pelo Município. Antes desse aumento, em média, o Governo Federal patrocinava 30% no máximo. Estamos ampliando, com esse aumento, para alguma coisa em torno de 40% de cada equipe. E a nossa meta é, no final de quatro anos, financiarmos 50% do valor de cada equipe, os Estados financiarem 25% e os Municípios arcarem com os outros 25%.

Garantimos já o repasse para o pagamento do 13º salário dos agentes comunitários de saúde e mudamos as faixas de cobertura para cálculo dos incentivos do PSF dos grandes Municípios. Como funcionava? A medida em que um Município ia aumentando a cobertura, colocando mais equipes, ele tinha um aumento no valor do incentivo do Ministério da Saúde. Eram nove faixas. Reduzimos para sete faixas; portanto, ficou mais fácil para o grande Município atingir aquele valor máximo que repassamos por equipe.

Aumentamos o repasse da farmácia básica, dobramos de R\$1 (um real) por habitante/ano, para R\$2 (dois reais), nos Municípios que fazem parte do Programa Fome Zero.

Estamos implantando o serviço de resgate e atendimento pré-hospitalar. Um dos grandes problemas que temos no SUS é a rede de atendimento de emergência. Muitas pessoas, no Brasil, morrem antes de receberem um atendimento emergencial. Certamente, muitas daquelas que sofrem acidentes ou têm um

mal súbito, ou são inadequadamente assistidas, nos primeiros momentos, ou simplesmente não recebem assistência. Então, no Brasil, já existem alguns serviços com essa filosofia. Há o Samuc em Porto Alegre, em alguns Municípios do interior de São Paulo, em Curitiba, parece-me que em Florianópolis, em Recife. A filosofia será esta: nos Municípios com mais de cem mil habitantes, vamos implantar 800 equipes em 2003, 650 equipes de suporte básico, com profissionais não-médicos, mas preparados para o atendimento de emergência e 150 equipes de suporte avançado com a presença do médico.

Esse modelo que estamos adotando no Brasil é inspirado no modelo francês, diferente do modelo americano. O modelo de atendimento de emergência americano atende e leva ao hospital, onde se faz o atendimento. No modelo francês, que estamos adotando, essas equipes têm capacidade de resolutividade. Uma UTI móvel destas aqui tem desfibrilador, tem possibilidade de entubação, tem tudo necessário para um atendimento imediato, para que seja feita a remoção para o hospital.

Implantaremos, também, uma coisa que será muito importante, a Central de Regulação, que permitirá organizar o sistema municipal. Por exemplo, no caso das Uns no Ceará, temos um sistema de regulação mim lá. Então, com um sistema de regulação perfeito, por exemplo, quando houver um pedido para o 192, o médico regulador definirá se aquele é um caso que precisa da presença do médico ou não, se é necessária a equipe de suporte avançado e a UTI móvel, enfim, ele vai orientando para aonde aquele paciente será encaminhado, a partir de informações diárias proporcionadas pelas diversas unidades de saúde e de hospitais. Vamos fornecer 800 viaturas, fazer licitação para adquirir 800 equipes e repassá-los para os Municípios, custear boa parte dessas equipes, pelo menos metade de cada equipe. Isso vai gerar, este ano, sete mil empregos aproximadamente.

Bom, ainda na parte de requalificação da atenção hospitalar, nós vamos reorientar os hospitais que têm menos de 20 leitos em pequenos Municípios. Esses hospitais hoje são inviáveis. Nós vamos transformá-los ou em unidades especializadas para o Programa de Saúde da Família, ou em pronto-atendimento com possibilidade de realização de cirurgia ambulatorial, ou em centro de atenção psicossocial, e vamos repassar um recurso global para esses hospitais. Eles não vão precisar correr atrás de AIH para poder sobreviver. Vamos redefinir o que são os hospitais estratégicos para o SUS. Estamos revisando os incentivos para os hospitais filantrópicos – nós queremos uma relação mais próxima com os hospitais filantrópicos. Estamos

reorientando o papel dos hospitais universitários. Há uma comissão formada por MEC, Ministério da Saúde, Abraue -Associação dos Hospitais Universitários, Conselho Nacional, Conselho de Secretários Estaduais e Municipais a fim de resolver a situação financeira dos hospitais universitários. Este ano, teremos um incremento no repasse. De 60 milhões, do ano passado, nós vamos para 100 milhões de repasse. O Ministério da Educação já abriu concurso, vez que boa parte da crise dos hospitais universitários é porque eles são obrigados a contratar pessoal e utilizam o recurso do SUS, que deveria ser utilizado para investimento e para custeio das ações desses hospitais universitários. Além disso, nós vamos integrá-lo na rede para que eles façam parte do Sistema Único de Saúde e não sejam ilhas, como eles são hoje, e vamos passar a regulamentar a implantação de novos serviços. Nós queremos fazer isso ao longo de quatro anos. Já temos um grupo de trabalho que está sendo montado com os hospitais privados no Brasil para discutir a incorporação de tecnologia, a fim de que não aconteça o que temos hoje. Há cidades, no Brasil – vou dar um exemplo muito grotesco – que tem mais equipamentos de tomografia do que o Canadá, por exemplo. Então, nós também temos que definir essa incorporação de tecnologia.

Implementação da reforma psiquiátrica. Incentivo à desospitalização. Estamos lançando um programa para dar sustentação às famílias que queiram tirar pacientes de hospitais onde eles estão a mais de um ano ali internados. É feito todo um trabalho de readaptação da pessoa à vida social e eles terão o incentivo financeiro. Isso vai valer tanto para as famílias que quiserem reintegrar seus pacientes, quanto para as residências terapêuticas que já existem hoje e têm dois mil pacientes atendidos por elas.

Ampliação dos serviços ambulatoriais. Vamos incorporar a ações de saúde mental no PSF, treinar os profissionais para eles identificarem, diagnosticarem e darem um acompanhamento mais elementar a pessoas que tenham transtornos psíquicos. Vamos implantar o atendimento especializado ambulatorial para servir de referência ao pessoal do PSF que acompanha ou identifica problemas de saúde mental. Estamos ampliando, este ano, as Caps para cem caps globais, algumas para adolescentes e mais 78 Caps para o tratamento de álcool e drogas, e vamos discutir com as chamadas comunidades terapêuticas o papel que elas podem desempenhar na luta pelo controle do álcool e outras drogas. E vamos ampliar as residências terapêuticas, também.

Paralelamente, à medida que forem criados novos serviços, iremos reduzir gradativamente os leitos psiquiátricos no Brasil.

Fortalecimento da gestão democrática.

Fortalecimento do papel dos Conselhos de Saúde.

Realização da XII Conferência Nacional de Saúde, para avaliar o SUS nesses 15 anos e pensar o futuro.

Projeto de lei criando o Código de Direito dos Usuários dos SUS. Já há algumas iniciativas aqui no Congresso e estamos procurando nos entender com os Presidentes das Casas para que eles possam agilizar a votação dessa legislação.

Efetivação da Ouvidoria Nacional do SUS.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria.

Controle de endemias. Criamos a Secretaria de Vigilância e Saúde, que é responsável, agora, pelas ações de controle de DST e Aids. Aliás, esse programa continua a ser uma referência internacional. O Brasil, no próximo dia 30, vai receber um prêmio da Fundação Gates, no valor de um milhão de dólares, por esse programa. Estamos avançando este ano na busca para ampliar a detecção de novos casos. O Brasil tem, aproximadamente, 600 mil casos de pessoas convivendo com a Aids, sendo que apenas 200 mil foram efetivamente diagnosticados. Queremos e temos condições de fazer uma ampliação da testagem, a grande meta deste ano.

Hepatite. Um grande inquérito epidemiológico sobre hepatite vai ser feito agora. O Ministério da Saúde, o Poder Público garante medicamentos excepcionais para o caso das hepatites, principalmente no caso da hepatite C.

O Brasil vai reafirmar os seus compromissos de redução significativa da tuberculose. Estamos reestruturando o programa e vamos apresentar incentivos de vinculação do paciente ao programa. Como as senhoras e os senhores sabem, o tratamento da tuberculose é longo, de seis meses, e há muito abandono. Estamos pensando em implantar a bolsa-alimentação para que aqueles pacientes diagnosticados comecem o tratamento e tenham direito à bolsa-alimentação até seis meses após sua alta, para vermos se conseguimos reduzir isso, que envergonha o Brasil.

A maior vergonha de todas é a hanseníase, uma doença perfeitamente curável. E o nosso País é o segundo do mundo em prevalência e incidência da hanseníase. Perdemos apenas para a Índia. O Brasil tem o compromisso de eliminar a doença até 2005. Estamos reafirmando esse compromisso.

Estamos consolidando a área de vigilância ambiental, fortalecendo a vigilância epidemiológica, a análise de situação em saúde, ampliando as ações de controle de dengue. Tivemos, este ano, uma redução de 80% no número de casos novos, em relação ao ano passado, o que foi resultado do programa que começou em junho do ano passado, que está tendo continuidade e vai se tornar um programa definitivo. Então, este ano, tivemos um bom controle da dengue. Não quer dizer que não possam ocorrer novas epidemias, mas, se continuarmos com essas ações, a probabilidade de isso acontecer é bem menor.

Política de recursos humanos. Queremos criar, ao longo dos quatro anos, a carreira SUS. A idéia seria funcionar um pouco como no Poder Judiciário. O profissional se submeteria a um concurso. De acordo com sua classificação, ele seria lotado numa área do Estado e, a partir da promoção, progressivamente, não só melhoraria na carreira como poderia optar por outras localidades.

Queremos criar o que estamos chamando de serviço civil para que aquelas pessoas que foram formadas por escolas públicas tenham a obrigação de oferecer um ano de serviço remunerado ao setor público. Da mesma forma, para quem queira se especializar, com cursos de especialização pagos pelo Poder Público Federal, que tenham, como pré-requisito, um ano no Programa de Saúde da Família, por exemplo.

Regulação da formação na graduação, na pós-graduação e no mercado de trabalho de saúde. Estamos incentivando mudanças curriculares para que o profissional seja formado para esse novo modelo fundamentado na atenção básica, organizado, e não meramente a formação de especialistas que incorporam alta tecnologia.

Reorientação da capacitação e educação permanente do SUS. Retomamos a Mesa de Negociação Nacional do SUS e queremos reduzir a precarização das relações de trabalho.

Construção de um novo pacto de gestão; fortalecimento das comissões intermunicipais, Estados e Governo Federal; revisão dos tetos financeiros de Estados e Municípios. Este mês estamos revendo esses tetos, haverá um incremento razoável de recursos para os Estados e também para os Municípios. O Governo, este ano, cumprirá integralmente, pela primeira vez, a Emenda Constitucional nº 29, diferentemente do que alguns Parlamentares levantaram.

Efetivaremos o comando único na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), no sentido de realmente municipalizar; construir sistemas regionalizados e hierarquizados; definir adequadamente o papel de Estados e municípios, e construir instrumentos de ava-

liação, planejamento e acompanhamento. Esse é um dos grandes problemas. Hoje, não temos capacidade de avaliar os impactos das ações de saúde no Brasil, é uma área muito deficiente.

Isso é um pouco do que é o Sistema Único de Saúde (SUS) hoje. Como V. Ex^{as} podem ver, temos uma jóia rara, que a população brasileira e muitos de nós não conhecemos. Infelizmente, quando o Sistema Único de Saúde (SUS) vai para a mídia é para identificar um problema emergencial, mas todas essas ações, que tem trazido melhorias significativas para a saúde da população brasileira, precisam ser conhecidas, identificadas e apoiadas para que possamos avançar.

É fundamental dizer que isso é uma construção de muitos anos, cada um dos Governos que passou colocou uma pedra na construção desse edifício, que é o Sistema Único de Saúde (SUS), e queremos colocar algumas pedras a mais para que ele continue a ser como é hoje. Talvez muitas das senhoras e senhores não saibam, mas somos hoje uma grande referência de sistema de saúde no mundo, inclusive esse sistema foi a verdadeira reforma do Estado.

A orientação do Banco Mundial – que já não é mais a mesma hoje – e de instituições internacionais, inclusive para o Brasil, em o modelo da focalização, de um sistema dirigido para os pobres, apenas com ações básicas, que foi implantado em vários países. O Sistema Único de Saúde (SUS) resistiu a isso. Hoje, temos um sistema que está de pé. Enquanto isso, quem seguiu aquela cartilha, como a Bolívia, o Chile e outros mais, estão querendo implantar coisas semelhantes a essa.

Era um pouco disso que eu queria apresentar. Estou à disposição para responder às perguntas. Acima de tudo, tenho certeza de que contaremos com o apoio do Senado Federal para que esse sistema avance ainda mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Após essa exposição esclarecedora, eu...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, sugiro apenas a V. Ex^a, pelo prestígio e importância que a Comissão está dando ao debate e ao tema da saúde e pela exposição densa que o Ministro fez, que pudéssemos aproveitar da melhor forma possível o debate dos Senadores com o Ministro, abrindo em duas ou três falas para que S. Ex^a, possa responder em bloco, de modo que todos possam ser atendidos.

É a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não. Alguém se contrapõe à sugestão? (Pausa.)

Então, aceitamos a sugestão de que um bloco de três Senadores, com as perguntas...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero apenas complementar a sugestão, com a qual concordamos, no sentido de que, após a resposta do Ministro, se alguém do bloco dos três quiser fazer algum contraditório, isso também seja oportunizado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – De acordo. Considerando as Sr^{as} Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Ana Júlia Carepa e o Senador Romero Jucá como autores dos requerimentos, passo a palavra à Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa para fazer sua interpeleção e, posteriormente, à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro amigo Humberto Costa, nosso Ministro da Saúde, quero, em primeiro lugar, parabenizar a sua exposição. Na verdade, dois motivos trouxeram-no a esta Casa: num primeiro momento, a discussão relativa aos transgênicos, para a qual vários Ministros foram convidados; posteriormente, o discorrer sobre um projeto que estava sendo debatido nesta Comissão de Assuntos Sociais, oriundo da Câmara dos Deputados, que torna obrigatório o atendimento à saúde bucal pela rede única de saúde, principalmente o desenvolvimento de ações preventivas.

Também desejávamos ouvir da nova Administração esclarecimento sobre a situação em que se encontrava o Ministério da Saúde, sobre seus atuais objetivos e diretrizes. E V. Ex^a o fez muito bem. Parabéns.

Parabenizo-o pela definição – no meu entendimento, absolutamente justa e adequada – das diretrizes para o Sistema Único de Saúde para os próximos quatro anos.

Ouvir um Ministro nos ajuda, quando vamos discutir projetos, porque fazemos leis para que sejam eficazes. Fazer constar da lei que o atendimento odontológico passará a ser obrigatório no SUS não adianta, se, posteriormente, ele não se efetivar.

A sua vinda foi muito produtiva, Sr. Ministro. V. Ex^a pode expor as diretrizes do Ministério para ampliar o número de equipes do Programa Família Saudável, com a criação de três mil novos grupos, visando exatamente ao tratamento bucal, os quais contam com dentistas auxiliares. Ficamos mais tranquilos, ao saber que o Ministério já está pensando no assunto.

Sr. Ministro, gostaríamos de saber o impacto de tornar obrigatório o atendimento da saúde bucal nas diretrizes já traçadas pelo Ministério. Sabemos que não

se trata apenas de incluir tal medida na lei. Inclusive, consta da Lei de Responsabilidade Fiscal que não podemos simplesmente criar despesas; devemos prever de onde virá o recurso – porque recurso não nasce, precisa vir de algum lugar. Como poderíamos adequar essa legislação para torná-la eficiente?

Tive o prazer de ser Deputada Federal na mesma época em que V. Ex^a o foi, por isso sei que conhece a importância da existência de leis adequadas à realidade do País. O projeto foi suspenso, mas queremos saber do Ministério da Saúde que impactos isso poderia causar e qual a melhor forma de elaborar essa legislação.

Fico feliz ao saber da preocupação do Ministério com a equidade, demonstrada por V. Ex^a, principalmente quando fala em cumprir aquilo que é constitucional e que consta da própria legislação do SUS: tratar os diferentes de forma diferenciada. Sou de uma região onde esse desequilíbrio é muito forte, acreditamos que é o momento de cumprirmos à risca o que está na Constituição, que é diminuir as diferenças regionais neste País. E essas diferenças existem em todos os aspectos: saúde, habitação, saneamento.

Mais uma vez, parabênizo o Ministro da Saúde, pois o setor da Saúde está em boas mãos. Parabênizo também a equipe ministerial ao expor as diretrizes para 2003 e as ações concretas em relação a aumento de valores.

Aproveito a oportunidade para tocar em outro ponto, Sr. Ministro. Em geral, temos recebido muitas reclamações – e isso é natural – em relação aos valores pagos não pelos procedimentos de alta complexidade, pois sei que são valores razoáveis, mas por outros serviços de saúde do SUS. Qual é a perspectiva? Acredito que esse valor muito baixo acaba incentivando também a fraude. A verdade é que ela existe.

Outra preocupação minha é com referência à vontade do Ministério de fazer o Município gestor da saúde, enquanto a União discute o Orçamento, repassa-o e estabelece as ações gerais, os programas. Tenho uma preocupação imensa com a importância do controle social. Ando por vários Municípios do meu Estado e vejo os escândalos de prefeitos que utilizam indevidamente recursos, desviam recursos da educação de crianças de forma tão descarada. Então, pergunto: como podemos aperfeiçoar os mecanismos de controle social? Tenho plena certeza de que somente haverá serviços públicos melhores se houver o controle da sociedade sobre os serviços públicos. O controle social é fundamental. Como essa questão está sendo pensada, para que agilizemos e sensibilizemos a sociedade para fazer esse controle? O controle dos prefeitos de muitos Municípios sobre a sociedade e

sobre os funcionários é muito grande. Os prefeitos não querem fazer concurso, porque não lhes interessa. Sem concurso, eles ficam com o controle dos funcionários, e os desvios são muito grandes.

A idéia sobre os hospitais interessou-me bastante, Sr. Ministro. A realidade, em nosso Estado, é a seguinte: há apenas dois CTI's de urgência e emergência. Um foi construído pela nova administração municipal, quando eu era vice-Prefeita do Município de Belém; outro, que já existe há muitos anos, mas também é mantido pelo SUS, via Município. Num Estado imenso como o Pará, não existe nenhuma unidade de urgência e emergência. Então, eu gostaria de saber se existe a possibilidade de descentralizar essas atenções.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Quero definir aqui a questão do tempo. Para melhor aproveitamento da presença do Ministro da Saúde, fica estabelecida a seguinte regra: faremos grupos de três Senadores, em que cada interpelante terá cinco minutos para fazer a interpelação, ou seja, serão quinze minutos no total para que os três Senadores façam a interpelação. O Sr. Ministro terá dez minutos para responder a pergunta dos três. Cada Senador do grupo de três terá dois minutos para a réplica, e o Sr. Ministro terá também dois minutos para a tréplica, caso necessário.

Passamos a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, cumprimento V. Ex^a, e o Ministro Humberto Costa. Antecipadamente, agradeço a V. Ex^a, a presença, pela avaliação e pelos ensinamentos que nos trouxe. Meus parabéns pela presteza, decisão e firmeza com que tem discutido e levado adiante os graves desafios da saúde no País. O Ministro falou – e tive oportunidade de lhe falar antes – a respeito do problema do Ceará divulgado nacionalmente: 36 mortes em 37 dias por falta de UTI. S. Ex^a, já foi ao Ceará por duas ocasiões e determinou, com muita veemência, que se formasse uma comissão para avaliar, investigar e tomar as providências cabíveis. Há a preocupação de que isso não aconteça mais no Ceará nem em outros Estados do Brasil, porque a afirmação dos técnicos do Ministério da Saúde é a de que o problema não está apenas a falta de leitos, mas, como o próprio Ministro reafirmou aqui, está também na gestão e na regulação desses leitos.

Sabemos – e também tive oportunidade de falar com o Ministro – que os problemas relacionados às UTI, muitas vezes, poderiam ser resolvidos com a prevenção, como é o caso, por exemplo, dos acidentes de trânsito. A cidade onde nasci, Sobral, conse-

guiu reduzir significativamente o número de vítimas nos acidentes de trânsito, fazendo uma fiscalização, por exemplo, na obrigatoriedade do uso de capacetes. Em algum momento, podemos pensar que isso não é tão relevante, mas é significativo na redução das mortes. Quero que o Ministro fale um pouco mais sobre as providências que estão sendo tomadas no Ceará e elogio a firmeza com que, imediatamente, tomou as providências necessárias.

Também gostaria de falar sobre a prioridade do Presidente Lula em relação à diminuição das diferenças regionais. Um dos problemas no sistema de saúde é a defasagem **per capita** entre os Estados do Nordeste e os do Centro-Sul. Por exemplo, enquanto, no Nordeste, o SUS paga R\$35,00 por habitante/ano, em São Paulo, esse valor é de R\$68,00. Quero saber que ações o Ministério está prevendo nesse sentido para tentar diminuir essas diferenças.

Há um terceiro questionamento. Tenho procurado me dedicar muito à causa dos direitos da criança e do adolescente. O Brasil dispõe de um sistema de notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os profissionais de saúde têm obrigação de comunicar aos conselhos tutelares maus tratos contra crianças e adolescentes. Também sei que isso é uma questão cultural, que é preciso mobilizar a comunidade e os profissionais de saúde porque, muitas vezes, ou os profissionais de saúde não estão capacitados para fazer esse tipo de notificação, ou há um certo descaso por parte da sociedade em relação aos maus tratos cometidos contra crianças e adolescentes. Quando há essas notificações, fica muito mais fácil fazer o trabalho de prevenção e aconselhamento às famílias. O sistema de notificação é muito importante. Ministro, eu também gostaria de saber o que o Ministério pretende fazer para fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido por organizações não-governamentais e pela sociedade civil organizada. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro Ministro da Saúde, Humberto Costa, é uma enorme alegria participar deste momento democrático da Comissão, na relação entre Governo e Parlamento. Na verdade, o atual Governo tem marcado seu respeito ao Senado, principalmente pela presença constante e intensa de Ministros de Estado e autoridades do Estado brasileiro, na mais absoluta transparência no relacionamento entre o Governo e o Parlamento. Trata-se de um gesto democrático admirável e digno do reconhecimento de todos.

Julgo muito oportuna a exposição que o Ministro fez, um diagnóstico situacional claro, objetivo e denso sobre a realidade e os desafios da saúde pública brasileira, hoje. A exposição de S. Ex^a marcou, sobretudo, um compromisso moral do Governo e da sua pasta com a saúde do povo brasileiro, com princípios fundamentais conquistados na história da evolução sanitária brasileira, que remonta Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e tantas outras figuras que marcaram a história da epidemiologia no Brasil.

Acredito que temos desafios claros e fortes. Um deles, que julgo fundamental, é o entendimento de que precisamos inserir uma nova equação na gestão pública em saúde brasileira. O sistema de financiamento, no meu entendimento, é condenável, que foi necessário em seu surgimento, quando o Ministro Adib Jatene pegou uma Pasta desorganizada, com profundas dificuldades, e o inseriu por procedimento, mas ele tem de ser revisto. Precisamos achar uma nova equação no financiamento. Temos de trabalhar pela necessidade das regiões.

É bem verdade que o nosso orçamento herdado é um orçamento precário. O Governo americano gasta US\$10 bilhões, Senador Mão Santa, apenas com as Unidades de Terapia Intensiva, que se constituem na primeira causa de morte naquele país – é mais do que o orçamento do nosso Ministério da Saúde. Vamos ter de construir, recuperar a transferência orçamentária. A luta política dos operadores da saúde já trouxe recuperação desse déficit de financiamento da saúde, mas a dívida ainda é muito grande. Entendo que o ministro está integralmente comprometido com isso.

Preocupa-me muito o modelo de relação política construído ao longo do tempo no ministério em relação à gestão do belíssimo, imprescindível e talvez único sistema fantástico que temos neste Planeta, o Sistema Único de Saúde. É uma conquista da história democrática do Brasil, da evolução sanitária. Ainda não é representativo das reais necessidades da sociedade ainda talvez, porque o processo histórico que estamos vivendo ainda seja breve em relação ao tema.

Quando vejo hoje 40 mil mortes todos os anos no trânsito, 500 mil feridos e não vejo exceção de uma diretriz fundamental e vertical em relação a isso, percebo que, nesses anos passados, a sensibilidade não foi efetiva para a gravidade desse problema de saúde pública. E claro que não é um problema restrito ao Ministério da Saúde, mas é claro que tínhamos de estar inseridos com o Conselho Nacional de Trânsito e com o Ministério da Justiça para achar soluções que vão desde o que a Senadora Patricia aborda a outras soluções.

Quarenta mil mortes por ano pelo trânsito e 500 mil feridos é algo dramático para entendermos. Quando vejo que monem mais de 120 mil pessoas pela morte súbita por ano no Brasil, percebo não temos uma política forte ainda, consolidada no Ministério da Saúde, porque a herança que o Ministro Humberto Costa pegou é uma herança de equívocos também, embora de alguns esforços.

Temos de debater mais com a sociedade. Quando vejo o programa de Aids, belíssimo, inquestionável no seu mérito, concluo que ele é fruto de uma presença da sociedade, dos movimentos populares que fizeram o Poder Público entender. Esse programa mostrou-se um modelo que gerou economia para o Estado brasileiro, que gerou qualidade de vida, respeito à dignidade humana. E quem estava por trás dele? O movimento social. A conquista da reforma psiquiátrica no Brasil deve-se ao movimento social e ao Parlamento brasileiro, que nela estavam inseridos.

Portanto, tenho a mais alta confiança de que o Ministro Humberto Costa, por ser da Casa, por ter, na sua matriz de vida, o espírito democrático, ouvirá a sociedade, dividirá suas responsabilidades com o Parlamento e traçará diretrizes a partir desse debate.

O Samuc, por exemplo, uma conquista do Rio Grande do Sul, não é, no meu entendimento, o melhor programa, porque ele é caro, oneroso. Questiono hoje, inclusive, se é melhor, de fato, o programa de Saúde da Família como eficiência ou se podemos começar a pensar no bem conquistado que ele já é para nós, em alternativas mais baratas com o mesmo resultado.

A Itália, por exemplo, usa um modelo diferente, que tem de ser pensado, tem de ser estudado. Temos de chegar à base da sociedade, mas com uma relação inserida no debate, construída com a sociedade.

Então, confesso a minha total confiança. Tenho certeza de que a equipe é de alta qualificação, pois vejo o Dr. Sola, que veio de Vitória da Conquista, Bahia, e Maria Luisa, que veio do Rio Grande do Sul. São pessoas fantásticas na história da saúde pública brasileira, bem como outras que estão aqui, completando uma equipe brilhante que ajudará a mudar a história do Brasil.

Inserida essa nova equação do financiamento, pensado o investimento nas regiões do Brasil pelo inverso da capacidade instalada, não somente sob a ótica de que quem tem mais ganhará mais alta complexidade, mudaremos a fila do Brasil que vai a São Paulo para tratar as doenças, pensaremos que Estados como o Piauí, que consolidou uma política de doenças cardiovasculares e outras, podem ser mais valorizados e estimulados e outros, pensando no inverso

da capacidade instalada como estímulo à quebra das desigualdades regionais.

Então, a minha confiança é total e a minha expectativa é a melhor possível na Pasta que o Ministro da Saúde, Humberto Costa, ocupa hoje.

Muita sorte para V. Ex^a, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Sr. Ministro, após a pergunta dos três Srs. Senadores, V. Ex^a dispõe de dez minutos para respondê-las.

O SR. HUMBERTO SERGIO COSTA LIMA – Inicialmente, agradeço as palavras dos três Srs. Senadores; das duas Sr^{as} Senadoras e do Senador Tião Viana.

Eu gostaria de responder às questões. Em relação à pergunta da Senadora Ana Júlia, companheira, no que diz respeito ao projeto de lei que define essa obrigatoriedade de que haja profissionais de saúde bucal em todas as unidades, primeiro, já há sensibilidade do Ministério da Saúde, dos Estados e dos Municípios quanto à necessidade de uma política de saúde bucal.

Estamos elaborando essa política no âmbito do Ministério. Nos próximos dias, deveremos divulgá-la. Desejamos trabalhar de forma integral, ou seja, com a promoção em saúde, com a prevenção em saúde bucal, com a assistência, inclusive, integral.

Se existe uma política pobre para pobre no Sistema Único de Saúde, é a política de saúde bucal. Ela não dá conta da média e da alta complexidades na área de saúde bucal, bem como da reabilitação. É uma vergonha que, no Brasil, as pessoas ainda troquem votos por dentadura. Isso deveria ser uma obrigação do Poder Público garantir. Queremos discutir o tema globalmente.

Em que pese o mérito da proposta ser o melhor possível, ela, em vez de ajudar a organizar, ela ajuda a desorganizar, quando instituímos um sistema. Suponha que, em uma mesma região, haja uma unidade especializada e um hospital, com uma complexidade maior ou um hospital de urgência. Essa unidade especializada, certamente, terá um dentista, não somente de formação geral, mas poderá ter especialistas em Odontologia. Então, qual o sentido que isso faz? Na mesma região, eu tenho um serviço com essa característica. Não há por que ter essa característica, a não ser que seja para um tratamento de emergência em Odontologia, em que se é obrigado a fazer isso.

Então, apesar do mérito e da boa intenção, acredito que seja complicado, pois não ajuda a organizar o sistema.

Em relação às tabelas, reconhecemos que as tabelas de pagamentos dos procedimentos dos SUS são defasadas em algumas áreas. Na área da alta

complexidade, ao contrário. Darei um exemplo a V. Ex^{as}. Algumas pessoas estiveram no Ceará. Quando vamos para esses eventos, começamos a saber de muitas coisas que não sabemos. Por exemplo, no que diz respeito à prótese, existem planos de saúde que pagam uma tabela de prótese, que é a tabela do SUS, menos cinco por cento.

Na área de transplante, paga-se muito bem, bem como em outras áreas. Na área da hemodiálise, há uma grita geral de que a tabela é baixa. Reconhecemos que ela é baixa. No entanto, a quantidade de clínicas pedindo o credenciamento para fazer hemodiálise é grande. Será que elas estão pedindo para trabalhar de graça, para atender às pessoas de graça ou para ter prejuízo? Então, precisamos ver isso. Onde estão os estrangulamentos? Estão em algumas áreas de alta complexidade, mas, principalmente, na área da média complexidade e na da consulta especializada na atenção básica para o setor público. Isso nós corrigiremos. Isso melhorará bastante nos tetos municipais e estaduais.

Na área da média. É justamente o atendimento que quebra as Santas Casas e os hospitais que fazem a internação do paciente de clínica médica, do de pediatria, da paciente de obstetrícia.

Então, vamos promover essa correção. Começamos, primeiro, com a atenção básica aos municípios; estamos agora na etapa de discutir os estados; depois, vamos discutir as desigualdades no financiamento, para tentar resolver estrangulamentos. Quem foi muito bem tratado ao longo desses anos precisa deixar que outros que não foram sejam bem tratados a partir de agora. Já estamos nos debruçando, e vamos nos debruçar, sobre essa questão das tabelas.

Com relação ao Ceará, ao qual se referiu a Senadora Patrícia Gomes, o diagnóstico da situação daquele Estado em termos de UTI se baseia em três ou quatro pontos. Há déficit de leitos? Há. Reconhecemos que há, tanto que estamos financiando, juntamente com o Governo do Estado, a abertura de 50 novos leitos de UTI e de tratamento semi-intensivo no espaço de 30 a 120 dias. O Ministério da Saúde está entrando com R\$3,2 milhões.

Há também a má utilização do sistema de UTI. É inadmissível que uma pessoa passe três anos em uma UTI. Se isso ocorre, é muito mais lógico que se crie o sistema de um cuidado mais intensivo que garanta um respirador, um acompanhante, às vezes, até

o internamento domiciliar, que pode propiciar à pessoa uma situação de melhor acolhimento.

UTI é, por definição, algo de alta rotatividade. Mas a rotatividade lá é baixa. Por exemplo, apesar de haver mais UTI no Ceará do que em Pernambuco ou Bahia, esses dois últimos internam muito mais pessoas em UTI do que o Estado do Ceará. Então, existe um problema gerencial.

Existe um outro problema gerencial: quem ofereceu leito de UTI para o SUS, no segmento privado, necessariamente não está ofertando esses leitos. Então, na Central de Regulação ou anuí no Ministério da Saúde está registrado: Hospital "Tal": quatro leitos de UTI. Na prática, ele somente está oferecendo dois; os outros dois estão sendo ocupados com plano de saúde, com particular ou o que quer que seja.

Também foi feito um trabalho para disponibilizar todos os leitos de UTI. O resultado disso é que além desses 50, de curto e médio prazos, até sexta-feira, disponibilizaremos 24 novos leitos de UTI, no Ceará: cinco no Instituto Dr. José Frota; três, no Prontocárdio; dois, no Neurocentro; dois, no Hospital Batista Memorial; dois, na Santa Casa; dez, no SOS. Além desses, abrimos, ontem, dez leitos – e possivelmente hoje mais 12 – de cuidados intermediários, exatamente para aquelas pessoas que já se beneficiaram da UTI e necessitam de um cuidado que não é o mesmo da UTI e nem de um hospital simplesmente com atendimento médio. Então, tais pacientes estariam monitorados, acompanhados intensivamente.

É importante dizer que até agora, das investigações que fizemos, ninguém morreu desassistido. Não houve morte nessas condições. Todos estavam assistidos, com respiradores, com médico, enfim. Mas reconhecemos que há esse déficit. Estamos fazendo um estudo sobre a situação das UTI, no Brasil.

A Senadora também tem razão quando diz que precisamos trabalhar, embora no médio prazo, para que tantos casos que chegam às UTIs não precisem chegar até lá, porque muitas vezes tratam-se de pessoas hipertensas, diabéticas, fumantes, portadoras de câncer, que chegaram em uma fase quase terminal. Precisamos trabalhar para evitar que isso aconteça.

No que diz respeito à notificação de maus tratos às crianças, a política do Ministério sobre saúde da criança, há muitos anos, prevê a instalação de centros de atenção de atendimento a crianças vítimas de violência, prevê a formação do agente comunitário de saúde e do pessoal do Programa de Saúde da Famí-

lia para identificar situações de violência dentro do lar, não somente com relação à criança, mas também à mulher. Penso que é incentivando ações como essas que vamos poder atuar preventivamente.

Existem centros onde é feito o atendimento médico, mas, ao mesmo tempo, tem-se ali uma orientação para que a pessoa procure a Justiça a fim de resolver aquela situação. No caso da mulher, que ela possa ser encaminhada para uma oportunidade de emprego e autonomia financeira.

Com relação ao que falou o Senador, concordo plenamente no que diz respeito a essa lógica do financiamento: precisamos mudar. Mas, nesse momento, temos que tirar os Estados e Municípios da UTI, repassar algum recurso e, depois, começar a discutir novos critérios. Por exemplo, definimos que para ter acesso aos recursos do teto, os Estados deverão entrar na gestão plena. Então, isso é um avanço. Quem quiser receber o dinheiro precisa apressar o processo de regionalização, de hierarquização, de organização. O Estado que estiver financiando o Programa Saúde da Família vai ter muito mais facilmente acesso ao Ministério da Saúde para obter recursos. Assim, vamos induzindo as políticas as quais desejamos que sejam efetivamente implementadas.

Com relação ao Programa de Aids, acho importante ressaltar que houve avanços importantes na gestão passada, mas é um programa que tem 17 anos, ele é de 1986; aliás, de 1982, quando foi aplicado no Estado de São Paulo. A primeira experiência é dessa data. E não é de ninguém, é do povo brasileiro, da população brasileira. Cada Governo que aqui esteve avançou na política de Aids. O Senado Federal deu uma contribuição importantíssima com o projeto do Presidente José Sarney, que garantiu medicamento gratuito a todas as pessoas acometidas pela Aids. Avanços fundamentais foram construídos ao longo desse tempo.

Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Como o Senador Antero Paes de Barros sugeriu o direito a um comentário, usarei dez segundos. O Ministro falou na hanseníase. O Brasil tem 500 anos com essa herança maldita que nos envergonha como Nação. Mas há o compromisso com a eliminação. O Estado do Acre tinha a maior prevalência do mundo nos anos 70 – 110 casos, em cada 10 mil habitantes. Este ano, estará entregando ao Ministro da Saúde, como prêmio de um esforço de Governo e sociedade, a eliminação da hanseníase no nosso Estado. Esse é um motivo de

orgulho para nós. Ontem mesmo, havia uma equipe em mutirão examinando cinco mil pessoas no Município na tentativa de se obter sucesso na eliminação da doença ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Parabéns!

Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRICIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Somente um segundo, Sr. Ministro.

Na reunião passada, discutimos aqui um projeto, certamente de muito mérito, que tratava da fixação de cartazes. E também já tive a oportunidade de conversar com o Ministro a respeito de remédios falsificados. Eu queria, se possível, rapidamente, que o Ministro nos falasse um pouco sobre o que já foi feito nesse sentido. Pedi vistas do projeto, tendo em vista a vinda de V. Ex^a a esta Comissão.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Em relação a esse projeto, é importante analisar o contexto em que esse projeto foi apresentado: foi exatamente naquele período em que houve uma grande denúncia de falsificação de determinado anticoncepcional. Nessa época, foi apresentado esse projeto que pede a colocação de um cartaz em cada farmácia, ensinando como se identificam medicamentos falsificados. Acontece que, da mesma maneira que aquele projeto gerou um projeto de lei, ele gerou também um conjunto de alterações de leis e de resoluções tanto do Ministério da Saúde quanto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Então, por exemplo, houve alteração da legislação penal para quem falsifica medicamento. Foram editadas várias portarias, no Ministério da Saúde, na gestão passada, exigindo notificação imediata de falsificação de medicamentos pelas indústrias; regulação de licitações públicas e laudos técnicos; obrigatoriedade de cadastramento de medicamentos registrados; divulgação de informações por meio de cartilhas e cartazes para que as pessoas possam se prevenir; implantação no disque-saúde do esclarecimento quanto à possibilidade de medicamentos falsificados; regulamentação dos critérios de segurança das embalagens, lacre de segurança e a tinta, que é removível, a chamada “raspadinha”; instalação do sistema nacional de notificações de reações adversas; convênio com o Ministério da Fazenda para combate à sonegação fiscal e fraude; criação da Anvisa, que surgiu como consequência disso; criação de delegacias especializadas de proteção à saúde em alguns Estados; criação de uma relação de medicamentos falsificados, adulterados ou fraudados

dos à disposição de quem consultar a página, na internet, da Anvisa; e um plano de ação para prevenção e combate à falsificação de medicamentos no Brasil, que está em fase de conclusão.

Então, veja: creio que é desnecessário, embora a intenção seja a mais nobre e a melhor possível.

Eu queria só esclarecer às senhoras e aos senhores que a orientação do Presidente Lula e a nossa orientação, no Ministério, é o máximo possível poder prestigiar os projetos que são apresentados, no Senado e na Câmara Federal. Queremos o mínimo possível apresentar pareceres contrários, mas em alguns momentos realmente fica muito difícil, porque vamos gerando um conjunto de leis. O Brasil é um País com muitas leis, e elas muitas vezes não são implementadas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Vamos ao próximo bloco de perguntas.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para fazer a sua pergunta.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cinco minutos é muito pouco para só elogiar o Ministro.

Ministro, sou médico a 37 anos, mais do que a idade da Senadora Patrícia, que já vai saindo. Conheci muitos médicos, como Christian Barnard – Deus deu-me esse privilégio –, o autor da Microcirculação, Zerbini, Adib Jatene, operei com ele e é meu amigo pessoal; Raimundo de Brito, também operei com ele, foi Ministro; um Ministro piauiense, Waldir Arcoverde, mas o senhor me impressionou muito, então estão de parabéns o Lula e o Nordeste. Deus escreve certo por linha torta: o senhor dispensou o Governo de Pernambuco, mas Deus o queria na Saúde.

Então, eu queria dar a minha colaboração. Esses 37 anos foram vividos mesmos, praticados. Ministro, o maior instrumento que o senhor tem é o material humano. Entendo que a Ciência Médica é a mais humana das Ciências, e o médico é o grande benfeitor da humanidade. O senhor vai liderar esses médicos que são idealistas; eles se desdobram. E eu queria dizer o seguinte, do longo da minha experiência: o SUS foi assim como o sol, igual para todos, e a oportunidade é muito boa. E quero lhe dizer que os médicos – julgo os outros por mim – operam igual, tanto faz ser milionário, particular, ser do SUS, que é pouco, mas existe, ou ser indigente. Ao longo da minha vida, trabalhei em Santa Casa. Então, os doentes do SUS são bem atendidos. E sou muito mais o SUS do que a experiência buscada em Cuba. Conheço Cuba e conheço-a bem.

Apenas vou levar o meu Estado, o Piauí, não sei se o senhor o conhece todo – mas vai de Floriano à Praia, Cuba; é muito pequeno. Este Brasil é muito grande. Então você adaptar aquele médico de família, sou mais o SUS, primeiro pelo seguinte: vou-lhe dar um quadro para ajudar. O médico de família está recebendo honorários razoavelmente bem. Vou-lhe dar um exemplo: sou aposentado como médico-cirurgião, e recebo R\$1.200.00. Então, isso está causando um problema. O médico é idealista, mas ele tem que manter a sua família. Muitos médicos profissionais especializados estão indo buscar o PSF, que remunera mais. Não me apaixonei por Cuba, porque sou do Piauí, que tem 66 quilômetros de praia e o delta.

Quanto à Medicina, vou fazer uma análise. Cuba só tem um hospital de grande resolatividade – Hermanos –, que era um banco que tomaram e fizeram um hospital. Um só hospital. Esse Brasilão é muito complexo. Por analogia, equivale a apoiar, em cada Estado, um grande hospital. No meu Estado, por exemplo, tem o Hospital Getúlio Vargas. Por isso que Teresina é um ícone na saúde regional, porque Vargas, na ditadura, saiu nomeando tenentes em todos os Estados. Somos diferentes. Recusamos o tenente, no Piauí, e buscamos um médico. E ele encravou, naquele regime da ditadura Vargas, um grande hospital, que se tomou um ícone. Por isso, hoje, Teresina entrou na era dos transplantes e faz transplantes cardíacos com êxito. O Piauí não é só Guariba e Acauã, para se fazer **marketing** de caridade.

Então, acho que seria muito oportuno o senhor estar atento a cada Estado que, como Cuba, tem praticamente apenas um hospital de grande resolatividade. Aqui, há o Hospital de Base; em São Paulo, o Hospital das Clínicas; no Rio de Janeiro, o Miguel Couto e assim por diante. A ditadura trouxe uma coisa boa: aqueles medicamentos da Ceme. O senhor foi muito puro quando disse que isso era uma conquista. Passei mais de 30 anos da minha vida não com uma carteira de dinheiro e um talão de cheque no bolso, mas com um memento da Ceme. O pobre não tem dinheiro para comprar remédio, principalmente agora – e o senhor sabe disso melhor que eu que o diagnóstico já foi feito – que a maior doença do Brasil é o desemprego, que gera a violência, e a terceira desgraça são os problemas de saúde. Porque, na própria definição, saúde não é a ausência de enfermidade ou de doença, mas o mais perfeito bem-estar físico, social e mental – o social é o pauperismo. O senhor não tem culpa.

Então, o medicamento popular, como o senhor frisou, tem que merecer uma atenção especial. A Ceme distribuía muito bem aqueles medicamentos básicos. Se havia corrupção, é outro problema. Mas aquilo salvou muitas vidas, minimizou muito sofrimento. Há falta de dinheiro para o medicamento. O senhor, que é psiquiatra, vê que haverá uma revolta contra o Governo, pois o médico descobre a doença e lhe dá um papel que não poderá curá-lo. Isso será motivo de revolta para aquele que não pode adquirir um medicamento.

Então, a Emenda 29 foi fundamental. Se se conseguiu na Educação, acho a Saúde até mais importante. Acho que o medicamento gratuito para quem precisa é mais importante até que o alimento. A pessoa com saúde vai buscar o alimento. Vejam os índios, com saúde, arrumavam alimento. Agora, doente, sem medicamento, não se consegue nada. Nunca receitei um remédio caro. Sempre procurei receitar meus pacientes com medicamentos da Ceme.

A Emenda 29 é aquela que obriga cada Governo Estadual ou Municipal a investir 11% do seu orçamento. Acho que com isso teremos recursos para fazer uma boa saúde em todo o Brasil.

A descentralização é fundamental. É barato, é econômico fazer funcionar uma pequena maternidade. Para uma cesariana, não tem complexidade, se faz uma anestesia raquidiana com uma ampola. Um posto de urgência resolveria a grande maioria dos problemas dos Municípios. Todas as prefeituras, com essa emenda, têm condições de fazer. Fui prefeito e fiz na minha cidade um pronto-socorro, num hospital-geral. Priorizar, como eu disse, em cada Estado, um grande hospital de resolutividade. É como tem em Cuba.

Sou mais pelo SUS, pela experiência e a resolutividade, pela grandeza territorial e populacional e pelo desenvolvimento do alto nível do profissional médico do Brasil, do especialista. Temos que estruturar e dividir esses hospitais em terciários, secundários e aqueles de grande resolutividade.

Ernest Hemingway, autor de “O Velho e o Mar”, escreveu na Bodeguita del Medio, em Cuba, o seguinte: “Meu daiquiri no Floridita; meu mojito na Bodeguita del Médico.” Então, vamos ficar com o nosso sistema. Não sei quem o criou, mas sei que avançou muito. Vou lhe dar só um testemunho, porque um quadro vale por dez mil palavras. Cheguei a operar um filho de um gerente do Banco do Brasil, na cidade onde nasci, a mais importante do Piauí, com uma obstrução intestinal. Ali-

ás, fui chamado por um psiquiatra, Dr. Abreu, porque a mãe do garoto tinha problemas. Eu disse que tinha que operar: naquele tempo não tinha essa sofisticação de exame. Aprendi com meu Professor Mariano de Andrade, Raimundo de Brito: barriga eu abro, depois digo o que é. Abro e vou resolver. Para minha surpresa, Sr. Ministro, era uma obstrução intestinal com 500 vermes – contei quantos, por curiosidade. Isso aconteceu há 30 anos, com um filho do gerente do Banco do Brasil. Como melhorou a Medicina, neste País! Hoje, não tem mais essa possibilidade, de uma obstrução intestinal com 500 vermes.

Outro dia, operei uma doente do abdômen. Era tão volumoso o abdômen que eu operei, uma cirurgia banal. Era um cisto de ovário, fiz alargada incisão porque quis tirá-lo inteiro. E deu muito mais de 20 quilos. Hoje, é impossível isso. Tanto que, no dia seguinte, tive que recorrer ao psiquiatra. Essa doente vinha do Maranhão – o apelido Mão Santa foi posto por maranhenses. Recorri ao psiquiatra, porque aquela senhora tinha, há uns trinta anos, aquela barriga tão grande e, no dia seguinte, ela não aceitou aquela condição. Essas cenas não existem mais. Por quê? Porque o SUS foi como o Sol – até o esse – igual para todos. Foi um grande avanço.

Então, quero dizer que o SUS tem um grande comandante, o nosso Ministro Humberto Costa. Cumprimente o Lula. Se o PMDB quiser de saúde não vai levar não, porque defendo o nome do nosso Ministro do Nordeste. Meus parabéns!

Agora, tenho um pedido. O Senador Tião Viana é o nosso Líder, e o senhor aí vai dizer que o Mercadante pode aí ir para o Planejamento ou a Fazenda, e o Tião está apto a ser o nosso Líder.

Então, no Piauí, em 1989, começaram a construção de 40 ambulatorios universitários. Foram R\$22 milhões de investimento e agora faltam R\$60 mil de custeio. Quero ajudar Cirineu. Como Governador, eu arrumaria esse dinheiro até com os camelôs e colocaria para funcionar, pois R\$60 mil não é valor para um Governo. E mais, trata-se de hospital universitário.

Como aliado do PT, do PT do Tião Viana, e como o ambulatorio é universitário, V. Exa., Tião Viana, dividiria R\$30 mil para o nosso Humberto, do Nordeste, e o restante para o Cristovam, dando o maior presente para o Piauí. Não esse negócio de “fome”, já estamos cheios daquele negócio. Vamos festejar de Guaribas a Acauã, pois o povo do Piauí quer isso. Teresina tem se revelado como referência e excelência em saúde.

Faltam R\$60 mil para um investimento de R\$22 milhões. Estão aqui os pedidos, e esse o senhor leva para o Cristovam, porque o meu horóscopo não dá com o dele. Agora, o do Ministro entrego pessoalmente, para ele resolver.

Muito obrigado. Posso anunciar, no Piauí, e esperar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O Senador Mão Santa usou da palavra durante 14 minutos. Então, acredito que é muito interessante termos a transmissão dessa experiência de vida, na área da saúde, que o Senador Mão Santa nos dá.

Mas peço aos próximos Senadores e Senadoras que sejam obedientes ao tempo de cinco minutos para as perguntas.

Então, continuando no bloco de três, concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria, inicialmente, de dizer que, na exposição de V. Ex^a, ficamos um pouco mais tranquilos quando V. Ex^a assegurou que os recursos contingenciados da saúde serão liberados.

Entendo que não deve haver contingenciamento de recursos nem da Saúde, da Educação ou da área social do Governo. Aliás a Saúde faz parte da área social. Mas há uma tendência de toda a Equipe Econômica do Governo de fazer isso e que quase toda a equipe econômica do PT faz, em que pesem todas as informações de que haveria prioridade para a área social, há um contingenciamento enorme desses recursos.

Quero citar aqui, até por solicitação do nosso querido Senador Teotônio Vilela Filho, o que ocorre em Alagoas, no meu Estado de Mato Grosso e no Brasil inteiro a respeito das obras iniciadas na área de água e de saneamento, e que estão paralisadas. Recentemente, o Unicef reconheceu que o resultado da diminuição em 50% da mortalidade infantil no Estado deveu-se a essa política do Projeto Alvorada, voltada exatamente para essa questão do saneamento. Mas, infelizmente, esses recursos estão paralisados. Portanto, a minha primeira indagação é saber se esses recursos serão liberados e quando serão liberados. Não apenas com relação a Alagoas, mas com relação a todo o Brasil.

Creio que investir em saneamento, investir em água, no instante em que a Senadora Ana Júlia fala em saúde bucal, e que V. Ex^a diz que vai montar três

mil equipes para 2003, na área de saúde bucal, se isso nos tranquiliza, queremos a equipe, mas queremos também a prevenção.

No meu Estado, Ministro, há um Município que é exemplo para o Brasil e para o mundo, chamado Nova Mutum, que teve a sorte de ter tido um Prefeito que era dentista. Ele fez uma política extraordinária na questão da água. A água, na zona rural, é tratada e fluoretada. O Município erradicou a cárie dentária. As crianças de lá não têm cárie dentária.

É um investimento necessário a área da prevenção. O Brasil tem que investir em água e em saneamento básico.

Um ex-Desembargador do meu Estado dizia que, antigamente, as pessoas não faziam investimento em saneamento básico, porque ainda não inventaram, tecnologicamente falando, o esgoto aéreo, para colocar o nome do político. Felizmente, essa mentalidade está mudando, e as pessoas reconhecem, hoje, a importância de uma política de saneamento básico.

Portanto, Ministro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa da ampliação da equipe do médico da família, da saúde da família e do dentista da família. Reconheço, inclusive, a resposta de V. Ex^a, Senadora Ana Júlia, que já tratou de um problema importante.

Não pode haver, como grande assistência aos mais carentes na área da saúde bucal, a extração dentária. É preciso que, da mesma forma que se tem, no programa de saúde do corpo humano, o atendimento de alta complexidade, que o sistema único passe a tratar de canal, para que a extração dentária não seja a grande solução da saúde bucal brasileira.

Nesse sentido, gostaríamos de conhecer mais algum detalhe na opinião de V. Ex^a.

Gostaríamos também, Ministro, de cumprimentá-lo. Defendemos isso aqui desde quando assumimos o nosso mandato no Senado.

Creio que o Brasil involuiu ao não dar continuidade à sua Central de Medicamentos. Creio que o Brasil tem que investir na produção de medicamentos. Já avançamos muito na questão dos genéricos, já avançamos muito em relação aos enfrentamentos que temos feito na questão da Aids, mas é importante que tenhamos uma popularização realmente no sentido de possibilitar esses investimentos na área da produção de medicamentos, e que isso seja feito de forma regionalizada, que os Estados sejam incentivados a isso.

Aliás, o Sistema Único de Saúde, na minha avaliação pessoal, deve ser exemplo para os serviços públicos. Não temos que lutar apenas pela municipalização dos serviços públicos na área de saúde. A grande solução brasileira é a municipalização dos serviços públicos, porque o problema ocorre exatamente no Município.

Eu gostaria de conhecer mais sobre a política com relação ao tratamento de drogados. Se um cidadão da classe média tem um filho dependente de drogas, ele tem recursos suficientes – ou, pelo menos, um montante adquirido com o esforço de toda família – para tentar recuperar esse jovem, esse adolescente, essa pessoa que, infelizmente, enveredou pelo caminho da droga. Quero saber quando é que o Estado vai começar a atuar para oferecer um tratamento de dignidade àqueles que estão sendo levados, que estão sendo adotados pelos traficantes. Quando é que o Estado vai ter uma política para evitar que os nossos filhos e os nossos netos sejam adotados pelos traficantes. E isso acontece, majoritariamente, na população mais carente, mais pobre e, infelizmente, não temos nos Estados, nos Municípios, uma política para que haja assistência. Tenho conversado muito com Promotores da Infância e da Adolescência e é preciso, enfim, que o Brasil entenda que a droga é um dos grandes males deste século e que traz com ela outros males, não apenas os da dependência, destruição e saúde, mas também o da violência e uma série de outros.

Então, gostaríamos de conhecer, Ministro, concretamente, qual é a política que V. Ex^a pretende implementar no sentido de dotar os Estados e os Municípios de centros que sejam excelência, para que tenham um tratamento melhor do que aqueles oferecidos pela iniciativa privada, ou até se haverá uma política conveniada. Como é que se pretende fazer isso, já que há uma emergência nessa área no Brasil? É impossível, realmente, que os nossos jovens continuem assim.

Agora, Ministro, V. Ex^a tocou na questão da Emenda Complementar nº 29, inclusive com a afirmação, na sua exposição inicial, de que boa parte dos Estados não a cumprem. Quero saber quais as providências que o Ministério vai tomar junto ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal, no sentido de denunciar os Estados que não a estão cumprindo. Inclusive, quero alertá-lo, já disse isso na Comissão de Fiscalização e Controle, de que há um truque aritmético contra a saúde brasileira. Qual é esse truque, Ministro?

Em muitos Estados, está ocorrendo o seguinte: tem lá a evolução até 12% dos recursos vinculados constitucionalmente por essa emenda complementar para a área da Saúde. E o que tem sido feito em mui-

tos Estados que têm 100% dos recursos? Subtraem-se 25% para a Educação e, sobre o valor restante, calculam-se os recursos orçamentários, vinculados constitucionalmente, da Saúde. Isso é truque aritmético contra a Saúde pública brasileira, como seria truque aritmético contra a Educação se se descontassem os 12% da Saúde e, depois, fosse feito o cálculo, sobre aquele valor líquido, dos recursos constitucionais da Educação.

Então, eu gostaria de alertá-lo e de sugerir que V. Ex^a, como Líder do processo do SUS no Brasil inteiro, adote providências no sentido de que os Estados e os Municípios cumpram com esse dever constitucional.

Também gostaria de conhecer a opinião de V. Ex^a sobre essa vinculação de recursos, se V. Ex^a é favorável à continuidade da vinculação dos recursos constitucionais à área da saúde e da educação. Era isso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sou autor do requerimento e ia falar primeiro, mas tive que me ausentar para uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Quero fazer o esclarecimento de que o Senador Romero Jucá é autor do requerimento. Então, teria...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero aproveitar que o Senador Romero Jucá vai falar, porque esqueci de fazer uma colocação. Como a fila foi recuperada dessa forma, com a presença do Senador Jucá, eu gostaria de perguntar ao Ministro sobre a questão do atendimento, esqueci de fazer esta pergunta, está anotada, porque um dos principais compromissos da campanha do Presidente Lula é o de que não haverá mudança da Saúde, e concordo com isso, se não houver uma mudança na qualidade do atendimento. Ou seja, o paciente do Sistema Único de Saúde tem que ser visto pelo médico, que é contratado pelo Sistema Único de Saúde, não como paciente, mas como cliente. Ele tem que ser visto do mesmo modo como se ele tivesse ido a um consultório particular.

Essa era a indagação que eu gostaria de fazer, para saber quando vai começar a melhorar a questão do atendimento na área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Para que este bloco se complete, faço um reparo: após a fala do Senador Romero Jucá, falará o Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ministro Humberto Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Como autor do requerimento, tive que me ausentar no início da reunião, mas agora estou de volta, por considerar extremamente importante a presença de V. Ex^a nesta Comissão, na manhã de hoje.

Portanto, tendo em vista o meu atraso, certamente V. Ex^a já fez a sua apresentação, e creio que já discorreram aqui questões importantes. Mas eu gostaria de complementar alguns pontos.

O primeiro deles é sobre a pneumonia asiática. Dados alarmantes cada vez mais são veiculados pela imprensa, como, por exemplo, a respeito de pacientes com mais de 60 anos, em que a mortalidade fica entre 43% e 55%, portanto, um índice elevadíssimo – e esse processo está se disseminando. A China, além de outros países da Ásia não conseguiram deter o crescimento dessa contaminação.

Portanto, gostaríamos de saber, em nível de Governo brasileiro, quais as providências tomadas. O que está sendo esperado e que tipo de expectativa tem o Ministério da Saúde. Porque, provavelmente – vamos torcer para que não aconteça –, a tendência é que talvez chegue aqui alguém contaminado com a doença. Enfim, eu gostaria de saber, realmente, as ações, na sua inteireza, tomadas ou mesmo coordenadas pelo Ministério da Saúde junto a outros Ministérios em ações complementares.

Uma segunda questão diz respeito à solicitação da visão do Ministério quanto à questão específica da política de aumento do preço dos remédios. Mês passado, tivemos aumentos de produtos que variaram em até 30%. Com o surgimento dos genéricos, a questão preço tem sido discutida, houve um avanço considerável. Mas, com tudo isso, ainda hoje o preço do remédio pesa bastante na vida das pessoas, principalmente os idosos. É por isso que a questão da taxa dos aposentados ganha relevo, porque, na verdade, o aposentado, hoje, não tem gordura, não tem sobra, não tem poupança para pagar ou começar a pagar uma despesa que não estava prevista. Na verdade, a tendência é que, segundo conversa que mantive com os aposentados, aqueles que tiverem que pagar algo, terão que cortar dos remédios. Por isso, entendo que essa questão da política do preço de remédios é muito importante. Assim, eu gostaria de saber se a visão do Ministério é pelo tabelamento ou não, se pela liberação, se pelo controle, via Ministério da Fazenda, ou se pelo entendimento com os laboratórios. Resumindo: que linha o Ministério seguirá quanto a essa questão?

Uma outra questão – não sei se foi ferida aqui – é a do piso pago pela saúde dos Municípios. O Presidente Lula teve uma reunião no encontro dos Prefeitos aqui

e sinalizou concretamente com a ampliação do piso de remuneração para atendimento básico nos Municípios. Eu queda saber se há algum estudo e qual é a proposição. Todo ano, isso é uma briga na Comissão de Orçamento. Todo ano, conseguimos ampliar esse piso. Mas, na verdade, ainda é pouco pelo tipo de atendimento que se faz.

Sr. Ministro, não sei se essa questão foi levantada, mas, qual a visão do Ministério da Saúde – acredito que o tema é polêmico e que não diz respeito especificamente ao Ministério, mas o Ministério vai ter uma palavra abalizada e importante – em relação aos transgênicos. Existe, hoje, no Ministério, um posicionamento com relação aos transgênicos? Ele faz mal ou não? Há dados testados nesse sentido? Porque, internacionalmente, a posição é que não se tem nada. Portanto, qual a posição do Governo brasileiro em relação à pesquisa? A Agência de Vigilância Sanitária está acompanhando isso? Enfim, o Ministério está participando de algum grupo de estudo e pesquisa? Qual a posição do Ministério, hoje, se a soja transgênica, especificamente a plantada no Rio Grande do Sul, faz ou não mal à saúde? Há algum indício notificado pelo Ministério? Qual a política do Ministério com relação à questão do combate ao fumo? Porque avançamos bastante no Governo passado; o Governo brasileiro e o Congresso foram bastante rígidos, enfrentando pressões muito fortes da indústria de fumo. Mas, no início do Governo Lula, infelizmente, houve um recuo quando da realização do Grande Prêmio Brasil, pois foi editada uma medida provisória permitindo a propaganda de fumo durante aquela corrida. Apesar de ter sido um caso pontual, isso preocupa a todos aqueles que combatem essa prática. Gostaria de saber qual a visão do Ministério, se vai ampliar ações mais preventivas.

Por último, gostaria de saber se já está funcionando, em plenas condições, o ressarcimento dos planos de saúde para a rede do SUS. Trata-se de uma questão importante. Mudamos as regras dos planos de saúde e implantamos uma sistemática diferenciada. O Ministério estava se aparelhando, mas não sei se hoje está fluindo da forma que poderia essa cobrança de atendimento, que seria um reforço para o caixa do Sistema Único de Saúde.

Agradeço. São essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou direto ao ponto.

Sr. Ministro, qual é a participação da CPMF no Orçamento do Ministério da Saúde? Há, com o ingresso dos recursos da CPMF, substituição de recursos que

eram originários do Orçamento da Saúde ou a CPMF está somando no Orçamento da Saúde?

A segunda pergunta diz respeito ao Hospital das Clínicas de Curitiba, da Universidade Federal do Paraná. V. Ex^a deve conhecer e saber que esse hospital é referência no transplante de medula e atende pessoas de todo o Brasil. Até agora não se encontrou uma solução para equilibrar as contas do Hospital das Clínicas. Nós, Parlamentares, sempre somos chamados a colocar emendas ao Orçamento para quebrar o galho. V. Ex^a tem conhecimento da situação que vive o Hospital das Clínicas de Curitiba, que atende o Brasil inteiro e até o exterior e que não vem recebendo o devido apoio do Governo? Não recebeu no governo passado e continua não recebendo agora. Sempre há aquela divisão de responsabilidade. Quando se cobra do Ministério da Saúde, esse remete para o Ministério da Educação; quando se cobra do Ministério da Educação, esse remete para o Ministério da Saúde. E o Hospital das Clínicas de Curitiba continua improvisando inclusive equipamentos, para atender à demanda que cresce exatamente pela qualidade do atendimento. Eu queria saber se V. Ex^a tem uma solução para o problema financeiro do Hospital das Clínicas de Curitiba, que deve ser igual à de muitos outros no País.

E a terceira pergunta, recuperando um pouco do tempo do Senador Romero Jucá: V. Ex^a apoiaria um projeto de lei que já foi aprovado no Senado em 1998? Trata-se de um projeto de minha autoria, inspirado numa proposta que me foi entregue pela Associação Médica do Paraná. Não sou do ramo, mas o apresentei e defendi.

Esse projeto, que foi aprovado no Senado e está na Câmara, propõe duas coisas ao mesmo tempo: primeiro, que se dê mais liberdade ao médico na administração de medicamentos à base de tóxicos no caso de doentes portadores de neoplasias, de cânceres. Ocorre que o Brasil é o País que menos liberdade dá ao médico, que, em muitos casos, é considerado traficante pela legislação quando socorre um doente de câncer com morfina e outros medicamentos, que não vou descrever porque não os conheço, não sou do ramo, como disse, mas apresentei o projeto e os médicos estão cobrando da Câmara dos Deputados a sua aprovação. Também, copiando aquele projeto que V. Ex^a elogiou, aquela lei que V. Ex^a elogiou, do Senador Sarney, em que o Poder Público se responsabiliza pela oferta de medicamentos para portadores de Aids, se também não seria o caso de aprovarmos o projeto de lei que está lá e que também autoriza o portador de câncer, no caso de comprovada incapacidade financeira, a receber do Estado seus medicamentos de forma gratuita.

Alcançar os portadores de câncer seria uma questão igualmente justa. Esse é um projeto de minha autoria, que está na Câmara há seis anos, e não consigo fazer com que saia da gaveta.

Desejo saber se V. Ex^a apóia essa idéia e se apoiaria o projeto que está na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – O Senador Mão Santa fez uma série de comentários muito interessantes. Concordo com várias colocações suas e vou comentar algumas delas. A primeira diz respeito à política de recursos humanos. Temos a convicção de que os profissionais de saúde no Brasil, pelo menos no serviço público, são mal remunerados. O programa Saúde da Família é uma exceção, mas o normal, até em prefeituras de grande porte, é termos profissionais mal remunerados. A política de recursos humanos precisa ser debatida, discutida. É isso que pretendemos fazer, discutindo alternativas. Temos uma secretaria especificamente para isso.

Eu imaginei – estou dizendo que imaginei, porque a imprensa amanhã pode publicar isso em primeira página como um fato – alguma coisa semelhante ao Fundef, que pudesse garantir recursos mínimos para a implementação de melhoria das condições de profissionais da área de saúde nos Municípios, Estados. Essa é apenas uma idéia, e a discussão está aberta. Nós estamos fazendo e creio que vamos ter propostas para isso ao longo desses quatro anos.

No que diz respeito à questão dos medicamentos, de fato o Brasil precisa enfrentar esse debate. No início desta semana, um seminário promovido pelo BNDES, com participação do Ministério da Saúde, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Educação, discutiu esse assunto. Aliás, na área de saúde, nossa dependência externa é enorme. A nossa balança comercial, pelas informações que tenho, oscila negativamente entre US\$3,5 e US\$4 bilhões/ano, em relação a medicamentos, a outros insumos, a equipamentos. Além disso, o Sistema Único de Saúde, fornece medicamentos e tratamentos também na área da alta complexidade, de medicamentos excepcionais e caros, sem necessidade de uma lei.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia o Ministério da Saúde gasta diretamente, fora o repasse para Estados e Municípios, em suas compras diretas de medicamentos, algo em torno de R\$1 bilhão, R\$1,1 bilhão. Quase metade disso é gasto com medicamentos de alto custo, que atendem uma parcela ínfima da população.

Assim, o que estamos fazendo? Estamos montando uma rede de laboratórios oficiais, porque os laboratórios existem, mas são completamente desarticu-

lados entre si e não têm uma política. Na política que estamos propondo, queremos identificar os laboratórios com maior capacidade de desenvolvimento de medicamentos, para que eles possam se especializar na produção de determinados medicamentos, principalmente os de alto custo, e nós termos sob a responsabilidade deles uma parte da produção de medicamentos no Brasil. Isso para nós é uma preocupação significativa. Não só medicamentos, mas também outros insumos, como hemoderivados. Vamos construir, ao longo desses quatro anos, uma ou duas plantas de hemoderivados. Trata-se de uma área onde o SUS tem um papel fundamental. Por exemplo, o SUS garante o tratamento com os fatores sangüíneos para os hemofílicos. Esse é um avanço significativo, que representa US\$150 milhões de aquisições, por ano, de hemoderivados. Queremos implantar uma ou duas fábricas de hemoderivados no Brasil. No Estado do Acre – o nosso companheiro Tião estava aqui, mas saiu –, no sábado, o Presidente Lula vai lançar a fábrica de preservativos do Acre, que vai atender a uma demanda do Sistema Único de Saúde, uma vez que hoje compramos no exterior as camisinhas, os preservativos, para distribuir para a população. Ou seja, estamos querendo implementar uma política de auto-suficiência do Brasil em algumas áreas fundamentais na saúde, uma política de substituição de importações e de ampliação do acesso da população a esses insumos.

Em relação ao que disse o Senador Antero Paes de Barros, que as equipes econômicas pensam sempre da mesma forma, eu discordo, pois a equipe econômica do Governo Lula tem profunda sensibilidade em relação às questões sociais. Tanto que temos o compromisso de cumprimento da Emenda 29 – pela primeira vez o Governo Federal vai cumprir a Emenda 29 – e temos autorização do Ministério da Fazenda e do Planejamento para homologar uma resolução do Conselho Nacional de Saúde que dá a interpretação adequada à Emenda 29 no âmbito do Governo Federal. Não tenho dúvidas de que vamos ter os recursos de que a saúde precisa para fazer a nossa política nessa área,

Aliás, o que distingue esta equipe econômica das anteriores é que as outras trabalhavam com a economia como fim, e nós trabalhamos com a economia como meio. Queremos a estabilidade e queremos o controle da inflação, mas não para reafirmar a nossa responsabilidade junto ao mercado ou ao Fundo Monetário Internacional, mas para que o País possa voltar a crescer, para que ele possa ampliar a sua capacidade de arrecadação, para que ele possa investir em políticas sociais. A política que o Governo Lula desenvolve na área econômica é uma política

que favorece a área social, e na área saúde, em que pese eu reconhecer que o Brasil, de um modo global, precisa aplicar mais recursos em saúde, eu diria que, se aplicássemos melhor o que temos, já teríamos resultados importantes.

Gostaria de falar algo sobre a questão levantada aqui sobre o Projeto Alvorada. Todos sabem que o Projeto Alvorada terminou. O Governo Fernando Henrique Cardoso, quando mandou o Orçamento do ano passado para o Congresso Nacional, não previu recursos para o Projeto Alvorada. O que há do Projeto Alvorada são os restos a pagar. Herdamos R\$1,1 bilhão de restos a pagar de um projeto que, no total, tinha R\$2,1 bilhões para dois anos. Uma parte das obras foi feita, uma grande parte iniciada e a conta ficou para nós, que, dentro de um cronograma, estamos honrando religiosamente os restos a pagar.

No caso, por exemplo, de Alagoas, que tem R\$601 milhões de restos a pagar do Alvorada, esses recursos serão liberados ao longo do ano. Todos os recursos do Alvorada serão liberados. Estamos fazendo o pagamento parcelado dos R\$601 milhões. Isso foi acordado com os Estados e com os Municípios conveniados com o Ministério da Saúde, e esperamos, até o final do ano, cumprir toda essa agenda de pagamentos do Projeto Alvorada.

Quanto à nossa política de saúde bucal, queremos que o Ministério da Saúde exerça um papel importante na política de saneamento no Brasil para que, entre outros critérios, capacidade de endividamento, condições ambientais etc., a realidade sanitária, epidemiológica, também seja um critério para definir a aplicação de recursos na área de saneamento. Com relação à política de saúde bucal, a nossa preocupação é uma política integrada, integral. Por que o Sistema Único de Saúde faz transplante e não faz tratamento de canal, não faz tratamento ortodôntico? Deveria garantir isso também. Temos uma visão integral em termos de saúde bucal.

Em relação aos dependentes de álcool e drogas, o Ministério da Saúde, o sistema de saúde de modo geral, nos últimos anos, assumiu uma posição de espectador. Queremos assumir um papel de protagonistas nesta política. Temos uma proposição e queremos trabalhar principalmente na área do tratamento e prevenção, mas também temos uma visão de que tipo de política deve ser implementada. O Governo está definindo esta política. Vamos trabalhar com redução de danos ou vamos trabalhar somente com a política de abstinência? Vamos trabalhar com a descriminalização ou com a despenalização? Temos uma opinião e vamos construir uma política. Este ano, vamos criar 78 centros de atenção psicossocial na área de álcool

e drogas. Na linha que o Senador Ântero colocou, é uma responsabilidade do sistema de saúde oferecer atenção a droga-adictos. O mesmo com relação ao álcool. Os pais estão preocupados com que seus filhos de treze, quatorze anos, tenham acesso à maconha e outras drogas mais pesadas, mas a juventude, cada vez mais cedo, está tendo acesso ao álcool. O Congresso Nacional e o Ministério da Saúde precisam fazer um esforço para coibir a propaganda do álcool. Ontem eu recebi representação de produtores de bebida alcoólica desesperados, porque há no Congresso e há no nosso sentimento a idéia de que cerveja é bebida alcoólica. É pela cerveja que as pessoas entram no processo de alcoolismo. A propaganda de cerveja no Brasil não se pauta pelo respeito à ética. E propaganda de cerveja com tartaruga ninja para cativar a criança, utilizando o corpo da mulher, utilizando artistas bonitos para as mulheres talvez imaginarem que bebendo cerveja vão ter possibilidade de acesso a eles. Temos que garantir que a publicidade de cerveja tenha um controle tão forte quanto a publicidade de cigarro tem hoje. Precisamos avançar nessa área.

Em relação a PEC nº 29, quem tem o rabo preso não pode ficar olhando ou tomando conta do dos outros. O Ministério da Saúde, até o ano passado, não havia cumprido a Emenda Constitucional 29. Então, não tinha autoridade política para exigir que os outros cumprissem.

O nosso sistema de avaliação do cumprimento é muito questionado, tem muitas imperfeições. Estamos tentando resolver isso e, a partir deste ano, vamos fazer um monitoramento. Queremos o cumprimento da Emenda do ponto de vista da exigência da utilização dos mecanismos legais, mas queremos também o cumprimento pela indução. Governo estadual que quiser dinheiro tem que ter Programa de Saúde da Família, tem que cumprir a Emenda nº 29 ou pelo menos demonstrar que está fazendo um esforço para cumprir. Há Estados que tem de sair de 4% para chegar a 10% ou 12%. E governador que assumiu agora não tem culpa disso. Então, tenho que ter pelo menos o reconhecimento do esforço que ele faz. É desta maneira, combinando o instrumento legal com a indução, que queremos garantir o cumprimento da Emenda.

Quanto à qualidade do atendimento, que é a grande queixa da população, temos que melhorar. E isso passa por vários pontos. Passa pela melhoria do atendimento básico. Tem muito lugar que tem fila, porque a população não tem o Programa de Saúde da Família ali. Então vai direto para aquela fila para ser atendida, porque sabe que vai ser atendida, mesmo que demore. Por isso temos que organizar a atenção básica, organizar o sistema para que tenhamos reso-

lutividade. O Programa de Saúde da Família funciona de manhã e à tarde, tem uma clientela cadastrada, são de setecentas a mil famílias aproximadamente. A pessoa tem o seu médico, tem a sua enfermeira, tem o seu agente comunitário. Não existe fila, ou pelo menos não deveria existir se ele funcionasse adequadamente. Temos que trabalhar também outras questões na qualidade do atendimento. Humanizar! Nas profissões da área da saúde, o componente humanístico e a vocação são fundamentais. Eu uso um exemplo. Quando pego um ônibus para um determinado local, não me interessa se o motorista está ganhando bem ou mal, se está satisfeito ou insatisfeito; ele tem que meu deixar lá, me tratar bem, e eu tenho que chegar aonde eu quero.

Por que na área da saúde se utiliza o pretexto do salário ruim, da condição de trabalho não ser a melhor para não tratar bem as pessoas? Temos que mudar essa mentalidade. É preciso melhorar as condições de trabalho, os salários, mas também garantir que o cidadão seja tratado dignamente.

O cidadão precisa saber que isso que eu mostrei não é uma benesse do governo federal, nem do governo estadual, nem do município. É um direito que ele tem. Direta ou indiretamente ele paga com os seus impostos para que aquilo aconteça. Só o cidadão que tem ciência do seu direito vai cobrar, vai exigir.

A idéia de criar um código de defesa do usuário do SUS – que é muito mais uma compilação de direitos do que estabelecimento de novos direitos – é uma coisa avançada. Queremos que o Congresso Nacional aprove isso, para que quando um paciente estiver internado, se ele quiser saber o diagnóstico da doença, o médico terá que dizer; se ele quiser saber qual o medicamento que está tomando, terá direito de saber; se quiser saber se aquele exame que vai fazer vai levar a algum tipo de sofrimento, ele terá o direito de saber. Ele tem o direito de ser chamado por João, José, Maria e não pelo leito 8, leito 9, leito 10.

São coisas simples assim que representam humanização, acolhimento. E sabemos que em saúde o acolhimento já é o primeiro passo. Quando estamos doentes e chegamos a uma emergência e não tem ninguém para nos atender, temos um determinado tipo de sentimento. Quando chega ali uma pessoa que nos toca, mede a pressão, isso vai contribuindo para a nossa melhora.

Então, temos compromisso com a melhoria da qualidade de atendimento.

Com relação, Senador Romero Jucá, à pneumonia asiática, o Brasil está fazendo e cumprindo todas as orientações e determinações da Organização Mundial de Saúde e das boas práticas na área de saúde pública.

É verdade, Senador, principalmente para um País como o nosso, que tem tantas fronteiras – fronteira úmida, fronteira seca –, é praticamente impossível que não chegue algum caso da doença. O que podemos fazer e está sendo feito em outros países e está dando resultados é o bloqueio. Isso foi feito no Vietnã e esse país saiu da lista de transmissão. Também nos Estados Unidos, que, apesar de ter tido muitos casos importados da doença, não teve transmissão interna. E o que estamos fazendo. Quem vem do exterior recebe uma mensagem do comandante do avião orientando que, se esteve nesses países, se teve contato com alguém com aqueles sintomas, se apresentou aqueles sintomas, se dirija ao serviço de saúde. Essa mensagem está sendo veiculada nos vôos domésticos também. Há um formulário para ser preenchido dentro dos aviões. As companhias aéreas, juntamente com a Anvisa, estão fazendo isso. Estamos cadastrando e acompanhando essas pessoas por aproximadamente dez a doze dias, porque depois de dez dias, se não apresentou sintomas, não é a Sars. Portanto, estamos trabalhando na idéia do bloqueio.

As pessoas, às vezes, dizem que a situação no Brasil está ruim. Tem um suspeito no Pará, um em Pernambuco, outro no Rio Grande do Sul, outro em São Paulo. Ao contrário, isso é uma boa coisa. Significa que o médico que estava lá no Ceará, numa cidade do interior, que atendeu aquele cidadão que veio da China, que teve tosse e falta de ar, está antenado para a doença. E, na medida em que ele comunica imediatamente, podemos isolar a pessoa, fazer a identificação dos contactantes e acompanhá-los. E isso que estamos fazendo e é isso que tem que ser feito. Todas as inovações tecnológicas nessa área – exame novo, vacina, o que aparecer – o Brasil buscará, de imediato, ter acesso para garantir à população. Entretanto, o exame demora três semanas para confirmar. Não temos uma vacina, um medicamento que possa ser utilizado. Mas se essas ações de saúde pública forem levadas a sério, como queremos, vamos conseguir.

Com relação a preço de medicamento, temos a Camed, que está discutindo a nova regulação de medicamentos. Esse é um mercado imperfeito, monopolizado, que não pode ser livre. A indústria farmacêutica quer liberdade de preços, mas não vamos dar liberdade de preços a eles.

Precisamos ter uma política que estabeleça prioridades. A farmácia popular, por exemplo, será um fator importante nessa regulação, porque vai oferecer um conjunto de medicamentos por um determinado preço tabelado, que vai atingir um conjunto de pessoas que são acometidas pelas doenças mais comuns, que fazem tratamento com medicamento de uso contínuo etc.

O restante, como vamos fazer? Estamos debatendo. A idéia é que possamos controlar o máximo possível.

Determinadas coisas precisam ser ditas em sua inteireza. Por exemplo, um cidadão aqui no Distrito Federal, do conselho não sei do quê, vai à farmácia e depois de 30 dias diz que aumentou em 30% o preço do medicamento. Só que ele não está preocupado em saber se esse era o medicamento que antes tinha uma tabela “x”, que era fornecido um desconto, porque senão a indústria farmacêutica não vendia, e agora aproveitou o aumento para recuperar o preço inicial e colocar alguma coisa ali em cima. Então, tem que trabalhar com honestidade intelectual de passar as informações da forma como acontecem. Se não tivéssemos feito o acordo com o governo passado, nós e a indústria farmacêutica, os medicamentos teriam subido, no final do ano, entre 16% a 18%, porque era a fórmula que a medida provisória garantia. E nós conseguimos congelamento até o mês de março. Foram dados 8,5% até agora, e liberamos alguns medicamentos em que há concorrência no mercado. Estamos acompanhando os preços, alguns se excederam, só que estamos numa mesa de negociação. Isso será parte da negociação. Vocês querem liberdade de preço para fazer isso? Não vamos dar. Então, faz parte também dos nossos trunfos neste debate, nesta discussão.

No que diz respeito ao PAB, Senador, expliquei que o aumentamos. Desde 1998, havia uma reavindicação de subir de R\$10,00 **per capita**/ano para R\$12,00 **per capita**/ano, calculado com base na população de 2001. No ano passado, houve um aumento para R\$10,50, com base na população de 2000. E agora ampliamos de R\$10,50 para R\$12,00/ano; corrigimos a população para 2001 e 2002, e ampliamos a 20 financiamento do Programa de Saúde da Família. Posso dizer a V. Ex^a, com certeza, que prefeito não tem o que reclamar de repasse de recursos do atual Ministério da Saúde. E terão mais! Não foi só na área da assistência, foi também na área de vigilância sanitária, de controle de doenças. Fizemos essas correções e queremos fazer mais. Agora, também vamos apertar; vamos tentar e precisamos garantir que cada centavo que sai daqui chegue lá na ponta, chegue na cidade mais distante do Estado do Amazonas. Disto eu, pelo menos, estou convencido: de que Conselho Municipal de Saúde não é suficiente para fiscalizar a aplicação do recurso.

No que diz respeito aos transgênicos, não há nada conclusivo em relação a se fazem mal à saúde ou não. Os estudos existentes são contraditórios. Dependendo de quem o faz, a confirmação é uma; para outros, a confirmação é outra. Os sintomas são limitados. Enfim, não temos nenhuma certeza de que

não faça mal. Em saúde pública, é importante adotarmos o princípio da precaução. Até que tenhamos uma absoluta comprovação de que esses produtos não causam mal à saúde, não devemos deixar que sejam plantados e comercializados livremente. Na pior das hipóteses, as pessoas têm o direito de optar por consumir ou não. A rotulagem é algo que tem que ser garantido, dizendo qual é, se for aprovado, se for liberado. Essa é uma posição minha. A posição da Anvisa é diferente. Vamos chegar ainda chegar a uma acordo. A minha posição é igual à do Ministério do Meio Ambiente, ou seja, a de que devemos, por precaução, aguardar mais tempo para comercializar livremente alimentos transgênicos no Brasil.

Com relação ao ressarcimento, a política de planos de saúde é extremamente complexa em nosso País. Há uma parcela significativa da população que os utilizam. Hoje, entre 33 e 36 milhões de pessoas têm planos de saúde. Portanto, se hoje quebrarmos esse setor, se ele entrar em situação falimentar, o Sistema Único de Saúde não tem condição de absorver essa clientela. Razão por que devemos tratar esse tema com absoluta tranquilidade, sem bravatas, sem componentes ideológicos. A Constituição brasileira garante a liberdade de escolha do serviço de saúde privado, que temos de regular, porque também é um sistema imperfeito. A lei aprovada, de cujo processo de elaboração participei, é um grande avanço, não tenham dúvida. Mas há um grande problema: ela não resolveu a questão dos planos antigos. Hoje, o grande nó, pelo menos na minha opinião, em relação aos planos de saúde, é que a maioria dos que existem no Brasil, tanto os coletivos quanto os individuais, são contratos antigos. Por exemplo, aqui foi perguntado sobre o ressarcimento. Sai no jornal: foram identificados 300 milhões, que os planos de saúde deveriam ressarcir. No entanto, quando se vai procurar o plano de saúde daquelas pessoas, verifica-se que são antigos. O problema é que o ressarcimento só é feito por aquilo que o plano prevê; o novo garante o ressarcimento por hemodiálise; o antigo, não. Essa situação precisa ser resolvida. Por isso estamos querendo montar um grande fórum para estabelecer um novo pacto. Em vez de disputa por interesse, tem que haver pacto. As empresas de plano de saúde têm que perder um pouco para ganhar, e o sistema deve ter saúde financeira. Os consumidores vão ter que abrir mão de algumas coisas, como a exigência de que se garantam, para os planos antigos, os mesmos direitos estabelecidos pela legislação para os novos.

Sabemos, em princípio, que a migração coletiva fere o Código de Defesa do Consumidor, mas o custo para passar do plano antigo para o novo seda muito mais reduzido. Enquanto o custo hoje é 25%, 30%,

35%, com a transferência coletiva de um plano para outro, seria 7%. Nesse caso, haveria todas as coberturas, o SUS faria o ressarcimento, e os profissionais seriam bem remunerados.

Antes, os planos de saúde tinham total liberdade de fixação de preços, de coberturas, praticamente. Quando a lei passou a controlar mensalidades e definir coberturas, para manter sua lucratividade, eles foram para o elo mais fraco: os hospitais, que estão em crise, e os profissionais de saúde, que não têm aumento de remuneração há alguns anos. Então, tem de haver um grande pacto. O profissional também tem que se comprometa a aceitar protocolos, não pode pedir todos os exames ou passar todos os remédios e tratamentos que julgar convenientes. Tem de haver padronização. Então, todos precisam perder um pouquinho, para manter esse sistema.

O nível de satisfação dos usuários é bom, não é ruim. Existem insatisfações. Tanto a pesquisa feita pela ANS, quanto a que mencionei, feita pelo Conass e Ministério da Saúde, mostram mais de 70% de satisfação das pessoas com seus planos de saúde, algo que é importante levar em conta. Esse fórmula deve começar agora e vai até setembro.

No final, o que queremos? Se chegarmos à conclusão de que é preciso mudar a lei, discutiremos com o Congresso Nacional uma proposta de mudança. Se a lei é boa, todos terão que respeitá-la, porque não pode haver uma lei que ninguém cumpre. Hoje, quando se cobra o ressarcimento, entram na Justiça, fazem um recurso administrativo. Quando o paciente tem um plano antigo, que não cobre determinado procedimento, entra na Justiça e ganha o direito ao procedimento. Então, tem que haver uma regra aceita por todos.

Com relação ao fumo, em nenhum momento, o Governo Lula pretende arrefecer a política de combate ao tabagismo. Pelo contrário, queremos ampliá-la. Efetivamente, estávamos diante de uma grande contradição da lei. Aliás, é importante dizer que se avançou muito na área da publicidade, da legislação, mas em outras não se avançou. Na área, por exemplo, da venda e do comércio de cigarros não se avançou. Na área de garantia de recursos para reduzir os danos causados pelo cigarro à saúde da população, também não. Queremos avançar nesses pontos a partir de agora.

A nova lei tinha uma grande contradição: dizia que era proibido corrida de Fórmula 1 no Brasil porque havia propaganda de cigarro. É isso que estava dito lá. Mas não é proibido transmitir a corrida de Fórmula 1 da Espanha, da Alemanha, em que existe a propaganda de cigano do mesmo jeito, na mesma condição, às vezes, até mais.

Então, o que fizemos? Tínhamos diante de nós uma situação crítica, que era um contrato assinado, desde o ano passado, entre o Governo de São Paulo e a FIA, a Federação Internacional de Automobilismo. O tempo em pouco para se tomar uma decisão, e o prejuízo causado à imagem do Brasil seria muito complicado. Então, fizemos uma flexibilização na realização da atividade, mas, por outro lado, apertamos com a política antitabagista. Agora, continuará sendo permitido transmitir corridas de Fórmula 1, só que, antes da corrida, ao longo dela e depois, serão veiculadas mensagens antitabagistas.

Anteriormente, a proibição da realização da corrida terminava valendo para a Fórmula 1. Agora, vale para a Fórmula Indy, para a Fórmula Mundial, para os campeonatos de motocicleta. Vale para a televisão aberta e para a televisão fechada. E agora o Congresso Nacional votará essa medida provisória. Se julgar inadequado o que foi feito, o Congresso tem total autonomia de fazer algo diferente, e nós vamos respeitar o contrário.

Vamos agregar mais algumas coisas, que vou apresentar como posição do Ministério da Saúde ao Relator da matéria. Por exemplo – não é uma coisa simples, mas temos que tentar fazer –, queremos obrigar os locais que vendem cigano a colocar, de um lado, a marca do cigano e, do outro, aquela fotografia, diante do indivíduo que vai comprar o cigarro. Na verdade, quem fuma mesmo pega o maço de cigano e nem olha a foto; só fica abrindo o maço desse lado de cá, para não ver aquela coisa grotesca que está do outro lado. Queremos avançar para proibir a utilização e venda de ciganos em espaços de permissionários ou concessionários do serviço público. Não se trata de proibir apenas o fumo em avião. E não fumar no aeroporto, não fumar na rodoviária, não fumar na estação ferroviária, não vender ciganos nesses lugares. E o meu desejo é que, futuramente, façamos como em alguns países, onde só se vende cigano em tabacaria. Há uma emenda do Deputado Luiz Carlos Hauly nesse sentido que estamos apoiando. Queremos também definir uma forma mais adequada para a publicidade. Ela está sendo limitada nos grandes prêmios, mas queremos aumentar isso. E pensamos em uma série de outras coisas que são para apertar essa política. Então, eu queria somente reforçar isso.

Por último, respondendo ao Senador Osmar Dias, hoje, 53% da CPMF complementa o orçamento da Saúde. O restante vem de outras contribuições da Seguridade Social. A própria CPMF é usada para outras áreas da Seguridade Social. Como Ministro da Saúde, naturalmente, participo do debate da reforma tributária no que diz respeito a CPMF, como integrante do Go-

verno; mas tenho a absoluta convicção de que, se ela vier a ser extinta ou substituída, o Ministério da Saúde não sofrerá nenhum tipo de redução de seus recursos. Esse é o compromisso do Governo, e a Emenda Constitucional garante isso.

Com relação ao Hospital de Clínicas do Paraná, é uma situação que ocorre em todo o Brasil. Não sei se o Senador estava no início, mas eu disse que nós montamos um grupo de trabalho para estudar os hospitais universitários de modo geral. Esses hospitais têm problema de financiamento que, em grande parte, acontecem pelo fato de que eles ampliaram os serviços e não houve, nos últimos anos, por parte do Ministério da Educação, a contratação de pessoal para suprir essa necessidade. Aí, o que os hospitais universitários vinham e ainda estão fazendo – e nós estamos querendo que eles parem de fazer: montam uma fundação de apoio para contratar pessoas precariamente, utilizando recursos do SUS que são recursos para investimento e custeio. Então, é uma crise interminável. Além disso, há o problema de gestão. Em qualquer avaliação de custo de serviços, verifica-se que o hospital universitário, comparado com a rede privada, com a rede filantrópica ou mesmo a rede pública, é mais caro – não é meu, não é seu e nós gastamos de qualquer jeito. Então, tem que haver mudança de gestão. Nós, por exemplo, estamos fazendo um piloto em três hospitais universitários – o Hospital de Santa Maria, o Hospital de São Luiz e o Hospital da Bahia. São três modelos diferentes: um é excelente; o outro é de referência e o outro está falido – é a situação mais precária. Queremos exercitar nesses hospitais um programa piloto, para vermos como a gestão deve ser feita, como ela deve ser realizada, como se racionaliza recursos, para que o hospital universitário, como disse, deixe de ser uma “ilha” no sistema de saúde – como outras ilhas também existem. A Rede Sara é um exemplo: é financiada pelo setor público, mas que não tem nenhuma vinculação com o Sistema Único de Saúde.

Os hospitais universitários estão hoje numa situação semelhante. Eles têm que ser referência para uma série de coisas, sem perder sua vocação de formador, para o que precisa de casos de altíssima complexidade e equipamentos sofisticados, mas precisa também ser referência na assistência. Neste aspecto, qual seja, o de recursos, como eu disse, estamos aumentando os recursos para eles. Este ano será de R\$100 milhões – R\$50 milhões do Ministério da Saúde e R\$50 milhões do Ministério da Educação. Nós já estamos liberando essa parcela de R\$50 milhões agora no meio do ano.

Com relação ao Projeto de lei, nobre Senador, eu me disponho a estudar e pedir ao pessoal técnico que

faça uma avaliação. Este é um tema muito delicado, porque sabemos que, entre os profissionais de saúde, há um significativo percentual de droga adictos, dependentes, exatamente pela utilização de medicamentos, não apenas a morfina e seus derivados, mas também outros que geram dependência. Sabemos que, hoje, no Brasil, hospitais são assaltados para que se possa obter esse tipo de droga. Então, é importante combinar um sistema que controle sem, naturalmente, impedir a autonomia do profissional em fazer a prescrição.

Com relação a pagar – vejam – há uma outra coisa que não fiz referência ali, mas que é fundamental: o Brasil distribui medicamentos caríssimos para todo mundo. Há um protocolo onde as doenças estão catalogadas e nós pagamos para quem tem plano de saúde, para quem não tem plano de saúde, para quem é rico e para quem é pobre. A propósito, a Justiça e o Congresso Nacional precisam discutir a questão. Nós estamos começando a entabular conversas com o Poder Judiciário. Não se pauta pelo princípio da equidade, mas se pauta apenas pelo princípio da universalidade, ou seja: fulano de tal tem uma doença “x” e está usando esse medicamento em tal lugar. Ninguém comprovou que aquilo, de fato, tem resultado. Ninguém comprovou que aquilo não vai causar mal. O juiz, onde estiver, dá a sentença: “Que o Sistema Único de Saúde dê esse medicamento...” Não sei se V. Ex^{as} sabem, mas há uma empresa de produção de medicamentos – ela produz um medicamento caríssimo para uma doença raríssima que pouquíssimas pessoas tem no Brasil – que faz rastreamento de doentes para incitá-los a entrar na Justiça contra o Sistema Único de Saúde para receber o medicamento. Ora, tudo bem; todo mundo tem direito. Cada vida é importante. Cada vida é fundamental. Mas, no momento em que dou aquele medicamento e não tenho comprovação de que ele funcione, eu estou deixando de dar medicamentos para muita gente que, sem medicamentos, vai terminar batendo numa UTI e não encontrando vaga. Então, tem que haver o princípio da equidade. O juiz precisa ter acesso a esse protocolo para que, no momento de decidir, possa dizer que, no protocolo do ano anterior, o Ministério da Saúde dizia que esse medicamento não servia para o que é especificado. Então, por que vou garantir isso? Portanto, tem de se trabalhar com o princípio da equidade. No caso desses medicamentos, é perfeitamente possível discutirmos, e creio que já sejam distribuídos porque, como disse, quem paga medicamento caro no Brasil hoje somos nós, o sistema público, e não o sistema privado.

Acredito que respondi aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu inda-garia ao Senador Antero Paes de Barros se deseja usar o direito da réplica.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Gostaria de fazer algumas considerações.

Embora seja o Ministro da Saúde, V. Ex^a fez uma análise da política econômica que eu não fiz. Eu apenas disse que há uma eterna guerra entre a área econômica de qualquer governo e a área social de qualquer governo. Mas ficaria muito feliz se, no futuro, o discurso de V. Ex^a se revelasse verdadeiro. No presente, atribuo esse discurso mais a um problema genético. O poder tem um gene. V. Ex^a é da área da saúde, e há um gene do poder que nos mostra uma realidade diferente da existente. Quando foi feito o anúncio do contingenciamento, foi dito à imprensa brasileira – está registrado em todos os jornais – que não havia contingenciamento na área social. No outro dia, a imprensa brasileira registrou o contingenciamento de R\$1,6 bilhão na área da saúde.

Sou um aliado de V. Ex^a, não quem contingencia-mento na área da saúde. Mas as universidades estão paradas. O Governo está com o discurso de que não está contingenciando os recursos da área social, e isso não é verdadeiro. As universidades estão paradas. Tenho conversado com reitores, tenho recebido visitas de reitores de universidades e sei que estão paradas com recursos para o custeio. O FAT está com os recursos contingenciados. O programa Fome Zero está conseguindo a proeza de ser o melhor programa do Governo e ao mesmo tempo o pior programa do Governo, enfim, uma proeza fantástica. Como o Fome Zero só se justifica como um projeto emergencial, dever-se-ia casar o Fome Zero com o FAT. A clientela do Fome Zero teria de ser a clientela preferencial do programa qualificado, do Proger, do Programa de Geração de Emprego. E isso está contingenciado. Não foi gasto absolutamente nada.

Participei de uma reunião com os secretários de Trabalho do Brasil inteiro na Câmara dos Deputados. Estou dizendo isso com a expectativa de que, no futuro, se confirme o discurso de V. Ex^a e não quem que V. Ex^a veja na Comissão de Assuntos Sociais do Senado uma posição de oposição à área social do Governo. Ao contrário, esta Comissão presta-se a apoiar os investimentos na área social. Porém, infelizmente, muitos pontos estão sem desdobramentos.

Para mim, não ficou claro o Projeto Alvorada, que teve início e término, mas as obras que foram iniciadas na área de saneamento, na área de água serão complementadas ou não?

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Todas. Não vai ficar uma obra inacabada no Projeto Al-

vorada. Só o que não foi licitado, o que não começou é que entrou no decreto de cancelamento, mas tudo o que começou vai ser concluído.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É importante essa declaração, porque, se hoje há uma ação do Ministério da Saúde com relação ao acompanhamento referente à pneumonia asiática, no futuro, quanto melhor a nossa política de saneamento, mais protegidos estaremos com relação a qualquer tipo de problemas.

Ministro, sinceramente, a Emenda que aprovamos, de nº 29, de iniciativa do Deputado Eduardo Jorge, do PT de São Paulo, representou uma luta no Senado da República para que aprovássemos a vinculação de recursos na área da saúde, uma conquista da sociedade. Na reforma tributária, há um debate sobre a DRO, Desvinculação de Recursos Orçamentários, e somos contra a Desvinculação dos Recursos Orçamentários, que é uma proposta do Governo, porque entendemos que temos que proteger a área social, temos que dar condições à área social para que possa funcionar. Mas, na Emenda nº 29, não havia a obrigatoriedade da União; a Emenda estabelecia apenas a obrigatoriedade em relação a Estados e Municípios, o que considero incorreto. Hoje, há um caminho melhor a ser percorrido com relação à União.

No entanto, Sr. Ministro, creio que não temos que ter compreensão nenhuma com governadores ou prefeitos que não estejam aplicando os recursos orçamentários constitucionais da área da saúde. Temos que estabelecer uma outra prática. A lei tem que ser cumprida, principalmente quando se destina a beneficiar a população mais pobre deste País, que é especificamente o caso da área da saúde.

Sinceramente, quero manifestar publicamente minha preocupação quanto à questão dos transgênicos. Acredito que o Governo brasileiro errou ao liberá-los. Não sou contra essa questão, mas quero uma posição da ciência: alimento transgênico faz mal ou não? Existe uma proibição, mas, por problemas econômicos de alguns poucos produtores, liberou-se o uso do transgênico. Logo após a liberação, assisti a um debate no Canal Rural, do Rio Grande do Sul, em que os produtores diziam: “Vamos plantar no ano que vem”. E vão plantar, porque essa, sim, é uma lógica econômica perversa, de que, enquanto não está liberado... Então, que o Governo estabeleça uma prioridade. Vamos esgotar, vamos pesquisar, estabelecer a linha e definir o uso do transgênico. Pode ser que seja até melhor para a economia e para a saúde do povo brasileiro, e pode ser que não seja também, mas, enquanto não estiver liberado, creio que ninguém tem o direito de estar acima da lei.

Sr. Ministro, sobre a questão ética da cerveja, concordo com V. Ex^a, mas considero que foi pouco ética a medida provisória do Governo em relação ao fumo. Essa medida provisória tem nome e sobrenome; ela não foi editada porque o Brasil tinha risco. Não vi nenhuma represália ao Canadá, onde é proibido também, e lá não tem. No treinamento da Fórmula 1, que foi transmitido pela Rede Globo de Televisão – eles transmitem o treino e depois transmitem também a corrida oficial –, os carros tamparam, eles não expuseram as publicidades dos ciganos. Nós fomos mais realistas que o rei, fizemos uma medida provisória não para atender ao interesse nacional, não para atender ao risco do País, mas para atender à Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, e o fizemos em uma relação pouco ética. Foi uma luta para que o Congresso brasileiro enfrentasse o **lobby** da indústria tabagista para que pudéssemos aprovar aquela questão ética com relação ao fumo, que V. Ex^a cobra, e com razão.

Sou o relator do projeto de lei do Deputado Airtton Dipp, e vamos, na próxima semana, apresentar o relatório sobre a questão da cerveja nesta Comissão de Assuntos Sociais. Vou fazer questão, antes de apresentar o relatório, de encaminhá-lo à assessoria parlamentar de V. Ex^a para saber se V. Ex^a tem alguma contribuição a fazer com relação aquilo que vamos estabelecer acerca da propaganda da bebida, na mesma linha ética defendida por V. Ex^a.

Eram os registros que gostaria de fazer, Sr. Ministro. Com muita sinceridade, estamos na expectativa, na torcida. Queremos que V. Ex^a, que substituiu o melhor Ministro da Saúde que o Brasil teve até agora, seja melhor que ele, porque assim, cada dia mais, o nosso País estará atendendo melhor a população.

Quero cumprimentá-lo pela preocupação no que diz respeito às drogas. Considero muito importante essa posição de V. Ex^a, essa visão do Ministério sobre o problema das drogas. Quero cumprimentá-lo ainda em relação à questão da saúde bucal, porque é importante o Brasil evoluir nessa área.

Esta Comissão vai se ombrear com V. Ex^a na luta pela área social do Governo, especificamente do Ministério da Saúde.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Creio que o debate que se abriu sobre a questão da Fórmula 1, eu esclareci aqui. De um lado, houve uma flexibilização para a realização de um grande prêmio, mas, por outro lado, houve, como falei, uma inovação, a de garantir que, não em um, mas em quinze, tenhamos agora a propaganda antitabagista.

Por que ninguém propôs que não se transmitisse a Fórmula 1 de outros países para cá? Só se discutiu a realização no Brasil. Mas ninguém determinou na lei que ficava proibido transmitir qualquer evento internacional que tivesse propaganda de cigarro. É ou não uma contradição da lei?

Como iríamos agir diante de um problema que não fomos nós que criamos?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ministro, também ninguém propôs a proibição da fabricação do fumo, nem a proibição da fabricação da cerveja.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço um aparte, Sr. Ministro.

Eu estava no plenário da Câmara dos Deputados quando a lei foi votada. Essa solicitação de excluir a transmissão internacional foi feita pelo Ministro José Serra pessoalmente a mim e encaminhada na ocasião pelo Presidente da Casa, o Deputado Aécio Neves. Não só queriam excluir a transmissão das competições esportivas internacionais, como também propunham incluir os espetáculos culturais.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Que estamos incluindo agora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – E não tínhamos concordância da forma como estava sendo proposto. Mas todos os parlamentares, já na ocasião, entendiam que eventos de caráter internacional – o Brasil era uma plataforma local – teriam que ser tratados de forma específica, porque essas competições têm a opção de escolherem outros países. E o Brasil ia perder uma fonte de turismo, de renda, de transmissão da imagem, que é algo importante para o País. É um prestígio para o País a realização desses eventos. Então, poderíamos corrigir isso numa negociação futura, na forma como está sendo discutida, entre outras coisas, a possibilidade de se fazer uma contrapropaganda e usar o espaço como espaço educativo.

Não podemos apegar a discussão. Houve um grande esforço suprapartidário, e isso não foi nem do governo anterior. Parlamentares do próprio PSDB, durante dez anos... O Deputado José Elias Murad, por exemplo, todo dia, no microfone, lutava por essa medida.

Eu queria esclarecer esse episódio e dizer que o que foi feito naquela ocasião e o que hoje temos já vinha sendo acordado há muito tempo pela direção, na época, do Ministério da Saúde, pelo Presidente da Casa, que era o Deputado Aécio Neves. Eu era, na ocasião, Líder da Bancada do PT.

Era o esclarecimento que eu queria dar sobre que está sendo feito agora. Isso foi discutido no passado na oportunidade da votação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro Humberto Costa, em primeiro lugar, gostaria de felicitá-lo pelo trabalho empreendedor e inovador que V. Ex^a está realizando à frente do Ministério da Saúde. É um trabalho delicado porque lida com uma das áreas mais sensíveis das instituições. Notadamente porque, ao longo dos anos, o problema do financiamento público da saúde foi procrastinado, deixado para um segundo plano. Só no ano de 1996, sob pressão dos acontecimentos, da crise reinante no setor, inclusive com a incidência de mortes no seu Estado, em Pernambuco, a famosa Clínica Genoveva, de Caruaru, onde morreram mais de quarenta pessoas, é que as autoridades, diante da comoção nacional, mobilizaram-se para arranjar recursos emergenciais para atender o setor.

Daí que surgiu a famosa CPMF, por iniciativa do Ministro Adib Jatene, que veio aqui ao Senado e fez um relatório candente, que nos sensibilizou a todos. Tomei a frente desse movimento, passando a ser o autor da famosa CPMF, que era transitória, para vigorar por dois anos. A CPMF tem sido um tormento para mim, Sr. Ministro, e vou dizer por quê. Sabemos que a emenda da CPMF era conhecida como Emenda Jatene, mas no Estado de Sergipe ela é conhecida como Emenda Valadares; conseqüentemente, em todas as eleições os meus adversários se aproveitam disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sempre de forma ineficiente, porque com o currículo e a história de V. Ex^a com a contribuição que deu ao País, está sempre nas urnas sendo referendado pelo povo de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Obrigado, meu Líder.

Não valeu a propaganda negativa dos meus adversários, tanto que fui o Senador mais votado de Sergipe pela segunda vez.

Veio a Constituição de 1988 e, sabiamente, colocaram-se no capítulo da Seguridade Social os direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Previram-se os direitos, mas não se previu o financiamento, não se apresentaram de forma clara as saldas para garantir o atendimento à saúde no Brasil, de forma que a criação da CPMF foi uma situação de emergência para que o Governo Federal, o Executivo, naqueles dois anos, providenciasse uma saída que, infelizmente, não veio.

Apresentei uma emenda constitucional aqui, paralelamente à que já existia na Câmara dos Deputados, com a mesma finalidade, ou seja, garantir recursos públicos para a saúde. E não é que a minha emenda

foi derrubada aqui no Senado? Havia uma resistência enorme ao financiamento. Quando a emenda da Câmara – que teve uma participação intensa do Partido dos Trabalhadores, do partido de V. Ex^a, do meu partido, o PSB, e de todos os partidos, de um modo geral – chegou aqui praticamente ficou dormindo na mesa do Senado. Foi preciso a interferência da Igreja. D. Anísio veio aqui; todas as comunidades do Brasil ligadas à saúde, as ONG, todas vieram pressionar porque já estava aqui há seis meses e na Câmara dos Deputados, há sete anos. Já tinham derrubado aquela que, com a mesma finalidade, eu havia apresentado. Finalmente, a emenda foi aprovada com apenas dois votos contra. Designado pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fui o relator dessa emenda que resultou na Emenda à Constituição nº 29. Houve apenas dois votos contra, de dois Senadores da Bahia, porque o que se alegava naquela época é que iria fortalecer a candidatura de José Serra. Imagine! Recursos para a saúde não são recursos para o Ministro, mas para a comunidade do Brasil, que estava precisando dos recursos.

Resumindo, Sr. Ministro, a Emenda nº 29 foi aprovada, o Senador Antero já teve a oportunidade de falar neste assunto, e o Governo federal, por intermédio da Advocacia Geral da União, criou uma fórmula sibilina de arrancar recursos da saúde. Até o ano de 2003, a saúde perdeu mais de cinco bilhões de reais em face desse parecer. Essa a razão do meu um requerimento a V. Ex^a: saber se o Ministério da Saúde... Neste ponto, quero fazer justiça ao Ministro José Serra, que lutou para que essa interpretação fosse derrubada, mas não conseguiu fazê-lo. Como falou o Senador Antero Paes de Barros, há uma briga eterna entre a equipe econômica do Governo e o Ministério da Saúde.

Fiz o requerimento, mas não sei se V. Ex^a já respondeu. No entanto, V. Ex^a disse a esta Comissão que dará a interpretação verdadeira. Estamos prevendo na Proposta de Emenda à Constituição nº 29 que, além da variação do PIB, prevaleça o empenho realizado no ano anterior e não no ano de 1999. Praticamente congelaram os recursos da saúde e não obedeceram ao previsto na Constituição. A nossa Carta Magna prevê que a União contribuirá com o setor de saúde com um percentual a ser definido em lei complementar. Enquanto isso, o percentual será de acordo com a variação do PIB e com aquilo que foi empenhado no exercício anterior. Porém, o Governo disse que seria no exercício de 1999. Imaginem V. Ex^a, já estamos no ano de 2003!

Portanto, quem saber se V. Ex^a cobrirá esse rombo deixado pelo Governo anterior de mais de R\$5 bilhões.

Sr. Ministro, V. Ex^a sabe que há resistência de alguns governadores em permitir a descentralização ou a municipalização do SUS. Essa situação tem acarretado brigas enormes. No governo anterior, o Prefeito Marcelo Deda precisou lutar bravamente para conseguir a municipalização da capital de Sergipe. Os governos querem concentrar os recursos em suas mãos. Ora, os Estados serão obrigados a aplicar, no ano de 2004, 12%; os Municípios, 15%, e os Estados ainda querem prender os recursos que o Ministério da Saúde destina aos Municípios por meio do SUS. Essa atitude não tem cabimento.

Em que ritmo, Sr. Ministro, essa municipalização ocorrerá no Governo do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, para terminar a minha participação, farei alguns questionamentos sobre a CPMF. Quando o Ministro Adib Jatene estava lutando para a aprovação temporária dessa contribuição no Congresso Nacional, o então Ministro da Fazenda dizia que era impossível se aprovar a CPMF, pois desencadearia a cumulatividade e poderia contribuir para a inflação e para o aumento do custo Brasil. Contudo, a CPMF foi aprovada. E, após a sua aprovação, o Ministro da Fazenda gostou e passou a fazer prorrogações sucessivas da CPMF, que estará em vigor até dezembro de 2004.

Pergunto ao Sr. Ministro se há outra maneira de substituir a CPMF na reforma tributária ou se essa contribuição deve ser permanente, como já definiu o Governo na reforma tributária.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento o Ministro da Saúde pela palestra objetiva e clara e pela sua disposição de vir a esta Comissão, aberto ao debate, para responder às intervenções dos Srs. Senadores, alguns médicos como S. Ex^a, outros técnicos.

Sr. Ministro, como agente social que sou – estou hoje como Senadora –, realizando um trabalho de campo permanente, as minhas perguntas referem-se muito mais ao que vejo praticamente todos os dias do que ao que leio nos jornais.

V. Ex^a citou que o SUS tem dado tratamento privilegiado à Aids, tendo o Brasil o reconhecimento internacional pela forma cuidadosa com que vem tratando essa doença. Mas existe um aspecto, Sr. Ministro, que pretendo abordar aqui e que não foi mencionado. Trata-se da saúde da mulher e de um ponto que considero importantíssimo, que é a incidência de Aids na mulher casada.

Disponho de dados alarmantes que me foram passados por um especialista da área. No início da epidemia, em meados de 1984 e 1985, para cada 60 homens, havia uma mulher contaminada; hoje, para cada homem, há uma mulher. E a projeção, a partir do próximo ano, é de mais mulheres contaminadas pela Aids do que homens. Pergunto: o que o Ministério da Saúde tem feito para reverter essa situação? Não seria o caso, Sr. Ministro, de o Ministério promover campanhas publicitárias para esclarecer a mulher, principalmente a de baixa renda, sobre como se proteger? Não faria aqui nenhuma sugestão, pois não seria pertinente, mas julgo importante que o Ministério promova campanhas nessa direção.

A outra pergunta diz respeito à área psiquiátrica. V. Ex^a fez alusão aos centros de assistência psicossociais e residências terapêuticas. Seria interessante se V. Ex^a pudesse detalhar um pouco mais a esse respeito, porque há uma expressiva população que perambula principalmente pelas grandes cidades que precisa de assistência médica. Nem precisamos ser assistentes sociais para perceber essa necessidade. Isso também ocorre nas cidades pequenas, onde, de alguma forma, toda a população gerencia ou cuida dessas pessoas. Eu gostaria que V. Ex^a detalhasse um pouco mais essa questão.

Finalmente, Sr. Ministro, desejo que V. Ex^a tenha muito sucesso durante a sua gestão, para que, no futuro, a troca de dentadura pelo voto seja pelo menos amenizada pelo trabalho que V. Ex^a vai exercer na área de prevenção odontológica.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Primeiramente, cumprimento e parabeno o Sr. Ministro, que, creio, já colocou uma pedra no SUS ao incluir o dentista e o auxiliar no PSF. Espero que S. Ex^a ponha mais uma pedra fazendo com que o tratamento de canal seja acessível aos menos favorecidos. Não sei como irá fazer isso, mas vamos trabalhar juntos para conseguir alcançar esse objetivo.

Eu gostaria de fazer algumas sugestões e depois duas perguntas. Eu sugeriria ao Ministro que encontrasse um meio de promover mais treinamento para o atendimento pré-hospitalar e no ATLS, por exemplo, porque sabemos que o trânsito é uma das causas principais de morte no País. Sugeriria também que promovesse um trabalho visando a fortalecer o controle social junto aos Conselhos de Saúde, prestigiando-os mais, e que houvesse maior entrosamento com o Ministro da Educação, a fim de que trabalharmos juntos para diminuir o número de acidentes, inclusive promovendo

educação no trânsito, nas escolas, juntamente com o Ministério da Saúde.

As perguntas que eu queria fazer a V. Ex^a, Sr. Ministro, são as seguintes. Ouvi V. Ex^a dizer que os hospitais de menos de 20 leitos são inviáveis. No meu Estado, apenas a capital e um município têm hospitais com mais de 20 leitos. Eu gostaria que V. Ex^a não tivesse essa visão, porque me sentirei imensamente prejudicado no meu Estado, porque nossos hospitais são pequenos, mas são hospitais que ajudam a população pobre, atendem agricultores, índios, e funcionam razoavelmente bem.

Outra pergunta é em relação à malária. Mas, primeiro, gostaria de parabenizá-lo, porque a malária continua em baixa; V. Ex^a tem conseguido manter a queda na infecção malárica na Amazônia – e um mérito ter mantido essa política que está conseguindo baixar os níveis.

Quais as medidas tomadas com o foco de malária que surgiu em Belo Horizonte, por parte do Ministério da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, primeiro, gostaria de me justificar por não estar presente no início da reunião mas estava participando de um evento da Unesco e, por essa razão, não pude assistir a toda a audiência. Creio que a repercussão que pude ter nesta Comissão foi a melhor possível.

V. Ex^a, Ministro Humberto Costa, companheiro e amigo, tem, ao longo da vida pública, demonstrado uma competência política, uma militância e uma vivência na área da saúde, que trazem, eu diria, uma perspectiva extremamente promissora para o novo Governo. A consistência das respostas, a transparência, a profundidade de análise não fazem jus a alguns ataques, eu diria, açodados e apressados, por parte daqueles que ficaram oito anos no Governo e nem sempre conseguiram equacionar não só a política econômica, mas também as finanças públicas, herança extremamente perversa que nos foi deixada.

Quero lembrar que, em 1994, a nossa dívida pública era de R\$64 bilhões e, quando assumimos, era de R\$627 bilhões. O IGPDI estava em 60% ao ano. Quer dizer, inflação alta e em aceleração, taxa de juros elevadíssima, de 25%, a dívida pública numa aceleração que chegou a 63% do PIB, restringindo e muito a margem de manobra do Orçamento.

Nesses três meses, a taxa de câmbio cedeu, a dívida pública caiu de 63% para 54%, a inflação está caindo de forma consistente, pelo câmbio e pela redução dos preços de petróleo que chegou ao consumidor,

abrindo possibilidade no Orçamento de ampliarmos os investimentos nas áreas sociais, sobretudo pela queda progressiva, futura e consistente da taxa de juros, porque todos os elementos estão sendo dados para que isso venha a ocorrer.

Por isso, acredito que é um papel, sim, do Ministro da Saúde lutar por verba para sua Pasta. Creio que a nossa área econômica terá sensibilidade de dar prioridade e consolidar o SUS, que é um dos instrumentos mais modernos que a Constituição deixou, para termos uma política social universal como essa.

Herdamos também uma situação de dengue, epidemia, febre amarela, malária, enfim, tantas mazelas, as UTI lotadas, e estamos assistindo a situações dramáticas. Esse é um trabalho de longo prazo, um trabalho que tem que ser prioridade nas políticas públicas. A escolha de V. Ex^a já demonstra a importância que tem essa área para o Presidente Lula e para o novo Governo.

Por tudo isso, pela consistência do debate, pela seriedade das respostas, tenho certeza de que esta Comissão sai muito satisfeita. Teremos aqui uma interlocução importante e suprapartidária em defesa da política de saúde, numa parceria entre o Legislativo e o Executivo. Esse é o sentimento predominante, é o que vai prevalecer. A presença de V. Ex^a só dá mais segurança a esta Comissão de construir essa parceria e as necessárias mudanças que temos que fazer no Brasil na política de saúde pública.

Então, parabéns pela gestão, boa sorte. O povo brasileiro, nosso Governo, nosso Partido, eu diria esta Casa, têm uma confiança imensa na sua competência, na sua seriedade, na sua capacidade de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Com relação às indagações do Senador Antonio Carlos Valadares, entendo que a minha opinião sobre a CPMF sempre foi positiva, não apenas quando se discutia sobre os recursos serem alocados para a saúde. Isso, por si só, já era um motivo do meu apoio individual, muito embora eu tenha votado com a Bancada do PT contra a CPMF na época em que foi instituída na Câmara dos Deputados, aqui no Congresso Nacional. Vejo esse imposto como um imposto, primeiro, de fácil arrecadação; segundo, um imposto que permite outras coisas além da arrecadação, que é o fato de se poder ter acesso e tributar recursos que, em condições outras, não seriam tributados; tributar os recursos da informalidade, tributar os recursos da contravenção também. Em todos os debates que ouvi, nunca concordei com a idéia de que esse fosse um imposto regressivo. A minha avaliação sempre foi a de que ele permite que

aqueles que ganham mais sejam obrigados a contribuir com mais. Naturalmente, trata-se de um imposto que cumpre um papel importante.

Concordo com a estratégia do Governo de reduzir o valor da alíquota progressivamente, à medida que outras receitas possam ser criadas para substituí-lo. O ideal é que tenhamos, de fato, uma alíquota pequena que nos permita identificar aqueles recursos que não são tributados, até para que, por outras vias, possamos conseguir que haja essa tributação.

Temos que resgatar o passado, em relação à Emenda Constitucional nº 29. Quando estávamos no período de transição, conversamos com o atual Ministro Antonio Palocci, que era o coordenador, sobre a questão da Emenda nº 29. E o acordo que fizemos, quando o Congresso estava votando o Orçamento no ano passado, foi o de que iríamos discutir a nossa parte. Teríamos de cumprir a Emenda nº 29 desde a elaboração do Orçamento, o que aconteceu, com a interpretação a que V. Ex^a se referiu.

Depois, veremos como poderemos resgatar, progressivamente, o recurso que ficou para trás, e isso, naturalmente, vai depender da retomada do crescimento do País, do aumento da capacidade de arrecadação, da estabilidade.

O importante para nós, o compromisso que tenho com o Governo, com o Ministro e com o Presidente Lula, é que, com certeza, na nossa gestão, vamos cumprir. Discutiremos os meios para que aqueles recursos que foram retirados da saúde, ou pelo não cumprimento da legislação, sejam incorporados mais à frente progressivamente.

Com relação à permanência ou substituição – creio que já respondi à Senadora Iris de Araújo. De fato, o problema da Aids...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Ministro, desculpe-me. Falei sobre o problema da descentralização, da municipalização.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – De fato, descentralizar é também perder poder dos recursos que se têm à mão, perder poder político, o que não significa que o Estado deixa de ter um papel.

Temos exemplos de Estados que estão sabendo muito bem exercer esse papel. O Governo do Acre é um deles; o Governo do Rio Grande do Sul, o passado e o atual também. Esses entenderam que o papel do Estado como co-financiador, como articulador do sistema entre os Municípios, como facilitador do processo de implementação da descentralização já interfere, na área de saúde, de forma muito positiva. Muitas vezes, as pessoas acham que uma boa gestão se faz quando há um hospital no local, se houver gerenciamento desse hospital. Ou seja, há necessidade de se mos-

trar que a obra foi feita. Creio que não é assim, e sinto uma mudança de postura dos secretários estaduais em relação a essa questão. Tenho visto Estados profundamente interessados em fazer a municipalização, e, às vezes, o Município nem quer.

No Estado da Bahia, por exemplo, o atual Secretário de Saúde segue uma linha completamente diferente da dos últimos anos, que em de muita centralização. Creio que conseguiremos fazer essa descentralização.

Todos os três têm um papel fundamental. Sem a concorrência dos três, não podemos fazer com que o sistema funcione bem.

Voltando à resposta à Senadora Íris, é um grande motivo de preocupação a questão da Aids em relação às mulheres, principalmente as jovens. V. Ex^a citou a campanha publicitária e, certamente, acompanhou o debate ocorrido na campanha do Carnaval.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Apenas um minuto, Ministro. Esqueci de me referir às mulheres casadas.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Certo. Mas vou me referir às mulheres de modo geral. Em seguida, tratarei especificamente de mulheres casadas.

Hoje, nossa principal preocupação é dirigida às adolescentes, entre as quais essa razão, inclusive, se inverteu em termos de novos casos. Há mais meninas do que meninos apresentando novos casos de Aids.

Na pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde a fim de tentar entender o porquê disso, existem razões culturais importantes. As meninas estão sendo introduzidas na vida sexual mais cedo, geralmente com parceiros mais velhos, com os quais têm dificuldades de negociar a utilização do preservativo. O sentido da campanha do Carnaval foi justamente tentar atingir esse segmento da população. Houve questionamentos, pois foi utilizado um artista que não possuía o protótipo feminista, mas, na verdade, era alguém com uma fala para aquele segmento e a idéia de se fazerem campanhas publicitárias dirigidas a determinados segmentos é um avanço na política de prevenção.

Atualmente, por exemplo, se tomarmos a população homossexual masculina, a quantidade de pessoas testadas e a prática do sexo seguro são bastante grandes. Portanto, devemos atingir aqueles que ainda não têm consciência do fato.

No que diz respeito à mulher casada, também é grave a situação. São contaminadas pelos próprios maridos, que adquirem a doença ou por uma conduta bissexual ou mesmo por contato com mulheres já contaminadas. Às vezes ouvimos dizer que pelo fato de a

pessoa ser casada, não é necessário usar preservativo. Não sei se essa é uma boa conduta.

Além disso, um grande facilitador é a introdução do preservativo feminino, porque a mulher não precisará estabelecer uma negociação para que o outro use, já que, ela própria utilizando, está se protegendo. O Ministério tem adquirido o preservativo feminino a fim de tentar construir uma cultura de utilização do preservativo. E a idéia é ampliar. Portanto, estamos atentos para a questão.

Com relação aos Centros de Atenção Psicossocial e às residências terapêuticas, os Centros de Atenção Psicossocial são espaços para o atendimento da pessoa portadora de transtorno psíquico não apenas na situação de crise, mas no próprio segmento, no próprio acompanhamento, procurando oferecer um atendimento integral, com promoção de saúde mental, prevenção, assistência, recuperação, procurando integrar a família ao tratamento, seja para receber um suporte, seja para que possa compreender e aprender a conviver com aquela diferença. Além disso, o Centro de Atenção Psicossocial pode servir como espaço para o internamento de curto prazo. A política de reforma na atenção à saúde mental não rejeita o internamento. Em alguns momentos, o internamento pode ser feito. Mas por que ser feito em uma instituição que exclui? Por que não pode, em alguns casos, ser feito em um hospital geral? Por que a internação não pode ser de curto prazo? Uma das tarefas do Centro de Atenção Psicossocial é treinar os profissionais a fim de que possam agir na situação de crise sem utilizar mecanismos anteriores como internamento compulsório, contenção mecânica da pessoa, como amarrar e colocar camisa de força. Orienta a utilização da medicação, que tem o papel de conter aquele sintoma de forma adequada. E ainda um grande papel, talvez o mais importante do Caps: poder ser o espaço ou a alternativa para se evitar a primeira internação em hospital psiquiátrico.

Existe um projeto de reforma em saúde mental que é referência internacional. A Itália, a Inglaterra e outros países fizeram reformas radicais, e, talvez pelo conteúdo radical e profundamente ideológico da reforma, houve retrocesso nesses países, posteriormente. O Brasil está fazendo diferente. Os leitos psiquiátricos estão sendo desativados à medida que eu ofereço um serviço como esse. Eu não posso substituir exclusão pela desassistência. E, infelizmente, pelo modelo existente no Brasil, em muitos lugares, só há um hospital psiquiátrico. O Ministério da Saúde vem estabelecendo, há anos, exigências que devem ser cumpridas: o número de profissionais em relação ao número de pacientes, atividades terapêuticas que têm que ser feitas, acesso ao medicamento, etc., mas, como espaço

de atendimento, o hospital psiquiátrico é inadequado. Então, os Caps têm esse papel. As residências terapêuticas seguem uma outra linha, que é em relação àquele paciente que está cronicado, internado numa instituição de longa permanência, que perdeu vínculos familiares ou que pertençam a uma família sem estrutura para atendê-lo. Propõe-se àquela pessoa que tem a mínima condição de autonomia que promova a sua reinserção social. Como? Um grupo de psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras vai tirar a pessoa do hospital para ela começar a recuperar determinados aspectos da vida cotidiana. Primeiramente, é necessário perder o medo de sair do hospital. Muita gente tem medo de quem está dentro do hospital, mas quem está dentro do hospital tem medo do mundo, pois só conhece aquele mundo. É preciso tirá-lo do hospital e ensiná-lo a ir a uma padaria, a uma farmácia, a pegar um ônibus. Quando isso se constrói, depois de oito ou nove meses, um grupo de pacientes recebe uma casa, paga pela Secretaria Municipal de Saúde com recursos do Ministério da Saúde. E mantida aquela “república” com o acompanhamento de um cuidador permanente, com o apoio de equipes de atenção psicossocial: psiquiatras, assistentes sociais, psicólogos. Trata-se de um novo modelo que se está criando, que não se vai impor hegemonicamente da noite para o dia, porque temos 55 mil pessoas internadas em hospitais psiquiátricos. Há uma parte de agudos, mas há uma parte significativa de pessoas cronicadas. Estamos lançando este mês o programa De Volta para Casa, cujo objetivo é dar apoio às residências terapêuticas e à família que quer trazer o seu paciente. Muitas vezes a família quer trazer, mas não tem condições. O ambiente em que ela vive não é adequado; não há quem fique com aquela pessoa, não há condição financeira para mantê-la. Esse programa dará condição para que a família receba um recurso para acolher o seu paciente, ganhe o medicamento gratuitamente do serviço público, tenha o acompanhamento dos profissionais. Isso tem feito do Brasil uma referência na área da saúde mental.

Com referência à saúde bucal, não penso que seja tão difícil, como disse o Senador Augusto Botelho. Não pagamos transplante? Por que não podemos pagar um tratamento ortodôntico, que não é somente um problema estético, mas também da fisiologia, da possibilidade da alimentação das pessoas? Por que não podemos pagar um tratamento de canal? Por que não podemos oferecer vários outros tipos de tratamento? Podemos, sim! É uma questão de decisão política. É uma questão de prioridade – só que saúde bucal nunca foi prioridade no Brasil. Então, eu penso que é possível. Teremos que amimar o dinheiro e faremos.

Ainda em relação à questão dos hospitais inviáveis, eu não falei inviáveis do ponto de vista do atendimento, não. O modelo atual de pagamento é que inviabiliza. O Município que tem 20 ou 30 pacientes não consegue ter escala para garantir a sua sobrevivência. Nós estamos querendo dar um papel a ele. Não adianta ter um hospital com 20 leitos e querer atender à alta complexidade; será difícil. Mas eu posso atender muito bem à cirurgia ambulatorial, em que a pessoa se interna, faz a cirurgia, passa 24 horas lá e sai no dia seguinte. Posso fazer um parto, atender a uma emergência simples. Se eu tiver um raio X, posso reduzir uma fratura. Esse é o mínimo de complexidade que dá sobrevivência e papel àquele hospital. E é isso que estamos querendo fazer. Não queremos acabar com os hospitais, mas, sim, dar-lhes um outro papel. E isso está sendo muito bem recebido, principalmente pelas instituições filantrópicas, que têm um maior número de hospitais nessa condição.

Com relação à questão da malária, de fato o Brasil vem reduzindo a incidência, a prevalência da malária. Alguns lugares não se preocupam, como é o caso de Belo Horizonte. E vou colocar aqui para V. Ex^a o que está sendo feito lá. Mas também uma preocupação grande é Manaus, que, neste momento, está vivendo uma situação que exige interferência. Estivemos ontem com o Governador e vamos dar um apoio, a fim de que a epidemia possa ser controlada. Lá já houve epidemia combinada de dengue com malária, o que é extremamente complicado.

No caso de Belo Horizonte, houve um registro de 12 casos de malária, numa área que é de preservação ambiental, porque é um manancial. Provavelmente, alguém que veio da Amazônia ou de alguma área onde existe a febre amarela silvestre foi contaminado; havia sido tratado, mas certamente não houve o controle posterior. Esse procedimento, que deve ser feito em todos os casos importados, não foi feito nesse caso. Então, a Secretaria de Saúde de Minas Gerais está fazendo a busca de casos suspeitos e o tratamento dos diagnosticados. E o Ministério da Saúde está acompanhando esse surto, que, na avaliação da nossa Secretaria, é pequeno. Tem que se preocupar, mas não é nada com uma dimensão tão grande.

Em relação ao Senador Aloizio Mercadante, só tenho que agradecer as suas palavras e dizer que tenho por V. Ex^a mais admiração ainda – V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a é uma pessoa com a sensibilidade de entender que o Congresso Nacional pode fazer muito pela melhoria do Sistema Único de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não sei se a Senadora Íris gostaria de fazer alguma colocação como réplica.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Gostaria de insistir um pouco mais, Sr. Ministro, quanto à questão da prevenção da Aids em mulheres casadas, pois, a meu ver, essa é a forma de contaminação mais injusta que tem ocorrido. E como não tenho visto nenhuma campanha nessa direção – e há uma falta de esclarecimento por parte das mulheres com quem tenho convivido, da grande maioria de mulheres que trabalham e que não têm o esclarecimento necessário –, penso que seria oportuno que o Ministério promovesse essas campanhas, principalmente no que diz respeito ao uso do preservativo feminino – não sei se seria essa a colocação – a camisinha feminina, que ainda é de difícil acesso. Parece-me que seu preço não é acessível, mas vejo, pelo menos até o momento, como a única forma de se estabelecer uma prevenção para esse segmento que está crescendo cada vez mais, e a estatística tem nos mostrado isso. Teria que ser uma preocupação não só nossa como Parlamentar, mas também do Governo como promotor das políticas públicas que dizem respeito às mulheres.

Eu apenas queria fazer essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Ministro, gostaria de cumprimentá-lo pela sua exposição e dizer da nossa confiança de que V. Ex^a haverá de exercer essa função com brilho.

Em primeiro lugar, associo-me aos Parlamentares que falaram sobre os hospitais universitários. No meu Estado, Goiás, a situação não é diferente. Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a uma atenção especial, para que os recursos contingenciados dessa área fossem liberados.

A segunda questão diz respeito ao Hospital do Câncer de Goiânia. Esse hospital presta um grande serviço à Região Centro-Oeste e recentemente teve alguns equipamentos retirados pelas empresas por falta de pagamento. Neste ano, há uma emenda da Deputada Lídia Quinan no valor de R\$300 mil, que, se liberada, poderia socorrer emergencialmente o hospital, gerando um resultado positivo para os pacientes que estão à espera de atendimento.

Em terceiro lugar, gostada de referir-me ao Projeto Alvorada, que V. Ex^a disse que acabou. Esclareço que esse projeto nunca dispôs de recursos próprios e tinha como objetivo coordenar as ações sociais de todos os Ministérios, para os Municípios com baixo IDH. Portanto, cumpriu a sua função como projeto de coordenação. Agora, acabando o Projeto Alvorada, está agora a LDO sendo encaminhada a este Congresso pelo Governo de V. Ex^a, com a troca do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado como

critério para distribuição de recursos da área social, pelo antigo índice, que levava em conta população, área e o inverso da renda *per capita*. Ai, sim, vamos eliminar inteiramente a idéia do Projeto Alvorada, que tinha como objetivo, como disse, a coordenação de todos os projetos sociais, para os Municípios menores e mais pobres.

Foi exatamente o Projeto Alvorada, voltando as ações sociais para os Municípios de baixo IDH, que possibilitou uma movimentação nesses índices, positivamente, ocasionando o prêmio que o Presidente Fernando Henrique recebeu na ONU este ano. Portanto, gostaria de merecer V. Ex^a uma atenção especial.

O PSDB, como Bancada, vai apresentar uma emenda para a retomada do critério IDH. Ontem, levamos essa situação ao conhecimento do Ministro José Dirceu, falamos com o Ministro do Planejamento, que se sensibilizou com a nossa argumentação, e gostaria de que V. Ex^a pudesse também sensibilizar-se, tornando-se um aliado nosso nessa causa.

Lembro também a questão da UTI de Fortaleza. Tenho acompanhado pela imprensa as notícias sobre as medidas tomadas pelo Ministério. Essa inércia noticiada pela mídia em relação ao Ministério tem deixado chocados os brasileiros. É grande o número de mortes ocorridas diariamente, e a nós nos parece, olhando de fora, que as ações estão muito lentas ou não são suficientemente enérgicas para impedir que aquele quadro deprimente seja repassado diariamente à opinião pública, à sociedade brasileira.

V. Ex^a mencionou **en passant** o Hospital Sara Kubitschek, dizendo que ele não pertence à rede do SUS de atendimento. Na verdade, não pertence, mas, para todos que conhecemos bem aquele hospital, trata-se de um modelo de gestão que deve ser seguido por todo o sistema. Acredito que qualquer intromissão na sua gestão ou mesmo nos seus recursos orçamentários traria um grande prejuízo para a sociedade brasileira.

Posteriormente, foi mencionada a propaganda de cigarro. O nosso Líder Aloizio Mercadante foi eficiente na resposta. Como sempre, a lógica da sua argumentação foi bastante interessante, mas isso não deixa de confirmar que aquele gesto agrediu o esforço do Congresso Nacional, interpretando o desejo da sociedade no sentido de combater o tabagismo. O Líder disse que naquele momento era a negociação possível, e acredito que o gesto do Governo de V. E? arranhou, sem dúvida nenhuma, a nossa conquista, arranhou o estágio possível que conseguimos nessa área.

No mais, eu gostaria de desejar a V. Ex^a sucesso à frente do ministério e reafirmar aqui o que disse o Senador Antero Paes de Barros: esse ministério teve, recentemente, um grande Ministro da Saúde, respon-

sável pela grande conquista que tivemos em relação aos genéticos e ao combate à Aids. Tenho certeza de que V. Ex^a, com suas propostas e com seu dinamismo, com sua crença e com seus sonhos, haverá de fazer com que o ministério avance cada vez mais. Isso será, sem dúvida alguma, uma grande conquista para o povo brasileiro, povo tão sofrido e tão necessitado de saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Ministro, quero, inicialmente, parabenizá-lo por vir a esta Comissão e expressar a minha confiança de que V. Ex^a será o melhor Ministro da Saúde deste País. Sei do seu compromisso com a saúde pública e, por isso, faço este registro.

Em função do adiantado da hora, serei breve e farei apenas uma colocação com relação ao planejamento familiar

Segundo o § 7º do art. 226 da Constituição, compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício do planejamento familiar. Pergunto: de que forma o Ministério da Saúde pretende viabilizar ações preventivas e educativas e garantir acesso igualitário a informações, meios e técnicas disponíveis para fazer valer o planejamento familiar, especialmente em regiões carentes como o norte do País?

Faço esse questionamento, Sr. Ministro, porque, no Estado de Rondônia, desde novembro do ano passado, o Ministério da Saúde parou de fornecer métodos contraceptivos. Entendo que, quando não trabalhamos com planejamento familiar, estamos criando problemas futuros, ou seja, teremos que ter mais escolas, mais hospitais, sem falar no aumento dos abortos que a rede pública terá que atender ou então dos nascimentos.

Gostaria ainda de registrar o que consideramos uma iniciativa muito boa do Estado de Rondônia: trata-se do Hospital Regional de Cacoal. Essa é uma das obras que constam do ml do escândalo denominado “Anões do Orçamento”, do início dos anos 90. Há o interesse de uma ONG chamada Engenheiros do Além de concluir a obra daquele hospital e, durante dez anos, mantê-lo com pessoal, com equipamento e com material de consumo – será um hospital de clínicas. Neste momento, peço o apoio do Ministério da Saúde para essa iniciativa, porque ela em muito contribuiria para a interiorização da saúde no Estado de Rondônia, que hoje depende basicamente do Hospital de Base na capital.

Acredito que V. Ex^a já saiba, mas quero registrar que houve um recrudescimento da malária muito forte no Estado de Rondônia. No ano de 2002, o índice foi de 5%. A continuar o descaso com a saúde pública,

como está ocorrendo no Estado, temos receio de que neste ano esse percentual suba para 10%. Estive na cidade de Machadinho d'Oeste, centro do Estado, na semana passada e todas as pessoas que conversaram comigo pediram a nossa atenção para essa questão da malária.

Quero mais uma vez parabenizá-lo e expressar minha confiança no seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, a importância deste debate nos mantém até agora em reunião – daqui a pouco teremos que estar no plenário –, com a presença de V. Ex^a. Isso mostra que o tema da saúde empolgou todos nós.

Tenho somente duas indagações.

V. Ex^a falou sobre o estatuto do usuário ou do paciente e, também, dos efeitos colaterais, assim como do desconforto que o paciente ou usuário teria como forma de, a partir desse estatuto, ver regulamentada a sua participação na discussão, com amparo legal nas suas cobranças.

Nesse sentido, há uma questão que eu gostaria de esclarecer. Tive oportunidade de presidir uma associação de moradores e percebi que, quanto aos problemas da saúde, há quebra de confiança nas informações quando há doenças epidemiológicas. Existe a preocupação de não passar as informações ou de pedir sigilo, para que não haja pânico.

Gostaria de saber o que V. Ex^a pensa disso, pois, a meu ver, a informação evita o pânico e faz com que as pessoas colaborem e somem-se a isso. Mas essa é uma situação com que me deparo como usuário.

A outra indagação diz respeito a um fato que ocorreu recentemente no Distrito Federal: uma criança teve um problema, a mãe levou-a ao hospital, ela precisou de UTI e não havia vaga ali nem ambulância para levá-la a outro hospital. O Promotor público foi acionado e acabou tendo de pagar, do próprio bolso, a ambulância para levar a criança a uma UTI. Há um processo de um pedido de intervenção. Isso seria resolvido de outra forma? Essa é uma questão relativa ao contingenciamento dos recursos, ou é má aplicação dos recursos? Como V. Ex^a analisa essa situação?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Romero Jucá, prezado Ministro Humberto Costa, desejo cumprimentá-lo pela excepcional condução do Ministério da Saúde. Não compareci à primeira parte desta reunião porque estava presidindo a Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional. Não assisti à sua exposição inicial tendo em vista outra responsabilidade aqui no Senado. Gostaria de ponderar relativamente ao que mencionou a Senadora Lúcia Vânia que o Governo do Presidente Lula tem considerado o índice de desenvolvimento humano. Por exemplo, para o início do Programa Fome Zero, os Municípios de Guaribas e Acauã foram escolhidos justamente por terem os menores índices de IDH e na região de menor IDH no Brasil. A ponderação de S. Ex^a guarda relação com isso e o próprio Governo poderá ter sensibilidade para a cominação – quem sabe? – dos índices colocados na LDO, considerando também o índice de desenvolvimento humano, que teve a colaboração, entre outros, do economista Amartya Sean como algo muito relevante.

Estive, na semana passada, no Piauí e recebi uma comunicação relativa à incidência de dengue no interior do Estado, em cidades como Picos. Gostaria de chamar a atenção para esse fato. Provavelmente, V. Ex^a foi informado e está tomando as providências adequadas.

Penso que será muito importante que V. Ex^a possa contribuir na reflexão que atualmente está ocorrendo na chamada Câmara Social dos Ministros da área social sobre os projetos de transferência de renda, até porque o Ministério da Saúde tem no programa Bolsa-Alimentação um importante projeto nessa área. Pediria a V. Ex^a uma breve informação da sua visão sobre esse assunto.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Inicialmente, em relação à questão da Senadora Lúcia Vânia, vou inteirar-me sobre essa emenda referente ao hospital de Goiás. Farei uma avaliação e conversarei com o Secretário Estadual de Saúde, a fim de trabalharmos essa questão. Muito provavelmente, não foi contingenciado, está nos restos a pagar. Aí, vamos viabilizar para que isso ocorra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Ela é emenda do Orçamento deste ano.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Para 2003. Vamos analisar a situação, com certeza.

Em relação à questão do Projeto Alvorada, primeiramente, é importante que se diga que, ainda que o critério do IDH possa vir a ser mais ou menos sensível que outros utilizados na implementação de programas em busca da equidade, esse Projeto tinha uma falha: a definição de um IDH médio para que se pudessem realizar as ações, principalmente de saneamento básico. O que acontecia? Muitas cidades do interior que tinham um IDH médio baixo entraram no programa,

mas áreas em grandes cidades, talvez muito mais pobres, foram alijadas dele. Por exemplo, na cidade de Recife, o bairro de Boa Viagem compensa, do ponto de vista de IDH médio, uma favela que está a duzentos metros do limite do bairro com os demais. Talvez a comunidade daquela favela tenha um IDH mais baixo que uma cidade do interior.

Esse é um projeto arrojado e importante. Nós não só estamos dando continuidade a ele como estamos começando a fazer as primeiras avaliações dos resultados, Pesquisas estão sendo feitas nesse sentido. Não tenho nenhuma dúvida de que os indicadores de saúde vão melhorar significativamente. Também estamos tentando fazer com que muitos projetos que não chegaram a ser aprovados possam ser utilizados, tanto que estamos montando uma articulação com o Ministério das Cidades, para que um recurso do Banco Mundial a fundo perdido, que existe para ações de saneamento, possa incluir na Funasa alguns desses projetos que já estão prontos.

O fato de o projeto não ter tido continuidade no aspecto dos recursos para saneamento básico não significa que o Governo atual não tenha uma política para isso. Nós, junto com o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente e a Caixa Econômica Federal, temos um fórum para discussão dessa política de saneamento básico que será implementada. Agora, o que encontramos foi um orçamento em que os recursos do Fundo de Combate à Pobreza para o Projeto Alvorada não constavam mais. Então, obviamente, o Governo Lula atribuiu a sua prioridade na utilização desses recursos que é, em grande parte, o Programa Fome Zero – e todos nós temos plena convicção de que se trata de uma situação tão grave quanto a situação do saneamento básico no Brasil.

Portanto, tranquilizo V. Ex^a a política de saneamento básico não está esquecida neste Governo. Também estamos procurando fazer a coordenação dos projetos sociais, mas indo até um pouco mais a fundo, para discutir os programas sociais existentes, os seus componentes de fragmentação, os seus componentes de superposição, os seus componentes de dificuldade de avaliação concreta dos seus resultados. Enfim, estamos discutindo isso tudo. Da mesma forma que o Projeto Alvorada funcionou como um espaço de coordenação dos programas sociais. A nossa Câmara Social funciona disso.

No caso das UTI, por parte do Ministério da Saúde, não houve nenhum tipo de negligência ou morosidade, muito pelo contrário. Primeiro, é importante dizer que o sistema de saúde tem as responsabilidades definidas de cada ente da Federação. Eu não posso, por exemplo, por uma decisão minha, atuar dentro de

um determinado Município. Em situações extremas, posso fazer uma intervenção, mesmo assim as que aconteceram até hoje foram todas definidas pela Justiça. O caso do Acre, em determinado período, e o de Rondônia foram intervenções que o Ministério fez por conta de uma decisão judicial, solicitada pelo Ministério Público.

Tenho de tentar fazer com que a minha posição junto ao Município prevaleça, mas tenho de respeitar as suas razões. Quando lá fui – e não fui muito tempo depois que havia começado; estava no auge a questão –, ofereci uma solução, apoio e ajuda. Oferecemos recursos financeiros, credenciamos Uns que funcionavam pagas pelo Governo do Estado e que não eram reinuneradas antes pelos SUS. Estabelecemos com o Governo do Estado um acordo para a criação de 50 novas UTI, e já estamos repassando os recursos na sexta-feira, amanhã, R\$3,2 milhões. Está tudo preparado para esses recursos serem repassados.

Na reunião com o Governador do Ceará e com o Prefeito de Fortaleza, defendi e, à noite concordamos, que faríamos um pedido de requisição de UTI aos hospitais privados, mas credenciados ao SUS – filantrópicos também. Se os hospitais não fornecessem, iríamos intervir. Essa foi a decisão que tomamos à noite. No dia seguinte, quando fomos à entrevista com a imprensa, o Prefeito da capital – S. Ex^a é quem teria de fazer a intervenção, pelo papel de cada ente federativo – ponderou que talvez não fosse aquela a melhor medida. Se o apoiássemos financeiramente, S. Ex^a iria comprar novos leitos de UTI. Não restava, nem a mim nem ao governador do Estado, nenhuma alternativa a não ser dizer que daríamos as condições para que o Prefeito fizesse aquilo. Porém, se não funcionasse, teríamos de interceder.

O Ministério da Saúde está com uma equipe permanentemente lá, composta por dois intensivistas, com integrantes da Secretaria de Atenção à Saúde, que estão lá ajudando no processo de regulação.

A fila diminuiu já no primeiro dia. Todos devem lembrar que a fila era de 23 e hoje tem fechado em nove ou onze. Não estou dizendo que isso é justo e correto. E errado. Há falta de UTIs, mas estamos há apenas quatro meses no Governo. No Ministério da Saúde, há 560 pedidos de abertura de novas UTI, há muito tempo, e que não foram credenciadas. Essa situação não começou agora. Ela advém de um processo de desorganização que precisa ser resolvido. E vamos resolvê-lo.

Conseguimos, com essas equipes que estão lá, pela via que o Governador colocou, mais de 20 leitos de UTI. Contudo, o problema também é o seguinte: do mesmo jeito que o paciente do SUS precisa da UTI,

o paciente do privado também precisa. Assim, eu não posso, mesmo tendo sido o leito credenciado pelo SUS, dizer para que seja retirado dele o paciente. Temos de esperar a vaga.

Estamos conseguindo. Eu disse no início que, até amanhã, teremos 24 novos leitos – inclusive, mencionei quais seriam. Estou estudando e espero que, na próxima semana, possamos fazer o anúncio do credenciamento de centenas de leitos de UTI no Brasil, porque o que está acontecendo no Ceará pode acontecer em outro lugar também. O Ministério não está pouco sensível a essa questão.

Quando mencionei a Rede Sarah, não falei em cortar recursos dela. Eu disse que é uma rede mantida pelo setor público. São R\$245 milhões por ano para a manutenção de seis unidades no Brasil. Isso é muito mais do que repassamos para alguns estados importantes do Brasil com o objetivo de atender uma população de cinco ou seis milhões de pessoas. E disse que se trata de uma estrutura que, embora financiada pelo setor público, está fora do sistema de saúde. O Secretário de Saúde de Salvador não tem como referenciar um paciente para o Hospital Sarah de Salvador, a não ser que esse o receba e defina que quer atendê-lo, se é um caso que interessa. Então, ele não exerce um papel dentro do sistema. Queremos que o faça, que exerça um papel naquilo que tem excelência, ou seja, formar profissionais.

Estamos gastando R\$245 milhões, mas queremos uma contraparte. Queremos formar profissionais com o nível do Sarah, para que, no Brasil inteiro, possa haver centros de reabilitação. E essa a questão que estamos apresentando. Creio que é justo que o sistema de saúde o reivindique, afinal de contas é a mesma fonte, o mesmo recurso. Trata-se de um recurso caríssimo. Temos que pensar sob esse ponto de vista. E vamos resgatar outros pontos positivos do Sarah.

A Rede Sarah tem uma fábrica de unidades hospitalares maravilhosa. É possível construir uma unidade de saúde pela metade do preço. Não sei por que não estava sendo utilizada, no entanto agora o será. Vamos fazer o programa de saúde da família, hospitais. O Ministro Gilberto Gil vai fazer as casas de cultura, usando aquela tecnologia: custarão a metade do preço de uma obra comum. Mas há que haver uma contrapartida. V. Ex^a não acha justo que haja uma contrapartida para o sistema público?

Senadora Fátima Cleide, o planejamento familiar é uma preocupação. O Programa de Saúde da Mulher já tem o componente do planejamento familiar. Não tinha a informação de que o fornecimento de métodos anticoncepcionais para o Estado de Rondônia havia sido interrompido. Procurarei saber. Verificarei a ques-

tão do Hospital Regional de Capoeira e a da malária. Creio que é importante, também, termos um pouco de paciência.

A magnitude do sistema foi mostrada, bem como as coisas positivas que ele gera. No entanto, essa é uma construção recente, de 15 anos. Antes da Constituição de 1988, tinha direito a tratamento quem tinha um emprego formal, carteira profissional. Quem não tinha era atendido por caridade, nas santas casas, nos hospitais universitários, pelas prefeituras. Então, esse é um processo de construção. A reforma está sendo construída na contramão do que foi feito nos últimos anos. Enquanto, em muitos países da América Latina, da América Central, a reforma foi feita para reduzir a universalidade, no Brasil, o foi para aumentar, para atender pobres e ricos. Ontem, estávamos em uma reunião do Conselho Nacional, e uma pessoa disse que o SUS é um sistema que atende os pobres. Isso não é verdade. O SUS atende a área de alta complexidade, a área da saúde pública, atende rico, pobre, jovem, idoso, homem, mulher, branco, negro, sem estabelecer qualquer nível de discriminação. É uma construção. Temos problemas para tentar resolver, para enfrentar. São problemas que não podem ser resolvidos em quatro meses, conforme disse. De 1988 para cá, cada Governo que passou colocou uma pedra. Queremos colocar várias pedras, o que vai exigir um pouco de tempo. Precisamos, ao mesmo tempo em que lidamos com o emergencial, trabalhar com o planejamento. É o que estamos tentando fazer com aquele conjunto de proposições que apresentei.

Não sei se posso despedir-me ou se há mais alguém inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Falta, ainda, uma questão apresentada.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – E sobre o Programa Bolsa-Alimentação e o Programa de Garantia de Renda Mínima.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Desculpe-me.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se da reflexão ocorrida na Câmara Social sobre essa experiência.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – A opinião, dentro da Câmara Social, é a de que procuremos fazer uma integração entre esses programas, uma agregação.

Existe uma proposição para que possamos agregar pela similitude do tipo de benefício. Por exemplo, foi proposto que o Bolsa-Alimentação e o Bolsa-Renda fossem um programa único e que os outros fossem

agrupados em outro conjunto de critérios, de **modus operandi** e de exigências feitas para o acesso. Tenho uma posição parecida com a de V. Ex^a: acredito que o ideal é fazermos uma transferência de recursos usando critérios de equidade e dando maior liberdade para o gasto das pessoas. Mas essa é uma opinião. Creio que vamos construir o melhor caminho pela troca de opiniões e pela tentativa de se construir um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a presença do Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Sr. Presidente, a Senadora deseja falar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – É rápido. Não serei redundante.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Ministro, acredito que V. Ex^a precisa ficar atento quanto à questão do saneamento básico, também no Ministério das Cidades, porque o da Funasa é especificamente para os municípios de IDH baixo. Para as periferias das grandes capitais, o recurso está no Ministério das Cidades, o do Desenvolvimento antigo.

Quanto ao Sarah, acredito que V. Ex^a tem toda razão ao dizer que há necessidade de uma contrapartida. Mas continuo afirmando que o recurso que vai para o Sarah é o que deveria ir para todos os hospitais deste País, a fim de que tenham aquele padrão de qualidade. E é importante que se diga que ali é o único lugar neste País em que um pobre entra e é tratado com dignidade.

A respeito da questão da UTI de Fortaleza, gostaria de dizer a V. Ex^a, como contribuição de uma pessoa ligada à área social, que o que se passa lá é chocante! Não importa se isso foi herdado do Governo passado, se a culpa é o prefeito, do Ministério Público, ou de quem quer que seja. O que importa é que o Poder Público e o Congresso Nacional têm que se mobilizar para dar um basta nas mortes que têm acontecido todos os dias naquela cidade.

No mais, parabeno V. Ex^a e agradeço-lhe pela paciência de estar aqui conosco até esta hora.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Gostaria de mencionar que o meu sonho é que, um dia, possamos dar a todos os hospitais do País a quantidade de recursos que se dá à rede Sarah, para que se tenha uma grande gestão. Espero que isso possa acontecer um dia. Não tenho dúvidas de que há lições ali para serem tiradas. Mas volto a insistir: é preciso haver integração entre a rede e o sistema público. E permita-me discordar: creio que, em muitos lugares do Brasil, dá-se atendimento digno às pessoas no Sistema Único de Saúde. A própria pesquisa a que

me referi no início mostra isso claramente. Mostra três dados importantes: o primeiro dado é que quem não usa o SUS tem mais críticas a ele; o segundo, quem faz uso dele o aprova; o terceiro dado, a posição das pessoas é uma antes do atendimento e outra depois do atendimento. Antes do atendimento, o que marca é a demora em se conseguir a consulta, a demora na fila; mas, depois do atendimento, os pacientes o consideram bom. Sei que há muitos problemas, mas, como eu disse, essa é uma construção que temos que fazer, e acredito que há muitos lugares onde as pessoas são tratadas com dignidade.

Em relação à questão do Ceará, já deixei clara a minha posição. Dizia um poeta americano, John Donne – e isso está no prefácio do livro **Por quem os sinos dobram** – que a morte de qualquer ser humano me diminui e diminui a todos nós. Não existe uma vida que valha mais ou valha menos do que outra. Isso angustia V. Ex^a; imagine como me angustia, como também angustia o Governador, as famílias, as pessoas todas que lá estão.

Estamos em busca de uma solução. Continuamos a envidar esforços, possíveis e os impossíveis. E tenho absoluta esperança, por tudo que acompanho de manhã, de tarde e de noite e também pelos telefonemas ao pessoal da equipe que está lá, de que vamos conseguir resolver a questão de hoje para amanhã, no fim de semana, o mais rápido possível. Reafirmo que vamos enfrentar e resolver os problemas das UTI em Fortaleza e no Brasil inteiro. Analisaremos essas que estão solicitando credenciamento e tentar minimizar significativamente o problema. Mande fazer um estudo sobre a viabilidade financeira do credenciamento. Existem problemas, porque a legislação que define UTI tem exigências corretas, mas para as quais o Brasil ainda não está bem preparado. Por exemplo, há a exigência de médico intensivista com formação específica. Não existem médicos intensivistas no Brasil para atender a todas as UTI. Nós queremos agora induzir os programas de residência médica a formarem também médico intensivistas para esse tipo de atividade. Temos que trabalhar em vários flancos e em vários momentos diferenciados.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer do meu prazer e da minha satisfação diante do nível elevado do debate. Espero ter conseguido responder a maioria das angústias e questionamento dos senadores. Iniciei minha vida de mandato como parlamentar. Sou ainda parlamentar (sou vereador) e conheço o papel que o Parlamento tem, assim como conheço a importância e o peso que ele tem na implementação de políticas. E eu conto com o apoio do Senado Fede-

ral para melhorar o sistema de saúde no Brasil. Muito obrigado pela atenção de todos e de todas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a presença do Ministro Humberto Costa e oferecer-lhe meus parabéns pela segurança e compromisso demonstrado na sua exposição. Já o conheço – e S. Ex^a sabe disso há muito tempo. Somos conterrâneos – ambos de Pernambuco. Quero também registrar que a Comissão de Assuntos Sociais é Comissão de Assuntos Sociais do Senado brasileiro e é, portanto, do povo brasileiro.

E nós estaremos à disposição para contribuir, para ampliar o debate, para lutar ao lado do Ministério, para reivindicar quando necessário, para que efetivamente o Ministério da Saúde e o Ministro tenham condição operacional e política de fazer o que pretendem fazer.

Eu quero dizer ao Ministro que conte com a Comissão de Assuntos Sociais, com a Presidência, com o meu empenho pessoal, porque efetivamente a tarefa dele é muito grande e há muito por fazer na saúde pública brasileira.

E conhecendo o Ministro como eu o conheço, sei que S. Ex^a vai dar conta do recado e vai fazer um grande do trabalho.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h33min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002**, cujo parecer acaba de ser lido, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 16, de 2004** (nº 1.194/2004, na origem), de 19 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 1º trimestre de 2004.

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/7, de 2004** (nº 207/2004-GP/SM, na origem), de 5 do corrente, da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, encaminhando cópia do Relatório Circunstanciado dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito daquele Legislativo Estadual, que apura denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes, quer na exploração do trabalho infantil, como na exploração sexual, envolvendo, inclusive, assassinato e emasculação de meninos, instituída pela Resolução Administrativa nº 1343/2003.

Com referência ao ofício recebido, a Presidência informa que:

– Das “recomendações/sugestões/solicitações” do Relatório, com “Indicação ao Congresso Nacional”, já se encontra em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.808, de 1997, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências*;

– Quanto ao art. 248 do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.573, de 1997, de autoria da Deputada Dalila Figueiredo, que foi arquivado pela Câmara dos Deputados.

Uma vez que se encontra em funcionamento, no Congresso Nacional, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, criada através do Requerimento nº 2, de 2003 – CN, o Ofício, juntamente com o Relatório, vão à referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esta Presidência recebeu a Mensagem nº 80, de 2004 – CN (nº 267/2004, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000 e do § 4º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o relatório contendo os novos limites que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A referida mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PS-GSE/655/04

Brasília, 20 de maio de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a V. Exª, para os devidos fins, que o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2004 (MP nº 147/03), o qual “Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido será juntado ao processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2004**. A matéria vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

OS-GSE nº663/04

Brasília, 25 de maio de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a V. Exª, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 1.240/03, do Senado Federal (PLS nº 260/01, na origem), que “Altera a redação do **caput** do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos produtos que especifica.”

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

São lidos os seguintes:

PS-GSE Nº 664/04

Brasília, 25 de maio de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a V. Exª, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 5.212/01, do Senado Federal (PLS nº 134/97, na origem) que “Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente lido será juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2001**.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 165/2004

Brasília, 25 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valmir Amaral, como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Mão Santa, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 4, de 2004 – CN “destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S/A, pela Nestlé do Brasil Ltda.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 166/2004

Brasília, 19 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 185, de 13-5-2004, que “altera a Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Sérgio Cabral
Leomar Quintanilha
Papaléo Paes

SUPLENTE

Romero Jucá
Maguito Vilela
Paulo Elifas

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 167/2004

Brasília, 19 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 186, de 13-5-2004, que

“altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES:

Valdir Raupp
João Batista Motta
João Alberto Souza

SUPLENTE

Paulo Elifas
Valmir Amaral
Garibaldi A. Filho

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 168/2004

Brasília, 19 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 187, de 13-5-2004, que “dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil em entendimentos diplomáticos ou militares, autorizados pelo Congresso Nacional e sobre envio de militares das Forças Armadas para o exercício de cargos de natureza militar junto a organismo internacional”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Ramez Tebet
Hélio Costa
Gilberto Mestrinho

SUPLENTE

Pedro Simon
Ney Suassuna
Paulo Elifas

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

Ofício nº 198/2004 – GLDBAG

Brasília – DF, 25 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Indico o Senador João Capiberibe como membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Sr. Senador João Capiberibe, como Titular, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

Of.Lid.PPnº 787

Brasília, 18 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimento V. Exª, tenho a honra de indicar o nome do Deputado Pedro Canedo, do PSDB – GO, para a vaga de Suplência, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pertencente ao Partido Progressista, em substituição ao Deputado Roberto Balestra, do PP – GO, afastado para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Goiás.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Pedro Henry**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, sabemos que o primeiro a levantar o microfone aqui foi V. Exª; fui o segundo, inclusive tive que colocar aqui a bengala para garantir minha vaga; o terceiro é o nosso Senador Eduardo Azeredo. Solicito a palavra para fazer uma comunicação inadiável, na hora em que V. Exª julgar conveniente. Não sei se é antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª falará antes da Ordem do Dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na mesma linha, desejo fazer uma comunicação relevante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, está assegurada a palavra por cinco minutos, antes da Ordem do Dia, para uma comunicação inadiável, aos Senadores Paulo Paim, Leonel Pavan e Eduardo Azeredo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se possível, eu gostaria de inscrever-me como suplente para as comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a inscrição do Senador Marcos Guerra, como 1º suplente.

Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o exercício profissional em determinados setores, especialmente na área da saúde, requer imenso cuidado. Não é sem motivo que algumas profissões devem ter uma regulamentação apropriada e uma fiscalização rigorosa, para que a sociedade não corra o risco de sofrer consequências funestas devido ao despreparo profissional.

Por isso, quero manifestar a minha preocupação com um fato que se vem tornando corriqueiro quanto ao exercício de uma atividade que pode envolver altos riscos à vida dos que estão sob os cuidados dos profissionais.

Tomei conhecimento, por meio do informativo Cremers, publicação do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, de que a “Justiça segue liberando médicos formados em Cuba”. Esse é o título da matéria, que, creio, não tem o espírito alarmista ou sensacionalista que poderia caracterizar outros tipos de publicação. Trata-se, isso sim, de uma advertência que deve ser levada em consideração pelo Poder Público. E, quando fazemos essa afirmação, não significa que estejamos colocando em dúvida a qualificação das pessoas que vão em busca do diploma de médico nesse país.

Refiro-me sim, Sr. Presidente, ao cumprimento de uma formalidade legal, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, de 1996, que, no § 2º do art. 48, estabelece o que segue:

Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

A matéria mencionada expõe a preocupação do Presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, Dr. Marco Antonio Becker, com o crescente número de médicos formados no exterior que conseguem, pela via judicial, revalidar seus diplomas no Brasil. Assim se expressa o Dr. Becker:

Fala-se muito, hoje, em direito individual adquirido, mas se esquece do direito coletivo, ou seja, o direito de a sociedade saber se aquele médico que presta atendimento à população está capacitado e qual a sua procedência profissional. Então, como se não bastasse a proliferação indiscriminada de faculdades de Medicina no País, muitas vezes com finalidade meramente lucrativa, constatamos agora um volume grande de médicos vindos de outros países, amparados por decisões judiciais, conseguindo o registro profissional.

Por outro lado, sabemos que foi criada uma Comissão Interministerial, por decreto do Presidente da República, de outubro do ano de 2003, para estudar a possibilidade de abrir aos profissionais de saúde de Cuba o precedente de não precisar revalidar o diploma para trabalhar no Brasil. Porém, essa proposta enfrenta dura reação da Confederação Médica Brasileira e outras entidades (Fenam, Associação Médica Brasileira, Simesp, Cremesp e APM), que já se manifestaram contrárias à abertura desse precedente, levando-se em conta tanto a diferença curricular como o foco que os cursos de Medicina dão aos problemas epidemiológicos em seus países de atuação.

Nesse sentido, é muito enfática e significativa a nota disponível no **site** do Simesc, constante da Comunicação Interna nº 47, de 2004, correspondente à primeira quinzena de março, na qual se pode ler a seguinte afirmação: “Colocar no atendimento à saúde do Brasil médicos que não se submeteram à revalidação de diploma e que podem não estar adequados às reais necessidades de assistência é um risco para a saúde pública. Abrir um precedente para Cuba também pode gerar uma avalanche de pedidos de tratamento igual por parte de países da América Latina e de outros de língua portuguesa, o que reduziria ainda mais o mercado de trabalho e aviltaria os honorários praticados hoje”.

Em recente encontro com o Ministro da Saúde, Humberto Costa, os presidentes das entidades representativas da profissão – CMB, Fenam, Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira – demonstraram sua preocupação com o assunto da

revalidação. Não é para menos, já que, somente em Cuba, há seiscentos brasileiros cursando Medicina.

A proposta do Conselho Federal de Medicina é abolir as provas regionalizadas e criar um exame nacional único para os médicos formados no exterior poderem exercer a Medicina em território brasileiro. O Senador Tião Viana, que também participou do encontro, propôs a criação de um mecanismo de interiorização dos médicos brasileiros formados no exterior, o que seria muito importante para os mais de um mil Municípios brasileiros que dispõem de assistência médica extremamente precária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar bem claro que não estou manifestando uma atitude discriminatória, mas apenas expondo um problema que pode agravar-se se não encontrarmos uma solução urgente para essa situação.

Creio que devemos dar razão ao Presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, quando defende o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vem sendo considerada por alguns juízes que concedem antecipação de tutela mandando o Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul e outros conselhos regionais concederem o registro a profissionais que, pela lei, não estariam qualificados para exercerem a profissão no País. Dessa forma, está sendo sobreposto o direito individual ao direito da coletividade.

Diz o Dr. Marco Antônio Becker, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul: “Não somos contra a vinda desses médicos, desde que eles satisfaçam os requisitos legais, porque acima de tudo precisamos pensar nos interesses da sociedade”.

De fato, ninguém em sã consciência impediria a entrada de brasileiros formados no exterior e que demonstrem competência. Não se trata, aqui, de reserva de mercado de trabalho. Trata-se, isto sim, de resguardar o direito da população a uma assistência à saúde com um mínimo de qualidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, se a graduação no exterior se faz acompanhar da desejável competência, por que os médicos assim formados não se submetem à avaliação prevista na LDB? E, se fizeram um curso que atenda às características brasileiras, certamente serão aprovados, vindo a reforçar as fileiras desses profissionais tão necessários ao cumprimento de uma das mais importantes funções do Estado na consecução do seu objetivo de proporcionar bem-estar ao cidadão, ou seja, a prestação de serviços de saúde de boa qualidade.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a, que já foi prefeito de uma grande cidade de Santa Catarina, que hoje é

Senador da República e que já teve oportunidade de lidar diretamente com a questão da saúde pública na contratação de profissionais para a execução desses serviços, sabe muito bem que nós, ordenadores de despesas, quando no Executivo, temos algumas dificuldades de remunerar adequadamente os nossos profissionais. Temos vontade de pagá-los bem, mas não temos condições de fazê-lo.

Conforme relatei no meu discurso, no Estado do Amapá, passamos por uma situação na qual um executivo, um Governador, levou para aquele Estado, sem respeitar nenhuma pré-condição das nossas leis, trinta médicos cubanos. O número de médicos no Estado do Amapá é pequeno. Eu, como médico, participei ativamente desse movimento do Conselho Regional de Medicina, que não queria, de forma alguma, impedir a população de ter um atendimento médico, proporcionado pelo aumento do número de médicos naquele Estado. Porém, ficamos preocupados com a qualificação desses médicos, que não sabiam falar português, que não tinham condições de se comunicar com os pacientes, com os nossos conterrâneos, com a nossa sociedade.

Contudo, essa insistência persistia. Era uma questão puramente política, ou seja, de querer agradar a Cuba. Digo que fiquei até constrangido de saber que o Governo cubano, quando manda esses profissionais para cá, age da mesma forma que um jogador de futebol nas mãos dos seus responsáveis ou dos seus empresários. Ou seja, o médico vem para o País e manda dinheiro para o Governo cubano, e remunera-se o médico aqui da maneira que bem entender, visto que o salário médio do médico em Cuba está em torno de US\$50.00. Então, um homem ou uma mulher que lá ganha US\$50.00, se vem exercer a sua profissão aqui, ficará contente com qualquer coisa que lhe for dada. Com isso, vem tirar espaço do nosso médico que está se formando, pois o Governo não dá as mínimas condições para interiorizar a atividade desse médico.

Então, o que foi feito? Fomos atrás da legalidade, e esses trinta profissionais prestaram uma prova na Universidade do Estado do Amapá. Dos trinta, só três foram aprovados, pois preencheram os requisitos da área profissional. Mas imagine V. Ex^a se dermos a abertura que se quer?

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Senador Papaléo Paes, esses trinta médicos eram cubanos ou eram brasileiros que se formaram em Cuba?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Eram médicos de nacionalidade cubana.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Senador Papaléo Paes, nós, que temos o prazer de conviver com V. Ex^a nesta Casa, nesse período de um ano e cinco meses, sabemos da sua preocupação com a saúde do nosso País. V. Ex^a, como médico, é um grande profissional nessa área. Sabemos da sua preocupação com a saúde do nosso País, principalmente quando há maus profissionais, que não estejam bem-preparados nem conheçam bem a realidade nacional. Fui Prefeito de Balneário Camboriú, e sabemos que, para se habilitar a um concurso público, há que ser brasileiro. Muitas vezes, aparecem, inclusive, médicos que se formaram em outros países, que adquiriram diploma em outros países e que querem exercer a profissão no Brasil. Deve haver uma falha na lei para se permitir ou não que essas pessoas possam fazer concurso. Devemos avaliar se é possível a alguém de nacionalidade estrangeira poder fazer concurso no Brasil. A verdade é que investimos muito justamente nas universidades de Medicina do País, e há uma disputa muito grande para conseguir uma vaga. Talvez seja o curso mais disputado do País. Quando se consegue, depois de muita luta, de muito trabalho, de muito dinheiro – porque é cara a mensalidade nas universidades de Medicina –, vêm os médicos estrangeiros, que não sabemos como se formaram, se passaram por uma fiscalização rigorosa, por uma exigência rigorosa, que acabam se deslocando para o nosso País e tomando espaços daqueles que se dedicaram anos e anos, conhecendo a realidade do Brasil, e que, de repente, não encontram a mesma oportunidade de trabalho nos hospitais que os médicos de origem estrangeira. Cumprimento V. Ex^a pela preocupação e pelo excelente trabalho que realiza nessa área. Com certeza, se o Governo Federal ouvir os seus conselhos, teremos uma saúde mais qualificada e profissionais mais qualificados em nosso País.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento. V. Ex^a resumiu a nossa preocupação. Os médicos de nacionalidade estrangeira ainda vêm ocupar o lugar daqueles médicos brasileiros que vão estudar no exterior. Ainda existe essa competição. Temos essa preocupação principalmente pelo fato de termos cerca de 600 brasileiros estudantes de Medicina em Cuba. Essas pessoas, naturalmente, deverão retornar ao País. Os estrangeiros não poderão jamais concorrer com os nossos brasileiros. A nossa preocupação refere-se à liberação pelo Governo brasileiro da entrada de médicos cubanos no País sem nenhum dos pré-requisitos que a lei hoje obriga a ter. Os nossos médicos deverão

retornar, fazer uma prova de revalidação e, logicamente, exercer a sua profissão no Brasil.

Agora, precisamos mostrar ao Governo Federal que é possível, sim, interiorizar a atuação do médico, do enfermeiro, do bioquímico, desde que se dêem plenas condições profissionais àqueles que vão servir à saúde no nosso interior.

Concedo o aparte ao Senador Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a, como sempre, é brilhante e traz, nesta tarde, assunto da maior importância para o Brasil, principalmente por tratar-se de uma autoridade no assunto. V. Ex^a, além de médico conceituado no seu Estado, no Estado do Amapá, foi Prefeito de Macapá e elegeu-se Senador. Já falei com V. Ex^a que comumente viajo com amapaenses e que é muito comum as pessoas fazerem referência ao seu nome pela sua profissão de médico, pela sua dedicação, pelo seu conhecimento e pelo tratamento que V. Ex^a dá à população daquele Estado. Com certeza, diante dos seus Pares, V. Ex^a tem o respeito e a admiração não só como homem público, mas como profissional, como grande médico. Já tivemos discussões neste plenário referentes a outras categorias da área de saúde, como ao famoso caso dos odontólogos em Portugal. V. Ex^a aborda nesta tarde a questão dos médicos vindos de Cuba para trabalhar na nossa região, principalmente no seu Estado. Com certeza a sua preocupação refere-se não só à habilitação e ao conhecimento científico dessas pessoas, porque vão tratar de vidas humanas, mas traz à reflexão o assunto. A observação que V. Ex^a faz, certamente, será levada a sério pelo Governo Federal, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Com certeza, o Ministro Humberto Costa, da Saúde, vai tomar conhecimento do seu pronunciamento e vai tomar providências em relação a esses fatos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Luiz Otávio. É exatamente isso. A nossa intenção é chamar a atenção do Governo Federal para esse assunto, que é muito sério e que poderá ser gravíssimo se realmente houver essa deliberação geral relativa à vinda desses médicos cubanos para o nosso País, sem preencherem os pré-requisitos mínimos da lei atual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a sessão de hoje à tarde deveria começar com o assunto que abordei, com o qual V. Ex^a também colaborou.

Hoje, Sr. Presidente, vai se formar a primeira turma da nossa universidade, da Universidade do Legislativo Brasileiro, a Unilegis. Creio que isso precisa ficar registrado.

Essa universidade, como todos sabem, foi criada em 1997, pela Resolução nº 9 do Senado da República. Ela teve origem no ILB, o Instituto Legislativo Brasileiro, há cinco anos.

Hoje, dia 26 de maio, vivemos um momento particularmente importante, porque estamos entregando à sociedade brasileira 82 formandos pela nossa universidade, universidade do Senado, universidade aberta, universidade democrática, universidade que procura trabalhar em parceria. Essa primeira turma está sendo batizada na sua formatura com uma feliz parceria com a Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul.

Lembro-me bem, Senador Romeu Tuma, de maio de 2002, quando houve a aula inaugural dessa universidade, proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa, ex-Senador da República, que compareceu ao Senado.

Essa formatura, portanto, é motivo de justo orgulho para nós, porque o Senado da República está treinando gente, preparando pessoas, trazendo cultura e saber àqueles que se dedicam ao processo legislativo, ao Direito Administrativo, aos assuntos constitucionais, enfim, ao Direito Público. São pessoas que vão ajudar os nossos semelhantes no exercício da cidadania.

Não posso deixar, portanto, de registrar essa conquista para a sociedade brasileira: 82 especialistas em Direito Legislativo. É importante para o Senado da República.

Que outro Poder Legislativo, que Senado da República no mundo possui uma universidade como o Senado brasileiro? Portanto, trata-se de um motivo de orgulho, que nos impulsiona, Senadores Papaléo e Pavan, a ajudarmos essa universidade. Vamos dar-lhe mais estrutura, vamos ver do que ela precisa, para que se fortaleça cada vez mais e possa realizar esse intercâmbio, essa parceria com os legislativos estaduais, com o próprio Poder Judiciário, com o Poder Executivo e com as câmaras municipais, treinando nosso pessoal, aperfeiçoando aqueles que querem progredir na vida e ajudando, volto a repetir, no exer-

cício e no fortalecimento da cidadania. Tenho orgulho de fazer essa saudação aos formandos e tenho orgulho de cumprimentar a todos os ex-Presidentes da Casa, mas principalmente o Presidente José Sarney, a quem devemos a Rádio Senado, a TV Senado, o Jornal do Senado e o ILB. Tudo isso forma uma estrutura a serviço da sociedade brasileira. Senadora Heloísa Helena, isso é bom.

Sr. Presidente, sou um defensor da imprensa. Não conheço imprensa mais livre e imparcial que a do Senado da República. O que estou falando aqui está sendo ouvido e visto por todos. Não há como corrigir os nossos erros, os nossos defeitos. Isso é uma aula de cidadania que considero extremamente positiva.

No Senado Federal, não seríamos nada não fosse o nosso corpo legislativo, o nosso corpo de consultores, os funcionários que nos ajudam, como os taquígrafos, o Dr. Raimundo Carreiro e a Dr^a Cláudia Lyra. Em suma, devemos a todos que aqui estão a *performance* do Senado da República. Temos de cantar em prosa e verso o trabalho que o Senado da República vem fazendo. Agora, conta com um instrumento forte, em funcionamento desde 2002: a Universidade do Legislativo, uma universidade aberta, da qual temos que nos orgulhar e ajudá-la. Temos de ver o que é preciso. Se for preciso construir prédios, vamos construí-los; se for preciso contratar renomados professores, que os contratemos; que paguemos bem a todos aqueles que trabalham na universidade.

Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, Romeu Tuma, mas me excedi. Mas praticamente é o aniversário da Casa, de uma universidade do Senado. Perdoe-me, mas não encontrei outro jeito de registrar a beleza dessa formatura. São 82 a 83 formandos da primeira Universidade. Isso é histórico. Daqui a alguns anos, eles vão contar a história, assim como hoje conto a história da minha formatura, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, lá pelos idos – e agora não tem jeito de falar – de 1959.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, se me permitir, não há corpo vivo sem alma. E a alma é a estrutura dos funcionários que militam nesta Casa.

Sou um entusiasta da Unilegis. O Presidente José Sarney é um homem que pergunta sempre sobre o andamento da Unilegis. Ela promove a primeira formatura hoje de um curso de pós-graduação em praticamente Direito Legislativo. V. Ex^a disse que, para passar para todos os Estados, isso tem sido feito pela Interlegis e pelo ILB, que chamo a parte da inteligência do Senado que tem levado aos quatro cantos do Brasil – e acredito do exterior, também – porque é reconhecida a Unilegis como a primeira Universidade de um Poder

Legislativo no mundo. Não há outro Legislativo que o faça. V. Ex^a é o primeiro Senador que assinou a resolução. De forma que esta primeira turma de formandos da Unilegis vai contribuir de forma decisiva para o aprimoramento dos nossos trabalhos no dia a dia do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, por 20 minutos, como inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero oportuna a iniciativa do atual governo, de criar uma Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. O setor pesqueiro brasileiro carece de uma reorganização, de um novo impulso, de política setorial que estimule a sua dinamização.

De fato, exploramos pouco o nosso potencial pesqueiro. Temos, na verdade, tradição pesqueira, e contingente significativo de brasileiros que vivem dessa atividade. No entanto, é preciso, nesse setor, alçarmos a um patamar superior ao atual, progredir com novas tecnologias e novos equipamentos, regulamentar melhor, financiar, dar apoio à atividade pesqueira.

Nos últimos anos, temos visto uma mostra deste potencial. Em 1988, por exemplo, o setor de pescado apresentou um déficit na balança comercial de 350 milhões de dólares. Em 2000, como num passe de mágica, passou a um superávit de US\$20 milhões. Em 2003, tivemos um saldo positivo de US\$222 milhões, com um total de exportações atingindo o montante de US\$441 milhões.

Meu Estado, o Rio Grande do Norte, tem na pesca, tradicionalmente, importante fonte de receita, tendo apresentado um importante papel nessa melhoria do desempenho da pesca nacional. A pesca, principalmente a da lagosta, tem, naquele Estado, grande repercussão social e econômica. Contudo, atualmente, a pesca da lagosta é fator de preocupante impasse. De resto, isso ocorre não somente no Rio Grande do Norte, mas infelizmente em todo o Nordeste.

No Rio Grande do Norte, a lagosta envolve um contingente de aproximadamente 30 mil trabalhadores em toda sua cadeia produtiva, que inclui desde a confecção de apetrechos de pesca à captura, beneficiamento e distribuição. A quase totalidade da pesca é feita por pescadores artesanais em águas rasas, onde predomina a lagosta Cabo Verde. A pesca em alto mar, feita por embarcações maiores, para a captura da lagosta vermelha, representa apenas uma pequena parcela da produção no nosso Estado, embora em todo o País corresponda a cerca de 80% do total.

Produto com grande demanda internacional, variando seu preço na faixa de US\$20.00 a US\$30.00 o

quilo, sua produção de lagosta sofreu um lamentável retrocesso de decadência na década de 90 em função da exploração descontrolada no passado. Porém, a partir de 1999, a produção retomou um processo de crescimento, o que denota que as medidas tomadas vêm surtindo efeito. Não se pode deixar de destacar o papel das colônias e federações de pescadores no processo de conscientização dos seus filiados e no apóio ao Ibama com denúncias e até mesmo conseguindo apóio logístico.

Recebi a informação que o Ibama, no nosso Estado Rio Grande do Norte, recebeu apenas R\$2.370,00 em diárias para fiscalizar o defeso da lagosta e da piracema em todo o Estado, durante os meses de fevereiro e março. Apenas quando as entidades de classe se mobilizaram para pressionar o Ibama a coibir a pesca ilegal é que foi alocado um valor maior. Porém a captura de três toneladas de lagosta de tamanho abaixo do permitido só é possível em função do apóio logístico dado pelas lideranças do setor ao Ibama.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que mais tem nos preocupado nos últimos dias é a Instrução Normativa do Ibama nº 28, de 2004, que proíbe a pesca de qualquer tipo de lagosta com menos de 13 centímetros, além de proibir a pesca, dessa feita acertadamente, com o uso do compressor. Ora, todos os estudos científicos do próprio Ibama comprovam que a Lagosta Cabo Verde, que é pescada pelos pequenos pescadores, pode ser capturada com 11 centímetros, sem prejuízo para a manutenção sustentável da espécie, visto que com 9,8 centímetros ela inicia o seu processo de reprodução. Diferentemente, a lagosta vermelha, que só é pescada pelas grandes empresas, aliás, deve ser capturada apenas com 13 centímetros.

Essa uniformização que o Ibama impôs, sem a devida discussão com o setor, não faz sentido, pois se trata de animais com características inteiramente diferentes. Embora o Ibama não admita, com essa padronização descabida, os países importadores farão o papel fiscalizador que o Ibama se mostra incapaz de fazer. Sabe-se que os Estados Unidos não permitem a importação do pescado que não atenda a legislação do país de origem. Portanto, a padronização ajudaria os Estados Unidos a fiscalizarem a pesca ilegal de lagosta brasileira no lugar do Ibama. Isto é um atestado de incompetência do nosso País em controlar aquilo que pode ser danoso ao seu meio ambiente.

O pior, Sr^a Presidente, é que esse fato afeta diretamente um grande contingente de milhares de pescadores pobres do nosso País, em particular o Rio Grande do Norte. Sem nenhuma base científica, o Ibama reduzirá 20% das exportações de lagosta, representam uma perda de aproximadamente US\$15 milhões.

A maior parte desse dinheiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ibama está tirando de pessoas pobres, acarretando graves problemas sociais, com o empobrecimento de milhares de famílias lançadas à miséria.

Ontem mesmo, os corredores do Senado foram tomados por pescadores que vieram até aqui clamar por justiça, clamar pela modificação dessa Portaria. Sabemos muito bem que às vezes não se pode legislar por decreto, de cima para baixo. Por mais competência técnica que tenha o Ibama, e realmente tem, ele é capaz de cometer erros, de praticar abusos. Por que calaríamos nossa voz, Sr. Presidente, se vimos esses pescadores chegarem aqui em ônibus? Não em confortáveis ônibus de turistas, que permitem à pessoa dormir, descansar, mas naqueles ônibus velhos, maltratados pelas estradas do Nordeste. Eu vi isso.

É por isso, Senador Ramez Tebet, que estou aqui nesta tribuna, como estivemos juntos ontem com esses pescadores os Senadores do Rio Grande do Norte, o Senador Fernando Bezerra, o Senador José Agripino e eu, para fazermos um apelo à Ministra Marina Silva, um apelo ao Presidente do Ibama, Marcus Barros, no sentido de que possamos revogar essa portaria.

Concedo o aparte a V. Ex^a, com todo o prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho, sei com que sentimento está falando, porque isso é da índole de V. Ex^a. Nós nos comovemos diante do quadro de desemprego no País. Uns têm condições de trabalhar, como é o caso dos pescadores, que têm no produto do mar a base da sustentação da sua família, mas, de repente, por uma portaria, por uma ordem, eles ficam impossibilitados de trabalhar. Eu fico imaginando o desespero dessas pessoas e bem compreendo. V. Ex^a é testemunha de que tenho ocupado a tribuna para defender o desenvolvimento auto-sustentável. Realmente nós precisamos conservar a riqueza que Deus nos deu, nossa fauna, nossa flora, nossos rios, mas acontece que não há critério para nada, Senador Garibaldi. É incrível. As pessoas são surpreendidas. O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama possuem um quadro notável de técnicos, mas para obter algo no Ibama é necessário ouvir o técnico em botânica, o técnico em zoologia. Não há um conselho, uma diretriz uniforme e às vezes eles colhem de surpresa as pessoas, o que é muito ruim. Não é assim que nós vamos defender o nosso meio ambiente. Temos que defender o meio ambiente, mas temos que combater a fome que assola o povo brasileiro. Não tem nada a ver com pescador o que vou lhe contar. Há um trecho de estrada no meu Estado de 67 quilômetros, faltando apenas 12 para serem pavimentados, justamente no meio da estrada. Construíram, portanto, 55 quilômetros. Trata-se de uma obra de compensação

pelo porto Primavera, cuja responsabilidade é do Estado de São Paulo. Eu perguntei – e vou até averiguar isso – por que não terminavam aqueles 12 quilômetros, e fui informado de que o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente proibiu a obra, e, enquanto eles não autorizarem, a obra continua parada. Ora, construíram 55 quilômetros e depois dão uma ordem para não construir 12? Impede-se a obra? Positivamente, Senador Garibaldi Alves, eu compreendo sua indignação. Isso mostra o quanto V. Ex^a é preocupado com os problemas que afligem os mais humildes e, no caso, os pescadores do Brasil. Felicito-o por seu pronunciamento. V. Ex^a recebe a minha solidariedade.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a coloca muito bem o problema.

Todos nós somos favoráveis ao desenvolvimento sustentável que possa compatibilizar as exigências do progresso e do desenvolvimento com as exigências do meio ambiente, sem agredi-lo.

Não estamos aqui, em absoluto, querendo desqualificar o trabalho exercido pelo Ibama, mas pedindo que seja sensível a uma determinada realidade. E, como bem disse V. Ex^a, realidade chocante, porque está levando ao desemprego dezenas e dezenas de trabalhadores num país que precisa empregar milhões de pessoas.

Por solicitação dos Senadores, dos Deputados Federais, da Deputada Federal Sandra Rosado, do meu Estado, que também esteve presente, e de outros parlamentares, está se deslocando para Natal, para o Rio Grande do Norte, uma missão do Ibama, que vai tentar uma solução para o problema à vista de todos, que é a revogação dessa portaria.

Sr^a Presidente, impõe-se também a necessidade de se estabelecerem as competências legais e administrativas dos vários órgãos do Poder Público que devem atuar na regulação e no controle da atividade pesqueira. Sabe-se que o Ibama tem interveniência na questão, e é preciso que sua ação esteja articulada com a nova política setorial pesqueira que está sendo tecida.

Está tramitando nesta Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma lei da pesca cuja relatoria é minha. O desafio no setor nordestino de pesca de lagosta é equilibrar o desenvolvimento sustentável da atividade com o progresso técnico, objetivando o aumento da receita setorial e o cuidado com os interesses de milhares de famílias de meios modestos que dependem dessa fonte de renda.

Creio que a solução será tomada com a revogação, pelo Poder Executivo, da Instrução Normativa nº 28, de 2004. E é preciso iniciar ampla discussão, com

participação de todas as instituições representativas, sobre a regulamentação, a fiscalização e o financiamento para o setor.

Sr^a Presidente, deixo aqui o meu apelo, a minha certeza de que tomaremos providências adequadas à solução desse problema. Certamente vamos proporcionar a esses pescadores a oportunidade de trabalho que eles merecem, e eles continuarão tendo a perspectiva de contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr^a Presidenta, solicito a palavra pela Liderança do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB.

S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana, recebi carta de um querido amigo da cidade de Poços de Caldas, que faço questão de ler na íntegra, como um discurso da tribuna do Senado, pela importância e pela relevância do texto.

Parafraseio a carta do meu amigo José Carlos Ferreira:

Os contabilistas de cidades do interior, em sua maioria tendo como clientes só pequenas e microempresas, estão se queixando da Receita Federal, que está agindo de forma até certo ponto arbitrária e em confronto com a política de geração de empregos pregada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 1996, foi criado o Simples, Sistema Simplificado de Tributação, atendendo à Constituição Federal, que exige tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas. Milhares de empresas formais optaram por esse novo modelo de tributação. Outras tantas que estavam na clandestinidade, por acreditar nessa política tributária diferenciada, sem burocracia e não tanto onerosa, buscaram a regulamentação.

Só que, ultimamente, a Receita Federal vem soltando listas de atividades que não podem optar pelo Simples. Um dos segmentos que está sendo prejudicado é o das oficinas. Sob a alegação de que a mecânica de autos e a assistência técnica de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas e equipamentos de escritório, etc. são atividades assemelhadas à engenharia, a Receita Federal excluiu-as do Simples.

A meu ver, isso é um absurdo, Sr^a Presidenta. Quando levamos o nosso veículo para um conserto em uma oficina mecânica, jamais seremos atendidos por um engenheiro mecânico, é evidente. Quando levamos o nosso liquidificador para reparos, também não somos atendidos por um engenheiro mecânico. Quem nos atende, em ambos os casos, são trabalhadores simples que, em sua maioria, só possuem o curso primário e que aprenderam a profissão ao conseguir o primeiro emprego como ajudante.

A Lei nº 9.317/96, em seu art. 9º, inciso XIII, veda a opção ao Simples a diversas atividades profissionais cujo desempenho das funções dependa da habilitação profissional legalmente exigida. Não pode optar pelo Simples, por exemplo, a pessoa jurídica que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial e despachante. Também não pode optar o ator, o empresário, o diretor ou o produtor de espetáculos. Igualmente estão vedados o médico, engenheiro, economista, contador, advogado e assemelhados.

Não há razão lógica para negar o enquadramento no Simples de empresas prestadoras de serviços, como as oficinas mecânicas e as assistências técnicas de eletrodomésticos. Nem de longe a profissão de mecânico ou de técnico em eletrodoméstico pode ser considerada assemelhada à de engenheiro da respectiva área. Para que se evidencie essa semelhança, a complexidade da atividade tem que ser no mínimo equivalente entre as duas profissões. A título de exemplo, um dentista pode ser assemelhado a um médico, um auditor a um contador, um engenheiro a um arquiteto, mas um pedreiro não pode ser assemelhado a um engenheiro civil, assim como um técnico em mecânica não pode ser assemelhado ao engenheiro mecânico. E, pelo que me consta, também não é exigido desses técnicos registro algum em órgãos de classe para se constituir uma firma individual ou uma sociedade dentro de seu ramo.

Devido a esse erro de interpretação da lei, milhares de pequenas empresas estão sendo excluídas do Simples. E o pior de tudo é que a Receita Federal, ao excluir essas empresas do Simples, ainda o faz com efeito retroativo a janeiro de 2002.

Vejam o que acontece com o pequeno empresário ao ser excluído do Simples com efeito retroativo: ele terá que refazer toda a sua escrituração contábil, recolher o PIS, Cofins, Contribuição Social, IRPJ, INSS, FGTS, etc. Ao se enquadrar no sistema tributário comum, retroativamente a janeiro de 2002, o pequeno empresário vai ainda ser prejudicado com juros e pesadas multas pelo atraso na entrega de documentos.

Para se ter uma idéia desse gravame financeiro, só a multa pela entrega, em atraso, do DCTF – Declaração de Centralização de Tributos Fiscais –, chega a R\$5 mil por trimestre. Como o pequeno empresário poderá pagar esses atrasos se, para pagar os impostos na data do vencimento, já é muito difícil para ele? E vejam V. Ex^{as} que a maioria deles tem seu faturamento bruto inferior a R\$5 mil por mês!

Vemos pelo noticiário que a Receita Federal tem tido grandes aumentos em sua arrecadação. Por que, então, agir com essa ganância ao ponto de quebrar os micro e pequenos empresários, esses trabalhadores humildes, de renda limitada e, ainda assim, os maiores geradores de emprego no Brasil?

O ideal é que a Receita Federal reveja suas normas e mantenha os benefícios do Simples para esse segmento empresarial. Mas, se não houver essa possibilidade imediata, que pelo menos seja dado um prazo para que as micro e pequenas empresas excluídas do Simples acertem sua situação fiscal sem que isso lhes acarrete qualquer ônus adicional. Se há erro no enquadramento dessas micro e pequenas empresas no Simples, esse erro não é dos empresários, mas da Lei que não é clara.

Da forma como a Receita Federal está agindo em relação a esse problema, as pequenas e microempresas não estão sendo respeitadas no seu direito a um tratamento diferenciado, como prevê a Constituição da República.

Essa foi a carta que recebi do meu companheiro de Poços de Caldas, Minas Gerais, meu Estado, José Carlos Ferreira, apresentando um quadro que precisa ser corrigido pela Receita Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR HÉLIO COSTA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Carta do Sr. **José Carlos Ferreira.**

Poços de Caldas, 20 de maio de 2004

Ilmo Sr. Hélio Costa
DD Senador da República do Brasil
Senado Federal
Brasília/DF

Prezado Senhor,

Como contabilista de cidade do interior e tendo como clientes apenas Micros e Pequenas Empresas, bem como a maioria da classe de contabilista em todo Brasil, estamos vendo a Receita Federal, agindo de forma até arbitrária e indo em confronto com a política pregada pelo Presidente da República, que é a de geração de empregos, e principalmente agora com o primeiro emprego.

O que está acontecendo é o seguinte: em 1996 foi criado por meio da Lei nº 9.317, o Sistema Simplificado de Tributação (SIMPLES), atendendo o que determina a Constituição Federal, que é de dar tratamento diferenciado a Micro e Pequenas Empresas.

A princípio tudo bem, as empresas que não estavam dentro das atividades não permitidas fizeram opção pelo Simples, e aquelas que estavam na clandestinidade aproveitaram então o novo sistema, que permitiria que estes pequenos empresários fizessem o registro de s/empresas e registrassem s/empregados dentro de uma tributação que não era tão onerosa, e sem burocracias, gozando de um tratamento diferenciado.

Só que ultimamente a Receita Federal, vem soltando listas de atividades que não podem participar do Simples, e ainda diz que a lista não é exaustiva, e com isto vem excluindo do sistema, oficinas mecânicas - de veículos - de consertos de eletrodomésticos - de eletrônicos - de máquinas e equipamentos de escritórios, com a alegação que são atividades assemelhadas, no caso a Engenharia, o que a nosso ver é um absurdo, pois nós nunca fomos atendidos, quando levamos nossos veículos para conserto por um engenheiro mecânico, nem quando levamos nosso liquidificador para conserto por um engenheiro eletrônico, mas sim por uma pessoa simples que na maioria das vezes só possui o curso primário, e o mais importante é que aprendeu a trabalhar nestas atividades na maioria das vezes como ajudante (primeiro Emprego).

A Lei nº 9.317 em s/artigo Nono — das vedações à Opção, item XIII (xerox anexa), coloca diversas atividades profissionais, cujo o desempenho das funções dependa da habilitação profissional legalmente exigida, o que não é exigido do mecânico, pois ao constituir sua firma individual ou sociedade em momento algum foi exigido destes empresários, qualquer registro em

órgãos de classe, como exemplo é exigido de sociedades de médicos, dentistas, advogados, contadores, engenheiros, construção civil, etc.

Existem no Brasil milhares e milhares de pequenas empresas nestas condições.

O pior de tudo isto é que a Receita Federal, ao excluir estas Empresas do Simples, o faz com efeito retroativo a janeiro de 2002.

Veja bem o que está acontecendo a este pequeno Empresário, a ser excluído e com o efeito retroativo, ele terá que refazer toda a sua escrituração, recolher os tributos, PIS-Cofins-Cont Social-IRPJ — INSS — FGTS, em outro sistema que não será o Simples, acrescidos de juros e multas bem como refazer sua escrituração, entregar documento que como Simples não estava sujeito, entregar novas declarações de renda, refazer s/ declaração de Pessoa Física, tudo isso com multas, além de ter de entrega o DCTF cuja multa por trimestre não entregue chega a R\$5.000,00 (cinco mil reais).

A maioria destes pequenos empresários tem s/faturamento bruto inferiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês, como poderão pagar estes atrasados, sendo que para pagar os impostos no vencimento é difícil, e muitos deles fizeram o parcelamento pelo Paes. (que inclusive perderão até este parcelamento).

Vemos pelos noticiários que a Receita Federal tem tido grandes aumentos em sua arrecadação porque quer quebre estes empresários, que estão fazendo inclusive uma parte social, que é a geração de empregos, pois nem que seja um auxiliar eles terão em sua empresa.

Portanto diante do exposto, solicito-lhe, que se possível for, exponha este fato ao Senado, ou Secretário da Receita Federal, e se não for possível que estas empresas, continuem no Simples, que a Receita Federal edite uma norma dando um prazo para que estas empresas, façam sua exclusão espontaneamente do Simples, sem nenhuma penalidade, pois se há erro é da lei que não é bem clara, e da maneira como a Receita Federal vem agindo, não estará cumprindo o que manda a Constituição Federal de dar tratamento diferenciado a micros e pequenas empresas, pois a Constituição não diz que este tratamento tem que ser apenas para comércio e indústria.

Atenciosamente, — **José Carlos Ferreira.**

Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Roberto Saturnino.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvimos aqui a fala entusiasmada e empolgada do Senador Ramez Tebet sobre a nossa Unilegis. Eu gostaria de fazer minhas as palavras de S. Ex^a e dizer da importância da Unilegis.

O fato de o Senado da República ter uma universidade que oferece cursos em nível de pós-graduação – e que, aliás, está formando a sua primeira turma em Direito Legislativo – é extremamente importante para os trabalhos que são desempenhados nesta Casa. Trata-se da formação permanente de pessoal, tornando-os profissionais cada vez mais preparados.

Sabemos que esta Casa conta com trabalhadores do mais alto nível de *performance* técnica e compromisso político. E que ninguém veja compromisso político como compromisso político-partidário; falo do compromisso político com a qualidade do serviço público, do trabalho que aqui desempenham.

Realmente é uma formatura histórica, Senador Ramez Tebet, porque é o Parlamento brasileiro, na sua instância maior, preocupado com a formação profissional permanente.

Fui professora na Universidade Federal do nosso Estado de Mato Grosso – digo “nosso” porque o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul já foram um só Estado e temos todas as condições de tratarmos de “nosso Estado” essas duas unidades da Federação. Como eu estava dizendo, fui professora universitária por 26 anos e sei o que é defender a escola pública, a necessidade da formação permanente de profissionais. Não podemos parar de estudar nunca, seja de forma sistematizada ou seja de forma autodidata. É preciso que nos preparemos permanentemente. E o papel da Unilegis, com certeza, é da maior relevância.

Como eu já disse, este é um momento histórico, e, por isso, quero fazer uma saudação muito especial a todos aqueles e a todas aquelas que estão concluindo o curso de pós-graduação pela Unilegis. Quero dizer à direção, aos membros e trabalhadores da Unilegis que é de extrema relevância para os trabalhos desta Casa o papel que desempenham no aperfeiçoamento desses profissionais.

Quero ainda falar de forma breve sobre uma questão de que sempre trato desta tribuna: nossas estradas. Há pessoas que dizem que já estou “com cara de estrada” porque esta Senadora só fala em estrada.

Senador Eduardo Azeredo, que preside esta sessão neste momento, não sei se V. Ex^a conhece o Estado do Mato Grosso – se não o conhece está convidado a visitá-lo. Nosso Estado tem um potencial grandioso. É essencialmente produtor de matéria-prima. Ou seja, a infra-estrutura é imprescindível. Por enquanto, a Ferronorte só entrou em um pedacinho do nosso Estado, na região do alto Taquari e do Alto Araguaia, e agora dirige-se a Rondonópolis. Acreditamos que a ferrovia vai chegar a Cuiabá e Diamantino, pois se faz realmente necessária.

Mas, enquanto isso não acontece, precisamos restaurar e conservar as estradas federais – e mesmo construir outras novas –, que estão totalmente sucateadas ou inacabadas. E cito as BRs 364, 158, 163, 174 e 070. Felizmente, estamos vendo, depois de muitas dificuldades, a questão ter o andamento devido.

Estive hoje com o Ministro Alfredo do Nascimento, oportunidade em que S. Ex^a explicitou a definição assumida pelo Ministério dos Transportes e pelo Presidente da República. É óbvio que não é uma solução milagrosa, mas nos parece que as providências tomadas são corretas e resolverão o problema de forma gradativa.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Serys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Serys Slhessarenko, quero solidarizar-me com V. Ex^a quando traz o assunto referente às estradas federais, que, na verdade, diz respeito não apenas ao Centro-Oeste, ao Mato Grosso, mas a todo o País. Eu diria até mais, Senadora Serys Slhessarenko: a infra-estrutura de transporte no País, seja ela rodoviária, ferroviária ou portuária, necessita de muitos investimentos. Quero me solidarizar com V. Ex^a. O meu Estado, a Bahia, também sofre muito com isso, pois grandes estradas federais o atravessam, fazendo a ligação do Nordeste com o Sudeste do País, para servir aos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. As estradas atravessam a Bahia. A BR-116, a conhecida Rio – Bahia, mas que na verdade vai para o Estado do Ceará, e a BR-101 estão realmente em condições deploráveis, trazendo custos adicionais à produção. Mais do que isso, essas estradas provocam perda de vidas importantíssimas pelas condições em que se encontram. No entanto, vejo sempre anúncios do Governo Federal de que vai investir, de que vai recuperar sete mil quilômetros de estrada, mas não verificamos a conseqüente ação. Nada acontece. Os anúncios são

feitos, mas, infelizmente, nada está acontecendo para a recuperação dessas estradas. Portanto, quero, neste momento, solidarizar-me com V. Ex^a. E fico imaginando: se V. Ex^a, que é do Partido do Governo, do Partido dos Trabalhadores, traz esses reclamos e se eles não são ouvidos, imagine nós, que somos de outro Partido, um Partido de Oposição ao Governo Federal! Temo pela ação do Governo com relação à recuperação de nossas estradas. Espero que o Governo Federal possa voltar a investir, em vez de apenas fazer o superávit primário para atender aos ditames do Fundo Monetário Internacional. O Governo tem de saber que o País exige infra-estrutura, exige investimentos. Senadora Serys Slhessarenko, quando se fala em recuperar estrada, diz-se que o critério é o de recuperar aquelas que têm o maior volume médio diário de tráfego. Ora, isso vai deixar todos nós, que não compomos o centro nevrálgico econômico do País, que é o Sudeste, o Sul e principalmente São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, na escala de prioridades de recuperação de nossas estradas, ficaremos em último lugar, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Esse é mais um dado que gostaria de transmitir a V. Ex^a, mas, de qualquer maneira, estou solidário a esse reclamo, esse grito de V. Ex^a em que busca chamar a atenção das autoridades para as estradas brasileiras e para nossa infra-estrutura. Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador César Borges. V. Ex^a pode ficar tranquilo porque, quando conversei com o Ministro Alfredo Nascimento, S. Ex^a falou até o dia em que está indo à Bahia lançar o programa naquele Estado. Pena que não guardei a data!

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Mas nosso problema é quanto aos recursos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Esse lançamento acontecerá primeiro em seu Estado, Senador, antes de Mato Grosso. Nesse caso, o privilégio está sendo da Oposição

Falo em tom de brincadeira, mas a verdade é que S. Ex^a irá à Bahia e a todos os Estados lançar o programa, levando recursos, o que é mais importante.

Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente, a liberação dos recursos é o mais importante, inclusive os de “restos a pagar”, que constituíam o maior problema. No Orçamento, existem recursos para 2004. A proposta para este ano está sendo muito bem-encaminhada pelo Ministro Alfredo Nascimento. Mas havia o problema dos anos de 2001, 2002, em especial, e algo relativo a 2003. Esses recursos de “restos a pagar” é que eram o grande problema.

Continuo a insistir que precisamos dos recursos da Cide para os órgãos federais investirem nas estradas federais. Repito, mais uma vez, que os recursos provenientes do repasse para os Governos estaduais de 29% da Cide, que aprovamos mediante medida provisória, estão sendo utilizando em recuperação e construção de estradas estaduais. Para as estradas federais, não havia recurso. Houve a liberação desse “pacote” para atender a essas estradas, mas precisamos de mais. E esses recursos têm de vir da Cide, que foi criada com essa finalidade, e devem ser canalizados para os órgãos federais responsáveis pelas estradas federais. É necessário e essencial que isso aconteça.

Concedo o aparte ao Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senadora Serys, quero me solidarizar com V. Ex^a. Também meu Estado, o Espírito Santo, enfrenta problemas graves de logística. Na sexta-feira, o Ministro dos Transportes irá ao Estado do Espírito Santo visitar obras do Governo Federal que estão paradas, principalmente a dos portos. Também visitará outras obras, como em Colatina, onde a construção do contorno da segunda ponte se encontra parada. Também gostaria de reforçar a posição de V. Ex^a quanto à Cide. Esse foi o teor de pronunciamento que fiz nesta Casa, quando reclamei da falta de comprometimento do Governo em realmente investir esses recursos na finalidade para a qual ele é cobrado, que é a recuperação das rodovias. Então, mais uma vez, reafirmo a minha solidariedade a V. Ex^a, porque assuntos importantes como esse devem realmente ser trazidos à tribuna. Meus parabéns!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Marcos Guerra. Acreditamos que a questão está muito bem-encaminhada.

Realmente, neste País, há a necessidade de várias alternativas de meios de transporte, como rodovias, ferrovias, hidrovias. Enfim, temos que buscar o meio de transporte mais conveniente, sempre levando em consideração o meio ambiente.

Nos poucos minutos que me restam, gostaria de tratar ...

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ouço V. Ex^a, Senador.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a pela oportunidade de seu importante pronunciamento. Em se tratando de rodovias federais, louvo a atitude de V. Ex^a quando se refere aos recursos da Cide. Mas, venham de onde vierem, o importante é que os recursos apareçam para que possamos recuperar as rodovias federais de todo o País. Em Sergipe, trechos da BR-101, com obras d'arte,

viadutos e pontes, duplicação da rodovia, sobretudo no início da saída de acesso à Capital, Aracaju, a BR-101 norte até o Município de Laranjeiras, essa obra encontra-se parada, tendo sido iniciada há mais ou menos oito anos. Trata-se de um trecho não superior a 25 quilômetros, e está completamente destruído, com as obras se deteriorando. Na verdade, essa é a imagem, uma fotografia 3x4, em preto e branco, de todo o País. Não apenas da região de V. Ex^a, Mato Grosso, mas de todo o Brasil. Por essa razão, venho me somar ao seu pronunciamento. V. Ex^a tem toda razão. Faço votos de que o Governo Federal busque os recursos do Tesouro Nacional para que seja restabelecido o tráfego, com condições mínimas, nessas rodovias, pois elas são o instrumento necessário para a alavancagem do nosso desenvolvimento. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

Como V. Ex^a, sempre digo que não importa de onde venham os recursos, se do Tesouro ou de outra fonte – inclusive temos aí o Orçamento de 2004 –, mas dispomos da Cide, criada para restaurar, conservar e construir estradas federais. Até o trimestre passado, os seus recursos correspondiam a R\$10 bilhões, e acreditamos que, até o final deste ano, estejam em R\$17 bilhões ou R\$18 bilhões. Precisamos de muito menos, Sr^{as} e Srs. Senadores, para restaurar, conservar as nossas estradas e prosseguir com a construção não só de rodovias, mas também e especialmente de ferrovias, que são essenciais para nosso País.

Sei que meu tempo está acabando e, como sou bastante radical quanto ao seu cumprimento, até porque há Sr^{as} e Srs. Senadores inscritos, lerei dois parágrafos, para ser mais breve, sobre famílias que foram atingidas pela construção de barragens em nosso País.

Precisamos de uma definição de políticas públicas claras para o atendimento de 20 mil famílias atingidas por 39 barragens de usinas hidrelétricas e represas espalhadas pelo País.

Sabemos que cerca de 600 pessoas iniciaram uma caminhada, em marcha, em Goiânia e chegaram ontem à nossa capital, Brasília.

Esse movimento conta com a nossa solidariedade. Gostaríamos aqui, desde já, de apelar para o Presidente interino, Senhor José Alencar, para que os companheiros do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB sejam recebidos com muito critério pelas nossas autoridades federais.

A pauta de reivindicação do MAB endereçada ao Poder Executivo é diversificada: distribuição de cestas básicas, linha de crédito especial – semelhante ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, com empréstimos de até R\$15 mil

– e reassentamento para os atingidos por barragens; investimentos em fontes alternativas de produção de energia elétrica (biomassa, solar e eólica, entre outros) e um programa específico de educação voltado para quatro mil ribeirinhos e ribeirinhas afetados pelo problema.

Solicito, Sr. Presidente, o registro, na íntegra, do meu pronunciamento, do qual vou fazer apenas uma referência breve ao último parágrafo, em que comunicamos que, amanhã, os manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens participarão de uma audiência pública sobre problemas sociais causados pela construção de hidrelétricas e represas na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Nesse mesmo dia, será lançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Atingidos por Barragens, iniciativa dos nossos companheiros Deputados Adão Pretto, do PT do Rio Grande do Sul, e César Medeiros, do PT de Minas Gerais.

Sr. Presidente, realmente entendemos que a causa do Movimento dos Atingidos por Barragens é extremamente relevante e séria e, como tal, deve ser tratada e cuidada, pois são mais e mais vítimas de obras feitas no País, muitas vezes sem a preocupação necessária com a pessoa, com o ser humano.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.**

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em busca de uma definição de políticas públicas claras e permanentes do Governo Federal para o atendimento de 20 mil famílias atingidas por 39 barragens de usinas hidrelétricas e represas espalhadas pelo País, cerca de 600 pessoas iniciaram uma caminhada em marcha de Goiânia que chegaram à capital nacional, Brasília, na terça-feira, dia 25. Queremos, daqui, expressar nossa solidariedade com este movimento. A luta do MAB é nossa luta.

A pauta de reivindicações do MAB endereçada ao Poder Executivo é diversificada: distribuição de cestas básicas, linha de crédito especial – semelhante ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com empréstimos de até R\$15 mil – e reassentamento para atingidos por barragens, investimento em fontes alternativas de produção de energia elétrica – biomassa, solar e eólica, entre outros – e um programa específico de educação voltado para 4 mil ribeirinhos e ribeirinhas afetadas pelo problema. Para ilustrar a situação, os coordenadores do MAB contam que o pedido de 50 mil cestas básicas

feito pelo movimento foi atendido apenas parcialmente. “Recebemos nove mil. Como é que você pode dividir isso? Comida é comida”.

O pedido de intermediação para reuniões com empresas envolvidas em construções de hidrelétricas – entre elas a belga Tractebel, o banco Bradesco e o grupo Votorantim, do empresário Antônio Ermírio de Moraes – para negociação do passivo social é outra reivindicação que os atingidos por barragens estarão apresentando nas diversas audiências que já têm marcadas com autoridades federais durante a semana. O MAB quer chegar ao término das mobilizações em Brasília com uma agenda de reuniões acerca das obras mais problemáticas: Cana Brava e Serra da Mesa (GO), Castanhão (CE), Acauã (PB), Candonga (MG), Machadinho (divisa RS/SC), Tucuruí (PA) e Manso (MT). Conhecendo, como conhecemos as dificuldades que estes trabalhadores enfrentam lá no Mato Grosso só podemos esperar que, desta vez, eles tenham sucesso em suas reivindicações mais do que justas.

Antes de chegar à Esplanada dos Ministérios, os atingidos por barragens realizaram um café-da-manhã no Zoológico de Brasília com parlamentares e com o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoino. No Congresso Nacional, os manifestantes participam de uma audiência pública nesta quinta-feira, dia 27, sobre problemas sociais causados pela construção de hidrelétricas e represas, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. No mesmo dia, será lançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Atingidos por Barragens, iniciativa dos deputados Edson Duarte (PV-BA), Adão Pretto (PT-RS) e César Medeiros (PT-MG).

É importante que, em sua mobilização eles contem não só com o apoio dos parlamentares do Senado e da Câmara mas também das autoridades do Planalto, razão pela qual apelo para que o presidente interino, José Alencar, acolha os manifestantes do MAB com a maior atenção.

Era o que eu tinha a registrar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Dando continuidade à lista de oradores, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, está se encerrando a visita do Presidente Lula e de sua comitiva à China. A viagem foi cercada de grande expectativa, e o Presidente declara que os resultados superaram todas as expectativas. Não só em termos econômicos pelas perspectivas que se abrem de am-

pliação das relações comerciais, científicas, tecnológicas, mas também, pela configuração desta viagem nas relações internacionais, nos principais organismos de negociação, principalmente com relação à Organização Mundial de Comércio, com a constituição dos grupos que representam os países em desenvolvimento, os países emergentes. Esta aproximação entre o Governo brasileiro e o Governo chinês causa preocupações para determinados interesses, mas, para os interesses do povo brasileiro e do povo chinês, a visita traz resultados extremamente positivos.

Toda a imprensa repercutiu a discussão a respeito do comércio do urânio entre Brasil e China. É importante assinalar desta tribuna que esses acordos de cooperação Brasil/China na área de ciência e tecnologia têm que ser tratados de forma bastante clara, para que não paire dúvida sobre o real significado e o que efetivamente aconteceu.

O Ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, expôs oficialmente como se encontram as tratativas. É muito importante o esclarecimento da posição oficial e do que efetivamente ocorreu sobre esse assunto, do maior interesse para o Governo e povo brasileiro, para o desenvolvimento da nossa pesquisa, ciência e tecnologia, da mesma forma que o é para o governo chinês.

Ressalto que o Governo brasileiro não assinou nenhum acordo, nem está em vias de assinar: há tratativas para assinaturas. Todavia, a assinatura de acordo para fornecimento de urânio não enriquecido à China vai demandar um profundo e minucioso debate. A proposta de acordo foi aventada pelas autoridades chinesas durante o debate sobre o programa nuclear brasileiro na Comissão de Ciência e Tecnologia para a Indústria e Defesa Nacional (Costind), órgão chinês responsável pelas áreas espacial e nuclear.

O Ministro Eduardo Campos informou que o Brasil não participa do comércio internacional do minério de urânio. Explicou também que uma revisão dessa política dependeria obviamente dos resultados de um estudo interministerial abrangente, que estará sendo coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia nos próximos três meses. Portanto, a realização e assinatura de acordo pressupõe a evolução do debate interministerial, o que levaria a consolidação de idéias pelo Governo brasileiro nessa área.

Em agosto, se o Brasil tiver concluído o seu programa nuclear, uma posição governamental brasileira sobre o tema será transmitida à parte chinesa durante visita ao Brasil do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia para a Indústria e Defesa Nacional (Costind), Zhang Yunchuan. Ou seja, se já estiver concluído o estudo sobre produção de urânio não enriquecido,

aí, sim, será oficialmente comunicada essa conclusão ao Sr. Zhang Yunchuan e serão iniciadas as tratativas para a realização de um acordo efetivo.

O Ministro Eduardo Campos ressaltou que o Brasil assumiu internacionalmente o compromisso de só fazer cooperação nessa área com países que são “responsáveis nuclearmente”. Portanto, qualquer debate, qualquer acordo, pressupõe o cumprimento da Constituição brasileira, que proíbe o País de explorar a energia nuclear para fins bélicos. Para nós, esse tema é importante, delicado e pressupõe um aprofundamento do debate antes de serem iniciados acordos para fornecimento de urânio enriquecido.

A Constituição é muito clara ao estabelecer que o uso do conhecimento nuclear é para fins pacíficos. No Brasil, só usamos o conhecimento nuclear para geração de energia, para a saúde do povo, como tratamento do câncer, diagnóstico e para irradiação de alimentos que exportamos e que o mundo hoje exige que seja irradiado. Todo esse debate, toda essa discussão, pressupõe respeito ao que estabelece a Constituição sobre esse assunto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Eduardo Campos aproveitou para deixar claro que o objetivo da sua participação na comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é tratar com autoridades chinesas de Ciência e Tecnologia sobre as possibilidades de intensificar a cooperação científico e tecnológica entre os dois países. Portanto, o assunto energia, urânio enriquecido, foi tratado sob essa ótica de cooperação científica e tecnológica, com todos os cuidados que, obviamente, temos a obrigação de ter, em função inclusive da determinação constitucional.

Já temos com a China uma cooperação na área espacial – o programa CBERS, tido como modelo entre países em desenvolvimento. As novas áreas de cooperação ainda poderão incluir – foi esse o tema do debate – a questão da biotecnologia – o genoma funcional do arroz, do arroz colorido, do genoma da soja –, da bioinformática, tecnologias de informação e comunicação, bem como o uso pacífico da energia nuclear.

Devido às repercussões desse assunto no noticiário de hoje de toda a imprensa, e como esse assunto traz efetivamente muitas especulações e até muita turbulência a respeito da ótica, do significado e até das consequências de aprofundarmos um acordo para o fornecimento de urânio não enriquecido entre Brasil e China, é muito importante que deixemos registrada aqui a nota oficial do nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, para que não haja dúvida ou interpretação equivocada do que efetivamente aconteceu nesses debates a respeito do aprofundamento dos

acordos e dos tratados na linha de ciência e tecnologia entre o Brasil e a China nessa viagem.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar o restante do meu tempo para fazer algumas reflexões com relação a outro assunto que também está na pauta da imprensa hoje, do qual já tratei algumas vezes nesta tribuna. Refiro-me à questão do emprego, do desemprego e de como o nosso País está enfrentando efetivamente essa situação, esse grave problema existente em todo o planeta, tendo em vista que todo e qualquer avanço da ciência, da tecnologia e da automação caminha na lógica da diminuição do emprego. Trata-se de uma tendência global, uma tendência planetária, uma situação para todos os países. Obviamente, não poderia ser diferente no Brasil, cuja situação está agravada pela situação econômica, infelizmente, que temos que administrar.

Segundo os dados divulgados pela imprensa hoje, em que o IBGE apresenta os resultados da pesquisa nas regiões metropolitanas, atingiu-se novo recorde de desemprego no mês de abril, chegando ao percentual de 13,1%.

Não poderíamos deixar de registrar determinadas sinalizações apontadas por essa mesma pesquisa do IBGE, que apresenta esse dado de 13,1% de desemprego nas regiões metropolitanas. Por exemplo: ao mesmo tempo em que o desemprego cresceu, as vagas também cresceram, e também houve um crescimento do número de pessoas procurando emprego. Isso aparece de forma muito clara na pesquisa. Esse aquecimento de setores produtivos, o aquecimento das vendas dos setores ligados à exportação e ao agronegócio sinaliza uma perspectiva para as pessoas que estão desempregadas. Isso significa que a possibilidade de conseguir um emprego faz com que um volume também maior de pessoas esteja à procura de emprego, o que se verifica, obviamente, nesse crescimento do índice apontado pela pesquisa do IBGE.

É muito importante registrar também que a pesquisa do IBGE é feita exclusivamente nas regiões metropolitanas. Não se trata de uma pesquisa que fornece o panorama, a análise ou a radiografia da questão do emprego e do desemprego em todo o nosso País.

O Caged, outra maneira de medir a questão do emprego, que é realizado pelo Ministério do Trabalho, atém-se à pesquisa em todo o território nacional, conforme o número de carteiras assinadas, o número de empregos formais, e apresentou, para o primeiro quadrimestre, um crescimento recorde. Tivemos, entre janeiro e abril deste ano, um índice positivo de mais de meio milhão de postos de trabalho formal, de carteiras assinadas, algo que desde 1992 não ocorria no Brasil. Portanto, esse dado do Caged, que é uma pesquisa

feita em todo o território brasileiro, sinaliza exatamente esse crescimento em regiões, em áreas, em setores produtivos, que a pesquisa do IBGE não aponta.

Para ilustrar, vou citar dados do Caged de vários Estados que tivemos a oportunidade de acessar. No caso do Pará, houve uma variação de 5% no total, sendo que, na região metropolitana, 4,71%, e no interior, 5,39%. Portanto, toda essa lógica do crescimento vinculado ao agronegócio, ao interior, está sendo sinalizada pela pesquisa realizada em vários Estados do Brasil.

Em Pernambuco, que é um Estado que tem tido um crescimento muito abaixo da média nacional na questão do emprego, a média detectada pelo Caged foi de 1,66%, sendo 1,46% na região metropolitana, mas 1,99% no interior. Na Bahia, um Estado que tem tido crescimento acima da média na questão do emprego, a média do Estado é de 3,81%, sendo 2,24% na região metropolitana, mas, no interior, 4,52%. Em Minas Gerais, há um equilíbrio entre região metropolitana e interior do Estado. A média do Estado é 4,47%; na região metropolitana, 4,28%; no interior, 4,57%. Em outros Estados, como o do Paraná, a média de crescimento é de 5,2%, no Estado como um todo; na capital, na região metropolitana, 3,2%; e, no interior, 5,87%.

Esses são alguns dados da pesquisa do Caged que considero importante registrar porque mostram a diferença entre a situação do desemprego e do emprego nas regiões metropolitanas e no interior dos nossos Estados. Isso ocorre exatamente porque o setor do agronegócio tem crescido na faixa de 8% a 9%, enquanto os setores produtivos industriais têm apresentado índices bastante inferiores. Consideramos muito importante fazer essas análises porque as políticas de Governo têm de estar muito bem acuradas com elas.

Semana passada, o Governo adotou medidas – as quais já tive oportunidade de registrar – no sentido do aporte de recursos nas áreas de saneamento e de habitação. Foram assinados contratos entre companhias estaduais, prefeituras, companhias municipais de saneamento, para que 17 Estados possam efetivar obras de saneamento da ordem de R\$2,125 bilhões.

Todos sabemos que essas obras de saneamento são grandes geradoras de empregos. E obviamente, ao firmar esses contratos, muitas regiões metropolitanas serão beneficiadas, havendo perspectiva real e concreta de criação de aproximadamente 500 mil empregos.

Há que se considerar também os contratos desencadeados, desde a semana passada, para a manutenção e restauração das nossas estradas – finalmente, não é Senador Eduardo Siqueira Campos, que preside

esta sessão? –, bem como aquela verba complementar dos R\$700 milhões para pagamento dos atrasados das empreiteiras, referentes a 2001, 2002 e 2003. Pois bem, com a retomada da recuperação das nossas rodovias, com esses R\$2 bilhões para restauração e recuperação e R\$700 milhões de suplementação, a perspectiva de criação de empregos, sejam diretos, sejam indiretos, é de algo em torno de 250 mil empregos, que estarão bastante vinculados às regiões metropolitanas. Aliás, a pesquisa do IBGE aponta exatamente esse componente da ação do Estado na criação de empregos vinculados ao setor público.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Líder Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Estou ouvindo, com muita atenção, o pronunciamento otimista de V. Ex^a, uma brasileira que quer ver realmente este País mudar e que está vendo mudanças. Às vezes, falam que o desemprego cresce nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades, mas se esquecem de dizer – principalmente a Oposição – que está crescendo, e muito, o emprego no interior, nas médias e pequenas cidades, na zona rural. Há poucos dias, tive o prazer de acompanhar o Presidente Lula em Rio Verde, onde Sua Excelência presenciou a assinatura da carteira de trabalho de nº 5.000, fruto da criação de cinco mil empregos diretos e quinze mil empregos indiretos durante o seu Governo e de muitas indústrias que estão se instalando no interior do Brasil. De forma que me congratulo com V. Ex^a. Esse é o Brasil que todos nós queremos. Muitas vezes, aqui no Senado, ouvimos alguns Líderes da Oposição e ficamos descrentes com o País, segundo a ótica deles, que não é uma ótica correta. O Brasil é um país viável, que vai dar certo, e tem que dar certo. Estamos assistindo ao Presidente Lula na China, buscando negócios. Já ouvi críticas de alguns da Oposição. Ora, a China é um gigante em movimento no mundo, é um país emergente com o qual o Brasil precisa realmente formar parcerias. E o Presidente Lula se adianta nesse processo, indo lá, inclusive sendo aplaudido. Congratulo-me mais uma vez com V. Ex^a. Esse é o Brasil que queremos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Maguito Vilela e volto a afirmar: a questão do desemprego é preocupação óbvia de todos os que têm responsabilidade, e, da parte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não poderia ser diferente. Contudo, reverter essa situação, modificar esse quadro é uma tarefa para ser realizada ao longo do mandato de Governo que a população nos destinou.

Volto a afirmar: o próprio IBGE, quando aponta a taxa recorde de desemprego de 13,1%, ressalta o que isso significa. Eles medem a taxa do desemprego pela quantidade de pessoas que estão procurando vagas. Então, mesmo que haja, como efetivamente ocorreu, um aumento de postos de trabalho, se as pessoas, animadas pelas novas vagas, forem em número maior procurar emprego, obviamente, a maneira como o IBGE faz a pesquisa acaba apontando esse crescimento do número de pessoas desempregadas.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente. Agradeço e peço desculpa por ter passado alguns minutos do meu tempo.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE**

**Informações sobre acordos de cooperação Brasil-China
na área de Ciência e Tecnologia**

26.05. 2004

O governo brasileiro não assinou nem está em vias de assinar um acordo com o governo chinês para fornecimento de urânio não-enriquecido. A proposta do acordo foi aventada por autoridades chinesas durante um debate sobre o programa nuclear brasileiro na Comissão de Ciência e Tecnologia para a Indústria e Defesa Nacional (COSTIND) – órgão chinês responsável pelas áreas espacial e nuclear.

Em resposta, o ministro Eduardo Campos informou que o Brasil não participa do comércio internacional de minério de urânio. Acrescentou ainda que uma revisão dessa política dependeria dos resultados de estudo abrangente, de nível interministerial, que deverá ser coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia nos próximos três meses.

Em agosto, se o Brasil já tiver concluído o seu programa nuclear, uma posição governamental brasileira sobre o tema poderá ser transmitida à parte chinesa durante visita ao Brasil do presidente da COSTIND, Zhang Yunchuan.

Eduardo Campos ressaltou que o Brasil assumiu internacionalmente o compromisso de só fazer cooperação nessa área com países que são “responsáveis nuclearmente”. Lembrou ainda que a Constituição brasileira proíbe o país de explorar a energia nuclear para fins bélicos.

A Constituição diz que no Brasil o uso do conhecimento nuclear é para fins pacíficos. No Brasil só usamos o conhecimento nuclear para geração de energia, para a saúde do povo, como tratamento do câncer, diagnóstico e para irradiação de alimentos que exportamos e que o mundo hoje exige que seja irradiado.

Cooperação prevê outras áreas

O objetivo da participação do ministro Eduardo Campos na comitiva da visita oficial do Presidente da República à China, é tratar com autoridades chinesas

de Ciência e Tecnologia sobre possibilidades de intensificar a cooperação científica e tecnológica entre os dois países.

Brasil e China já mantêm, como exemplo, cooperação na área espacial (programa CBERS), tida como modelo entre países em desenvolvimento. As novas áreas de cooperação poderão incluir a biotecnologia (genoma funcional do arroz, algodão colorido, genoma da soja), bioinformática, tecnologias de informação e comunicação, usos pacíficos da energia nuclear, entre outros.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Assessoria de Imprensa – Lideranças do PT / Bloco de Apoio ao Governo
Brasília, quarta-feira 26 de maio de 2004.

Comentários de Arthur Oscar Guimarães
Assessor Técnico

Análise Mídia Nacional

Temas que podem ser explorados pela oposição em Plenário

TAXA DE DESEMPREGO

Vagas crescem, mas desemprego é recorde: O desemprego atingiu nível recorde em abril: a taxa nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 13,1%, a maior desde outubro de 2001, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) começou a nova PME (Pesquisa Mensal de Emprego). Em abril de 2003, a taxa havia sido de 12,4%. Em março deste ano, ficou em 12,8%.

A renda, que havia crescido por três meses consecutivos, voltou a cair. A informalidade cresceu. ~~Mas o IBGE aponta também aspectos positivos na pesquisa. O número de pessoas com trabalho cresceu em abril 2,5% ante o mesmo mês de 2003. Em março de 2004 sobre igual mês do ano anterior, o nível de ocupação havia crescido 1,9%.~~ A PEA (População Economicamente Ativa), que inclui tanto quem está empregado como quem procura trabalho, aumentou 3,3% em abril. Em março, havia crescido 1,2% no mesmo tipo de comparação.

Para o IBGE, estão sendo criadas vagas, mas não em número suficiente para atender à demanda crescente. O número de desempregados subiu 8,5%. "O número de desocupados cresceu proporcionalmente mais do que o de ocupados. E não foram geradas vagas suficientes para cobrir o aumento da procura por trabalho e frear a taxa de desocupação", disse Cimar Azeredo Pereira, gerente da PME. Do total de 460 mil postos de trabalho a mais em abril, na comparação com o mesmo mês de 2003, 81,5% são no mercado informal (trabalhadores por conta de própria ou sem carteira assinada). Em abril, havia 2,812 milhões de pessoas sem trabalho nas áreas pesquisadas, 220 mil a mais do que no mesmo mês de 2003.

Comentário: as informações do Ministério da Fazenda (próxima página) demonstram dois aspectos fundamentais na discussão do desemprego:

- (1) o primeiro diz respeito às "condições macroeconômicas" no final de 2002 (com destaque para o aumento acelerado da taxa de inflação no segundo semestre de 2002; elevação das taxas de juros; e a redução do acesso a crédito externo); e
- (2) Todavia, a partir de um cenário de consolidação da estabilidade macroeconômica e da agenda de crescimento, merece atenção específica o fato de que, de fato, há uma distinção clara ao se comparar a variação (a maior) do nível de emprego nas áreas metropolitanas e no interior, o que permite inferir nos dados uma tendência positiva.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



Ministério da Fazenda

No final de 2002 as condições macroeconômicas apresentavam grave quadro de deterioração:

- Queda da absorção doméstica;
- Elevação da taxa de inflação, gerando queda da renda real;
- Elevação da taxa de juros de mercado;
- Saída significativa de recursos da nossa economia.

11



Ministério da Fazenda

E o emprego?

Deve-se enfatizar que as pesquisas usuais de emprego estão restritas às principais regiões metropolitanas, não captando o grande impacto do agro-negócio na expansão do emprego no resto do país.

Geração de Emprego Formal nas Principais Áreas Metropolitanas nos últimos 12 meses até Abr/2004

Nível	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	Total	Área Metr. da Capital	Interior	Total	Área Metr. da Capital	Interior
Pará	18.211	9.422	8.789	5,04	4,71	5,39
Ceará	19.438	16.927	2.511	3,37	4,17	-2,02
Pernambuco	10.833	6.711	4.122	1,66	1,46	1,99
Bahia	36.099	11.278	24.821	3,81	2,24	4,52
Minas Gerais	109.168	38.554	70.614	4,47	4,28	4,57
R.de Janeiro	79.157	54.357	24.800	3,36	3,01	4,13
S.Paulo	248.879	122.469	126.410	3,32	3,13	3,50
Paraná	81.140	19.049	62.091	5,20	3,02	5,87
R.G. do Sul	70.321	22.796	47.525	4,03	2,81	4,62
Total Estados Selec.	673.246	301.563	371.683	3,86	3,13	4,45
Brasil	885.573	-	-	3,87	-	-

Fonte: MTE/Caged. Elaboração: MP/SPE.

62

Renda cai 3,5% sobre abril de 2003: Especialistas ouvidos pelos jornais de hoje apontam a expectativa de melhora da economia e a redução do rendimento, que levam mais pessoas de uma mesma família a buscar emprego, como razões para a alta do desemprego.

Na avaliação de Cimar Pereira, do IBGE, mais pessoas podem estar voltando para o mercado de trabalho para recompor a renda da familiar. O rendimento médio caiu 3,5% ante abril de 2003 -a queda fora de 2,4% em março. Na comparação com o mês anterior, houve retração de 0,9% -em março, havia crescido 1,4%.

A proporção maior de postos informais, segundo Pereira, explica a redução do rendimento. Enquanto a **renda média de um empregado sem carteira é de R\$ 542,30, a do que tem carteira assinada é de R\$ 906,70.**

Em abril, os ramos que mais criaram vagas foram a indústria e o comércio -105 mil e 121 mil, respectivamente. Ambos registraram alta de 3,3% no número de pessoas ocupadas ante abril de 2003. Para Luiz Parreira, economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a própria geração de novas vagas faz com que mais pessoas "se animem a procurar um emprego", o que pressiona a taxa para cima.

Comentários:

- (1) A partir do argumento de que temos uma "expectativa de melhora da economia", alguns economistas defendem que isso faz com que mais pessoas "se animem a procurar um emprego", o que pressiona a taxa para cima. (Luiz Parreira, economista do Ipea)
- (2) No momento em que se discute o valor do salário mínimo (e do reajuste agora em discussão pelo Parlamento), será fundamental nessa debate com a Oposição que utilizemos os seguintes dados e informação (argumento) **COLOCADO ABAIXO:**

COM A AMPLIAÇÃO DOS POSTOS INFORMAIS (E VISTO QUE ESTES APRESENTAM, HISTORICAMENTE, VALORES MENORES QUE OS POSTOS FORMAIS), O PROCESSO RESULTA NUMA QUEDA DE RENDIMENTO):

"A proporção maior de postos informais, segundo Pereira (IPEA), explica a redução do rendimento."

Todavia, é bom que o País saiba que

"... a renda média de um empregado sem carteira é de R\$ 542,30, a do que tem carteira assinada é de R\$ 906,70."

ONG ÁGORA

ONG investigada pede extensão de convênio: A ONG Ágora, investigada pelo Ministério Público e pelo TCU (Tribunal de Contas da União) por suspeita de desvio de verba pública, pediu a prorrogação por dois meses de convênio de R\$ 7,5 milhões assinado no final de 2003 com o Ministério do Trabalho. O contrato, publicado no "Diário Oficial" de 28 de novembro, previa o pagamento à ONG em duas parcelas. O ministério, porém, o fez de uma só vez, três dias após a publicação. Segundo a pasta, a verba estava disponível no orçamento de 2003. Assim, adiar uma segunda parcela para 2004 poderia comprometer o recurso. O convênio, para a capacitação de 2.500 jovens do DF, acaba no dia 30. A ONG pediu em abril a extensão até o final de julho, alegando não ter condições de concluí-lo antes. O ministério tem duas opções: aceitar o pedido ou cancelar o convênio, solicitando a devolução do dinheiro já pago à ONG. Um eventual pedido de prorrogação consta no contrato. Segundo a assessoria da Ágora, não houve tempo hábil para fazer todas as oficinas de capacitação.

Anteontem, o Ministério Público do DF entrou com ação para que Mauro Farias Dutra, presidente da ONG e amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devolva cerca de R\$ 900 mil à União. O dinheiro deveria ter sido aplicado na qualificação de trabalhadores do DF, de SP e do RS. Como parte das notas são frias, suspeita-se de desvio.

Ação cobra R\$ 887 mil de ONG de amigo de Lula: Já processado em 2001 para que devolvesse R\$ 669.150,59 de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) usados indevidamente, o empresário Mauro Dutra, dirigente da ONG (organização não-governamental) Ágora, está sendo alvo de uma nova ação de responsabilidade civil para ressarcir aos cofres públicos mais R\$ 887.719,67. O montante é referente às notas frias usadas para justificar recursos também recebidos do FAT para treinar trabalhadores.

A ação foi ajuizada anteontem pelos promotores de Justiça de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social Lenilson Morgado e Thiago Pierobom, que devem entrar nos próximos dias com uma outra ação pedindo o fechamento da Ágora, sob o argumento que a entidade não tem capacidade administrativa para gerir recursos públicos. Cópias das notas frias e das provas recolhidas para sustentar as ações cíveis serão enviadas à promotoria criminal do Ministério Público, para que seja ajuizada também no Fórum do Brasília uma ação penal contra Dutra..

ONG foi contratada sem ter experiência prévia: A primeira ação do Ministério Público do Distrito Federal foi ajuizada em 2001 depois que uma auditoria na contabilidade da Ágora constatou problemas na utilização de recursos do FAT, provenientes de convênio com a Secretaria do Trabalho do Distrito Federal na gestão do governador Cristovam Buarque, do PT. O convênio resultou no repasse para os dirigentes da Ágora, só em 1997 e 1998, de R\$ 4,6 milhões, para ações relativas ao programa de qualificação profissional. O que chamou a atenção dos promotores, a princípio, foi o fato de a Ágora nessa época não ter qualquer menção em seu estatuto sobre qualificação para esse tipo de treinamento, já que sua finalidade básica era atuar na área de segurança alimentar. Mesmo assim, a ONG foi credenciada como apta a receber os recursos do FAT pela Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.

Os promotores descobriram que os recursos, geridos na época por Mauro Dutra e pelo bispo de Caxias, Dom Mauro Morelli — hoje presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) de Minas Gerais e integrante do Consea Nacional —, eram usados para

pagamento de serviços a empresas de consultoria criadas por ex-sócios da Ágora que se afastaram e posteriormente foram contratados como consultores ou prestadores de serviços como pessoa jurídica. Também foram feitos gastos sem comprovação ou com comprovação parcial, e houve despesas comprovadas com notas fiscais frias. Eles não encontraram comprovação de que o treinamento contratado dos trabalhadores foi executado. A promotoria, além de pedir a reprovação das contas da Ágora, em junho de 2001 ajuizou a ação de responsabilidade civil contra Mauro Dutra e Dom Mauro Morelli, pedindo a devolução de R\$ 669 mil. Mas a 5 Vara Cível condenou os dois a restituir apenas R\$16.623, pelo pagamento indevido de verbas trabalhistas a ex-dirigente da Ágora e do pagamento da confraternização com os funcionários do governo do Distrito Federal. Dom Mauro Morelli disse, após o surgimento das recentes denúncias contra a Ágora, que já havia se desligado da ONG. Ele defendeu Mauro Dutra e assegurou que a gestão dele à frente da Ágora “sempre foi pautada pelos padrões da ética” e que Dutra “jamais iria coonestar práticas escusas e ilícitas”.

Promotor insiste no fechamento da Ágora: O Ministério Público apelou em abril de 2003, alegando que a condenação era incompatível com as provas de desvio apresentadas. Até agora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal não se pronunciou sobre a apelação, o dinheiro não foi devolvido e a Ágora conseguiu mesmo assim novos contratos milionários no governo federal.

Requerimento já apresentado na CFC pelo Sen. Artur Virgílio:

- ⇒ **Não podemos ficar reféns das notícias relativas à ONG Ágora e, principalmente, do uso político pretendido pela Oposição. O recurso público ali aplicado está em investigação pelo Ministério Público e em razão da fonte ser o FAT - Fundo de Assistência ao Trabalhador cumpre considerar as providências adotadas pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego (ver anexo: Nota à Imprensa).**

Orientamos – na CFC - o voto contrário ao Requerimento.

A N E X O

NOTA À IMPRENSA

O ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, assinou portaria criando comissão de sindicância para apurar fatos relacionados à execução de convênios firmados com a Associação para Projetos de Combate à Fome – Ágora, inclusive os convênios relacionados ao Sistema Nacional de Emprego – Sine e do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor.

A Comissão terá prazo de 30 dias, contados a partir da data da publicação da portaria, para concluir os trabalhos. Foram designados para compor a Comissão os servidores Emerson Brandão dos Santos (presidente), Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira e Walter Shiqueru Emura.

Brasília, 24 de maio de 2004.

Ministério do Trabalho e Emprego

Assessoria de Comunicação Social

CASO SANTO ANDRÉ

Laudo técnico contraria a versão de deputado do PT: O laudo técnico da operadora de celular Vivo, requisitado pelo deputado estadual Donisete Braga (PT), contraria a versão sustentada pelo parlamentar para se defender da acusação de que participou do assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT). Segundo o deputado, na hora do crime ele estava numa reunião no Palácio dos Bandeirantes e, por questões técnicas, ligações que ele afirma ter feito dali foram registradas pelas antenas de Taboão da Serra e de Embu, região em que Daniel foi morto. O laudo da Vivo, cuja cópia foi obtida pela **Folha de S. Paulo**, porém, diz que, "mesmo que todas as ERBs [antenas] da região [do palácio] estivessem fora de serviço, não haveria possibilidade de terminação ou originação através das ERBs SPO 43-015 e SPO 43-032 [antenas de Embu e de Taboão da Serra]". Seria impossível, segundo a Vivo, pela distância (10,5 km), pelo relevo da cidade e porque há outras antenas mais próximas. Braga havia usado esse mesmo laudo para reforçar sua defesa. Divulgara, porém, só trechos do documento -citou uma passagem na qual a operadora admite a possibilidade de transposição de sinal, de uma antena para outra, quando a pessoa está em movimento. Isso ocorre, informa a Vivo, para que haja a continuidade de conversação, só que essa transposição é feita para a antena imediatamente mais próxima. O laudo da Vivo é importante porque é nele que se baseia o principal indício da Promotoria contra Braga. Segundo a quebra do sigilo telefônico dele e de seu motorista, os dois estiveram próximos ao local em que Daniel foi morto. Em 19 de janeiro de 2002, das 22h18 às 23h41, partiram do celular do deputado de 15 a 20 ligações feitas em Embu e Taboão da Serra. No mesmo dia, segundo o Ministério Público, Daniel foi morto. "O laudo requisitado pelo deputado é ainda mais incisivo do que o que foi obtido pelo Ministério Público", afirmou o promotor José Reinaldo Cameiro. Segundo documento da Vivo à Promotoria, a possibilidade de uma ligação feita no palácio ser registrada em Embu é "praticamente nula".

A assessoria de imprensa de Braga afirmou que o parlamentar não iria repassar à reportagem o laudo na íntegra porque o documento era "contraditório".

Carreira: O deputado começou a carreira política como assessor do então vereador de Mauá Márcio Chaves Pires, hoje vice-prefeito da cidade. Braga foi assessor do então deputado estadual Rui Falcão -vice na chapa de Marta Suplicy (PT). Eleito suplente de deputado estadual em 1998, assumiu em 2001. Foi reeleito na atual legislatura. Braga afirmou ser "amigo pessoal" do empresário Sérgio Gomes da Silva, principal acusado hoje de ser o mandante do crime -o empresário nega ter participado da morte de Daniel.

Braga afirma que documento da Vivo é "contraditório": A assessoria de Donisete Braga (PT) disse que o deputado considera "contraditório" o laudo da operadora Vivo. Afirmou que o teor do documento não seria divulgado na íntegra porque está sendo estudado pelos advogados do parlamentar.

Questionado sobre o teor do documento, o líder do PT na Assembleia Legislativa, Cândido Vaccarezza, sugeriu a quebra de sigilo de celulares de outras pessoas que estavam também no Palácio dos Bandeirantes no dia 19 de janeiro de 2002. "Assim a gente poderá ver se é possível uma ligação efetuada no palácio ser captada por Embu ou por Taboão da Serra", disse Vaccarezza. Braga diz ser inocente das acusações formuladas pelo Ministério Público.

SALÁRIO MÍNIMO

Esquerda do PT diz não votar mínimo de R\$ 260/ PPS também se rebela: Cerca de 20 dos 90 deputados federais do PT definiram na noite de ontem que não vão votar a favor do salário mínimo de R\$ 260 mesmo sob risco de punição por parte da Executiva da sigla, que anteontem fechou questão a favor do valor definido pelo governo. A intenção do grupo -esquerda do partido- é convencer os caciques do PT a liberar o voto da bancada e deixar aberto os canais de negociação. "Os deputados que estão aí dizem que não votam os R\$ 260. Vão [a direção do PT] fazer o quê? Punir 25?", afirmou o deputado Ivan Valente (SP).

No ano passado, quatro parlamentares foram expulsos do PT por criticarem abertamente dirigentes petistas e por votarem contra a determinação partidária na reforma da Previdência. "Temos um grupo expressivo de mais de 20 deputados que querem insistir na negociação com o governo porque esse patamar de R\$ 260 é indefensável", afirmou o deputado Chico Alencar (RJ).

O grupo de petistas vai elaborar hoje um documento com as reivindicações de um valor maior para o mínimo. O texto será entregue ao presidente do PT, José Genoíno, ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e ao deputado Arlindo Chinaglia (SP), líder da bancada do partido.

Além do PT, o PPS decidiu ontem votar contra os R\$ 260 e o PC do B tende a seguir o mesmo caminho, decisões que vão ser usadas pela esquerda do PT no debate da bancada. João Paulo Cunha também causou problemas ao governo ontem. Uma semana após ser derrotado na emenda que permitiria sua reeleição, ele se recusou a deixar a pauta de votações desimpedida para que a votação da MP do mínimo ocorresse na próxima semana. Com isso, ela foi adiada para a segunda semana de junho. Além disso, João Paulo questionou o valor defendido pelo governo: "Por que não há recursos para possibilitar um aumento um pouco maior do salário mínimo?".

OPERAÇÃO VAMPIRO

Esta assessoria entende que o posicionamento do Governo, em particular, do Ministério da Saúde, é fundamental na definição do voto dos Senadores do Bloco de Apoio ao Governo, em razão do caráter extremamente político do assunto.

É fato que a gravidade do assunto exigirá grande atenção dos Senhores Senadores, todavia os seguintes aspectos devem ser observados:

Requerimento já apresentado na CFC pelo Sen. Artur Virgílio:

1. Operação 'Vampiro'

Neste caso o autor pretende a convocação do:

i. **Humberto Costa**, Ministro da Saúde;

E o convite aos senhores:

ii. **Reginaldo Muniz Barreto**, ex-Diretor Executivo da Fundação Nacional de Saúde - FNS; e

iii. **Luiz Cláudio Gomes da Silva**, ex-Coordenador Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Saúde.

Sugestão dessa Assessoria:

(Vinda dos Ministros, na forma de convite)

- ⇒ **o Ministro da Saúde, Humberto Costa, deverá ser convidado pela CFC, como é a praxe; e**
- ⇒ **O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também deveria ser convidado.**
- ⇒

Conclusão: dessa maneira o Governo viria a esclarecer - em definitivo - os fatos (investigações e procedimentos adotados) em relação à chamada Operação 'Vampiro'.

104 servidores são investigados por desvios/ Funcionários públicos são citados em 27 processos administrativos referentes a casos descobertos no governo Lula:

Pelo menos 104 funcionários do Ministério da Saúde podem ser demitidos ou suspensos por estarem envolvidos em 27 processos administrativos analisados pela pasta para apurar denúncias de desvio de verba pública ou mau gerenciamento dos recursos. Os casos foram abertos em 2003 e 2004 -sob Lula- e envolvem todo tipo de irregularidade - tirar proveito pessoal da função pública, lesar os cofres públicos e improbidade administrativa (corrupção). Os suspeitos estão lotados em repartições pelo país. Além desses casos, tramitam no ministério outras cerca de 480 investigações, incluindo as apurações na Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Desde janeiro de 2003, com a alegada comprovação das denúncias, foram demitidos 42 servidores. Não há número fechado dos anos anteriores.

Anteontem, o ministro Humberto Costa determinou o afastamento preventivo de dez funcionários na pasta devido às apurações feitas pela Polícia Federal em licitações para a compra de hemoderivados (medicamentos usados por hemofílicos, por exemplo) desde a década de 90.

Na última semana, o ex-coordenador-geral de Recursos Logísticos da pasta Luiz Cláudio Gomes da Silva -homem da confiança do ministro- foi preso na chamada Operação Vampiro, acusado de participar de fraudes nas compras. A prisão levou o ministério a intervir na coordenadoria.

Até agora, foram exonerados 25 funcionários ligados ao órgão só por conta dessa operação. A medida é preventiva -eles ainda são investigados. A PF obteve 17 mandados de prisão. Um dos suspeitos continua foragido. Outros três presos foram liberados.

Os demais 104 servidores investigados não estão nesta situação por conta da Operação Vampiro. São processos administrativos.

A Controladoria Geral da União fará auditoria nos procedimentos administrativos da Coordenadoria Geral de Recursos Logísticos do ministério desde janeiro de 2003 e nos cinco anos anteriores.

O procedimento administrativo disciplinar é aberto pelo ministério após denúncia ou suspeita de irregularidade. Uma comissão tem, então, 120 dias para apresentar um relatório. O documento é enviado ao ministro da Saúde, a quem cabe a decisão final, após parecer da consultoria jurídica.

Desvio no SUS: O valor total de recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) supostamente desviado em todos esses casos está sendo apurado. Mas um dado dá a idéia do tamanho do rombo: apenas o Denasus, um dos órgãos responsáveis por fiscalizar convênios, diz ter indícios de desvios ou de aplicação irregular de R\$ 64,6 milhões do total gasto com a rede pública em 2003.

O valor é quase o dobro do que o ministério liberou em abril para ajudar 170 municípios de 14 Estados a atender populações atingidas por enchentes. O Orçamento de 2004 previsto para a Saúde é de cerca de R\$ 32 bilhões.

A Fenasps (federação dos sindicatos dos trabalhadores em saúde) defende a apuração das denúncias, desde que sejam tomadas providências para evitar constrangimentos em casos suspeitos.

Um dos casos em apuração é o do Into (Instituto de Traumatologia-Ortopedia), no Rio. Estima-se um desvio entre 1997 e 2003 de até R\$ 100 milhões, quase o dobro dos R\$ 59,7 milhões previstos no Orçamento do instituto. Houve afastamentos preventivos de servidores. O processo está em fase final.

Ministério diz que aquisições seguem normais: O Ministério da Saúde divulgou nota ontem para reafirmar que, mesmo com a intervenção na Coordenadoria Geral de Recursos Logísticos da pasta, as compras de hemoderivados e outros medicamentos estão sendo feitas normalmente.

O ministro Humberto Costa ordenou a intervenção na última semana após a prisão do ex-coordenador-geral do órgão e de outros servidores. Com isso, o ministério descarta a possibilidade de falta desses produtos. Somente de fator 8, o principal hemoderivado utilizado em pacientes com doenças que afetam a coagulação do sangue, o governo compra mais de 200 milhões de unidades por ano de fabricantes internacionais. São atendidos pela rede pública de saúde cerca de 7.600 pacientes com hemofilia (doença caracterizada por hemorragias precoces, abundantes e prolongadas). Desde o ano passado, quando houve suspensão de licitação após denúncias de irregularidades, o ministério realiza as compras de hemoderivados por meio de pregões-leilão no qual vence o concorrente que apresentar menor preço. Até 2002, o preço da unidade do fator 8 era US\$ 0,41. Na última licitação daquele ano, que foi suspensa, o valor caiu para US\$ 0,23. Após a adoção dos pregões, o governo passou a pagar, em média, US\$ 0,16. Na nota, o Ministério da Saúde diz ainda que a população não deve evitar a doação de sangue nos hemocentros.

"A operação que investiga irregularidades na compra de hemoderivados não tem nenhuma relação com o sangue doado pelos brasileiros. O que está sendo investigado é a compra de produtos derivados do sangue e que são produzidos no exterior", diz a nota.

Saúde mantém contrato suspeito: O Ministério da Saúde mantém em vigor contrato sob investigação do Ministério Público Federal, de US\$ 25 milhões anuais, para o serviço de fracionamento no exterior de 120 mil litros de plasma em hemoderivados. Segundo a Procuradoria, há indícios de "combinação" entre as prestadoras do serviço nessa licitação. O esquema de cartelização na concorrência do fracionamento seria similar ao descoberto pela Operação Vampiro, que levou à decretação da prisão de 17 pessoas (três foram liberadas, uma está foragida), em parte sob suspeita de fraude na concorrência 11 (compra de hemoderivados prontos de firmas estrangeiras). As investigações sobre essa concorrência, com o uso de escutas telefônicas, acabaram revelando o suposto envolvimento em outras irregularidades do ex-coordenador de Recursos Logísticos da Saúde Luiz Cláudio Gomes da Silva, homem de confiança do titular da pasta, Humberto Costa.

De acordo com o Ministério Público, na licitação para o fracionamento do plasma, cujo contrato é de 2001, houve aparentemente acordo entre os concorrentes (LFB, de origem francesa, e Octapharma, suíça) para a divisão dos lotes. Nessa concorrência, havia três lotes em disputa (A, B e C). Inicialmente, cada fornecedor se interessou por dois deles (A-B e B-C), ou seja, haveria disputa por só um (B). No meio do processo, a LFB desistiu de um deles em favor da Octapharma, fato considerado estranho pela Procuradoria. Os dois representantes das empresas no Brasil, Marcelo Pitta (LFB) e Jaisler Alvarenga (Octapharma), foram presos durante a Operação Vampiro: os grampos telefônicos mostraram que eles tinham envolvimento em supostas fraudes em licitações. Em fevereiro o ministério foi informado pela Procuradoria sobre outras irregularidades no contrato da LFB. O Ministério Público cobrou providências de Silva, então coordenador de Recursos Logísticos. A pasta verifica se elas foram tomadas.

Governo diz que caso passará por auditoria: O contrato de fracionamento de plasma é um dos que serão revisados por auditoria determinada pelo governo após a Operação Vampiro, disse Ivan Batista Coelho, responsável pela reestruturação da coordenação de Recursos Logísticos no Ministério da Saúde. Coelho substitui Luiz Cláudio Gomes da Silva, preso durante a operação. Segundo a pasta, o contrato não pode ser interrompido porque é estratégico -é alternativa se houver problemas na compra dos produtos prontos. Além disso, para o envio de plasma excedente ao exterior, a rede do sistema público de saúde foi capacitada, o que ajudará quando o governo implantar uma fábrica nacional para o fracionamento, afirma Coelho. O ministério afirmou que, no início deste ano, o governo conseguiu que as duas empresas diminuíssem os preços. "É contrato antigo, não temos todas as informações", disse Coelho. Segundo o coordenador, parte dos dados estava com os presos na operação. Disse também que o governo está cobrando a regularização do contrato com a LFB. Ontem, a assessoria do ministério afirmou que todas as providências só poderão ser verificadas na auditoria que está sendo realizada. Flávia Rahal, advogada do representante da LFB, Marcelo Pitta, disse que a defesa não teve acesso ao inquérito e, por esse motivo, não comentaria as acusações. Nem os advogados de Jaisler Alvarenga, representante da Octapharma, nem as empresas envolvidas foram encontrados.

ANEXO

Sugestão par hoje:

Informações par usar de forma pró-ativa, ou seja, sem comentários em relação ao Governo anterior, sem comparações, apenas use parte do tempo para dar a 'notícia' positiva em relação ao Programa Brasil Sorridente. Anuncie o programa e leia os destaques em azul.

Arthur Oscar

Brasil Sorridente amplia atendimentos em 46%

e duplica o número de equipes de trabalho

O Governo Federal vai investir neste ano R\$ 230 milhões no Programa Brasil Sorridente. Até 2006, o orçamento do programa atingirá R\$ 545 milhões, sete vezes mais do que foi investido em 2002.

Ao decidir elevar os recursos destinados à saúde bucal, no país, o Governo Federal enfrenta um problema grave que atinge milhares de brasileiros. **Segundo pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz- e divulgada na semana passada 24,5 milhões de brasileiros não têm sequer um dente.**

O programa Brasil Sorridente, lançado em março pelo Presidente Lula, quer mudar esse quadro e já começa a mostrar resultados. **O número de pessoas atendidas pelo programa passou de 26 para 38 milhões, um crescimento de 46%. O número de equipes de saúde bucal da família passou de 4.261 (dezembro de 2002) para 6.751 (março de 2004), um aumento de 58,4%. O valor dos incentivos às equipes de saúde bucal da família foi reajustado em 65% em 2003. O investimento mensal do Ministério da Saúde passou de R\$ 5,3 milhões em janeiro de 2003 para R\$ 9,6 milhões em janeiro de 2004.**

O Brasil Sorridente é um programa que engloba diversas ações para melhorar as condições de saúde bucal da população brasileira. Além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, o programa está também gerando empregos: nos 14 primeiros meses de governo já foram criados 6450 mil postos diretos (cirurgião-dentista, técnico em higiene dental e auxiliar de consultório dentário) a partir da ampliação dos recursos.

Para alcançar a meta de atendimento de 110 milhões de pessoas até 2006, o Governo Federal atua em diversas frentes: em parceria com o ministério da educação está distribuindo "kits" compostos por escova e creme dental para alunos da rede pública de ensino; construindo centros odontológicos em municípios estratégicos equipados com laboratórios de prótese; ampliando as equipes de saúde bucal do Saúde da Família; reajustou o valor da verba de custeio para o programa e está traçando um perfil das condições de saúde bucal da população brasileira.

Vale destacar ainda uma medida simples e barata que está sendo ampliada pelo governo: a adição de flúor na água encanada que custa somente R\$ 1,00 por habitante/ano e é capaz de reduzir em até 60% a incidência de cárie dentária. A meta do "Brasil Sorridente" é implantar até 2006, a fluoretação em todos os municípios que têm estações de tratamento e distribuição de água, mas que ainda não utilizam o flúor. São aproximadamente duas mil cidades, que juntas, receberão investimento total de R\$ 26,8 milhões até 2006.

Conheça mais sobre as principais ações e metas do Programa "Brasil Sorridente"

- **Distribuição de 2 milhões de kits de saúde bucal para 500 mil alunos da rede pública em 2004.**
- **Construção de 354 centros odontológicos com laboratórios de próteses, em municípios estratégicos, que servirão de referência para suas regiões.**
- **Criação de 25 mil empregos diretos para profissionais que trabalharão nos centros odontológicos.**
- **Entrega de 559 consultórios odontológicos para equipes de Saúde Bucal do Programa Saúde da Família (PSF).**
- **Crescimento do número de equipes de Saúde Bucal que atuam no PSF - de 6 mil (2003) para 16 mil (2006).**
- **Aumento de mais de sete vezes da verba para custeio de ações em saúde bucal**
 - **- de R\$ 84,5 milhões (2003) para R\$ 553,2 milhões (2006).**
 - **- Implantação, até 2006, da fluoretação em cerca de 2 mil municípios que têm estações de tratamento e distribuição de água.**

Ações do programa "Brasil Sorridente"

- Investimento e aumento dos incentivos para as equipes de saúde bucal da Equipe Saúde da Família (ESF)
- Produção de próteses dentárias, inclusão de insumos odontológicos na Farmácia do Programa Saúde da Família.
- Reorganização da Atenção Básica e Saúde Bucal da Família, implantação de uma política de rede, levantamento das condições de saúde bucal da população brasileira.
- Formação dos trabalhadores em saúde bucal, parceria com o Ministério da Educação, Plano Nacional de Saúde no sistema penitenciário, geração de empregos.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvati, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Prorrogo a Hora do Expediente por 15 minutos, para que possamos dar a palavra aos três inscritos para uma comunicação inadiável.

Em primeiro lugar, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, por cinco minutos; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no objeto do meu pronunciamento desta tarde, primeiramente, gostaria de fazer os agradecimentos aos professores do meu Estado de Sergipe. O Governador do Estado chegou a um entendimento com um grupo de professores, que retornaram às salas de aula. A educação esteve em greve durante quarenta e dois dias. Na segunda-feira, o Governador recebeu uma comissão de professores, preocupados com a ausência dos alunos nas salas de aula. Recebeu também uma comissão de pastores, vários Deputados da nossa Bancada e o Deputado João Fontes – que está aqui e, embora não seja da nossa Bancada, também foi lá conversar com o Governador. Pois bem, depois desse encontro, graças a Deus, chegou-se a um bom termo: os professores hoje retornaram às salas de aula. Queremos agradecer aos professores que estiveram lá, aos pastores, que também intermediaram essa questão da greve, e também ao Sintese – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe, que entendeu que era preciso retornar e seguir o ano letivo.

Eu gostaria também de dizer ao Plenário que houve um pronunciamento aqui, feito por um Senador do meu Estado, em que algumas informações, lamentavelmente, não batem com a verdade. Tudo isso foi resolvido com muita tranquilidade, com muita paz. O Governador do Estado não precisou colocar nem a cavalaria da Polícia Civil, nem usar bombas de gás lacrimogênio, nem mandar bater em professor, como aconteceu quando era Governador do Estado esse Senador que falou aqui na segunda-feira.

Era esse o agradecimento que eu gostaria de fazer, e também dar essa boa notícia para o meu Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto me traz à tribuna. Nunca, na História do Brasil, houve período de maior empobrecimento da Nação

do que nesses últimos anos. Em pouco mais de uma década, foi destruído o trabalho monumental realizado nas nove décadas anteriores por gerações seguidas, durante as quais o País era alvo de admiração do mundo inteiro, por ter alcançado os maiores índices de crescimento entre todas as nações.

Nossos antepassados, liderados por estadistas do porte de Getúlio e de Juscelino Kubitschek, construíram o que, segundo teoria racista vigente, era impossível nos trópicos: éramos a oitava economia e o sétimo parque industrial do mundo. Na classificação das maiores economias da terra, nossa posição representava rigorosamente o que a China é hoje. Os olhos dos investidores nos encaravam como o País do futuro, onde valia a pena investir. Estávamos a um passo de, em menos de vinte anos, adentrarmos no reduzido rol das economias desenvolvidas.

O imponderável, porém, aconteceu: graças a um vendaval de insensatez que se implantou em nossos governantes, o País despencou para a condição do 15º PIB do planeta. Pior, segundo os analistas, mantendo-se a marcha da insensatez dessa política econômica insana, aprofundada no atual Governo, o País chegará à humilhante condição de 20º PIB mundial.

As razões dessa hecatombe econômica são fáceis de identificar. Na base, está a submissão ao famigerado “Consenso de Washington”, seguida de postura servil ante o trágico manual do FMI, hoje desacreditado pela elite pensante norte-americana, a exemplo do Premio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, que o desmoraliza com embasamento técnico irresponsável. Destaca-se do receituário macabro que nos levou aos maiores índices de desemprego da história o abandono criminoso da arte de planejar o futuro do país e o total desprezo pelo desenvolvimento regional, extinguindo órgãos de desenvolvimento das regiões mais pobres. Para uma Nação que ostenta o deplorável troféu de abrigar o maior desequilíbrio dos padrões de desenvolvimento entre as regiões ricas e pobres do mundo, tal atitude foi crime de lesa pátria.

Nesse contexto, cabe referência especial à Sude-ne, tema deste meu pronunciamento. Para não me estender sobre seu fundamental papel no desenvolvimento do Nordeste, basta lembrar dois exemplos: primeiro, 27% do ICMS e 57% do IPI recolhidos pelos Estados nordestinos são oriundos de empresas financiadas pela Sudene; segundo, enquanto o Governo gastou o equivalente a R\$66 bilhões, em apenas três anos, para recuperar bancos falidos por meio do Proer, a Sudene gastou um quarto desse valor em vinte e sete anos de existência, gerando 1,4 milhão de empregos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Sr. Presidente, eu solicitei, pela Liderança do meu Partido, a palavra para falar durante vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– São cinco minutos, antes da Ordem do Dia. V. Ex^a pode terminar. Vinte minutos é o tempo destinado ao orador que fala depois da Ordem do Dia.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpe-me, Senadora. É que estava aqui “antes da Ordem do Dia”. Mas V. Ex^a pode terminar.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Agradeço a V. Ex^a a compreensão, Sr. Presidente.

Foi um ato de total insensatez ter extinto um órgão de tamanha envergadura e inestimável serviço prestado ao desenvolvimento da região mais pobre do País. Tive oportunidade, àquela época, de denunciar que as acusações que serviram de base para sua extinção eram um amontoado de equívocos e meias-verdades ditas de forma maquiavélica.

Espalhou-se na imprensa nacional, por exemplo, sob os auspícios da área econômica do Governo, que o rombo da Sudene, causado por corrupção de empresários incentivados em conluio com a cúpula do órgão, era de R\$2 bilhões. Tais dados eram falsos, conforme demonstrei naquela época. E é claro que, na história da instituição, ocorreram perdas promovidas por incentivos a empresários incompetentes ou mesmo corruptos. Pelo critério dos bancos internacionais, é aceitável a inadimplência de até 2% na aplicação de créditos de longo prazo. Na totalidade dos projetos incentivados pela Sudene, perdeu-se apenas 1,7%, e os casos de irregularidades cometidas por empresários incentivados, descobertos até à época da intervenção, foram processados pela Procuradoria do órgão.

A destruição da Sudene foi um pretexto que o Governo usou pelos casos de corrupção localizados na Sudam. Esses eram realmente identificados e chocantes, recomendando intervenção e demissão de funcionários corruptos. Mas nem por isso a extinção da Sudam se justificaria. Se fossem extintos órgãos públicos sempre que neles se localizassem casos de corrupção, agora mesmo nós teríamos de extinguir o Ministério da Saúde, cujo recente escândalo, descoberto por ação da Polícia Federal, chamada Operação Vampiro, foi perpetrado por cabeças coroadas do Ministério e do partido político que está no poder. A valer tal tese, esdrúxula, teríamos que extinguir também o Ministério da Saúde.

O que se faz em todo o mundo é punir o corrupto, realizando limpeza no órgão em que ele se encontra, criando instrumentos eficazes para evitar sucedâ-

neos. A diferença entre nós e o que se passaria em democracias avançadas, tais como a Inglaterra e os Estados Unidos, é que os indivíduos iriam penar na cadeia por muitos anos, com seus bens apropriados pelo Estado.

Embora grave corrupção tenha sido comprovada na Sudam e tenham sido identificados os autores, nada semelhante se identificou na Sudene para servir de pretexto à sua extinção. Vale destacar que a única semelhança entre a Sudene e os criativos vampiros do Ministério da Saúde é o valor do rombo. Para ambos foi atribuído um assalto, por coincidência, de exatos R\$2 bilhões. Só que para a ação vampiresca a quantia é real, enquanto que para a Sudene foi obra de ficção ou, talvez, mais um golpe cruel urdido por mentes doentias.

Nesse clima de desesperança, surgiu um líder que fez renascer as esperanças da maioria dos nordestinos. Numa disputa acirrada, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva pregava duas metas sínteses: extirpar a miséria do País, além de corrigir com urgência as desigualdades regionais. Como símbolo dessa determinação, após a sua posse anunciou a reabertura da Sudene. Foi, portanto, com naturalidade, que os nordestinos viram o Presidente Lula se dirigir à Fortaleza para assinar o projeto de reabertura da instituição. E o fazia com toda a pompa e circunstância como merecia o evento, cercado de vários Ministros, da totalidade dos governadores, de inúmeros parlamentares e, como requinte especial – não diria especial, mas de crueldade –, do próprio fundador da entidade, o consagrado economista Celso Furtado. Tenho certeza, contudo, que Sua Excelência, que não se cansa de proclamar seus compromissos com o Nordeste, desconhecia que seus Ministros o levaram a uma solenidade para o renascimento da Sudene, mas uma Sudene eunuca, que não tinha ao menos fontes mínimas de recursos consistentes. De lá para cá, o projeto continua como um cadáver insepulto na Câmara dos Deputados.

O projeto da Sudene se encontra há meses na Comissão que estuda sua recriação, cujo Relator é o Deputado Zezeu Ribeiro, do PT da Bahia. Estou certa de que esse Deputado, sendo nordestino, deve comunicar com seus conterrâneos do sonho de ver a Sudene reaberta, mas jamais uma entidade deformada, sem contar com recursos estáveis garantidos por lei e não submetida aos humores do Presidente de plantão, como a ridícula idéia de mantê-la com dotações orçamentárias anuais à mercê da área econômica.

Devemos lutar – e esperamos que esse Parlamentar nordestino o faça – por uma Sudene coerente com aquelas promessas dos discursos empolgados feitos pelo Presidente Lula em sua campanha, como quando

participou do abraço simbólico ao prédio da Sudene, ao lado de centenas de funcionários revoltados pela sua injusta demissão, mas cheios de esperança com a vitória do novo Presidente.

Imagino a frustração do Parlamentar que, por ser petista disciplinado, nada avança no projeto sem ouvir o Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campainha.) – Solicito a V. Ex^a que seja breve.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, estou inscrita para falar hoje, mas, nesta Casa, tem havido um problema com o procedimento de inscrição, embora amparado pelo Regimento. É difícil se conseguir falar; por isso, peço, mais uma vez, a paciência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a está em 16º lugar na lista de inscrições.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Exatamente. Mas estou falando em nome da Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu gostaria de deixar bem claro que está havendo uma concessão, porque o Regimento determina que a Liderança tenha direito à palavra por cinco minutos antes da Ordem do Dia e por vinte minutos após esse período.

Sendo assim, solicito a V. Ex^a que, se quiser, peça a publicação na íntegra do pronunciamento.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Solicito a V. Ex^a um pouco mais de tempo.

Artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, na quinta-feira, pelo economista Paulo Nogueira Batista, comentando as razões do fenomenal crescimento da China, detalhava com precisão aspectos relevantes. Dentre eles, que a sabedoria milenar dos chineses repudiou as teses carcomidas do Consenso de Washington, enquanto o FMI é um monstro desconhecido do país. Diferente de nós, que seguimos esse roteiro de horror, graças ao qual a nossa classe média se proletarizou e os nossos pobres viraram miseráveis, a China retirou, no espaço de 18 anos, 170 milhões de miseráveis para a posição de classe média.

Sr. Presidente, esperamos que, na volta do Presidente Lula da China, possamos ter algo renovado na nossa economia, que consigamos políticas para combater o desemprego e gerar mais esperanças no povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço à Senadora Maria Carmo.

O SR. PAULO PAIM – (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como eu não estava presente para falar no período das comunicações inadiáveis e para não usar o tempo indevidamente, solicito a V. Ex^a que considere como lido o pronunciamento em que faço uma análise dos dados do IBGE e também do debate que está havendo na Casa a respeito da redução de jornada sem redução de salário, como uma forma de se gerar emprego.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode encaminhar seu discurso à Mesa, que será atendido, na forma da legislação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – São sempre importantes os pronunciamentos de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um triste dado passou a fazer parte do nosso cotidiano. Ultimamente, a cada mês que o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – divulga sua pesquisa mensal de emprego, a taxa de desocupação aumenta e a renda da população brasileira diminui.

Desde o último mês de dezembro, quando foi de 10,9%, a taxa de desemprego medida pelo IBGE passou para 11,7% em janeiro, 12% em fevereiro, 12,8% em março e 13,1% em abril, conforme os dados da pesquisa divulgada ontem.

Não bastasse o aumento do desemprego, o IBGE apurou também a diminuição da renda da população, que caiu 3,5% em relação a abril do ano passado. Ou seja, em um ano os salários foram reduzidos em 3,5%.

Um retrato do empobrecimento dos brasileiros está na situação dos nossos professores, dos quais um terço são considerados pobres pela Unesco, pois vivem com renda entre dois a dez salários mínimos por mês.

O que se pode esperar de uma nação que não valoriza aqueles que têm a missão de ensinar?

E o que imaginar da situação dos outros trabalhadores, aposentados e pensionistas, que vivem com até um salário mínimo por mês?

Segundo o IBGE, em abril havia 2,8 milhões de pessoas procurando trabalho nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. Em relação a março, o número de desocupados manteve-se estável (3,2%), mas na comparação com abril de 2003, o aumento foi de aproximadamente 8,5%, ou seja, 220 mil pessoas.

A pesquisa também expressa a falta de capacidade da economia gerar empregos, especialmente daquela parcela da população que começa a chegar ao mercado de trabalho.

Em um ano, aumentou em 645 mil o número de pessoas que ingressou em idade ativa. Esse dado explica porque é na população com menos de 24 anos que está a maior concentração de desempregados, com 47% do total.

Quanto ao tempo de procura, 18% estavam na busca de trabalho por um período de até 30 dias; 47,5%, por um período superior a 31 dias e até seis meses; 7,4%, por um período de sete meses a 11 meses; e 27,0% por um período de pelo menos um ano.

Outra informação preocupante que nos traz a pesquisa do IBGE é o crescimento do número de desempregados quanto à escolaridade: em abril de 2004, eram 43,1% os desocupados com pelo menos o 2º grau completo; enquanto que, em abril de 2003, representavam 39,2%.

Esse dado demonstra claramente a exigência cada vez maior de um trabalhador melhor preparado e a crescente marginalização daqueles que não conseguem acompanhar o desenvolvimento e perdem seus postos de trabalho para as máquinas.

O desemprego causado pelo desenvolvimento tecnológico nos remete ao início do século passado, nos Estados Unidos, onde os trabalhadores que alimentavam as locomotivas movidas a carvão perderam seus empregos com a chegada das locomotivas movidas a óleo diesel.

No Brasil, no início do século XXI, o desemprego se multiplica por ele mesmo, pois contribui para a redução da renda, que por sua vez se torna fator de inibidor do crescimento ao provocar queda no consumo, portanto das vendas, da produção e do emprego.

Temos denunciado seguidamente desta tribuna o estado de recessão da economia brasileira, que já dura mais de duas décadas.

Essa paralisia da atividade econômica, resultado da total falta de investimentos no país, seja de investi-

mentos públicos ou privados, é a grande responsável pelo aumento do desemprego.

A falta de investimentos, por sua vez, se justifica pelas elevadíssimas e inexplicáveis taxas de juros praticadas pelo Banco Central. Uma taxa de 16% não remunera nenhum investimento produtivo.

Não tenho pregado no deserto. Ainda hoje os jornais publicam declarações do eminente economista e ex-ministro do Planejamento João Sayad que avalizam a minha pregação, ao defender a retomada dos investimentos públicos para que o Brasil volte a crescer.

Em palestra a alunos da Faculdade de Economia da PUC de São Paulo, o ex-ministro afirmou que “a economia é mais sensível ao investimento público do que aos juros”, sugerindo que uma queda nos juros permitiriam melhora do perfil da dívida pública e consequente aumento dos aportes governamentais.

Segundo o economista, se o Conselho de Política Monetária – Copom – houvesse reduzido meio ponto percentual na taxa Selic na quarta-feira passada, o governo teria economizado R\$2 bilhões em juros, quantia suficiente para terminar algumas obras de infraestrutura federais.

Como se vê, com a taxa de juros de 16% ao ano estamos jogando pelo ralo bilhões de reais que poderiam estar financiando a recuperação das nossas estradas, portos e ferrovias, que além de reduzir o chamado custo Brasil por si só seriam capazes de gerar milhões de empregos para os trabalhadores de menor qualificação.

Além disso, uma taxa de juros menor, civilizada, em patamares semelhantes às praticadas no mercado internacional, estimulariam o capital produtivo a investir no Brasil, contribuindo assim para a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos.

A volta do crescimento econômico, com sua consequente geração de empregos, servirá também para calar os mercadores das propostas de flexibilização da legislação trabalhista como condição para a criação de novos postos de trabalho.

Em diversas oportunidades mostramos aqui que nos países onde a legislação trabalhista foi flexibilizada, na verdade o desemprego aumentou, inclusive no Brasil.

Aliás, os períodos de pleno emprego experimentados pela economia brasileira se deram exatamente nas primeiras décadas de vigência da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Fora a volta do desenvolvimento econômico, só há duas saídas emergenciais para a geração de em-

pregos: a abertura de frentes de trabalho e a redução da jornada de trabalho.

As frentes de trabalho teriam a vantagem de associar à geração de empregos a necessidade de recuperação da infra-estrutura para aumentar a competitividade da economia brasileira.

A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, com a proibição de horas extras, objeto de projeto de emenda constitucional de minha autoria com o Deputado Inácio Arruda (Pc do B – CE), além de gerar mais de três milhões de empregos imediatamente, seria sobretudo uma questão de justiça, pois o trabalhador brasileiro é dos que têm a maior carga horária do mundo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Após a Ordem do Dia, em segundo lugar, V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se alienação fosse uma solução, mais do que uma rima, o Presidente Lula poderia passar o restante do seu mandato viajando, já que é aplaudido em lugares exteriores ao Brasil. Porém, é mais do que grave a situação interna do nosso País.

Não é possível se fingir, Senador Leonel Pavan, que não é escandaloso o fato de o laudo técnico da Empresa Vivo de celular contrariar o álibi de um Deputado do Partido dos Trabalhadores, que é apontado pela Procuradoria como envolvido no assassinato do Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Não é possível.

Da mesma maneira, a **Folha de S. Paulo** de hoje publica algo incrível.

O Ministro da Saúde, e não farei uma acusação a quem quer que seja, pois quero apenas relatar fatos, foi convidado – e, certamente, aceitará – para comparecer à Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, mas a imprensa diz: “Namorada de ex-assessor da Saúde é demitida. Bianca Gueiros Wanderley* ganhou posto

de confiança quando Luiz Cláudio Gomes da Silva* foi para Brasília.”

É melhor que se dê um basta na corrupção em qualquer momento, é claro, mas é duro acreditar-se que a redenção está vindo por aqui se estamos vendo a dificuldade que tem o Ministro para nomear corretamente. Está envolvida a namorada do assessor corrupto da Saúde, conforme o jornal **O Globo** de hoje.

Notícias de ontem e de hoje, e espero que não de sempre, afirmam que o Sr. Manoel Braga Neto*, homem de confiança do Ministro da Saúde, apanhado em flagrante de corrupção, foi demitido também. Junto com ele e com a namorada do homem de confiança, que agenciava corrupção na Saúde, o Sr. Reginaldo Muniz Barreto sofreu uma acusação um pouco mais profunda.

O Sr. Reginaldo Muniz Barreto não seria homem de confiança do Ministro. Ele foi, isto sim, Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Recife e teria sido indicado pela cúpula paulista do Partido dos Trabalhadores. Em Recife, diz-se que é gente do pessoal do Delúbio*.

Faço uma pergunta, Senador Tasso Jereissati: por que a demissão do Sr. Reginaldo Muniz Barreto, se ele dirigia o Fundo Nacional de Saúde? O que ele fez? É preventiva? Alguém sabia de malfeitos seus e se antecipou para evitar que a situação política se deteriorasse mais ainda?

O fato é que a pergunta se impõe: por que foi demitida a SRA. Bianca Gueiros Wanderley? Não é crime ela ser namorada de um corrupto. Seria crime se ela participasse de corrupção.

Por que foi demitido o Sr. Manoel Braga Neto? Não é crime ser homem de confiança de um corrupto, a não ser que seja corrupto também.

E o Sr. Reginaldo Muniz Barreto, que chegou a ser Secretário Municipal de Finanças do Prefeito João Paulo, de Recife? É muita coincidência.

Volto a dizer: ou estamos sendo dirigidos por pessoas que abusam do cinismo maquiavélico, ou por pessoas com um grau de beocidade acima do que poderia ser tolerável, porque nunca sabem ao certo em quem confiar, a quem nomear, a quem demitir.

Volto para as notícias do jornal **O Globo** de hoje, em que há algo engraçado: “Quadrilha agia também na compra de insulina”. É uma quadrilha multifacetada e o interessante é que, envolvendo o Sr. Luiz Cláudio Gomes da Silva, a Polícia Federal descobriu irregularidades até na aquisição de preservativos. Essas denúncias, que envolvem o ex-assessor do Ministro Humberto

Costa, vão da insulina ao preservativo, do sangue na Saúde ao sangue na sociedade brasileira.

O jornal **Folha de S. Paulo** de hoje diz: “104 servidores são investigados por desvios”, “Ministério diz que aquisições seguem normais”, “Compra de preservativo e insulina pode ter fraude”, “Saúde mantém contrato suspeito”. É bom não errar mais, daqui para frente: se o contrato é suspeito, não tem por que se o manter.

Por outro lado, para darmos um choque nas pessoas que estão olhando o Governo com olhares panglossianos, basta vermos a realidade.

O **Correio Braziliense**, de hoje, cujos títulos e subtítulos peço sejam registrados nos Anais da Casa, diz:

Taxa de desocupação de abril atingiu 13,1%. Maior índice desde que a pesquisa começou a ser feita em 2001. Renda mensal volta a encolher e alimenta ainda mais exército de pessoas a procura de vaga. Desemprego bate recorde e salário cai.”

Quero registrar a última do Ministro Berzoini – aliás, a penúltima, pois com o Ministro nunca é a última e, sim, a penúltima–: S. Ex^a declara, em um dos jornais de hoje, que a maior prova de que o Governo está indo bem, de que a economia está se recuperando é que o desemprego está crescendo. S. Ex^a quis fazer um jogo estatístico, com a incompetência de sempre e com a insensibilidade social que tem marcado a sua trajetória como executivo público deste Governo.

O **Globo**, de hoje: “Renda volta a cair e desemprego bate recorde. Após três meses de alta, rendimento do trabalhador recua e pressiona busca por vagas.” Há um gráfico, e o Ministro Berzoini defendendo jornada menor, sem corte de salário, como se S. Ex^a fosse o Deputado dos tempos de PT de Oposição. S. Ex^a não é. S. Ex^a é obrigado a oferecer soluções; e as soluções não passam por nada incompleto, como essa tese pura e simples de redução de jornada de trabalho.

O **Jornal do Brasil**, de hoje: “Queda de renda estimula o desemprego e a pirataria.” Este é o quadro real. Este é o quadro do qual o Presidente escapa quando vai para a China. É o quadro do qual Sua Excelência escapa quando vai para a Síria. O Brasil que Sua Excelência reencontrará é o Brasil do desemprego recorde. É o Brasil do desalento. É o Brasil da falta de ambiente para o investimento de longo prazo.

Finalmente, Sr. Presidente, **O Estado de S. Paulo** dá a chave para este Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. **O Estado de S. Paulo** diz, de maneira bem simples, no seu editorial de hoje:

Ao invés do que me parece uma tolice, metas de crescimento casando com metas de inflação, ou o Governo opta por uma ou por outra. Quem condiciona é a meta de inflação ou a meta de crescimento. Nesse caso, não importa o crescimento futuro, porque a inflação tomará conta do cenário nacional.

E o jornal **O Estado de S. Paulo**, com meridiana clareza, diz: “Políticas em vez de metas de crescimento”. Traçar uma meta de crescimento pelo absurdo para satisfazer ao ego presidencial ou de quem quer que esteja neste Governo não resolverá absolutamente nada. Faltam políticas de desenvolvimento. Falta clareza microeconômica. Falta mais ousadia macroeconômica. Falta a máquina ser acionada e ser posta a trabalhar. Política de desenvolvimento e política de crescimento levarão ao crescimento maior, sem que se tenha de encarar, outra vez, pela proa, com o dragão, com o fantasma da inflação que concentra renda e que esmaga o trabalhador.

Encerro meu pronunciamento, dizendo que é muito bom que o Governo não se aliene, porque, ao se alienar, o Presidente pedirá asilo à China e ficará morando naquele país. É bom que encaremos a viagem do Presidente como uma busca de mercados para o País, o que eu apoiaria. Porém, nada de olhares panglossianos; nada de olhares dúbios; nada de olhares de falso realismo, porque o que há de verdade no País e que o Presidente Lula receberá de volta, entregue pelo surpreendentemente sisudo Vice-Presidente José Alencar, é o País do desemprego de 3,1%. É o País do crescimento econômico que não se realiza. É o País do desalento social. É o País que não consegue dar respostas claras para os desafios éticos que tem à sua frente. Estão aí para redimir a saúde, mas, um após outro, vão caindo os bastiões, os homens de confiança que o Ministro nomeou; um após outro, vão demonstrando que não mereciam a confiança de terem cargos de confiança em um Governo que merecesse efetivamente a confiança do povo.

Por hoje só, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO. EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Títulos e subtítulos das matérias mencionadas no pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio, em 26 de maio de 2004.

FOLHA DE S. PAULO

CASO SANTO ANDRÉ

Vivo diz que ligações de Braga não podem ter partido de SP

Laudo técnico contraria a versão de deputado do PT

Operação Vampiro: PG a-6

104 servidores são investigados por desvios

O GLOBO

Rio, 26 de maio de 2004

Versão impressa

Renda volta a cair e desemprego bate recorde

Luciana Rodrigues PG 25

Rio, 26 de maio de 2004 – Pg;8

Versão impressa

Namorada de ex-assessor da Saúde é demitida

Rio, 26 de maio de 2004 pg. 5

Versão impressa

Quadrilha agia também na compra de insulina

Jailton de Carvalho

CORREIO BRAZILIENSE – Pg 8

**DESEMPREGO BATE
RECORDE. SALÁRIO CAI**

JORNAL DO BRASIL,
Edição de 26 de maio de 2004.

**QUEDA DE RENDA ESTIMULA
O DESEMPREGO E A PIRATARIA**
PRIMEIRA PÁGINA



**Queda de renda estimula
o desemprego e a pirataria**

O ESTADO DE S. PAULO
Edição de 26 de maio de 2004.
Editoriais

A outra face da visita à

China

QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2004 NOTAS E INFORMAÇÕES O ESTADO
DE S. PAULO - A3

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Valadares, primeiramente gostaria de cumprimentar e dar as boas-vindas aos alunos da 6ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 7 da Ceilândia Sul – Distrito Federal.

Tem a palavra V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, falo pela Liderança do PSB, conforme comunicação entregue à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª falará pela Liderança do PSB após a fala do Senador José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª. Falarei após S. Exª

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço V. Exª a compreensão.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

V. Exª dispõe de 5 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há pouco conversava com a Senadora He-loísa Helena, que fez uma turnê pelo Norte do País, dando prosseguimento ao trabalho que visa a criação de um novo partido político e, amigo que sou de S. Exª, pelo bem que eu a quero, pela amizade que nos une, perguntei-lhe como foi a sua turnê? S. Exª me disse que foi muito bem e que a receptividade fora excepcional. Então, lhe fiz uma confidência de algo curioso –, permita-me a intimidade –, ou seja, como a população nos festeja pelo que estamos falando.

Sr. Presidente, quero fazer uma reflexão sobre o que está para acontecer nas eleições que se avizinham, Senador Eduardo Suplicy. Nós teremos eleição municipal este ano. E, pelo que o povo está falando, creio que aqueles que estão procurando sintonizar o pensamento do cidadão vão ter a solidariedade do povo brasileiro e vão eleger os seus candidatos nos Municípios do Brasil. Não digo em todos, mas em uma grande quantidade. Isso é o que eu penso, é o que eu sinto, é o que eu vejo. Mas eu preciso fazer algumas constatações porque estou preocupado com dados que recolhi do Siafi.

Sr. Presidente, no dia 14 de maio de 2004 – há poucos dias –, o Siafi encerrou o processo e anunciou os valores de convênios firmados com os Municípios do Brasil.

Convênios firmados pela União, Senador Antonio Carlos Valadares, com os Municípios do Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, do seu PSB ao meu PFL.

O Siafi apresenta um relatório, por quadros, que mostram quem é quem e para onde foi e para onde vai cada real conveniado. É sobre isso que quero falar e fazer um alerta. Foram conveniados R\$364 milhões; 36% desses recursos foram conveniados com Municípios do Partido dos Trabalhadores; 64% desses recursos foram conveniados com os Municípios dos Partidos restantes do Brasil. Os 36%, dos recursos destinados aos Municípios do PT, beneficiam 138 Municípios. Levam 36% dos recursos: mais de 1/3. Os 64% restantes dos recursos beneficiam não 138 Municípios, que não são do PT, são de todos os outros Partidos e são 1.417 Municípios. Vejam a desproporção: 36% dos recursos beneficiam 138 Municípios; 64% dos recursos, menos do dobro, beneficiam mais de dez vezes, ou seja, 1.417 Municípios. Vejam a desproporção no dinheiro alocado para o PT e para os Municípios de Partidos diferentes do Partido dos Trabalhadores.

A Líder Ideli Salvatti ou o Líder Aloizio Mercadante podem dizer não que não se pode comparar alhos com bugalhos, não se pode comparar coisas diferentes. São Paulo é Município do PT e vale por muitos pequenos Municípios do Brasil. Concordo. Mas, foi feito um trabalho, pela minha Assessoria, Senadora Ana Júlia Carepa, e gostaria da atenção das Srªs e dos Srs. Senadores, que mostra o valor médio por habitante destinado, pelo Orçamento da União, aos Municípios do PT. Senador Tião Viana, R\$4,33 por habitante para Municípios conveniados e governados pelo PT. Para os restantes – do PFL, do PSDB, PMDB, PL, do Vice-Presidente – foram conveniados recursos que, calculados, perfazem uma média, por habitante, de R\$3,47. Há uma desproporção, mas não é assim tão gigantesca: R\$3,47 para os Municípios que não são do PT, contra R\$4,33 para os Municípios que são do PT. Até que é aceitável. O Governo tem a obrigação de atender aos seus. Concordo. Isso é normal num regime democrático. Mas vamos fazer uma avaliação mais aprofundada, Sr. Presidente, para que aqueles que nos vêem e ouvem, pelo Brasil inteiro, saibam como o dinheiro federal está sendo aplicado em relação àqueles que são do Partido do Governo, aos que são da base aliada, mas não são do PT, e aos que são da Oposição. Vamos fazer essa avaliação completa.

Na Oposição, situam-se 41% dos Municípios do Brasil, que receberão 30% dos recursos totais. Faremos aqui – essa conta foi feita – a exposição do valor do convênio, por Município, dado ao PFL, ao PDT e ao PSDB, os partidos políticos de Oposição.

V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, organizará um partido que poderá chegar ao Governo, mas que, num primeiro momento, será de Oposição; pois se prepare para a realidade que vou relatar. O meu PFL, por Município – aliás, poucos Municípios privilegiados receberam o convênio –, recebeu, em média, R\$187 mil; o PDT, R\$200 mil. O Senador Jefferson Péres é um privilegiado! O PSDB, do Senador Arthur Virgílio, ficou com apenas R\$175 mil. Repito: PSDB com R\$175 mil; PDT com R\$200 mil, PFL com R\$187 mil. Os Municípios dos partidos de Oposição, que são 41% dos Municípios do Brasil, receberam apenas 30% dos recursos conveniados e anunciados no Siafi, no dia 14 de maio.

A média do valor destinado aos Municípios dos partidos de Oposição – PFL, PDT e PSDB – foi de R\$186 mil. Qual foi a dos Municípios do PT? V. Ex^a está bem sentada, Senadora Heloísa Helena? A dos Municípios do PT foi de R\$961 mil. Ou seja, quem mora em Município governado pelo PT tem tudo, quem mora em Município governado pela Oposição não tem nada. Lembro que poucos Municípios obtiveram convênio. O recurso é do povo para inglês ver; na verdade, ele é para aqueles que são filiados ao PT.

Vivemos, Sr. Presidente, um momento pré-eleitoral. E São Paulo está no meio, Senador Sérgio Guerra. Não podemos misturar alhos com bugalhos. Vamos fazer um cômputo geral. Por Município do PT, o valor médio por habitante, repito, foi de R\$4,33. Os brasileiros dos Municípios do meu PFL devem ser de segunda categoria, pelos dados que forneço a seguir: o valor médio por habitante, destinado pelo convênio, foi de R\$2,88, próximo da metade do que foi concedido aos Municípios governados pelo PT.

Tenho um dado ainda mais curioso. É importante que os Líderes da base do Governo, o Senador Renan Calheiros e o Senador Magno Malta, aqui presentes, tomem conhecimento. Senador Luiz Otávio, dos recursos transferidos para os Municípios da base de sustentação do Governo na Câmara e no Senado – e V. Ex^a sabe qual é: PT, PSB, PL, PTB e o PMDB de V. Ex^a, o maior partido da base –, 52% vão para os do PT, não vai para Belém, capital do Estado de V. Ex^a, nem para Itacoatiara, nem para Altamira. V. Ex^a sabe qual é o valor médio destinado aos Municípios da base, excluído o PT? R\$148 mil, menos do que está sendo destinado aos Municípios do meu PFL. Sabe quanto é o valor médio destinado aos Municípios do seu PMDB? R\$122 mil. V. Ex^a está levando de lambão do meu PFL, que é de R\$187 mil. E V. Ex^a faz parte da base de apoio. Do PL do Senador Magno Malta e do Vice-Presidente José de Alencar, sabe qual é o valor médio? R\$110 mil. Ou seja, para a base de apoio, o dinheiro vai para o PT; para os Municípios de V. Ex^as, negativo.

Faço essa reflexão, Senador Sérgio Guerra, porque estamos num momento pré-eleitoral e o dinheiro é do povo. O dinheiro tem que ser aplicado em benefício de todos, a não ser que a estratégia do PT seja considerar todos os partidos como ferrenhos adversários, inclusive os da base de apoio.

Isso é diferente, Sr. Presidente, da conversa que tive ontem com o Ministro Aldo Rebelo, que veio, cavalheirescamente, visitar os Líderes da Oposição, em missão de paz – que aplaudi –, porque entendia que o Governo deveria estabelecer uma coalizão entre partidos políticos que acreditassem uns nos outros – embora os fatos não demonstrem isso – e interpretava o sentimento de um Governo que gostaria de ter uma relação positiva, civilizada com os partidos de Oposição, o que louvo e aplaudo. Mas a coalização a que se refere S. Ex^a não está demonstrada nos números. Faço essa denúncia e ofereço esses dados, porque a eleição se aproxima, e estou vendo que o uso do dinheiro público pode viciar o pensamento do cidadão, que a Senadora Heloísa Helena e eu estamos sentindo nas ruas do Brasil. Antes que seja tarde, ficam apresentados os números e feita essa denúncia em nome do interesse coletivo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por cinco minutos, como Líder do PSB.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Em seguida, V. Ex^a poderá fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do Bloco/PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa tem acompanhado, ao longo deste meu mandato de Senador da República, a forma ponderada e equilibrada como sempre agi em relação às questões do meu Estado, Sergipe. Só em casos excepcionais, extraordinários, em que há perigo iminente de prejuízo à nossa sociedade por essa ou aquela atitude do governante do momento, tive a ocasião de falar sobre alguns assuntos, tanto nesta legislatura como na passada, e meu comportamento sempre foi de engajamento, qualquer que fosse o Governador, na luta por mais recursos para o Estado de Sergipe, em favor do nosso pequeno Estado do Nordeste do Brasil.

Falo isso, Sr. Presidente, a propósito de um pronunciamento que fiz na semana passada, como era do meu dever, sobre a greve dos professores estaduais. Recebi uma comunicação do Sintese, o Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe, que tem um rela-

cionamento cordial com todos os Parlamentares com assento nesta Casa, inclusive comigo.

Ao receber essa comunicação, dei conta da minha preocupação com a continuidade do movimento grevista dos professores. Concitei o Governador a receber o Sintese e a promover todos os meios para que os alunos tivessem seus professores, de novo, na sala de aula e para que a educação da juventude voltasse à normalidade.

Falei, baseado nos dados que me foram fornecidos pelo Sintese, por intermédio do professor Joel, que o piso salarial do professor de nível médio, no Estado de Sergipe, era e é insignificante: R\$197. Falei que esperava que o Governo do Estado pudesse corrigir essa injustiça cometida com os professores, corrigindo o piso salarial e atendendo à pauta de reivindicações, inclusive atrasos de férias.

Para se ter idéia da pequenez do piso salarial no Estado de Sergipe, o Município de Poço Redondo, um dos mais pobres do nosso Estado, tem um piso salarial de R\$315. O Município é dirigido por um político da maior seriedade, que não faz política contra o Governo do Estado atual; pelo contrário, apóia-o em todas as iniciativas que digam respeito ao sertão sergipano: o Frei Enoque. Lá o professor tem um piso salarial de R\$315, fora a regência.

Sr. Presidente, por eu ter falado sobre esse assunto, que é meu dever e obrigação de qualquer Senador que seja instado ou receba uma solicitação de professores, fui alvo, por parte dos órgãos de comunicação do Governo do Estado, de ataques ferozes, em uma tentativa de estabelecer, no Senado Federal, contra um Senador que tem um comportamento equilibrado em relação ao Governador do Estado de Sergipe, uma política parecida com a Lei da Mordança. Que o Senador Antonio Carlos Valadares, o mais votado de Sergipe, que teve mais de 70% dos votos dos professores nas duas eleições a que se submeteu, seja obrigado a silenciar, a ficar calado e nada dizer, mesmo sendo solicitado por um órgão legítimo como é o Sintese, para falar alguma coisa, para pedir ao Governador providências no sentido de sustar a greve.

Como Senador da República, jamais irei calar quando os órgãos de representação, os sindicatos, dos professores, dos funcionários públicos, dos trabalhadores solicitarem a intervenção em qualquer tempo, porque a Lei da Mordança não será aplicada ao Senador Antonio Carlos Valadares.

De outro lado, parabeno os professores que voltaram ao trabalho e, neste momento, tendo o Governo do Estado negociado o retorno às aulas, muito embora sem a participação direta do Sintese, órgão representativo da classe, reconheço o trabalho do

Governador João Alves, de Sergipe, que finalmente admitiu a legitimidade do movimento, reconhecida não apenas pelo nosso Partido, como também por outros, tanto do Governo como da Oposição. O próprio PDT, do Senador Almeida Lima, que é um aliado do Governo de Sergipe, de público, reconheceu a legitimidade do movimento que pedia que o Governador tomasse as providências cabíveis no sentido de acelerar o retorno dos professores às escolas e atender às reivindicações dirigidas ao Governo do Estado.

Finalmente, Sr. Presidente, sinto-me com a consciência tranqüila de que não só como Senador, mas em toda a minha carreira política, como Governador, como Secretário de Educação, cumpri com minha obrigação, criei o Estatuto do Magistério no Estado de Sergipe, instituí a Gratificação de Regência de Classe no Estado, criei a Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, órgão destinado a negociar com funcionários públicos, que mantinha contato direto com os movimentos empreendidos naquela época e até em profusão, dada a liberdade com que recebemos a democracia que se instaurava naquele momento.

Lastimo apenas que, por ter sugerido da tribuna que o Governador do Estado recebesse os professores, o Sintese, que promovesse os meios necessários para atendimento a sua pauta de trabalho, eu tenha sido agredido, de forma violenta, em seus órgãos de comunicação. Deixo meu protesto que jamais irei calar a minha voz em defesa da classe dos professores, em defesa dos funcionários públicos, em defesa de todos aqueles que sintam a minha presença, que queiram a minha presença na tribuna do Senado.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Sérgio Guerra, peço licença, se V. Ex^a assim concordar, para conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que está há muito tempo inscrito para falar por cinco minutos. Se V. Ex^a permitir, agradeço enormemente.

Senador Almeida Lima, pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como V. Ex^a pode ter visto e ouvido, há uma referência no pronunciamento do nobre Senador Antonio Carlos Valadares ao meu nome que, sem dúvida alguma, requer um esclarecimento de minha parte, invocando o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pelo art. 14, V. Ex^a pode usar a palavra por cinco minutos; em seguida, o Senador Eduardo Azeredo e V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

Senador Eduardo Azeredo, o Senador Almeida Lima falará em resposta ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, evidente que o Senador Antonio Carlos Valadares não fez a mim nenhuma referência que merecesse de minha parte nenhum tom de pronunciamento mais alto, pois nenhuma acusação, nenhuma colocação desonrosa foi feita à minha pessoa. Mas, como S. Ex^a se refere expressamente a mim, diante de uma nota que assinei e que foi publicada no jornal de maior circulação do meu Estado a respeito desse incidente a que refere, eu gostaria de dar as seguintes explicações.

É evidente que não tenho aqui nenhuma procuração para defender a Senadora Maria do Carmo, do PFL de Sergipe, que, na tarde de hoje, fez uso da palavra exatamente para estabelecer algumas observações diante do pronunciamento feito, na semana passada, pelo Senador Antonio Carlos Valadares, em que teceu evidentemente críticas, a seu ver, à posição do Governo do Estado diante da crise e da greve dos professores do Estado, em Sergipe.

Sinceramente, embora eu não estivesse no plenário, mas acompanhando internamente o pronunciamento da Senadora Maria do Carmo, vi que, na verdade, S. Ex^a exerceu aquilo que todo Sergipe esperava – e eu pessoalmente –, imaginando que S. Ex^a fosse exatamente falar aquilo que declarou.

Ora, o que eu sinceramente vejo no pronunciamento do Senador Antonio Carlos Valadares é apenas uma postura de incoerência política, diante de dois fatos que relatarei. O primeiro, já dito pela Senadora Maria do Carmo, é que, embora estivesse eu também discordado do encaminhamento dado à greve pelo Governo do Estado e que fora corretamente expressada, Sr. Presidente, em uma nota que o meu Partido assinou, e eu pessoalmente, no Estado de Sergipe, é evidente que, para um outro Senador, uma crítica ao Governo do Estado, até mesmo para mim, como aliado do próprio Governador – disse e justifiquei que o fato de ser aliado não me retira a capacidade de pensar, de discernir e de discordar do Governo do Estado. Como discordei de forma expressa e pública, em que disse que o encaminhamento dado nesta relação com os grevistas não foi o mais adequado possível.

É evidente, Senador Valadares, que não preciso repetir aquilo que a Senadora Maria do Carmo disse aqui em relação ao comportamento de V. Ex^a, por ocasião da greve envolvendo os professores, quando houve a necessidade de o Governo de V. Ex^a usar a

Polícia Militar. E, nos entrevistos com os professores, estes chegaram a ser espancados.

Por outro lado, referi-me à coerência. V. Ex^a pertence à base de sustentação do Governo, assim como o PDT, o meu Partido, é da base de sustentação do Governo João Alves, em Sergipe. Fui a público discordar do Governador, pedindo que modificasse a sua posição, e V. Ex^a silenciou diante do que faz o Governo no plano nacional; do que faz o Governo Lula diante da greve dos agentes da Polícia Federal e dos funcionários do INSS. O Governo Federal cortou o ponto dos grevistas, assim como o Governador João Alves fez em Sergipe, mas nenhuma palavra de V. Ex^a quanto à atitude do Governo do PT, forma diferente da que utilizei. Meu Partido fez nota pública, assinada por todos os Parlamentares, inclusive eu. Demonstrei, assim, que sou aliado do Governo de Sergipe, mas que não perdi a capacidade de discordar.

A diferença é que o Governo João Alves, como V. Ex^a mesmo disse, voltou atrás – e aí está o seu valor. Em entendimento com os professores, mandou que a Secretaria fizesse o pagamento daqueles dias parados, cujo ponto, em princípio, havia sido cortado. E os professores retornaram às suas atividades normalmente.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse procedimento, antes criticado pelo nosso Partido e por V. Ex^a, foi consertado pelo PFL de Sergipe, que voltou atrás, restabelecendo o diálogo. Os professores voltaram ao trabalho.

Isso é o que espero do Partido dos Trabalhadores, por meio do Presidente Lula, e também de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, e do seu Partido, que, no plano federal, está na base de sustentação do Governo, do mesmo modo que, em Sergipe, o meu Partido se encontra na base de sustentação do Governo do Estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Concluo, Sr. Presidente.

Lá, o Governo voltou atrás. Espero que o Presidente Lula faça o mesmo, inclusive com o apelo e a crítica de V. Ex^a, para poder, aí sim, equiparar-se ao Governo do PFL de Sergipe.

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para requerer a V. Ex^a, por gentileza, que considere como lida a nota a que me referi na tribuna, fazendo sua inclusão no meu pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

NOTA

PDT O Partido Democrático Trabalhista-PDT, reprovando as ações dos governos federal, estadual de Sergipe e municipal de Aracaju na relação com os trabalhadores, e, diante dos compromissos assumidos com a sociedade sergipense, vem a público manifestar que:

1º - O presidente Lula, o PT e sua base aliada constituem o governo da mentira e da traição ao Brasil, traição aos trabalhadores e ao povo brasileiro, diante da desastrosa política econômica de privilégio aos banqueiros, da recessão e desemprego, da perversa reforma da previdência, da miserável proposta do salário mínimo e da postura antidemocrática no trato com as greves dos servidores federais, cujo diálogo insiste, além do corte de ponto e do salário dos grevistas;

2º - O PDT manifesta a sua total e irrestrita solidariedade ao magistério sergipense por considerar, na situação presente, que a educação não está sendo uma prioridade como foi prometido, e que o corte do ponto com o consequente corte do salário é uma decisão antidemocrática, sobretudo, porque as aulas que não foram dadas serão repostas;

3º - A administração do prefeito Marcelo Deda, a exemplo do governo Lula, tem se constituído numa farsa, sobretudo quanto ao tratamento dispensado aos seus trabalhadores, que não têm recebido salário digno, nem os direitos garantidos pela Justiça, além de não ter sido restabelecida a assistência médico-hospitalar cortada pelo alarde João Gama.

Diante de tais fatos, o PDT se coloca ao lado dos trabalhadores e condena todas essas formas de relacionamento dos governos com essa classe e, de forma especial, relativo ao magistério estadual, o PDT defende e espera que o Governo do Estado reveja suas decisões e determine o pagamento integral do salário dos professores.

Senador Almeida Lima

Vereador Marcílio Bonfim

Vereador Antônio Samaroni

Vereador Branca de Neve

Deputado Garibaldi Mendonça

Vereador Vovô Modestino

Vereador Carlinhos do Santos Dumont

Aracaju, 21 de maio de 2004.

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, fui citado pelo nobre Senador Almeida Lima, inclusive em relação à Polícia Federal. Gostaria que, de acordo com o art. 14, V. Ex^a me permitisse fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a vai responder. O Senador Almeida Lima não foi citado por V. Ex^a, pelo menos no início de suas palavras.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – S. Ex^a citou nominalmente “Senador Antonio Carlos Valadares”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Almeida Lima fez uma defesa do Governador. V. Ex^a foi citado por S. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Será uma resposta amena, como sempre agi nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço licença para continuar a falar. Concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois não, Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quero justificar, para dar o andamento correto aos trabalhos da Casa.

Tive o cuidado de deixar em vermelho o cronômetro durante a palavra do Senador Almeida Lima, que não fora citado. S. Ex^a fez a defesa do Governador e respeitamos a sua palavra. V. Ex^a foi citado não ofensivamente, mas a Senadora Maria do Carmo Alves também demonstrou preocupação.

Concedo a palavra a V. Ex^a por dois minutos, para que ainda possamos ouvir os pronunciamentos das Lideranças, que haviam solicitado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nobre Senador Almeida Lima afirmou que não fiz qualquer pronunciamento ou reclamação sobre a greve da Polícia Federal e do INSS. Faço tudo com muita transparência. Portanto, nos Anais do Senado Federal, qualquer Senador encontrará pronunciamento feito por mim no sentido de que o Governo Federal deveria dialogar com os órgãos e funcionários que estivessem em greve, visto que isso destoa, sem dúvida alguma, dos compromissos assumidos pelo Presidente Lula.

No entanto, vejo que, neste momento, a Polícia Federal e os demais funcionários que estão em greve encontram um canal para negociação por intermédio de seus órgãos representativos. Isso é importante,

pois, em Sergipe, pastores, padres e Parlamentares de outros Partidos são chamados para negociar com o Governador. Não se ouve, porém, a representação de classe legitimada e eleita pelo voto dos professores.

Senador Almeida Lima, V. Ex^a está de parabéns ao discordar do Governo do Estado. Não pode concordar, todavia, com a discriminação, o descaso e a desconsideração do Governo do Estado para com a classe que tem uma representação.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, já pensou se a Polícia Federal não tivesse o poder de negociar com o Governo Federal e fosse fazê-lo por intermédio dos evangélicos, dos bispos, e não por meio da representação legítima da sua classe? Essa situação seria uma desmoralização completa, e Polícia Federal jamais aceitaria algo assim.

Por isso, considero errada a condução, mas espero, sem dúvida alguma, que todos os pleitos sejam atendidos – na realidade, quero isso –, que a paz volte a reinar em Sergipe no setor educacional e que os professores voltem às salas de aula em condições de trabalho, para oferecer à nossa juventude a educação que os pais esperam, visando ao futuro no nosso Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, pela Liderança da Minoria.

Senador Sérgio Guerra, peço licença a V. Ex^a para conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. Essas disputas paralelas confundem a cabeça do Presidente. Agradeço imensamente a gentileza de V. Ex^a de aguardar alguns minutos, para usar da palavra em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, falarei apenas durante os cinco minutos regimentais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por várias vezes ocupei esta tribuna para falar de um assunto que me preocupa muito e que diz respeito à infância e à juventude do Brasil. Trata-se da exclusão digital.

Uma matéria de domingo, do jornal **O Globo**, me chamou a atenção, mais uma vez, para o problema: uma pesquisa feita pela Unesco, sobre o perfil do professor brasileiro, em maio de 2002, mostra que o mundo digital está muito longe do cotidiano do professor brasileiro.

A pesquisa foi feita com 25 mil professores de ensino fundamental e médio no País, nos 26 Estados e no Distrito Federal. O resultado é assustador. Mais da metade dos professores não tem computador em

casa, não navega na Internet. Esses profissionais nem sequer usam o correio eletrônico.

Outro dado inquietante: 65% tem renda familiar entre 2 e 10 salários mínimos.

Um terço deles se classifica como pobre, ou seja, a exclusão digital é consequência direta da situação econômica em que vivem os professores.

O acesso ao computador e à Internet é diretamente proporcional à renda. Segundo representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, não há como um professor ensinar aos alunos como usar a informática, a tecnologia da informação, a não ser que ele a conheça.

Os pesquisadores da Unesco acreditam que a alfabetização tecnológica deve ser uma das prioridades nas políticas de investimento em educação. Mas, infelizmente, não é isso o que está acontecendo no Brasil.

Os dados da Unesco também mostram as profundas disparidades regionais do País. No Nordeste, 12,7% dos docentes recebem até 2 salários mínimos, enquanto, no Sudeste, esse percentual é irrisório, de apenas 1%. Entre os nordestinos, só 2% conseguem ter mais de 20 salários mínimos no fim do mês, entre os professores. Já no Sudeste, essa é a renda familiar de 8,9% dos professores.

A desigualdade regional é uma preocupação permanente que deve estar em nossa mente.

Como é possível melhorar a qualidade de vida do brasileiro, aumentar o número de empregos sem investir mais em educação? E investir em educação, hoje, significa investir também na tecnologia moderna disponível em todo o mundo e que leva os professores a ter mais informação para transmitir aos alunos.

Entretanto, parece que esses números não comovem o Governo Federal.

Em dezembro do ano passado, ocupei a tribuna mais uma vez para cobrar do Governo a aplicação de R\$3 bilhões que estão parados no Tesouro Nacional, dinheiro que é do Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações, o Fust. Repito: R\$3 bilhões do Fust estão parados nos cofres do Tesouro. O jeito é fustigar o Governo para ver se ele começa a usá-los.

Um artigo do jornal **O Globo** de ontem, 25 de maio, do professor e jornalista André Felipe Lima, lembra exatamente essa verba do Fust.

Diz o artigo:

O levantamento feito pela Unesco é importante porque dá nome aos bois. Mostra números inquestionáveis e o efeito danoso de uma política na área educacional onde prevalecem interesses pouco ortodoxos. Esse estado caótico poderia ter sido minimizado há dois anos, caso o imbróglia político do PT e aliados contra

Fernando Henrique não impedisse a implantação do projeto que levaria computadores e Internet às escolas de Ensino Fundamental e Médio.

O Fust foi criado em agosto de 2000, com 1% da receita operacional bruta das operadoras de telecomunicações e 50% das receitas da Anatel.

O programa de informatização e Internet nas escolas públicas, que está previsto na Lei Geral das Telecomunicações, também deveria atender a bibliotecas e hospitais. Infelizmente, não saiu do papel.

Aquela época, o PT questionou o edital da Anatel, que, supostamente, feria a lei das licitações públicas, e o Tribunal de Contas da União embargou a licitação, mas isso já está resolvido. Hoje, o PT é Governo. O bilionário dinheiro do Fust está sob sua guarda. Mas a educação por meio da tecnologia continua ao alcance de muito poucos, apenas daqueles que podem pagar uma escola privada.

Como bem lembra o professor André Felipe Lima, o Fust pode ser o caminho mais curto para a busca do tão almejado “espetáculo do crescimento”, proporcionando educação à população de baixa renda, dona legítima desses R\$3 bilhões.

Até quando o Governo Federal vai deixar essa verba mofando nos cofres públicos e colocar divergências políticas acima dos interesses do País? Até quando a falta de decisão e a falta de ação vão continuar inviabilizando a inclusão digital? É a nossa juventude, a infância brasileira, enfim, a educação brasileira que precisa desses R\$3 bilhões que estão mofando, volto a dizer, no Fust.

Um ano e cinco meses de Governo já se passaram e a situação continua a mesma, sem perspectiva de uso dos R\$3 bilhões, no mínimo, para que os computadores cheguem ao ensino público e às crianças e jovens que dele tanto necessitam para poder enfrentar, em melhores condições, o mercado de trabalho.

Sr. Presidente, este é o registro de quem entende que não é possível que o Governo continue se negando a aplicar recursos destinados a um fim específico.

Todo mês pagamos, na conta de telefone, o dinheiro do Fust, mas ele fica parado e os computadores, a informatização das escolas e o acesso à Internet pelos professores e alunos continuam sendo apenas um sonho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder do PFL, Senador José Agripino Maia, deu conhecimento a esta Casa de uma inquestionável irregularidade em um conjunto de imensas irregularidades.

Os convênios realizados neste ano, referentes a uma execução orçamentária fantasma – porque apenas 3% do que foi previsto foi executado –, apresentam claro favorecimento, sob qualquer aspecto de contabilidade, a prefeituras e governos do Partido dos Trabalhadores. Desequilibrado, desproporcional, completamente injustificado!

Eu acabava de chegar de uma reunião na Comissão de Orçamento, onde estavam alguns Senadores de vários partidos. Naquela reunião, comuniquei o que afirmo agora a este Plenário: há uma bastante comprometedoras tendência de falta de interesse, ou de crescente falta de interesse, pela questão do Orçamento por parte de Parlamentares – no plural. A Comissão de Orçamento tem extrema dificuldade de conseguir *quorum* para decidir. Parlamentares começam a acreditar cada vez menos no Orçamento, que cada vez vale menos e não serve mais aos propósitos de construção de uma lei que presida de forma correta a realização das contas nacionais.

Na prática, há um processo de total desestruturação do Orçamento, liderado agora, sob qualquer aspecto e de forma irrefutável, pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A começar pela ridícula execução orçamentária, pela absolutamente ridícula execução orçamentária, e depois por critérios – ou pela falta de critério – que hoje presidem as decisões tomadas nessa área.

Por exemplo, está sendo preparada a liberação de emendas individuais que não foram pagas em outros exercícios por intermédio de pagamentos feitos em emendas coletivas do atual Orçamento. Ou seja, alguém aprovou, no ano passado, uma emenda individual, a fim de fazer algo. Agora, a Liderança do Governo propõe que o pagamento que não foi feito se transforme em um direito de uma emenda coletiva. Para quem está mais próximo do assunto, isso significa uma total descaracterização do trabalho do Congresso Nacional. Não vale mais o que foi discutido e aprovado aqui. Não vale mais a destinação dos projetos.

Em minha região, o presidente de uma empresa estatal procura governadores e diz: a emenda aprovada pela Oposição não vale. Se V. Ex^a deseja recursos para o seu Estado, consiga de sua bancada que tais recursos sejam transferidos para essa outra emenda, porque nela o Governo concorda em liberar os recursos.

Nunca, na história da execução orçamentária no Brasil, alguém fez uma proposta tão indecente. Nunca ninguém trabalhou assim, nunca o mandato parlamen-

tar e o mandato da construção da Lei de Orçamento no Congresso foram tão desautorizados. Emendas individuais interpenetram emendas de bancada. A execução orçamentária é uma ficção. A administração do Executivo não acontece mais apenas na discriminação odiosa por meio dos contingenciamentos, mas no direito de intervir sobre a finalidade das emendas.

É um processo absolutamente precário. Pessoalmente, não posso, de maneira nenhuma, acreditar que seja produto de conspiração, mas, com certeza, é resultado de profunda incompetência que preside as ações de Orçamento neste Governo.

Não pode ser má-fé – seria escandaloso. É incompetência, o que é mais escandaloso ainda. É uma incapacidade total de compreender o que se processa aqui. Desmonta-se uma lei que já é precária e se a torna completamente improdutivo. O Congresso precisa reagir a isso. Não apenas os partidos de Oposição, mas todos devem reagir a isso.

Quando falei, agora, na Comissão, vários me apoiaram, inclusive Parlamentares da Base do Governo, porque os fatos são concretos e estão se repetindo em vários ministérios. Há transferência de recursos de projetos aprovados com uma intenção pelo Congresso para outros projetos, que o Governo considera essenciais, sem passar por aqui, porque teria que haver um crédito suplementar para que fossem aqui decididos, aprovados ou não.

Trata-se, portanto, de um processo de desmontagem da precária estrutura do orçamento nacional, em um Governo que não cumpre coisa alguma, nem o mínimo do que o Congresso aprova. Esses são os fatos, não há como questioná-los.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Guerra, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder do Governo.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 26 DE MAIO DE 2004, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Antes de dar início à Ordem do Dia, concedo a palavra à última Senadora inscrita, Senadora Ana Júlia Carepa. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos assiste e nos ouve, concordo com as palavras do Senador Aloizio Mercadante, até porque fui uma das que participaram ativamente da discussão da reforma tributária.

Cheguei a incluir essa matéria no meu compromisso de campanha, sabedora que era da necessidade de o País fazer uma reforma tributária e de que, já no meu primeiro ano de mandato, estaríamos discutindo este assunto aqui. E o fizemos, com responsabilidade, sabendo que o povo brasileiro tinha essa expectativa.

Vejo o nosso companheiro Senador Luiz Otávio e não poderia deixar de registrar a vitória que conseguimos para os Estados que têm saldo positivo na balança comercial, como é o caso do nosso Pará. Tratava-se de uma reivindicação histórica, que agora foi aprovada, de incluir entre os critérios de distribuição do Fundo de Compensação das Exportações o saldo da balança comercial. Assim, os Estados que têm saldo positivo na balança comercial receberão uma compensação maior por conta disso.

Então, estou de pleno acordo com as palavras do Líder Aloizio Mercadante.

Um outro assunto que me traz à tribuna é que eu não poderia deixar de, mais uma vez, fazer justiça ao nosso Ministro da Saúde. Já dizia o Ministro das Comunicações de Hitler que uma mentira, repetida centenas de vezes, pode acabar se transformando em uma verdade. E acredito que é isso que algumas pessoas estão tentando fazer.

Mais uma vez, homenagem ao nosso Ministro da Saúde, Humberto Costa, e ao nosso Ministro da Justiça, pela coragem que tiveram. Quando o Ministro recebeu as denúncias sobre essa verdadeira quadrilha que “vampirava” o nosso País, que sugava o sangue do nosso povo há mais de dez anos, teve a coragem de denunciar, de exigir a investigação e apuração. Parabenizo também o Ministro da Saúde, Humberto Costa, por ter alterado, desde o início da denúncia, a forma de licitação, que conseguiu romper o esquema. Isso fez com que o preço dos hemoderivados, por exemplo, passasse de US\$0.41 – era o preço até março de 2003 – para US\$0.23 e, após a adoção do sistema de pregões, chegou a uma média de US\$0.16. Essa ação gerou uma economia ao País, somente em 2003, de R\$170 milhões. Isso significa vidas humanas que foram salvas, porque esse dinheiro deixou de ir para esse esquema de corrupção, que existia há tantos anos naquele Ministério da Saúde.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Não só no Ministério, existia em Pernambuco com o Ministro Humberto Costa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– A investigação está sendo ampliada para as compras de preservativos e de insulina. Queremos acabar com os vampiros, sim, neste País. E não interessa se envolve o assessor do Ministro, que só entrou em julho, e o Ministro já estava firme, já havia pedido a apuração desde março de 2003 e reiterou em setembro de 2003. Foi cooptado o assessor do Ministro? Qualquer um de nós está sujeito a isso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Em Pernambuco, esse assessor era um santo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Senador, eu gostaria de tentar continuar o meu pronunciamento. Penso que tenho esse direito. Posso depois lhe conceder um aparte.

Quero dizer que sinto muito orgulho e que, hoje, quando foi votado, na Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, o convite ao Ministro Humberto Costa, eu, além de ter votado favoravelmente, propus – o que também foi aprovado – que viesse junto com S. Ex^a o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já que se tratou de uma operação conjunta entre os Ministérios da Saúde e da Justiça. E a Polícia Federal imediatamente entrou no caso.

Para concluir, quero dizer que pelo menos o Estado do Pará está recebendo mais recursos do que recebia antes, em várias áreas.

Na área da saúde, por exemplo, o setor de média e alta complexidade recebeu, em 2002, R\$273 milhões, valor que passou para R\$314 milhões em 2003. O extra teto da saúde, que, em 2002, era de R\$43,17 milhões, passou para R\$48,36 milhões em 2003.

Disseram, neste plenário, que o Governo distribuía recursos apenas para Estados governados pelo PT, mas informo ao povo do Brasil que o Governador do Pará é do PSDB e está recebendo mais recursos para a saúde – no que se refere ao teto financeiro, à atenção básica, à média e alta complexidade, ao extra teto e ao controle de doenças – do que recebeu em 2002.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– O Estado recebeu mais recursos do financiamento do FGTS para saneamento. Trata-se de financiamento, sim, mas foram destinados R\$81 milhões, mesmo com os problemas enfrentados pela Cosampa – Companhia de Saneamento do Governo do Estado do Pará. Interferimos para que, ainda assim, o Governo Federal não deixasse de repassar os R\$81 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Para concluir, Sr. Presidente, sabe o que significam R\$81 milhões para saneamento, para ampliação do abastecimento de água no Pará? Mais recursos do que o segundo mandato inteiro do ex-presidente Fernando Henrique. Naquela época, o Governo do Estado do Pará conseguiu R\$76 milhões junto à Caixa Econômica Federal, e nós conseguimos e ajudamos a liberar o financiamento de R\$81 milhões. Valor maior do que o recebido em quatro anos.

Isso mostra que não há nenhuma discriminação, até porque, para nós, o compromisso não é com o Partido A, B ou C; o nosso compromisso é com a população.

Se o Presidente me permitir, concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Infelizmente, o Presidente não me permite conceder-lhe o aparte. Peço-lhe desculpas, até porque tenho a praxe de conceder apartes aos Srs. Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a sabe do carinho que tenho por V. Ex^a!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador!

Quero, mais uma vez, registrar que, no meu Estado, sou testemunha de que não há essa discriminação. Muito pelo contrário, até porque registrei aqui uma das maiores reivindicações do nosso Estado em relação ao Fundo de Compensação, que foi atendida exatamente no momento da reforma tributária.

Mais uma vez quero parabenizar o nosso Ministro Humberto Costa e o nosso Ministro da Justiça. Saibam que já há 45 pessoas afastadas.

Vamos atrás do vampiro, seja quem for, independentemente do tempo que estiver no seu ofício.

Quem teve a coragem de baixar os custos e quem teve a coragem de investigar foram os Ministros Humberto Costa, da Saúde, e Thomáz Bastos, da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa apenas esclarece à nobre Senadora Ana Júlia Carepa que teria muito prazer em ouvir, regimentalmente, o aparte do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que o solicitou em período regimental. Ocorre que, como o aparte não foi concedido no período regimental, V. Ex^a sabe muito bem que não se pode aceitá-lo fora do prazo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 653, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do art. 225, § 2º, “c”, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2004**Institui o Diploma Lanceiro Negro.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Diploma Lanceiro Negro, destinado a agraciar cidadãos que, no País, tenham oferecido contribuição relevante na defesa dos direitos contra a qualquer tipo de preconceito ou discriminação, seja de raça, cor, idade, sexo, etnia, religião ou deficiência e questões do gênero.

Art. 2º O Diploma será conferido, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do dia 14 de novembro, e agraciará 10 cidadãos de diferentes áreas de atuação.

Art. 3º A indicação dos candidatos ao Diploma deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada do respectivo curriculum vitae e de justificativa, até 1º de agosto, do mesmo ano.

Parágrafo único. Toda entidade, governamental ou não-governamental, de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à promoção da igualdade racial, bem como na defesa contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação, poderá indicar um nome de candidato ao Diploma, a cada ano.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho do Diploma Lanceiro Negro, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal.

Parágrafo único. O Conselho escolherá, anualmente, dentre seus integrantes, o seu presidente, a quem caberá a coordenação dos trabalhos.

Art. 5º Os nomes dos agraciados serão, previamente, enviados à Mesa do Senado Federal e publicamente divulgados na sessão a que se refere o art. 2º.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na Batalha de Porongos, em 14 de novembro de 1844, os Lanceiros Negros salvaram a Revolução Farroupilha de desastre total. Pelo modo como combateram, salvaram Canabarro e grande parte das tropas e tomaram possível a negociação de uma paz honrosa como e foi a de Ponche Verde, e a liberdade para todos os negros e mulatos que lutaram pesa República Rio (irandense. Ao final do combate o campo de batalha de Porongos ficou juncado com 100 mortos farroupilhas.

Segundo descrição do historiador Canabarro Reichardt “Dentre eles 80 eram bravos Lanceiros negros de Teixeira Nunes. Com a surpresa em Porongos, os farrapos, passados os primeiros momentos de estupor, recobram ânimo e se dispõem a morrer lutando. Teixeira, o Bravo dos bravos, cujo denodo assombrou um dia o próprio Garibaldi, reuniu os seus lanceiros negros.

O 4º Regimento de Linha farrapo e alguns esquadrões desanimam quando os imperiais se multiplicam, e surgem de todos os pontos. Uma segunda carga imperial e mais impetuosa é também repelida. E este foi o sinal da debandada farrapa geral.

Em vão os chefes chamam os soldados ao dever, dando-lhes o exemplo. Nada os contém e o Exército Farrapo como por encanto, se dissolve, arrastando consigo ainda os que querem lutar.

Apenas alguns grupos mantêm-se resistindo e neles o combate se trava à arma branca. Tombam os lanceiros negros de Teixeira, brigando um contra vinte, num esforço incomparável de heroísmo”.

Esta descrição do sacrifício dos Lanceiros Negros para salvar ao máximo o Exército, o ideário da República Rio-Grandense, é comovente e emociona todo o filho do Rio Grande do Sul, justificando uma homenagem póstuma, ainda que tardia, do Governo ao Povo do Rio Grande do Sul. Esta homenagem, seria de erigir na praça da Matriz em Porto Alegre, o mais próximo possível dos palácios Piratini e Farroupilha, uma estátua ao Lanceiro Negro Farroupilha, ao gaúcho filho da Liberdade, por sua contribuição, como valeroso soldado, para a evolução social e política do Brasil, com reflexos na luta para a conquista dos objetivos de Democracia (República), contra a discriminação, qualquer que seja ela, e pela Paz Mundial. Zumbi dos Palmares custou mas já foi consagrado em estatua por sua luta pela liberdade de seus irmãos.

Fica esta como uma sugestão ao Governo Federal, pois dentre as minhas possibilidades apresento aos meus nobres pares, um Projeto de Resolução que institui

o Diploma Lanceiro Negro. Este projeto homenageará os cidadãos que mais lutaram contra qualquer tipo de discriminação, visando apenas os objetivos da Democracia, da Justiça e da Paz Mundial, tal qual foram os objetivos dos Lanceiros Negros que tombaram em 14 de novembro de 1844, na Batalha dos Porongos.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Paulo Paim**.

(Às Comissões de Educação, de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O projeto de resolução que acaba de ser lido será encaminhado às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador **Efraim Moraes**.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2004

Concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Com o objetivo de criar novos postos de trabalho, as médias, pequenas e microempresas poderão contratar novos empregados com benefício de subvenções econômicas.

Art. 2º As subvenções de que trata o art. 1º serão usufruídas enquanto durar os novos vínculos empregatícios, limitadas a período de 24 (vinte e quatro) meses, desde que o empregador mantenha número médio de empregados igual ou superior ao estoque de empregos existentes no mês anterior ao de início da vigência desta Lei, excluídos do cômputo os contratados com amparo neste dispositivo legal e os participantes de programas congêneres.

Art. 3º As subvenções econômicas de que trata o art. 1º consistem em:

I – isenção da contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS – sobre a folha de salários dos contratados sob a proteção desta Lei;

II – dedução das despesas geradas na criação dos novos postos de trabalho no imposto de renda devido, limitada a 10% (dez por cento) do imposto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto objetiva incentivar a criação de novos postos de trabalho, por meio da redução da carga tributária, que está sufocando a iniciativa privada, chegando a inviabilizar inúmeros empreendimentos. Não se concebe crescimento econômico com uma carga tributária na ordem de 42% do PIB, e com tendência a crescer (considere-se a MP 179/2004, que resultará em oneração da CPMF das empresas a partir de agosto do ano em curso).

Novos empregos significam mais dinheiro circulando na economia, redução da violência e melhoria na educação e na saúde, o que seguramente contribui para o efetivo crescimento do País.

Outro aspecto a considerar é a importância do emprego para cada brasileiro, especialmente no que se refere à população jovem que, se impedida de exercer ou se não conduzida a uma ocupação remunerada, tende, em muitos casos, a se envolver em atividades de risco, quando não ilegais.

A proposição envolve a participação dos dois agentes indispensáveis no combate ao desemprego: a sociedade – por meio da iniciativa privada, já que caberá aos empresários a tarefa de admitir, treinar e orientar os novos trabalhadores, familiarizando-os com máquina e equipamentos de alto custo e integrando-os ao ambiente profissional, o governo – na medida em que reduz a carga tributária, o que, além de incentivar a criação de novos empregos, terá aumentada a sua virtude do ingresso dos novos consumidores no circuito da economia nacional.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Marcos Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 1º DE ABRIL 2004

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

VII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito para investimento, aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança.

§ 1º O Banco central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II, VI e VII deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos.

§ 7º Para a realização de aplicações financeiras, é obrigatória a abertura de contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco central do Brasil.

§ 8º As aplicações financeiras serão efetivadas somente por meio de lançamentos a débito em contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 9º Ficam autorizadas a efetivação e a manutenção de aplicações financeiras em contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo, observadas as disposições estabelecidas na legislação e na regulamentação em vigor.

§ 10. Não integram as contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo:

I – as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – as contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

§ 11. O ingresso de recursos novos nas contas correntes de depósito para investimento será feito exclusivamente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 12. Os valores das retiradas de recursos das contas correntes de depósito para investimento, quando não destinados à realização de aplicações financeiras, serão pagos exclusivamente ao beneficiário por meio de crédito em sua conta corrente de depósito, de cheque, cruzado e intransferível, ou de outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 13. Aplica-se o disposto no inciso II deste artigo nos lançamentos relativos a movimentação de valores entre contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 14. O disposto nos incisos V do art. 2º e VI deste artigo aplica-se exclusivamente às operações nos mercados organizados de liquidação futura, com ajustes diários, contratadas até 31 de julho de 2004.

§ 15. A partir de 1º de agosto de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação das aplicações financeiras existentes em 31 de julho de 2004 poderão ser creditados diretamente ao beneficiário, em conta corrente de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo.” (NR)

“Art. 16. Serão efetivadas somente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular ou do mutuário, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil:

I – as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – a liquidação das operações de crédito;

III – as contribuições para planos de benefícios de previdência complementar ou de seguros de vida com características semelhantes;

IV – o valor das contraprestações, bem como de qualquer outro pagamento vinculado às operações de arrendamento mercantil.

§ 1º Os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras não integradas a conta corrente de depósito para investimento, bem como os valores referentes à concessão de créditos e aos benefícios ou resgates recebidos dos planos e seguros de que trata o inciso III deste artigo, deverão ser pagos exclusivamente aos beneficiários mediante cheque cruzado, intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, cujos titulares sejam pessoas físicas, bem como às contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 1973.

§ 3º No caso de planos ou seguros constituídos com recursos de pessoa jurídica e de pessoa física, o valor da contribuição dessa última poderá ser dispensado da obrigatoriedade de que trata este artigo, desde que transite pela conta corrente da pessoa jurídica.

§ 4º O Ministro de Estado da Fazenda poderá:

I – dispensar da obrigatoriedade prevista neste artigo a concessão ou a liquidação de determinadas espécies de operações de crédito, cujo mutuário seja pessoa física, podendo inclusive estabelecer limites de valor para essa dispensa, tendo em vista os respectivos efeitos sociais;

II – permitir, na hipótese de operações de valor superior ao limite de que trata o inciso I, que o valor do crédito concedido seja transferido diretamente ao vendedor do bem ou ao prestador do serviço, sem prejuízo da cobrança da contribuição devida pelo mutuário.” (NR)

Art. 2º As multas a que se referem os incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1998, serão de cento e cinquenta por cento e de trezentos por cento, respectivamente, nos casos de utilização diversa da prevista na legislação das contas correntes de depósito sujeitas ao benefício da alíquota zero de que trata o art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, bem como da inobservância de normas baixadas pelo Banco Central do Brasil de que resultar falta de cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF devida.

§ 1º Na hipótese de que trata o **caput**, se o contribuinte não atender, no prazo marcado, é intimação para prestar esclarecimentos, as multas a que se referem os incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996, passarão a ser de duzentos e vinte e cinco por cento e quatrocentos e cinquenta por cento, respectivamente.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo aplica-se, inclusive, na hipótese de descumprimento da obrigatoriedade de crédito em conta corrente de depósito à vista do beneficiário dos valores correspondentes às seguintes operações:

I – cobrança de créditos de qualquer natureza, direitos ou valores, representados ou não por títulos, inclusive cheques;

II – recebimento de carnês, contas ou faturas de qualquer natureza, bem como de quaisquer outros valores não abrangidos no inciso I.

§ 3º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo aplica-se às instituições responsáveis pela cobrança e recolhimento da CPMF, inclusive aquelas relacionadas no inciso III do art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, e no inciso I do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 3º A partir de 1º de agosto de 2004, a incidência do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos a que se refere o art. 6º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, ocorrerá no último dia

útil dos meses de maio e de novembro de cada ano, ou no resgate, se ocorrido em data anterior.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de agosto de 2004.

Brasília, 1º de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Antonio Palocci Filho.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 2-4-2004.

.....
(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2004

Modifica as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), admitindo realização de inventário e partilha extrajudiciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 2.015 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002:

“Art. 2.015, Se os herdeiros forem capazes, poderão fazer partilha amigável;

I – por escritura pública, extrajudicialmente, quando existir um único bem a partilhar;

II – por termo nos autos do inventário ou escrito particular homologado pelo juiz. (NR)”

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 1.031 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973:

“Art. 1.031. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos do art. 2.015, II, do Código Civil, será homologada de plano pelo juiz, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, com observância dos arts. 1.032 a 1.035 desta Lei.

..... (NR)”

Art. 3º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973:

“Art. 1.037-A. Nos casos de partilha amigável realizada na forma prevista no ad. 2.015, I, do Código Civil, a escritura pública só será lavrada pelo cartório competente depois de apresentada declaração assinada por todos os herdeiros e meeiro, se houver, com a atribuição de valor ao bem, plano de partilha e prova de quitação de tributos.

Parágrafo único. Não será admitida a partilha extrajudicial caso haja credor do espólio.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por finalidade simplificar os procedimentos relativos ao inventário e partilha amigável, celebrada entre partes capazes, de forma que seja possível realizar-se por escritura pública, dispensada a homologação judicial.

A medida tem por cautela vedar a realização dessa forma de inventário e partilha caso haja credor do espólio, uma vez que não se poderia contar com os meios de controle judiciais para a notificação e manifestação, em contraditório, dos credores.

Por outro lado, não se permitirá que seja lavrada a escritura pública de inventário e partilha amigável, enquanto não for provada a quitação dos tributos.

Assim sendo, acreditamos que as providências legislativas preconizadas nesta proposição tomarão mais simples e menos onerosos os necessários procedimentos decorrentes da partilha amigável de herança, sem eliminar a possibilidade de que seja feita pelos meios judiciais já previstos em lei.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **César Borges.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 237. Nas demais comarcas aplicar-se-á o disposto no artigo antecedente, se houver órgão de publicação dos atos oficiais; não o havendo, competirá ao escrivão intimar, de todos os atos do processo, os advogados das partes:

I – pessoalmente, tendo domicílio na sede do juízo;

II – por carta registrada, com aviso de recebimento quando domiciliado fora do juízo.

.....
Art. 993. Dentro de 20 (vinte) dias, contados da data em que prestou o compromisso, fará o inventariante as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado. No termo, assinado pelo juiz, escrivão e inventariante, serão exarados: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

I – o nome, estado, idade e domicílio do autor da herança, dia e lugar em que faleceu e bem ainda se deixou testamento; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

II – o nome, estado, idade e residência dos herdeiros e, havendo cônjuge supérstite, o regime de bens do casamento; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

III – a qualidade dos herdeiros e o grau de seu parentesco com o inventariado; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

IV – a relação completa e individuada de todos os bens do espólio e dos alheios que nele forem encontrados, descrevendo-se: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

a) os imóveis, com as suas especificações, nomeadamente local em que se encontram, extensão da área, limites, confrontações, benfeitorias, origem dos títulos, números das transcrições aquisitivas e ônus que os gravam;

b) os móveis, com os sinais característicos;

c) os semoventes, seu número, espécies, marcas e sinais distintivos;

d) o dinheiro, as jóias, os objetos de ouro e prata, e as pedras preciosas, declarando-se-lhes especificadamente a qualidade, o peso e a importância;

e) os títulos da dívida pública, bem como as ações, cotas e títulos de sociedade, mencionando-se-lhes o número, o valor e a data;

f) as dívidas ativas e passivas, indicando-se-lhes as datas, títulos, origem da obrigação, bem como os nomes dos credores e dos devedores;

g) direitos e ações;

h) o valor corrente de cada um dos bens do espólio.

Parágrafo único. O juiz determinará que se proceda: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

I – ao balanço do estabelecimento, se o autor da herança era comerciante em nome individual;

II – a apuração de haveres, se o autor da herança era sócio de sociedade que não anônima.

Art. 1.031. Proceder-se-á ao inventário e partilha de acordo com as regras desta seção:

I – quando todos os herdeiros forem maiores, capazes e convierem em fazer a partilha amigável dos bens do espólio, qualquer que seja o seu valor;

II – quando o valor dos bens do espólio não exceder duzentas (200) vezes o do salário-mínimo vigente na sede do juízo.

Art. 1.032. No caso do número I do artigo antecedente, todos os herdeiros, em um só requerimento:

I – pedirão ao juiz a nomeação do inventariante designado;

II – declararão os títulos de herdeiros e os bens do espólio, observado o disposto no artigo 993.

Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

I – o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;

II – o consenso unânime dos sócios;

III – a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado;

IV – a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;

V – a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

Art. 1.034. A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando:

I – anulada a sua constituição;

II – exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade.

Art. 1.035. O contrato pode prever outras causas de dissolução, a serem verificadas judicialmente quando contestadas.

Art. 1.037. Apresentado o laudo, o juiz, em audiência que designar, deliberará sobre a partilha, decidindo de plano todas as reclamações e mandando pagar as dívidas não impugnadas.

§ 1º Para essa audiência, será intimada a Fazenda Pública, na forma do artigo 237, número 1.

§ 2º Lavar-se-á de tudo um só auto, assinado pelo juiz e pelas partes presentes.

§ 3º Calculado e pago o imposto, o juiz julgará a partilha.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2.015. Se os herdeiros forem capazes, poderão fazer partilha amigável, por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular, homologado pelo juiz.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2004

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de Médico-Veterinário e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Respeitados os direitos adquiridos dos profissionais registrados nos Conselhos, só é permitido o exercício da profissão de Médico Veterinário:

I – aos portadores de diplomas expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas e registradas na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação, aprovados em Exame Nacional de Certificação Profissional;

II – aos profissionais diplomados no estrangeiro que tenham revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor, aprovados em Exame Nacional de Certificação Profissional.

Parágrafo único. O Exame Nacional de Certificação Profissional será regulamentado por meio de Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O exercício de algumas profissões tem implicações sobre a educação, a saúde, os direitos e a segurança dos cidadãos. Inclui-se entre essas atividades a de médico veterinário. Cuidando dos animais exercem atividade que afeta diretamente o ser humano. Muitos profissionais desta área trabalham em controles sanitários e, sendo assim, atuam na preservação da saúde da população, prevenindo contra a transmissão de doenças. Em consequência, essa atividade deve merecer uma regulamentação específica e a fiscalização do Estado, através dos Conselhos.

A legislação que rege o tema (Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968), entretanto, encontra-se, em nossa visão, superada pela passagem do tempo. O momento atual exige que sejam realizados exames para estabelecer, com mais garantia, a qualificação dos profissionais aptos a exercer a profissão de médico veterinário. Isso já ocorre com os advogados. Também os médicos passam pela residência médica como exigência de qualificação. Os médicos-veterinários

também precisam ser, de certa forma, selecionados, garantindo-se um mínimo de conhecimento e de competência profissional. A sociedade merece esse tipo de cautela.

Como instrumento positivo, o “Exame Nacional de Certificação Profissional”, cuja instituição estamos propondo, pode melhorar a qualidade dos profissionais em atividade e impedir o exercício da profissão por incapacitados ou incompetentes. Além disso, a exigência de um exame pode promover a padronização dos conteúdos didáticos dos cursos universitários e servir como referência para o estudo dos profissionais do ramo.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária está, em nosso entendimento, em condições de regulamentar a forma de realização e os demais aspectos referentes ao exame. Trata-se da entidade que melhor conhece o quadro de profissionais em atividade e as exigências e demandas de cidadãos e clientes que se utilizam ou são beneficiados pelo trabalho dos médicos veterinários.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação de nossa iniciativa. Trata-se de uma reivindicação justa dos Conselhos Federal e Estaduais de Medicina Veterinária e de uma forma de assegurar um atendimento qualificado, pelos médicos veterinários, das demandas da sociedade.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 1968

Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei

CAPÍTULO I**Da Profissão**

Art. 1º O exercício da profissão de médico-veterinário obedecerá às disposições da presente lei.

Art. 2º Só é permitido o exercício da profissão de médico-veterinário:

a) aos portadores de diplomas expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas e registradas na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura;

b) aos profissionais diplomados no estrangeiro que tenham revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º O exercício das atividades profissionais só será permitido aos portadores de carteira profissional expedida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária ou pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária criados na presente lei.

Art. 4º Os dispositivos dos artigos anteriores não se aplicam:

a) aos profissionais estrangeiros contratados em caráter provisório pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou pelos Territórios, para função específica de competência privativa ou atribuição de médico-veterinário;

b) às pessoas que já exerciam função ou atividade pública de competência privativa de médico-veterinário na data da publicação do Decreto-Lei nº 23.133, de 9 de setembro de 1933.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2004

Autoriza a criação da Ouvidoria-Geral da República, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Ouvidoria-Geral da República, com a incumbência de acolher, processar e encaminhar à Presidência da República, aos Ministérios, às Secretarias e demais órgãos da Administração pública direta e indireta, após avaliação sumária, projetos, sugestões, reclamações, denúncias, bem como consultas da população ou de entidades, que visem:

I – o aperfeiçoamento das formas de participação popular e comunitária, nos processos de planejamento e execução de serviços públicos;

II – o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural;

III – a correção de erros, omissões ou abusos administrativos;

IV – a melhoria dos serviços públicos em geral.

§ 1º O Ouvidor-Geral da República será escolhido dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco de idade, de reputação ilibada, e, nomeado pelo Presidente da República, aprovada sua escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A estrutura e o quadro de pessoal da Ouvidoria-Geral da República serão definidos por decreto do Presidente da República.

Art. 2º Os projetos, sugestões, reclamações, denúncias ou consultas deverão ser formulados por escrito, acompanhados de documentos esclarecedores, se for o caso, e dirigidos, por qualquer cidadão, diretamente, à Ouvidoria-Geral da República.

Art. 3º A Ouvidoria-Geral da República manterá cadastro destinado ao registro das iniciativas inéditas ou colocadas em prática, com êxito, pelas administrações estaduais e municipais, desde que aplicáveis em nível federal.

Art. 4º As autoridades e servidores da Administração Federal direta e indireta prestarão colaboração e informações à Ouvidoria-Geral da República, em assuntos de sua alçada que sejam submetidos à sua apreciação.

Art. 5º Serão considerados serviços públicos relevantes os projetos e sugestões dos quais resultem benefícios à Administração e à comunidade e as reclamações e denúncias que, apuradas, redundem no aperfeiçoamento e moralização dos serviços públicos.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com satisfação, submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei em que se propõe a criação da Ouvidoria-Geral da República, vinculada ao Presidente da República.

Figura legendária de nossa História colonial, o Ouvidor-Geral tem suas funções assim descritas por Max Fleiuss, em sua “História Administrativa do Brasil” (Cia, Melhoramentos – 2ª edição – página 21):

“O Ouvidor-Geral era a autoridade suprema da justiça territorial no Brasil. Conhecia, por ação nova, dos casos-crimes, para o que tinha alçada até morte natural inclusive, quanto a escravos, peões, cristãos, gentios livres, devendo, porém, nos casos em que, segundo o direito, coubesse a pena de morte, inclusive, tratando-se de pessoas dessa qualidade, proceder nos respectivos feitos afinal e despachá-los para o governador-geral, sem apelação, se fossem conforme os seus votos; e, no caso de discordância, deviam ser os autos, com os réus, remetidos ao corregedor em Lisboa, para sentença. Em relação às pessoas de mor qualidade, tinha o Ouvidor-Geral alçada até cinco anos de degredo.”

Joaquim Manoel de Macedo, em suas “Memórias da Rua do Ouvidor”, registra:

“Um ouvidor de comarca era, naquele tempo (século XVIII), muito mais que um simples mortal, era uma potestade que o povo respeitava mais do que hoje respeita ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e não havia quem deixasse de por-se de chapéu na mão quando ele passava.”

E, tão importante foi a notável figura que, em 1780, um desses magistrados, Dr. Francisco Berquó da Silveira, ao fixar residência na então Rua do Padre Homem da Costa, deu motivo bastante para que se lhe alterasse o nome para Rua do Ouvidor, como o é, até hoje, no Rio de Janeiro.

Embora a respeitabilidade e a importância que se pretende do Ouvidor-Geral da República, em nada sejam menores que aquela, não seriam as mesmas as funções que desempenharia, atendidas que estão, hoje em dia, por magistrados com outras denominações e por cortes de justiça que se organizam em instâncias várias, no Estado moderno.

Também não se confundiriam, a não ser parcialmente, suas funções *com as* da moderna – e, há algum tempo em voga – figura de *ombudsmann*, longamente experimentada na Península Escandinava, especialmente, na Suécia.

O Ouvidor-Geral, na acepção do projeto de lei que ora submeto á douda apreciação desta Casa, tem importantíssimo papel a desempenhar, qual seja, o de atuar como elo de ligação direta entre a sociedade e a Administração Pública, facilitando o intercâmbio, discussão e a operacionalização de idéias, propostas e informações, a resolução de questionamentos e dúvidas; a solução de problemas, enfim, aproximando o cidadão dos serviços públicos, abrindo-lhe um canal de acesso adequado à repartição competente para a resolução das questões que o afligem, sem que necessite especializar-se no conhecimento dos meandros da máquina administrativa ou valer-se de terceiros – mediante paga, nem sempre legal e, com certeza, nunca justa, dos chamados despachantes, lobistas e figuras que tais – para obtenção de um direito líquido e certo; o mais das vezes.

No Governo do Rio Grande do Sul, tive a satisfação de implantar, com amplo sucesso, a Ouvidoria-Geral do Estado.

A proposição que tenho a honra de submeter ao elevado tirocínio de Vossas Excelências tem a presunção da simplicidade e, com base nesta característica, o objetivo e a esperança fundada de que irá resultar em instrumento de proficuas soluções às questões demandadas pelos cidadãos em geral, que haverão

de encontrar, na Ouvidoria-Geral da República, o foro adequado para acesso aos serviços de que necessitam e que são, afinal, a razão de ser da Administração Pública e do Estado constituído.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. _ Senador _ **Pedro Simon**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2004

Acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º, Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os seguintes dispositivos, renumerando-se o atual parágrafo único para § 3º:

“§ 1º, As obras e serviços de engenharia custeados pela União serão objeto de execução direta, sempre que, na região, operem Batalhões de Engenharia e Construção e Batalhões Ferroviários do Ministério do Exército capacitados a executá-los, vedada a subcontratação.

§ 2º, O Ministério do Exército será previamente consultado sobre a viabilidade da execução prevista no parágrafo anterior, admitindo-se a realização de licitação para execução indireta somente na hipótese de resposta negativa, oficialmente encaminhada ao órgão gestor respectivo.”

Justificação

Os caminhos da História e da Geografia do Brasil foram traçados, substancialmente, pela engenharia militar. Ela tem sua origem com a chegada, ao País, de D. João VI, com a construção e reparação de fortificações nas fronteiras e no litoral, sob orientação, na época, dos melhores nomes da engenharia portuguesa.

A Lei Federal nº 2.911, de 1880, já previa o emprego da Engenharia Milhar “na construção de estradas de feno, de linhas telegráficas estratégicas e outros trabalhos de engenharia pertencentes ao Estado”.

Segundo matéria publicada na edição de setembro/outubro de 1996 da revista Verde-Oliveira, do Exército Brasileiro, já em 1901, iniciava-se a construção de uma ferrovia ligando o Noroeste do Paraná ao Estado do Mato Grosso, embrião dos Batalhões Ferroviários que construíram, até setembro do último ano, 3.500 Km de estradas de feno que integraram regiões e abriram novas fronteiras.

Os Batalhões de Engenharia e Construção foram responsáveis, ainda, pela implantação de 11.400 km de rodovias e de 1.800 km de estradas vicinais, pela pavimentação de 5.000 km e pela conservação de 6.500 km de estradas. Foram construídos 47.300 m de pontes e viadutos (rodoviários e ferroviários), 52.600 m de túneis ferroviários, 43 aeroportos e pistas de pou-

so, além das obras de edificação de 18 quartéis e de 5.200 unidades residenciais oficiais.

Nas regiões de clima semi-árido, foram construídos 1.200 açudes e 1.000 poços tubulares, além de 7 sistemas de abastecimento d'água. No Nordeste, soma-se o auxílio à população flagelada pela seca, a distribuição de gêneros de primeira necessidade, a assistência médico-hospitalar e a orientação às populações locais na implantação de obras físicas necessárias às comunidades.

Atualmente, são dois os Batalhões Ferroviários – em Lages (SC) e Araguari (MG), – dois Grupamentos e nove Batalhões de Engenharia de Construção localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Portanto, a experiência histórica e a performance da engenharia militar credenciam-na a executar a implantação de obras públicas, em termos de conhecimento técnico. Além disso, a rigidez na aquisição de materiais e no acompanhamento da execução de obras físicas dá aos Batalhões de Engenharia a possibilidade de minimizar custos, nas obras sob contratação indireta, conforme dispõe o § 2º desta proposição, podendo-se, portanto, constituir em referência de preços para a contratação de obras públicas, a níveis federal, estadual e municipal.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Pedro Simon**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2004

Cria a Comissão Permanente de Turismo no âmbito do Senado Federal, alterando o Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 72 e 77 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

“Art. 72.
VII – Comissão de Turismo – CT.”
“Art. 77.
VII – Comissão de Turismo, 15.”

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte art. 102-F:

“Art. 102-F. À Comissão de Turismo compete opinar sobre:

I – normas gerais sobre turismo e suas políticas de desenvolvimento social, cultural e econômico;

II – outros assuntos correlatos.”

Art. 3º Aplica-se à Comissão de Turismo o disposto no § 2º do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Torna-se cada vez maior o reconhecimento de que a geração de novos empregos no Brasil só se dará com a promoção de investimentos no setor turístico. O próprio governo federal reconheceu isto ao elaborar as Diretrizes, Metas e Programas do Plano Nacional de Turismo para o período de 2003/2007.

Gerar empregos é a ansiedade do momento e se existe um indicativo e um reconhecimento de que o setor de turismo é capaz de cumprir este desafio, então porque não investir seriamente no setor.

Precisamos de uma ação emergencial para o setor, por que os níveis de desemprego, cada vez mais alarmantes no País, mostram que não se podem esperar por ações longas.

A criação de postos de trabalho no setor de turismo exige investimentos de menor vulto se comparados com outros setores da atividade econômica. Ao mesmo tempo, a agilidade com que se processa a qualificação dos recursos humanos, e a impossibilidade da substituição da prestação de serviços por máquina e equipamentos, fazem do setor um pólo fundamental para que se possam criar empregos com rapidez desde que haja a contrapartida dos recursos necessários para que essas ações emergenciais possam ser implementadas. Percebe-se que algo já vem sendo feito, uma vez que os Ministérios do Turismo, Trabalho e Emprego e da Integração Nacional em parceria com órgãos financeiros estão reservando recursos no montante de R\$1,4 bilhão para serem investidos no setor turístico nos próximos doze meses.

Essas ações de caráter imediato devem, no entanto, obedecer ao princípio de busca da efetivação como produto comercial de grande poder econômico. Ora, o Brasil tem uma vocação turística invejável, dispondo de todas as condições para atrair e agradar visitantes. Somos uma imensidão de praias, florestas, montanhas, rios, festivais, culinária diferenciada, parques nacionais, cidades históricas e a tradicional hospitalidade brasileira, assim como também, possuímos os destinos mais acessíveis financeiramente.

Nós, no Senado Federal, estamos fazendo a nossa parte. Recentemente aprovamos a criação da Subcomissão de Turismo afeta à Comissão de Assuntos Econômicos, que tem o seu valor Mas não é suficiente. É preciso mais. Um País como o nosso, com a potencialidade que tem nesta área não pode encarar desta maneira. É preciso um tratamento mais eficaz do Senado Federal perante o produto Turismo. Temos que nos profissionalizar, pois países muito menos capacitados pela natureza, fazem desse ramo um mercado importante e, em alguns casos, essencial para a sobrevivência econômica. A Comissão de Turismo é mais um instrumento para municiar o governo dos instrumentos necessários para que as diretrizes, metas e programas do Plano Nacional de Turismo se concretizem e, mais do que isso, se efetivem os resultados. (texto incluído)

Reconheço que a criação do Ministério do Turismo, o direcionamento da Embratur para a promoção e apoio à comercialização, a elaboração do Plano Nacional do Turismo com ampla participação da sociedade, são sinais claros de que o turismo será uma das grandes prioridades do atual governo e que os problemas existentes serão enfrentados. E o Senado Federal não pode ficar fora, subavaliando o turismo. É fundamental valorá-lo. Faço esta proposta com a maior tranquilidade, pois os nossos potenciais turísticos existem nos 26 Estados e no Distrito Federal. A Comissão de Turismo é necessária no Senado Federal para integrar todos os esforços públicos e privados em busca da melhoria do setor.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Leonel Pavan**, PSDB-SC.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Efraim Morais.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2004

Dá nova redação à alínea e do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal; revoga a alínea a do inciso X do § 2º do art. 155, o inciso II e os §§ 2º e 3º do art. 159, da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea e do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155

§ 2º

XII –

e) definir a forma como a União ressarcirá o contribuinte que promover operação ou prestação destinada ao exterior, do montante do imposto efetivamente pago em decorrência dessa operação ou prestação, preferencialmente em moeda corrente ou crédito tributário compensável com outros tributos de sua competência, não compartilhados com Estados, Distrito Federal e Municípios;

..... (NR)”

Art. 2º Ficam revogados a alínea a do inciso X do § 2º do art. 155, o inciso II e os §§ 2º e 3º do art. 159 da Constituição Federal, e o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único. A revogação só produzirá efeitos a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente ao da publicação da lei complementar, que regular o disposto na alínea e do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição, na redação dada por esta Emenda.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No tempo em que a exportação de produtos industrializados era incipiente, a Constituição Federal de 1967 previa a imunidade do então imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM) naquelas transações. O estímulo fiscal à agregação de valor nas exportações não repercutia negativamente nos cofres públicos estaduais, pois os Estados continuavam arrecadando o ICM sobre os produtos primários, largamente majoritários.

A Carta Magna de 1988, promulgada num momento em que passaram a predominar, na pauta de exportação, os bens industriais, manteve a imunidade desse imposto, agora denominado ICMS – por incidir também sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – e acrescentou a do Imposto sobre Produtos Industriali-

zados (IPI) relativamente a esses bens. Preocupado com o equilíbrio das finanças públicas estaduais, o constituinte criou o chamado Fundo IPI de Exportação (FPEX), pelo qual 10% da receita do IPI passou a ser repartida às unidades federativas, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”. Os primários bem como os “semi-elaborados industrializados definidos em lei complementar” continuavam a recolher o ICMS.

Em 1996, objetivando contrabalançar, em parte, a sobrevalorização do Real, considerada essencial à estabilização monetária, a Lei Complementar nº 87, conhecida como Lei Kandir, estendeu a não incidência do imposto estadual às “operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços”.

Sabidamente, o legislador complementar criou mecanismo de compensação, conhecido como Seguro-Receita, para que os Estados (e Municípios) não tivessem perda de arrecadação. Nos anos iniciais de vigência da Lei Kandir – 1996 a 1999 –, os Estados foram satisfatoriamente compensados, mas nos anos subseqüentes, o que se viu foi uma erosão crescente da compensação, a tal ponto que, em termos reais, a compensação outorgada pela União ao conjunto dos Estados decresceu de R\$6,153 bilhões em 1999 a R\$4,877 bilhões em 2002, caindo, ainda mais, para R\$3,803 bilhões em 2003.

A desoneração do ICMS – anteriormente cobrado à alíquota de 13% sobre produtos primários e a alíquotas variáveis, inferiores a 13%, sobre industrializados semi-elaborados – representou grande estímulo à exportação. Ao qual se seguiu a forte desvalorização cambial de 1999. Essas medidas, em conjunto, deram impulso decisivo ao incremento substancial das vendas ao mercado externo, que reverteu o saldo da balança comercial e aliviou o déficit estrutural de nossas contas correntes. O dinamismo dos bens primários e semi-elaborados foi tal que sua participação na corrente exportadora tomou-se crescente, representando, hoje, em torno de 50% do total.

Infelizmente, a maioria dos Estados não colheram os frutos dessa expansão, pois sua arrecadação tributária não foi beneficiada. Os principais Estados exportadores de bens primários e semi-elaborados, sobretudo os de economia agro-míniero-exportadora, foram, até mesmo, prejudicados. O prejuízo é proporcional à participação desses produtos na pauta exportadora regional, a saber; Centro-Oeste, 95%; Norte, 68%; Nordeste, 63%; Sul, 50% e Sudeste, 41%.

Durante a discussão da Reforma Tributária, no Congresso Nacional, em 2003, prevaleceu a tese da

constitucionalização da Lei Kandir, no que tange à desoneração das exportações. Os congressistas e os governadores não se furtaram a dar mais esta contribuição para a consolidação da competitividade externa dos nossos produtos e serviços, reforçando o conceito de imunidade do ICMS nas exportações, a qual, com a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, passou a abrigar quaisquer mercadorias e “serviços prestados a destinatários no exterior. A propósito, convém destacar que os serviços de transporte e comunicação são vitais no comércio exterior.

A contrapartida negociada com o Poder Executivo não chega a recompor os valores históricos do Seguro-Receita, implementado nos anos iniciais da Lei Kandir. O novo “Fundo de Compensação pela Desoneração das Exportações” deveria ser de, no mínimo, R\$8,5 bilhões em 2004; teria, ademais, critérios de repartição redefinidos, com a adoção de novos parâmetros, como: volume de exportação de primários e semi-elaborados, relação entre as exportações e as importações (saldo comercial), créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito decorrente do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores à exportação. Os novos critérios, objeto de renhida discussão, foram uma solução de compromisso entre os Estados industriais (de número reduzido) e os demais.

A implementação do Fundo vem sendo postergada pelo Poder Executivo. E – o que é pior – não tem fontes de recursos asseguradas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados e do DF (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). E, mesmo que venha a ser instituído, o Fundo teria caráter temporário.

Na ótica dos Estados, a perda de receita do seu principal tributo, responsável por mais de 90% das receitas próprias, seria permanente. Não há dúvida de que isso agravaria, ainda mais, o quadro de insustentabilidade das finanças públicas dos entes estaduais, que já se configura com uma dívida para com a União de cerca de R\$300 bilhões.

Não vemos outra alternativa que não seja a de mudar a regra do ICMS no tocante às exportações. A permanecer o texto constitucional atual, os Estados perdem interesse em incrementar a atividade exportadora, pois, quanto mais esta se desenvolver, maiores serão os seus prejuízos, em detrimento do cumprimento de suas obrigações constitucionais de prestar os serviços públicos básicos de educação, saúde, segurança, saneamento, infra-estrutura urbana e outros.

A proposta de emenda constitucional que, depois de longa meditação, submetemos à apreciação dos Pares tem por escopo retirar do texto constitucional:

a) a imunidade do ICMS nas operações de exportação de mercadorias e serviços (art. 155, § 2º, X, **a**); e **b**) a faculdade de a União isentá-las (art. 155, § 2º, XII, **e**). Como corolário dessa retirada, deixariam de existir o FPEX, de que tratam o inciso II e os §§ 2º e 3º do art. 159, e o “Fundo de Compensação pela Desoneração das Exportações”, previsto no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

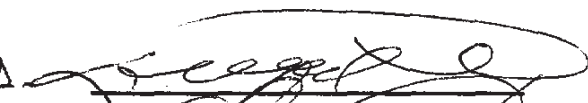
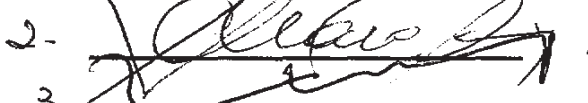
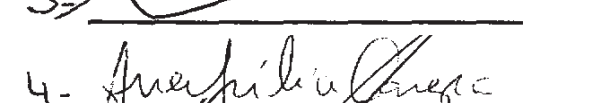
A recuperação das finanças estaduais e municipais é imperativo de sobrevivência e autonomia dos entes federados. A União não se mostra à altura de cumprir o seu papel de garantidor da Federação.


O setor exportador não sofrerá qualquer abalo. As divisas geradas pelas exportações são cruciais para garantir o equilíbrio das contas externas, a estabilida-

de monetária e o desenvolvimento econômico. As empresas exportadoras não terão seus custos onerados, porque a PEC prevê o ressarcimento integral do ICMS que efetivamente pagarem nas operações que destinem bens e serviços ao exterior. Lei complementar, de caráter nacional, disporá sobre as formas pelas quais a União ressarcirá o contribuinte, dando-se preferência ao pagamento em moeda corrente e ao crédito tributário compensável com outros tributos.

Certos do apoio decisivo dos nobres Pares, confiamos na aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**

1- 
2- 
3- 

4- 

5- 

6- 

7- 

8- 

9- 

10- 

11- 

12- 

13- 

14- 

15- 

16- 

GARIBALDI ALVES FILHO

ALVARO DIAS

MITO HAMLE

CITRANITACAO - ANA JULIA CAREPA

JOSÉ AGRIPINO

ARTHUR VIRGILIO

MARCO MACIEL

VALDIR AMARAL

LUCIA VANIA

HERÁCLITO FORTES

PAULO OCTAVIO

ROBERTO

MARCELO CRIVELLA

PEDRO SIMON

TASSO JEREISSATI

OSMAR DIAS

17. Millene

NEI SUASSUNA

18. [Signature]

Sergio Lima

19. [Signature]

Antonio Carlos MAGALHÃES

20. [Signature]

Paulo Paim

21. Cesar Borges

Cesar Borges

22. Tomás

DEMISTENES TODOLIS

23. [Signature]

EDUARDO AZEVEDO

24. Ramez Tebet

Ramez Tebet

25. [Signature]

[Signature]

26. [Signature]

Chaim Morais

27. [Signature]

Flávio Penn

28. [Signature]

José Jorge

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 60

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....”

“Art. 155.

.....

§ 2º

.....

X -

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

.....

XII -

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;”

“Art 159.

.....

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 2º A nenhuma unidade Federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.”

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

“Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a.”

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 2003

“Altera o sistema tributário nacional e da outras providências.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996

“Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)”

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 654, DE 2004

Requer informações, ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, acerca dos custos da edição do livro “Lula: 500 dias em fotos”.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, tendo em vista o lançamento, programado para o dia 14 de junho, do livro **LULA: 500 Dias em Fotos**, com custo de edição a cargo de empresas privadas, segundo notícia o jornal **O Globo**, edição de 21 de maio de 2004.

Esclarecer, na resposta, quais são essas empresas e a que se destina a publicação.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos

os da Administração indireta. No caso em tela, o jornal **O Globo** informa que a edição do livro será custeada por empresas privadas “que se dispuseram a patrocinar a iniciativa.”

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 655, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado ao Ministro do Turismo, Exmº Sr. Walfrido dos Mares Guia, o seguinte pedido de informações.

Com o intuito de subsidiar o Senado Federal na análise das diversas possibilidades de dotar o Brasil de uma maior participação no setor de turismo internacional, através da ampliação do ingresso de turistas no País, solicito as seguintes informações:

- 1) O que são, e quais suas funções, os Escritórios Brasileiros de Turismo (EBT)?
- 2) Quantos, e onde, serão os EBT previstos pelo Poder Executivo?
- 3) Qual é o montante de recursos orçamentários previstos para o setor de turismo como um todo (infra-estrutura, divulgação, EBT) para o ano de 2004 e deste volume quanto será repassado para a execução e manutenção dos projetos de interesse dos EBT?
- 4) Quem serão os profissionais responsáveis pelos escritórios previstos pelo Governo, e qual o critério para sua escolha?
- 5) Quais são os principais projetos já estabelecidos pelo Ministério e pela Embratur para a divulgação do Brasil como roteiro turístico internacional?
- 6) Além da implantação dos EBT existem outras iniciativas do Ministério complementares a divulgação internacional do País?
- 7) Qual é a previsão no Plano Plurianual em relação aos próximos anos deste Governo para o investimento em infra-estrutura do turismo e nos EBT?

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216 inciso III do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 656, DE 2004

Requer voto de aplauso à escritora brasileira Lygia Bojunga, que recebe hoje, das mãos da princesa herdeira do trono da Suécia, em Estocolmo, o maior prêmio do mundo em literatura infanto-juvenil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Escritora gaúcha Lygia Bojunga, que hoje, em Estocolmo, recebe das mãos da princesa herdeira da Coroa sueca, o maior prêmio do mundo em Literatura Infanto-Juvenil.

Ao conferir o prêmio à escritora brasileira, o júri do Prêmio considerou o seu trabalho de forma profundamente original, reunindo o riso, a beleza poética e uma forte solidariedade às crianças desprotegidas.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do significado do prêmio a ser entregue a escritora Lygia Bojunga, que dedicando a vida à literatura infanto-juvenil, o faz com admirável profundidade.— _ Senador **Pedro Simon** – Senador **Arthur Virgílio** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

REQUERIMENTO Nº 657, DE 2004

Requer voto de aplauso à nutricionista brasileira Denise Coitinho, que, em junho, assume o cargo de Diretora de Nutrição da Organização Mundial da Saúde-OMS.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à nutricionista brasileira Denise Coitinho, escolhida, em rigorosa seleção, para ocupar o cargo de Diretora de Nutrição da Organização Mundial da Saúde.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à homenagem e à Organização Mundial da Saúde.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro visa a reconhecer o mérito de uma estudiosa brasileira, especializada em Nutrição, que, como Diretora de Nutrição da Organização Mundial da Saúde, vai conduzir importante trabalho de combate à obesidade, mal que atinge inclusive o Terceiro Mundo.

Denise Coitinho já desempenhou relevantes serviços na área de Nutrição, no País e no exterior, tendo sido uma das responsáveis pela implantação do Programa Bolsa-Alimentação, em 1998, quando era responsável pela política de nutrição do Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 658, 2004

Requer voto de aplauso à Embrapa, pelo desenvolvimento de um novo tipo de arroz, o BRS Aroma, que ocorre no Ano Internacional do Arroz.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, que, após 12 anos de pesquisas, desenvolveu um novo tipo de arroz, o BRS-Aroma, com cheiro de ervas. A divulgação da conclusão da pesquisa ocorre no ano eleito pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura como Ano Internacional do Arroz. Ele é o terceiro cereal mais plantado no mundo (perde só para trigo e milho) e é alimento básico para mais da metade da população mundial. O Brasil é o maior consumidor ocidental de arroz e produz anualmente cerca de 12 milhões de toneladas.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do notável trabalho de pesquisa realizado pela Embrapa. A vitória alcançada com a nova variedade de arroz vai beneficiar principalmente os Estados de Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Piauí, Rondônia e Mato Grosso. O feito significa mais uma vitória do Brasil no campo da pesquisa agropecuária.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 659, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, a aprovação pelo Senado Federal de um Voto de Aplauso para o ilustre Maestro Florentino Dias, fundador e regente titular da Orquestra Filarmônica do Rio de Janeiro, consagrado internacionalmente, pelo recebimento de dois grandes prêmios, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, respectivamente, da “International Order of Merit”, pela “Dedicação à Música” e do “American Biographical Institute” o “Presidencial Seal of Honor”, títulos que destacam esse emérito brasileiro no cenário cultural mundial.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que se encerrará amanhã, dia 27, o prazo para a apresentação de requerimentos de destaque à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo para deliberação da matéria constante do item 1 da pauta. Em consequência, nos termos da Constituição, todas as demais deliberações legislativas, ficam sobrestadas. Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 176, DE 2004

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 176, de 2004, que altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Antonio Carlos Valadares**

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 34, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 177, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 34, de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 177, de 2004.

Relator revisor: Senador **Roberto Saturnino**

3**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 221, DE 2003-COMPLEMENTAR***Votação Nominal*

*(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 446, de 2004 – art. 336, I)*

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.

Dependendo leitura do Parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, e de Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

4**REQUERIMENTO Nº 1.139, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.139, de 2003, do Senador Jorge Bornhausen, solicitando ao Ministro da Fazenda informações a respeito dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil sobre o Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC e seus ex-administradores.

Parecer favorável, sob nº 1.825, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5**REQUERIMENTO Nº 553, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 553, de 2004, da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando, informações ao Ministro da Fazenda a respeito do Banco Mercantil de Descontos (BMD S.A), tendo em vista matéria publicada na revista Dinheiro que resultou na abertura de inquérito policial civil contra os ex-controladores daquele Banco.

Parecer favorável, sob nº 488, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6**REQUERIMENTO Nº 18, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 18, de 2004, do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito dos valores, em reais e em dólares norte-americanos, enviados ao exterior, nos anos de 1997 a 2003, pela Par-

matat do Brasil, por suas empresas controladas e por outras empresas controladas pela Parmalat Itália.

Parecer sob nº 196, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fernando Bezerra, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 108, DE 2003 – COMPLEMENTAR***Votação Nominal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001-Complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Parecer sob nº 337, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, com Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Voltamos à lista de oradores.

Passamos a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes, primeiro orador inscrito como Líder da Minoria.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse intercalada a ordem dos pronunciamentos entre um líder e um orador inscrito, porque estou inscrito para falar no lugar do Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Não queira saber V. Exª com que ansiedade aguardo o pronunciamento de V. Exª, mas tenho que me prender ao Regimento, que assim não o permite.

V. Exª está inscrito para após a palavra dos Srs. Líderes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Acontece que é comum, nesta Casa, intercalar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Antes da Ordem do Dia. Após a Ordem do Dia, isso não é possível.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, sugiro à Presidência que, se for possível, isso possa ocorrer também após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Evidentemente, que dentro de uma reforma regimental à qual, desde já, dou todo o apoio e, acima de tudo, razão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – É apenas para dizer a V. Ex^a que não é culpa de V. Ex^a, tenho certeza, mas que, pela primeira vez, vejo uma Ordem do Dia, nesta Casa, começar às 17 horas e 59 minutos. O Regimento manda às 15 horas e 30 minutos. Até as 16 horas, é normal. Mas, quando fui Presidente desta Casa, nunca admiti que uma Ordem do Dia começasse às 17 horas e 59 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– É evidente que este Presidente assumiu os trabalhos já no adiantado da hora e aprendeu com V. Ex^a os ensinamentos da tolerância. Portanto, somente agora estamos dando início à Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Não, Sr. Presidente, aí é intolerância, intolerância com os trabalhos da Casa, intolerância com a seriedade do Senado. V. Ex^a me perdoe, mas a Ordem do Dia não pode começar a esta hora. Lanço um protesto e não permitirei que haja sessão em que a Ordem do Dia comece neste horário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a tem esse direito, como Senador da República, mas a tolerância é do Plenário em ouvir alguns Líderes que pediram a palavra e extrapolaram o tempo, inclusive com apartes de outros Senadores. Dessa forma, a Presidência, humildemente, justifica a V. Ex^a que, dentro da tolerância, iniciamos a Ordem do Dia e a encerramos somente neste horário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero justa e construtiva a preocupação que o Senador Antonio Carlos Magalhães traz ao plenário. Gostaria apenas de hipotecar absoluta solidariedade à Mesa a fim de que tenha plena autoridade e o apoio da unanimidade dos Senadores no sentido de assegurar um efetivo cumprimento de horário por parte de todos os oradores. A condescendência e a generosidade podem prejudicar muito o andamento do processo legislativo. Há um limite de disciplina e tolerância.

Espero que V. Ex^a possa assegurar que os Senadores respeitem o tempo de inscrição e a determinação de cumprir o horário da Mesa, com Ordem do Dia, com Pequeno Expediente ou com Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– A Mesa fica muito feliz com a manifestação de V. Ex^a, um Senador sempre lúcido e consciente, que inclusive, momentos antes, concordou em não apartear o Líder do seu Partido porque havia extrapolado o horário.

O primeiro caminho seria que todos seguissem V. Ex^a, não extrapolando o limite de seu tempo e não se estendendo nos apartes.

Ficamos muito satisfeitos com o caminho que V. Ex^a apresenta. Se ele for cumprido, tenho certeza, a questão do retardamento será, de uma vez por todas, contornada e o Senador Antonio Carlos Magalhães, com justa razão, poderá ver a Ordem do Dia ser iniciada no período aprazado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes, por 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta tribuna para tratar de um tema que, lamentavelmente, tem sido recorrente em nosso País, desde a posse do atual Governo. Trata-se de novo e sucessivo recorde na taxa de desemprego, medida mensalmente pelo IBGE, nas seis principais regiões metropolitanas do nosso País.

O novo índice, de 13,1%, referente a abril passado, supera o de março, de 12,8%, que era, até então, a marca recorde. Março, por sua vez, superou a taxa de outubro de 2003, que, por sua vez, estabeleceu o primeiro recorde no atual Governo.

Essa fixação mensal de recordes no quesito desemprego introduz na crise social brasileira uma espécie de olimpíada às avessas, em que as marcas obtidas, em vez de aplausos, geram consternação e ranger de dentes. São as olimpíadas da exclusão social.

Na comparação com abril de 2003, a taxa foi 0,7 ponto percentual maior. O resultado foi o pior de toda a série histórica do IBGE. Também bateu recorde o número de desempregados: 2,8 milhões de pessoas, 20% das quais em busca do primeiro emprego – o tal primeiro emprego que o PT, na campanha eleitoral, fixou como uma de suas prioridades, mas até aqui não sabe como efetivá-las.

Entre os que estavam procurando trabalho, diz o IBGE, 47% tinham até 24 anos. Segundo a Pesquisa Mensal de Empregos, o ingresso maciço de jovens na disputa por uma vaga decorre, em grande medida, do encolhimento dos orçamentos familiares. E esse

achatamento aprofundou-se consideravelmente sob a égide do atual Governo e de sua política de juros altos e retenção de investimentos.

Também o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados piorou, nessa medição do mês de abril. Depois de três meses com alguma recuperação, o “Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido” (um dos quesitos da Pesquisa Mensal de Empregos) sofreu queda de 0,9% em relação a março deste ano e de 3,5% na comparação com abril do ano passado.

Essa queda de renda foi generalizada, o que fez com que pessoas que antes estavam na inatividade buscassem o mercado de trabalho para completar o rendimento familiar.

O que temos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma crise social sem precedentes, agravada pela inexistência de qualquer projeto de desenvolvimento de curto, médio ou longo prazo para o País.

O Governo do PT, o Governo Lula, irresponsavelmente, busca criar cortinas de fumaça para esconder o vazio da proposta para o País. E fala em espetáculo do crescimento, quando o que efetivamente há é o crescimento desse triste espetáculo do desemprego e da violência em todo o País.

A verdade, e triste verdade, Sr. Presidente, é que o PT tinha um projeto de poder – competente, inclusive, reconheça-se –, mas não um projeto de governo. Para atenuar esse vexame, investe na versão de que é vítima de uma “herança maldita”, buscando responsabilizar seus antecessores pelo vazio de idéias e inapetência administrativa de seus quadros. Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na medida em que mantém e aprofunda a política econômica à qual atribuía as mazelas do País, como falar em herança maldita?

Se o atual Governo vale-se do mesmo modelo econômico-financeiro que prometera mudar, não pode criticar os que o antecederam. Se faz a mesma coisa, com menos competência, ressalve-se, que autoridade tem para falar dos antecessores?

O Presidente Lula, quando não critica o Governo Fernando Henrique, fala em “500 anos de dívidas sociais”, como fez agora, em discurso na China. A sociedade brasileira não está mais interessada nesse jogo de culpas. Quando alguém se candidata à Presidência da República, a premissa é que conheça as dificuldades básicas do País e tenha alguma idéia do que fazer com elas.

O PT acostumou-se ao papel de estilingue e não sabe o que fazer no papel de vidraça. E continua a atirar em si mesmo, como ocorre agora, na discussão do salário mínimo, mais um compromisso de campanha não cumprido.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Efraim Morais, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço, com muito prazer, o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Efraim Morais, é muito difícil não tentar interrompê-lo, já que V. Ex^a se refere à principal preocupação do País: a crise de desemprego. Cumprimento V. Ex^a por abordar o assunto com base na divulgação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). V. Ex^a está falando escudado e embasado para falar. O triste, Senador Efraim Morais, é ver que há Ministros do Governo afirmando que a crise do desemprego tem piorado porque há mais pessoas procurando emprego. Querem que o cidadão fique em casa? Essa é a maneira de solucionar o problema? É muito triste, como disse V. Ex^a. É lamentável o estado de coisas em que está o País. Tudo isso é agravado por um outro fator abordado, rapidamente, por V. Ex^a. Refiro-me à violência. Senador Efraim Morais, meus cumprimentos a V. Ex^a. É preciso sair da inércia. É preciso por mãos à obra. É preciso ter um projeto de desenvolvimento. É preciso agir para que o País cresça. É disso que o País necessita para que haja trabalho. E a renda, tema também abordado por V. Ex^a, está caindo. Por isso as pessoas estão saindo em busca de emprego. Pude ver o triste espetáculo do desemprego mostrado pelo **Jornal Nacional**, no Pantanal do meu Estado: crianças de até dez anos entravam no pântano em busca de meios de sobrevivência. V. Ex^a está de parabéns e deve continuar o seu pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a que, com muita autoridade, trata do assunto. Evidentemente o aparte de V. Ex^a vem ilustrar o nosso pronunciamento, já que todos nós nos preocupamos com a questão, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a tem sido um dos que debatem nesta Casa o desemprego e a violência no País. Parabênz V. Ex^a por essa luta. Tenho certeza de que haveremos de, juntos, tentar tirar esse Governo, como diz V. Ex^a, da inércia. Para o Governo parece estar tudo indo às mil maravilhas. Há um dito bem popular que diz: “Vá para a China!” Ela é muito longe e, parece-me, a preocupação maior do Governo é estar longe dos problemas do povo brasileiro. Quanto mais longe, mais feliz o Presidente, com toda a sua equipe. Sinceramente, lamentamos o Governo haver dito que o País está às mil maravilhas.

É bom registrar que esse levantamento foi realizado em seis regiões metropolitanas. Se se incluísse o sertão da Paraíba e o interior do Nordeste, constatar-se-ia que a crise é muito maior, pois o desemprego é muito maior. O IBGE está sendo bonzinho ao fazer pesquisa onde há indústria, que gera emprego, ou seja,

nas grandes cidades, nas regiões metropolitanas. Lá no sertão, no interior paraibano, no Nordeste, no sul, enfim, nas pequenas cidades, a situação é bem pior, Senador Flávio Arns, a quem concedo um aparte, com muita alegria.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Agradeço-lhe a concessão do aparte. Os pontos suscitados por V. Ex^a, de desemprego e, conseqüentemente, de insegurança, são desafios grandes que têm que ser enfrentados não só pelo Congresso Nacional e pelo Executivo, mas, sem dúvida alguma, por toda a sociedade. Aproveito a oportunidade para dizer que, ainda hoje, estive presente à posse dos membros do Conselho Nacional de Assistência Social. Ali ouvi dados da área social. O Ministro Patrus Ananias mencionava a concessão do benefício de prestação continuada, no Brasil, para idosos e portadores de deficiências, apesar das dificuldades. São dois milhões de pessoas, de brasileiros, que se beneficiam do benefício de prestação continuada com o recebimento do salário mínimo. São R\$ 7 bilhões. Ao mesmo tempo, cinco milhões de pessoas são beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, o que faz que esses valores cheguem a R\$13 ou a R\$14 bilhões. Então, eu diria para as pessoas que nos ouvem, e particularmente para V. Ex^a, que os desafios são enormes. Mas muitas coisas vêm acontecendo, principalmente na área social, onde podemos identificar cerca de seis a sete milhões de pessoas recebendo recursos oriundos de programas de distribuição de renda. Quanto à questão da herança maldita, nós poderíamos levantar dados. Mas também acho que isso não conduz a nada. Nós temos, agora, que enfrentar os desafios. Há coisas que têm que ser feitas. Os Partidos têm que se unir à sociedade. O brasileiro espera de todos nós que achemos soluções. Esse é o desafio de todos nós. Agradeço a oportunidade do aparte a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu é que agradeço o aparte esclarecedor de V. Ex^a. Apenas há uma discordância: o Governo zera os benefícios sociais como se no passado eles não existissem. Se formos para a prática, esses benefícios se igualam hoje em quantidade. Há essa discordância. O Governo está pagando tantos milhões em benefícios? E no passado? Pagava-se também. O que está ocorrendo é que o Governo tenta explicar zerando o passado. Na realidade, não é bem esse o cálculo. Tínhamos vários programas antes, como o bolsa-família, o bolsa-escola e outros. Portanto, é preciso ver o que havia e o que se acrescentou, que é o **minimum minimorum**.

Sr. Presidente, eu diria, diante desses fatos – e falei ao final do meu pronunciamento acerca do salário mínimo –, que estamos, como parece indiscutível,

diante de um estelionato eleitoral. O PT prometeu ao eleitor brasileiro uma mercadoria de que não dispunha para entrega. Ele acenou com o paraíso, mas só conhece o caminho do inferno. Acenou com promessas de redenção social a curto prazo, criando na população expectativas que não serão satisfeitas.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouvirei V. Ex^a com o maior prazer, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Quero dizer a V. Ex^a – concordando com o que falou, há pouco, o Senador Flávio Arns, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a – que não se trata apenas de um crescimento de valores, Senador, mas, sim, do número de pessoas que recebe os recursos. Tenho, aqui, dados oficiais, fornecidos pelo Banco do Brasil, sobre a liberação de recursos do Pronaf. Informo a V. Ex^a que houve um crescimento nos recursos do Pronaf, somente para a Região Norte, de 132%. Em 2003 esses recursos passaram de R\$71 milhões para R\$165 milhões. No Nordeste, foi de 108% o aumento. E não foi só isso, pois o número de beneficiários aumentou. Então, não é apenas o volume de recursos, mas a quantidade de pessoas beneficiadas que aumenta. Foram abertas cerca de 220 mil novas contas de empresas em um ano. Não se está considerando que não foram abertas contas anteriormente, mas citando a quantidade de novas contas de microcrédito, de crédito neste País. Houve um aumento de 58%. Sabemos que o desemprego no nosso País é medido por uma metodologia que considera apenas as regiões metropolitanas. O jornal do meu Estado, **O Liberal**, é sério, não defende o Governo Federal. Ele veicula muita matéria negativa. Mas, mesmo assim, ele registrou, na semana passada, um saldo positivo de quatro mil empregos na área do agronegócio e nos serviços. Os empregos crescem muito mais no interior do País. Isso é real e verdadeiro. Isso é um desafio. Foi dito pelo Líder Aloizio Mercadante, com o que também concordam os Senadores Rodolpho Tourinho e Tasso Jereissati, que a reforma tributária foi um esforço feito por todos nós, independentemente de partido, porque era uma necessidade para o País. Sabemos que é fundamental que não joguemos fora todo aquele esforço feito para construir um instrumento importante para o crescimento e também para a geração de emprego, que unificará, por exemplo, as alíquotas do ICMS. Então, fiz este aparte também para dar oportunidade de se ver que há coisas acontecendo neste País – no campo, no interior, inclusive no meu Estado, nas Regiões Norte e Nordeste. Obrigada.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa.

Na realidade, alguma coisa está acontecendo, mas é o mínimo – do tamanho do salário mínimo, muito pouco mesmo, para o tamanho da necessidade do País.

É claro que V. Ex^a, quando se referiu ao Banco do Brasil, esqueceu-se de dizer que ele foi o banco que teve o maior lucro neste semestre. Um banco oficial foi o que obteve maior lucro neste semestre.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Com a menor taxa de juros do sistema financeiro.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a, ainda há pouco, reclamava que havia interferência em seu pronunciamento.

Tenho conversado com o pessoal da agricultura, com os trabalhadores brasileiros cujas propriedades estão para serem tomadas, porque os bancos oficiais, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, estão tomando tudo agora. A decisão é tomar as terras dos agricultores. São pequenos agricultores, que tomaram empréstimos pequenos e agora não conseguem pagar por conta dos juros muito altos do Governo, ou seja, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, eu estava falando do estelionato eleitoral que vem cometendo o PT. Um deles, seguramente o principal, é o de que se dizia capaz de gerar 10 milhões de empregos em quatro anos de mandato, o que equivaleria a 2,5 milhões de empregos por ano. O Governo já admitiu que isso não ocorrerá e que, no primeiro ano, deu-se o contrário: não gerou um único posto de trabalho com sua política econômica.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Efraim Moraes. Ao ouvir o aparte da Senadora Ana Júlia...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador César Borges, apenas quero advertir o grande Líder do PFL que o relógio acabou de entrar no vermelho, e essa não é a cor de V. Ex^a. V. Ex^a é amarelo e azul. O relógio entrou no vermelho para os dois Senadores.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, antes de entrar no vermelho, eu estava verde e concedi o aparte dentro do tempo. Realmente, esse vermelho não é recomendável.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Ao ouvir os defensores do Governo, principalmente a Senadora Ana Júlia Carepa, lembrei-me de um artigo escrito na **Folha de S. Paulo** de hoje pelo economista Paulo

Rabelo de Castro, com o título “Dissonância cognitiva”. Esse é um termo médico, Senador Efraim Moraes – o Senador Tião Viana o conhece –, usado quando não se tem mais capacidade de raciocinar de forma lúcida e se começa a imaginar coisas, deslocando-se da realidade. O que o Governo do PT efetivamente dá ao Brasil é aquilo que V. Ex^a retrata muito bem em seu pronunciamento: uma decepção completa, porque se utiliza de “factóides”, ou seja, de fatos que não se realizam na prática. A sua imaginação é fértil; ele vai-se convencendo a partir da repetição de algo que não corresponde à realidade e que não é o que pensa o povo brasileiro, que não se convence mais. A realidade é dura, difícil. Ontem o IBGE anunciou ao País aumento de desemprego e queda na renda do trabalhador brasileiro. Senador Efraim Moraes, cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento. Espero que a dissonância cognitiva não afete pessoas tão ilustres e com o pé no chão, como o Senador Tião Viana.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador César Borges, agradeço a V. Ex^a o aparte.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para concluir meu pronunciamento. Solicito a V. Ex^a que determine a transcrição do restante do meu discurso, que não pude ler.

Concluirei, lendo apenas uma folha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento. Lembro a V. Ex^a que Cristo ensinou o Pai-Nosso em um minuto, e V. Ex^a já usou 23 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, tentarei concluir em dois minutos.

Primeiramente, agradeço ao Senador César Borges o aparte, que incorporo, na íntegra, ao meu pronunciamento.

Nós, da Oposição, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sentimos qualquer prazer em constatar esse quadro de deterioração social do País. Não fazemos oposição ao Brasil, muito menos jogamos no “quanto pior, melhor”. Também não vemos a oposição como um exercício de bravata. Ao contrário, temos compromisso com a governabilidade e torcemos para que o País avance e retome o desenvolvimento.

Mas não podemos omitir-nos e fingir que as coisas vão bem. Não vão. Nem há perspectivas de que venham a estar, mantendo-se as diretrizes que aí estão. Faltam quadros dirigentes à coalizão que governa o País. Falta um projeto de governo, um plano de desenvolvimento. Percebe-se que o País está à deriva, governado de improviso, assim como quem toca piano de ouvido.

De ouvido, é possível tocar um samba, um **rock**, no violão ou na guitarra, mas não é possível reger uma

orquestra sinfônica. E governar um país das proporções e complexidade do Brasil é desafio sinfônico que exige maestro e músicos, não apenas virtuosos em seus instrumentos, mas com visão harmônica do conjunto e conhecimento e perspectiva da obra em execução.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Efraim Morais, falta tempo a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e aos Srs. Senadores e Senadoras que me apartearam. Nossa torcida é para que as coisas mudem. E, no exercício da Oposição, nossa determinação é a de colaborar nesse sentido. Mas o Governo precisa fazer a sua parte – e não a está fazendo.

***SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
PROFERIDO PELO SENADOR EFRAIM
MORAIS***

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta tribuna para tratar de um tema que, lamentavelmente, tem sido recorrente em nosso País, desde a posse do atual Governo. Trata-se de novo e sucessivo recorde na taxa de desemprego, medida mensalmente pelo IBGE, nas seis principais regiões metropolitanas do país.

O novo índice, de 13,1%, referente a abril passado, supera o de março, de 12,8%, que era até então a marca recorde. Março, por sua vez, superou a taxa de outubro de 2003, que, por sua vez, estabelecera o primeiro recorde no atual Governo.

Essa fixação mensal de recordes no quesito desemprego introduz na crise social brasileira uma espécie de olimpíada às avessas, em que as marcas obtidas, em vez de aplauso, geram consternação e ranger de dentes. São as olimpíadas da exclusão social.

Na comparação com abril de 2003, a taxa foi 0,7 ponto percentual maior. O resultado foi o pior de toda a série histórica do IBGE. Também bateu recorde o número de desempregados: 2,8 milhões de pessoas, 20% das quais em busca do primeiro emprego – o tal primeiro emprego que o PT, na campanha eleitoral, fixou como uma de suas prioridades, mas até aqui não sabe como efetivá-la.

Entre os que estavam procurando trabalho, diz o IBGE, 47% tinham menos de 24 anos. Segundo a Pesquisa Mensal de Empregos, o ingresso maciço de jovens na disputa por uma vaga decorre, em grande medida, do encolhimento dos orçamentos familiares. E esse achatamento aprofundou-se consideravelmente sob a égide do atual Governo e de sua política de juros altos e retenção de investimentos.

Também o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados piorou, nessa medição de abril. Depois de três meses com alguma recuperação, o “Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido” – um dos quesitos da Pesquisa Mensal de Empregos – sofreu queda de 0,9% em relação a março deste ano e de 3,5% na comparação com abril do ano passado.

Essa queda de renda foi generalizada, o que fez com que pessoas que antes estavam na inatividade buscassem o mercado de trabalho para complementar o rendimento familiar.

O que temos, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é uma crise social sem precedentes, agravada pela inexistência de qualquer projeto de desenvolvimento de curto, médio ou longo prazos para o país. O governo, irresponsavelmente, busca criar cortinas de fumaça para esconder o vazio de proposta para o país. E fala em espetáculo do crescimento quando o que efetivamente se tem é o crescimento deste triste espetáculo do desemprego e da violência em todo o País.

A verdade, triste verdade, é que o PT tinha um projeto de poder – competente, inclusive, reconheça-se – mas não um projeto de governo. Para atenuar esse vexame, investe na versão de que é vítima de uma “herança maldita”, buscando responsabilizar seus antecessores pelo vazio de idéias e inapetência administrativa de seus quadros. Ora, na medida em que mantém e aprofunda a política econômica à qual atribuiu as mazelas do país, como falar em herança maldita?

Se o atual Governo vale-se do mesmo modelo econômico-financeiro que prometera mudar, não pode criticar os que o antecederam. Se faz a mesma coisa, com menos competência, ressalve-se, que autoridade tem para falar dos antecessores?

O Presidente Lula, quando não critica o governo Fernando Henrique, fala em “500 anos de dívidas sociais”, como o fez agora, em discurso na China. A sociedade brasileira não está mais interessada nesse jogo de culpas. Quando alguém se candidata à Presidência da República, a premissa é que conheça as dificuldades básicas do país e tenha alguma idéia do que fazer com elas.

O PT acostumou-se ao papel de estilingue e não sabe o que fazer no papel de vidraça. E continua a atirar em si mesmo, como ocorre agora, na discussão do novo salário mínimo, mais um compromisso de campanha não cumprido.

Estamos, como parece indiscutível, diante de um estelionato eleitoral. O PT prometeu ao eleitor brasileiro uma mercadoria de que não dispunha para entrega. Acenou com o paraíso, mas só conhece o caminho do inferno. Acenou com promessas de redenção social a

curto prazo, criando na população expectativas que não serão satisfeitas.

Uma delas – e seguramente a principal – foi a de que seria capaz de gerar dez milhões de empregos em quatro anos de mandato, o que equivale a 2,5 milhões de empregos por ano. Mas já admitiu que isso não ocorrerá. Já no primeiro ano, deu-se o contrário: o Governo não gerou um único posto de trabalho e, com sua política econômica deficiente, ensejou o fechamento de nada menos que 800 mil postos de trabalhos.

Neste segundo ano, iniciado sob a égide de novas e irresponsáveis promessas de retomada do crescimento, o quadro não é muito diferente. Pior que tudo isso é que as perspectivas não são animadoras. Segue forte a deterioração do mercado de trabalho, o que concorre para o empobrecimento e a perda do poder de pressão dos trabalhadores.

Em abril, segundo o IBGE, das 460 mil pessoas que encontraram ocupação, 375 mil (81,5% do total) não tinham carteira assinada – 241 mil se definiram como trabalhadores “por conta própria”, e 134 mil, como empregados informais.

O número de empregados formais permaneceu estável de março para abril. Já a quantidade de trabalhadores informais no setor privado aumentou 5,1% no mesmo tipo de comparação.

Não tenho dúvidas de que, com base nesses números adversos, o Governo encontrará terreno favorável à tal reforma trabalhista, que promete ser um retrocesso em conquistas que datam da primeira metade do século passado.

Assim como a reforma da Previdência lesou os servidores públicos, chegou agora a vez de suprimir direitos dos trabalhadores do setor privado.

Os índices de desemprego e o aumento da informalidade funcionam como um instrumento de chantagem política, na base do “é melhor um emprego com menos direitos trabalhistas e sociais que nenhum emprego”. É o clássico “ou dá ou desce”. Já se fala na revogação do 13º salário para empregados de pequenas empresas, a pretexto de estimular aquele segmento empresarial.

Daí a estender a supressão desse direito às médias e grandes empresas é um passo. Imagine-se a ironia do destino, reservando ao Partido dos Trabalhadores, que nasceu sob as bênçãos do sindicalismo, a responsabilidade histórica de promover a lipoaspiração dos direitos dos trabalhadores.

A taxa de desemprego é recorde. Diz o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, que é porque mais pessoas estão procurando emprego. O que, no entanto, mostram os dados do IBGE é um pouco diferente: é que mais pessoas não estão encontrando um emprego.

O Governo argumenta que o aumento da População Economicamente Ativa é subproduto do sucesso da política econômica. Não é verdade também. Mais pessoas não encontram um trabalho justamente porque o crescimento econômico é mais reduzido do que precisaria ser. E, diferentemente do que diz o Governo, a renda familiar continua a cair, e as pessoas também procuram emprego porque precisam de dinheiro.

A fragilidade dos argumentos do governo é demonstrada por seus ex-aliados da área sindical, berço político do homem público Luiz Inácio Lula da Silva. Ontem, a Força Sindical divulgou nota em que afirma que os números divulgados pelo IBGE revelam: “o fracasso na condução da atual política econômica” e culpa o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – aos quais chama de “cavaleiros do apocalipse” –, pelo “caos social” no Brasil.

São termos semelhantes aos empregados semana passada por outro aliado e integrante da base governista, o Partido Liberal, em nota oficial, redigida, segundo a mídia, em colaboração com o Vice-Presidente da República, José Alencar.

Para a Força Sindical, ambos – Palocci e Meirelles – são “tecnocratas insensíveis”, pois “dão as costas ao social e curvam-se aos banqueiros e especuladores”.

Nós, da oposição, não sentimos qualquer prazer em constatar esse quadro de deterioração social do País. Não fazemos oposição ao Brasil, nem muito menos jogamos no “quanto pior, melhor”. Também não vemos a oposição como um exercício de bravata, muito pelo contrário. Temos compromisso com a governabilidade e torcemos para que o país avance e retome o desenvolvimento.

Mas não podemos nos omitir fingindo que as coisas vão bem. Não vão. Nem há perspectivas de que venham a estar, mantendo-se as diretrizes que aí estão. Faltam quadros dirigentes à coalizão que governa o país. Falta um projeto de Governo, um plano de desenvolvimento. Percebe-se que o país está à deriva, governado de improviso, assim como quem toca piano de ouvido.

De ouvido, é possível tocar um samba, um rock, no violão ou na guitarra, mas não é possível reger uma orquestra sinfônica. E governar um país das proporções e complexidade do Brasil é desafio sinfônico, que exige maestro e músicos não apenas virtuosos em seus

instrumentos, mas com visão harmônica do conjunto e conhecimento e perspectiva da obra em execução.

Não é lamentavelmente o que ocorre, segundo a percepção dominante no país. Nossa torcida é para que isso mude. E, no exercício da oposição, nossa determinação é a de colaborar nesse sentido. Mas o Governo precisa fazer sua parte – e não está fazendo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu não só fui citada, como também ofendida. Não só porque sou mulher, tenho o direito de resposta. Senti-me ofendida pelo Senador que fez o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pelo art. 14, só dois. Pelo Regimento, só dois podem usar o art. 14. Esses dois já usaram. O que eu e o Brasil sentimos é que V. Ex^a foi citada e elogiada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, tenho o direito de dizer que há pessoas que não querem enxergar a realidade. A Rede Globo, durante uma semana, mostrou que a realidade do emprego está no interior. Não quero ofender ninguém, mas o pior cego é o que não quer ver.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, como Líder do PT, ao extraordinário Senador Tião Viana.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço que prorogue a sessão, para que possamos falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só posso prorrogar, quando ela terminar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já estou adiantando-me.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Deixe, que eu saberei comandar o barco.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento, concedo um aparte ao Senador Efraim Moraes, que deseja fazer um esclarecimento sobre fato ocorrido recentemente.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Agradeço ao Senador Tião Viana. Apenas gostaria de esclarecer que, quando a Senadora Ana Júlia mencionou que um Senador a ofendera, não se referia ao Senador Efraim Moraes, mas ao Senador César Borges. Entendo que não houve essa ofensa; o Senador César Borges tem carinho por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao ilustre Líder Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao Senado Federal um assunto que julgo da maior relevância. Trata-se de um projeto de abrangência nacional, que tem um impacto decisivo na qualidade de vida em nosso País, porque atinge, de modo muito especial, o público infantil.

Há um problema da maior gravidade em todo o planeta, que é o das doenças crônicas, responsáveis por 60% das mortes que ocorrem no mundo. Quando somadas, em termos de morbidade, elas representam 50% das doenças.

Vivemos o flagelo de mais de 30 mil crianças morrerem de fome todos os dias, ou por doenças evitáveis ou pela fome em si neste mundo, mas temos uma grave doença que é a obesidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha.) – Senador Tião Viana, permita-me interrompê-lo para, regimentalmente, prorrogarmos a sessão por mais quinze minutos para que V. Ex^a e o Senador Leonel Pavan possam fazer uso da palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tenho um documento que é um convite não só a mim, mas seguramente a todos do Senado Federal que têm atenção para com o problema, emitido pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Sociedade Brasileira de Pediatria, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade – Abeso e o Observatório de Política de Segurança Alimentar e Nutrição do Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília, entidades da maior respeitabilidade e de absoluta autoridade intelectual e dedicação histórica a uma matéria dessa natureza, convidando-nos para que o Brasil discuta o tema da escola saudável, ou seja, se temos um problema de saúde pública dessa dimensão...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campanha.) – Lembro aos Senadores que há um orador na tribuna, o Líder Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – ... se temos um problema de saúde pública dessa dimensão que atinge e é responsável pela mortalidade em 60% dos casos no mundo, precisamos ter uma política definitiva no Brasil.

Até hoje, o único país do nosso planeta que teve êxito na implantação de políticas no combate à obesidade como uma grande causa de morte e de doenças que são agravadas pelo avançar da idade foi a Finlândia. Como conseguiu isso em um programa de saúde pública ousado? Investindo exatamente na faixa etária vulnerável a vícios e hábitos indevidos, ou seja, na infância. A Finlândia adotou o Programa de Educação Alimentar a partir das escolas e aplicou uma política de incentivo à atividade esportiva para as crianças, de maneira muito mais ampla e muito mais intensa. Com isso, alcançou um resultado claro e concreto de redução das doenças decorrentes da obesidade em todas as suas populações.

Vale registrar, Sr. Presidente, que em torno de 500 milhões de cidadãos deste Planeta, hoje, sofrem da doença da obesidade. É um dado assustador! O Brasil tem mais de 300 mil portadores dessa epidemia grave; ou seja, as pessoas estão trocando uma dieta saudável, porque estão ingerindo alimentação com alta caloria, alimentação rica em açúcar, sal e gordura, esquecendo o valor efetivo de proteção à vida que têm as vitaminas, as fibras, as verduras e as frutas. Precisamos fazer algo de concreto!

O nosso Ministério da Saúde, de maneira correta, conseqüente e responsável, no último dia 22 de maio, adotou, junto com diversos países do mundo, um documento solidário perante a Organização Mundial de Saúde, assumindo o compromisso de uma estratégia global para uma alimentação que possa evitar doenças e até mortes, no futuro, em toda a Terra. E o Brasil é hoje signatário desse documento.

Quando essas sociedades médicas adotam esse recurso, fico absolutamente feliz, completamente entusiasmado, porque vamos conseguir dar passos efetivos em direção a essa doença!

Vale lembrar que, quando se garante que uma escola possa ter alimentação saudável, tirando o excesso de açúcares e de gorduras desnecessários às crianças, ou seja, evitando a alimentação que faz mal à saúde, nós estamos evitando talvez, com um gesto

tão simples de educação alimentar, que uma criança se torne obesa e que o custo do tratamento seja de R\$12 mil para início de procedimento, como é o da cirurgia contra a obesidade realizada hoje no Brasil. O País começa a pensar com inteligência. E quando o Ministério da Saúde pactua com entidades médicas, estamos dando um passo de inteligência, um passo efetivo de proteção ao mais grave componente de saúde pública atual, que é o das doenças degenerativas como primeira causa de morte.

Portanto, fico feliz e entusiasmado.

Eu gostaria, no respeito ao tempo que V. Ex^a cedeu, e valorizando a oportunidade de o Senador Leonel Pavan ocupar a tribuna, que o documento que me foi enviado pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia pudesse ser anexado ao meu pronunciamento, na íntegra, a fim de que pudéssemos valorizar esse encontro. Seguramente, com a visão estratégica precoce de entender que a doença pode ser prevenida com hábitos saudáveis ainda na escola, o grande vetor de uma sociedade, a fim de que se pense melhor a qualidade de vida e a redução de doenças degenerativas que se concentram a partir da segunda e da terceira idade, estaremos à altura de um País que vive o conceito de saúde pública eficiente. Solicito que a mensagem possa ser incorporada ao meu pronunciamento.

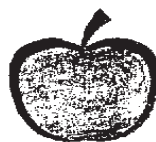
Ao encerrar, desejo saudar também uma grande conquista brasileira que foi, diante da grave situação de saúde pública que vive o mundo hoje, com 500 milhões de cidadãos vítimas da obesidade, a indicação da Dr^a Denise Coitinho para representar os países de todo o mundo perante a Organização Mundial de Saúde em Genebra, e assumir a disciplina de saúde pública que busca conciliar pactos oficiais dos países com política de prevenção e controle das doenças crônico-degenerativas, vinculadas à obesidade. Peço que conste também dos Anais a notícia veiculada no jornal *O Globo*.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Ex^a me concedeu. E seguramente divido com o Senador Leonel Pavan a continuidade do debate.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Escola Saudável.

PROGRAMA ALIMENTAR

Brasília, 21 de maio de 2004.

Ilmo. Sr. Senador Tião Viana

Temos o prazer de convidar V.Sa. para o lançamento do ***Projeto Escola Saudável***.

O ***Projeto Escola Saudável*** é um Programa Nacional para promover e estimular a alimentação saudável e a atividade física nas escolas de ensino fundamental de todo o país.

A obesidade vem atingindo índices elevados e preocupantes nos últimos anos, não só no Brasil, mas em âmbito mundial, tomando-se um grave problema de saúde pública. É preciso deter este avanço e resgatar a saúde da nossa população.

Os parceiros do ***Projeto Escola Saudável*** elegeram a criança como prioridade e a escola como veículo para levar e multiplicar as informações sobre saúde para a comunidade.

Contamos com sua presença, pois ela é muito importante para a divulgação e implementação do Projeto.

*Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM)
Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)
Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade (ABESO)
Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição do
Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília*

Local: Auditório do Conselho Federal de Medicina

Endereço: SGAS 915 LOTE 72

Data: 28 de Maio de 2004

Horário: 9h30

Na recepção aos participantes, constará um menu para degustação, elaborado segundo as recomendações do ***Projeto Escola Saudável***.

Favor, confirmar sua presença até o dia 26 de maio de 2004, nos telefones (61) 245-5544/245-5548, com as Sras. Luciana ou Ana Paula.

Domingo, 23 de maio de 2004

O GLOBO

12 • O PAÍS

Brasileira será diretora de Nutrição da OMS

Denise Coitinho vai comandar discussão sobre epidemia de obesidade que aumenta no Terceiro Mundo

Lisandra Paraguassú

• BRASÍLIA. Aos 14 anos, Denise Coitinho leu uma reportagem sobre um nutricionista suco e suas idéias sobre alimentação saudável. Foi ali que ela decidiu que iria viver estudando alimentos. Apesar da estranheza dos colegas de classe — na época, década de 70, nenhum deles tinha ouvido falar em estudar nutrição — tomou a decisão e nunca mais voltou atrás. Agora, 29 anos depois, Denise continua cuidando de alimentação. A partir de junho, ela assume o cargo de diretora de Nutrição da Organização Mundial de Saúde (OMS), em Genebra.

Escolhida em uma seleção que passou por dezenas de países, universidades, centros de pesquisa, Denise vai assumir a coordenação de uma área hoje considerada muito importante na OMS. A discussão sobre obesidade que cresce no mundo enquanto a desnutrição continua em alta envolve não apenas governos, médicos, ministros de Saúde, mas a indústria da alimentação.

— É um debate difícil. Não é como o tabaco, em que o produto simplesmente faz mal e deve acabar. Ao contrário, a indústria alimentícia é essencial e precisa ser trabalhada, convencida de que as mudanças são necessárias — explicou a nutricionista.

Mudança de hábitos alimentares traz obesidade

O debate surgiu depois de uma constatação quase consuetudinária: em países extremamente pobres a obesidade vem se tornando um problema, quase nas mesmas proporções que em nações ricas, como os Estados Unidos.

Resultado da mudança de costumes, a troca da alimentação tradicional por produtos industrializados, sanduíches e

refeições fora de casa. Muitas vezes mais baratas e mais acessíveis, as comidas industrializadas ajudam a criar uma nova geração, a dos obesos malnutridos.

O Brasil é hoje um dos principais exemplos. A obesidade já se tornou um problema de saúde pública maior do que a desnutrição, com todas as consequências e doenças crônicas que pode acarretar.

— Em 1997, o IBGE já havia detectado uma queda expressiva na desnutrição, mas um crescimento significativo na obesidade. De lá para cá a situação tende a ter piorado. ■

Nutricionista implantou Bolsa Alimentação

Idéia era incentivar consumo de frutas, verduras e legumes

• **BRASÍLIA.** Encarregada, em 1998, da elaboração da política de nutrição do Ministério da Saúde, Denise foi uma das responsáveis pela implantação do programa Bolsa Alimentação no ministério. Da mesma forma que o Bolsa Escola, o programa transferia R\$ 15 por criança para famílias de baixa renda, mas concentrava-se nas crianças de até 6 anos.

Denise conta que a decisão de investir na transferência de renda em vez da distribuição de alimentos tinha a objetivo, justamente, de dar às famílias a possibilidade de escolher melhor o que comer — e não viver apenas de farinha, açúcar, arroz, feijão e óleo, como acontece na maior parte dos programas de distribuição de cestas básicas.

— As famílias podiam melhorar suas refeições comprando produtos locais, o que também incentiva a economia local. Há um reflexo direto na economia local, que pode passar a produzir frutas, legumes, verduras. A distribuição de cestas arrasa a economia local — explica.

Desde a mudança de governo, Denise saiu do ministério e voltou a dar aulas na Universidade de Brasília, onde fez concurso no final da década de 80.

Lá, coordenou o trabalho do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da universidade. A experiência na área de pesquisa, aliada à prática de administrar políticas públicas, foi o cartão de admissão de Denise na OMS.

Denise já trabalhou em Moçambique pelo Unicef

Mãe de um adolescente de 13 anos e de gêmeos de 9 anos, a nutricionista assume no fim de junho o cargo em Genebra, na Suíça. Ainda não viu casa ou escola para os meninos, mas está entusiasmada com a mudança. Tanto pelo trabalho como pela oportunidade de, mais uma vez, sair do Brasil.

— Estou achando ótimo dar essa possibilidade aos meus filhos, uma coisa que eu não pude fazer. Estudar e morar no exterior é fantástico. Eles sabem que vai ser duro, mas estão entusiasmados — diz.

Apesar de conhecer Genebra, Denise explica que ainda não sabe onde vai morar e nem se vai passar muito tempo na cidade. Acredita que vai viajar muito, o que também lhe agrada. Aos 25 anos, depois de terminar o mestrado na Universidade de Londres, Denise passou dois anos em Moçambique, trabalhando com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em um programa de combate à fome em plena guerra civil. Já deu consultoria para o Equador e o Tadjiquistão.

— Ver se as idéias que a gente tem podem ser usadas em realidades tão diferentes é muito interessante, faz com que aprendamos mais e mais — afirma. ■

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Apresento o nosso louvor pela competência médica de V. Ex^a, Senador Tião Viana, de tal maneira que, recentemente, foi aprovado em uma cátedra da Universidade Federal de Brasília.

Com muita honra, anunciamos a presença em nossa tribuna, à direita, do Deputado Nelter Queiroz, Líder do PMDB, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, acompanhado do Deputado Elias Fernandes, também do PMDB, e do Vereador Márcio Soares, Presidente da Câmara Municipal de Jucurutu, do Rio Grande do Norte. É uma honra a presença de V. Ex^{as}.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por cessão do Senador Sérgio Guerra, inscrito. A sessão deve terminar às 18:45 horas. Portanto, peço de S. Ex^a a capacidade sintética, para dividir o tempo com a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero requerer o seu tempo, porque V. Ex^a acabou usando um pouco do meu tempo no microfone, agora, na Presidência.

Na verdade, temos um pronunciamento para o qual precisávamos de um certo tempo, para falar justamente sobre o Projeto Fome Zero. Os Prefeitos, as cidades e os Municípios estão preocupadíssimos em função da mídia, da propaganda que o Governo faz em cima deste Projeto. No entanto, não estão vendo o retorno do que se comenta no Brasil sobre o Fome Zero. Fala-se que mais de 2.300 pessoas já foram cadastradas, mas as que foram cadastradas não estão vendo o dinheiro, não estão vendo o retorno daquilo que é colocado na mídia nacional, nos programas do PT, cantado em verso e prosa pela Base do Governo.

E por causa disso, eu gostaria de fazer um pronunciamento para tentar alertar o Governo de que, além de não executar o tão propalado projeto, está criando um certo desconforto para os Prefeitos, para a sociedade brasileira, principalmente para os mais pobres, aqueles que estão esperando os recursos.

Em Santa Catarina, quando fazemos reuniões e perguntamos quem está recebendo os recursos do Projeto Fome Zero, ninguém levanta a mão. São todos pobres, miseráveis. Lamentavelmente, cria-se uma falsa esperança e deixa-se o pobre cada vez mais pobre.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador Leonel Pavan?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Teria o maior prazer de conceder-lhe um aparte, Senador

Eduardo Suplicy. No entanto, meu tempo foi dividido e vou perdê-lo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É sobre a pergunta que V. Ex^a fez. Foi feita relativamente ao Programa Bolsa-Família ou ao Programa Fome Zero?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campainha.) – Senador Eduardo Suplicy, aguarde que o Senador Leonel Pavan conceda-lhe o aparte, por favor. V. Ex^a concedeu o aparte, Senador Leonel Pavan?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria de saber se a pergunta era adequada, na medida em que V. Ex^a estava esclarecendo que era o Programa Bolsa Família, conforme efetivamente existe hoje.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estamos falando justamente aqui do Programa Fome Zero, em que o Governo pretende garantir exatamente três refeições diárias à população brasileira com míseros R\$50,00. No entanto, sequer esse valor está chegando às pessoas inscritas no programa.

Esse tema é importante – vejo também que o Senador Flávio Arns deseja pedir um aparte – e gostaria de concluir meu pronunciamento antes que termine o meu tempo e eu seja alertado pelo Sr. Presidente. Em seguida, concederei o aparte aos nossos queridos Senadores, principalmente ao Senador Flávio Arns, do nosso querido Paraná.

Recebi uma nota de repúdio do Sindicato dos Profissionais do Nível Médio, Técnico e Superior da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de Santa Catarina. Nota de repúdio à falta de respeito. Manifestam sua indignação em relação à tentativa de agressão física praticada pelo Sr. João Avancini, Diretor Regional-Adjunto da ECT em Santa Catarina contra a Diretora Regional, Sr^a. Dervina Turossi, em 29 de abril último.

Acredito que a nossa brilhante Senadora Patrícia Gomes deva tomar conhecimento dessa nota de repúdio, de um sindicato que acusa pessoa indicada pelo atual Governo, um adjunto da ECT, que tentou agredir ou agrediu a diretora dessa instituição.

Tenho aqui também ofício da SRA. Dervina Turossi, dizendo que, após ocupar por mais de oito anos função de confiança como secretária de direção regional e pelo fato de ser do quadro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, fora designada para o honroso cargo de Diretora Regional dos Correios de Santa Catarina. Infelizmente, ela foi agredida moralmente e depois destituída do cargo, bem como o adjunto. Apeenas o adjunto deveria ter sido destituído.

Não é dessa forma que vamos resolver os problemas. O Partido dos Trabalhadores defende tanto os direitos humanos, tem programas para mulheres, mas

nomeou uma pessoa agressiva, que destratou essa funcionária também nomeada pelo atual Governo.

O Sr. Miro Teixeira era do PDT na época. Outro Deputado do PDT do Rio Grande do Sul era o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e nomeou essa moça. Como o PDT saiu da Base do Governo, ela acabou sendo demitida e, pior, ainda tentaram agredi-la.

Antes de conceder o aparte ao Senador Flávio Arns, gostaria de informar a V. Ex^{as} que, amanhã à noite em Balneário Camboriú, haverá um encontro dos vereadores de Santa Catarina, promovido pela UVESC – União dos Vereadores de Santa Catarina – e pela Associação Catarinense de Câmaras Municipais. Na oportunidade, discutirão os projetos que existem na Câmara Federal e uma emenda que foi aprovada aqui em uma das comissões pelo brilhante Senador Jefferson Péres. Eles estarão discutindo o número de vereadores em cada Município do Brasil.

Registro aqui que estamos trabalhando com os vereadores, para que eles busquem seu espaço e seus direitos, pois são os representantes maiores da população, ligados diretamente às comunidades e aos prefeitos. Ligam as comunidades aos Deputados, aos Senadores e aos Governadores.

São escolhidos pelo voto popular, merecem o nosso respeito e realizam um trabalho brilhante em nível nacional. Se há alguns abusos, estes ocorrem em todas as áreas, tanto no setor público como no privado. Não é porque houve abuso em algumas cidades que teremos de penalizar todos os Municípios do Brasil.

Manifesto aqui o meu apoio irrestrito aos vereadores do Brasil.

Permita-me, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma – sempre que falo aqui, V. Ex^a está na Presidência –, conceder um aparte ao ilustre Senador Flávio Arns, da Base do Governo, mas um homem consciente, que sabe o que é bom para o nosso País.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Ex^a. O encontro entre vereadores, prefeitos, parlamentares e o Executivo será realizado no Balneário Camboriú, onde V. Ex^a foi prefeito. Aquela cidade é um orgulho para os brasileiros. Sou do Paraná, ao lado de Santa Catarina, mas minha família é do Estado de V. Ex^a, tanto da parte de meu pai como da minha mãe, e é um orgulho ver o desenvolvimento do Balneário Camboriú. Apenas retorno à observação do Senador Eduardo Suplicy em relação ao Fome Zero. Entendo que houve um problema de comunicação. A idéia de a população ter no mínimo três refeições diárias é realmente válida, necessária e vai acontecer no Governo Lula. No entanto, não se deveria perguntar à população quem está recebendo

dinheiro do Fome Zero, política do Governo que se materializa em termos de diversas iniciativas, como, por exemplo, Benefício da Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família e Agente Jovem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que já existiam.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Quando a Senadora Lúcia Vânia era Secretária Nacional de Assistência Social, não havia o Bolsa Família, mas havia outros, como programas no Exército. Só no Bolsa Família e no BPC, estão sendo distribuídos R\$15 bilhões. Então, na verdade, também por culpa dos meios de comunicação do próprio Governo, a população teve um entendimento equivocado do Programa Fome Zero, mas temos de corrigir isso e garantir o grande desejo de cidadania do Presidente Lula, ou seja, que, no mínimo, os direitos animais dos brasileiros – casa e comida – sejam respeitados até o final de seu Governo. Obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Concorro plenamente com o Senador Flávio Arns. Gostaria também que o Senador Eduardo Suplicy pudesse manifestar-se, porque S. Ex^a também tem conhecimento desse assunto.

Senador Flávio Arns, quem criou a expectativa dos R\$50,00 foi o Governo. Depois, com o trâmite do projeto e seu fracasso, após a realização de novos estudos, da participação da ONU e de outros profissionais, começaram a englobar os projetos sociais que tiveram seu início no Governo de Fernando Henrique Cardoso, justamente pela Senadora Lúcia Vânia, aqui presente.

Se unirmos todos os programas sociais, conseguiremos realmente criar algo concreto para o Fome Zero. Os prometidos R\$50,00 com certeza não pagariam uma fatia de pão francês por refeição.

Dada a extensão do meu pronunciamento, solicito seja dado como lido e peço a inserção nos Anais da manifestação de repúdio do Sindicato da ECT, Empresa de Correios e Telégrafos, e também do ofício que recebi da agredida SRA. Dervina Turossi.

Gostaria ainda de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP.) – Solicito que V. Ex^a seja breve.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Programa Bolsa Família – é provável que a Senadora Lúcia Vânia venha, mais uma vez, complementar a análise que vem fazendo – beneficia hoje quatro milhões de famílias. No próximo ano, a previsão é de que contemplará 6,5 milhões de famílias e, em 2006, 11,4 milhões, correspondendo a quase 50 milhões de pessoas. O benefício vai de R\$50,00 até R\$95,00,

dependendo do número de crianças. É modesto, mas, para as pessoas de baixa renda, poderá ser de alta significação. Ele ainda não está universalizado. Conforme o Senado e o Congresso Nacional aprovaram, o Programa Bolsa Família será gradualmente transformado em uma renda básica de cidadania até que atinja toda a população brasileira. Apenas queria registrar, com precisão, a evolução do programa que, de fato, não está universalizado em todos os Municípios, mas que vai nessa direção. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte, Senador Eduardo Suplicy, e a V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo espaço concedido.

Sei que o tempo que será destinado à Senadora Lúcia Vânia será muito bem aproveitado por todos nós, pelo seu conhecimento, pela sua capacidade e pela grande Líder que é S. Ex^a.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

Ofício da SRA. Dervina Turossi.

Mensagem do Senador Leonel Pavan para o 40º Encontro de Vereadores – dias 27 e 28 de maio – Balneário Camboriú.

Nota de repúdio à falta de respeito.

Florianópolis/SC, 21 de maio de 2004

Exmº Sr. Senador,

Sou empregada da administração pública há mais de quarenta e dois anos e sempre exerci minhas tarefas com plena consciência de meus deveres e obrigações dando o melhor de mim para desempenhá-las.

Ciente do papel político a ser desempenhado por cada um de nós fui candidata a deputada estadual e a vereadora pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT e participei intensamente da aprovação da Lei nº 8.529/1992, que trata da complementação de aposentadoria dos empregados da ECT admitidos até 31-12-1976 e que conferiu aos antigos empregados do extinto Departamento de Correios e Telégrafos – DCT a aposentadoria integral.

Participei ativamente da Federação dos Aposentados dos Correios e participo da Associação dos Aposentados e Aposentáveis de Santa Catarina – AAPSC.

Em 1997 lutei pelo retorno daqueles que foram sumariamente demitidos, pelo singelo fato de estarem aposentados. Nossa luta foi vitoriosa e os emprega-

dos, por força de medida liminar, tiveram garantidos seus empregos.

Em 2003, após mais de oito anos ocupando a função de confiança de secretária da direção regional e pelo fato de ser dos quadros da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, fui designada para o honroso cargo de Diretora Regional dos Correios de Santa Catarina. Complementarmente foi designado para o cargo de adjunto executivo da Regional, um técnico de nível médio, indicado pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

Essa pessoa, em diversas reuniões de serviço, manifestou sua inconformidade com as decisões colegiadas, tomadas pelo chamado Comitê de Gestão, do qual fazem parte, além da Diretora e do Adjunto, os principais gerentes da Diretoria Regional. E o fez de forma deselegante e rude, chegando a boicotar eventos de homenagem a empregados como represália às ações do comitê, do qual ele próprio fazia parte.

No dia 29 de abril do corrente o Sr. Adjunto Executivo, insatisfeito com algumas designações que fiz para cargos gerenciais, entrou inopinadamente em meu gabinete, com claras intenções de agredir-me fisicamente, não obtendo êxito por não ter me alcançado a tempo e ser contido por presentes ao local.

Dirigiu-me ainda algumas palavras ofensivas e fez ameaças do tipo: “isso não vai ficar assim”.

Tive necessidade de atendimento médico, pois sofri abrupta elevação de pressão arterial.

Diante da atitude que revelou absoluta luta de controle daquele senhor e preocupada com minha integridade física, fiz o competente registro policial, cuja cópia está anexa à presente.

O Sindicato dos Empregados de Nível Médio, Técnico e Superior dos Correios, entendeu por bem divulgar Nota de Repúdio sobre o assunto, a qual foi veiculada no **Diário Catarinense** de 9-5-2004. O Sindicato manifestou-se ainda também através da Carta nº 7, cuja cópia igualmente anexamos.

Tal tipo de ocorrência, a quanto eu saiba, não tem precedentes na ECT. Como consequência, nosso ilustre Presidente entendeu por bem afastar-nos dos cargos de Diretora Regional e de Adjunto Executivo.

É incrível que a destemperança de uma pessoa e o seu despreparo para exercer um alto cargo de gestão venha a resultar em prejuízo daqueles que, como eu, ao longo de mais de 42 anos, não registram uma única mácula em sua carreira profissional.

Embora a mudança política nas diretorias regtomam da sa venha se desenhando com o ingresso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, no governo, nada indicava que uma mudança fosse necessária em Santa Catarina, aonde uma competente

equipe de administradores e técnicos vinha fazendo, sob meu comando, um ótimo trabalho, mantendo os padrões da ECT e buscando alcançar metas cada vez mais audaciosas.

Orgulho-me de minha carreira e de meu trabalho.

Por isso não poderia deixar de trazer a Vossa Excelência este registro. Meu maior desejo é que o ambiente de trabalho retome as condições ideais de funcionamento, com todos os empregados, sejam dirigentes ou não, preocupados unicamente com a obtenção dos resultados e com o seu próprio desenvolvimento profissional e pessoal, para engrandecer sempre mais o nome de nossa empresa.

Entendo que todos nós temos um compromisso de responsabilidade social, pois servimos de modelo uns aos outros e, portanto, devemos ter a preocupação de sermos sempre trabalhadores, honestos íntegros e serenos, para que possamos construir uma grande nação para nossos filhos e netos.

Respeitosamente, – **Dervina Turossi.**

**MENSAGEM DO SENADOR LEONEL
PAVAN PARA O 40º ENCONTRO ESTADUAL
DE VEREADORES – DIAS 27 E 28 DE MAIO –
BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

UVESC

Associação Catarinense de Câmaras Municipais

Painel sobre a “Redução do Número de Vereadores

Em função de nossa permanência aqui no Senado na data de amanhã, quinta-feira, com movimentada agenda de trabalho, nesta Casa, está nos impedindo de nossa presença em tão importante encontro para a vereança catarinense reunida em nossa cidade de Balneário Camboriú, num momento decisivo para a categoria e a representatividade da sociedade brasileira. Mesmo assim, gostaríamos de registrar nossa participação através desta mensagem em que analisamos a situação atual das propostas de redução e adequação do número de vereadores, opinando sobre seus reflexos na sociedade e autonomia do poder:

1. Acreditamos que só um amplo acordo de lideranças, resultado de muita vontade política, poderá agilizar a tramitação e aprovação deste projeto para vigorar já nestas eleições.

2. Sobre a discussão e a conveniência de se alterar a representação nas Câmaras Municipais é preciso que se diga da necessidade de se encontrar uma fórmula de bom senso, que acredito estar presente com esta atual emenda,

sem o risco de se provocar um retrocesso no processo representativo da sociedade.

Pelo artigo 29 da Constituição Federal, em seu inciso 4º, alíneas **a**, **b**, e **c**, o número de vereadores é em função da população, o que nos parece razoável e sensato, já que a medida que a comunidade aumenta, deve haver um aumento paralelo de sua Câmara de representação, fixado, evidentemente, um limite máximo baseado no princípio da razoabilidade. Há, contudo, uma grave inconsistência no texto atual, já que municípios de até 1 milhão de habitantes podem ter, no máximo, 21 vereadores. Passada a barreira do milhão, e portanto, a partir de um milhão e um habitante, a municipalidade pode ter de 33 a 41 vereadores. Ora senhores parlamentares, porque este buraco entre 21 e 33, para uma variação de apenas um habitante. Parece, pois, perfeitamente lógico, corrigimos esta falha técnica, adotando a atual proposta que vai para tramitação em segundo turno no Senado Federal.

3. Numa democracia representativa consolidada o compromisso dos parlamentares com suas bases eleitorais é corolário para o exercício do mandato legislativo. No caso dos vereadores, essa premissa se torna ainda mais necessária e visível, já que os edis lidam com o dia-a-dia da população que representam. É a escola de bairro, a iluminação da periferia, o asfalto das ruas mais isoladas, o posto de saúde, enfim, são inúmeras as atividades de prestação de serviço do Estado ao cidadão que os vereadores devem fiscalizar e regular pela via legislativa.

Trata-se de uma tarefa nobre e indispensável em uma sociedade organizada e que não pode ser tolhida, sob risco de retrocesso democrático. O voto no legislativo é proporcional, não expresso numa única vontade. Numa nação complexa e cheia de dificuldades como o Brasil, é na atuação local que nossos problemas encontrarão solução. Assim, jamais nos será possível resolver, a partir de Brasília, todas as graves questões que nos afligem. Será sempre como sempre foi, no seio dos municípios que a vida dos cidadãos se equacionará. E neles atuam e constroem o Brasil os vereadores.

4. Com orgulho de quem já foi vereador em Balneário Camboriú, reitero minhas saudações a todos, muito obrigado, bom trabalho e ficamos à disposição.

POLÍTICA

NOTA DE REPÚDIO À FALTA DE RESPEITO

O Sindicato dos Profissionais de Nível Médio, Técnico e Superior da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de Santa Catarina, vem a público manifestar sua indignação em relação à tentativa de agressão física praticada pelo Sr. João Avancini, diretor Regional – Adjunto da ECT em Santa Catarina, Contra a Diretora Regional, Sr^a Dervina Turossi, em 29 de abril último. Esse tipo de comportamento comprova o despreparo e a Incompetência dessa pessoa para o cargo a que conduzido recentemente. Como não trata de um fato isolado e sim o ponto alto de um estilo gerencial truculento e desrespeitoso, espere-se que a Diretoria da Empresa, em respeito aos demais profissionais que construíram a grandeza dessa organização, adote de imediato as medidas que o caso requer.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, por cinco minutos, haja vista o tempo haver se esgotado.

Pediria a V. Ex^a que, ao trazer tão importante mensagem a esta Casa, não extrapolasse o tempo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento o Senador Leonel Pavan pelos elogios feitos à minha pessoa, bem como aos Senadores Eduardo Suplicy e Flávio Arns e digo da minha satisfação em ver esta Casa discutindo os programas sociais no sentido de ajudar e colaborar para que a gestão das políticas públicas da área social obtenha sucesso.

Ontem, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou um artigo intitulado “Biotecnologia e Fome”, em que destaca a pergunta: “Pode a biotecnologia agrícola ajudar a suprir as necessidades dos pobres?”

A matéria jornalística é extremamente oportuna no momento em que esta Casa discute as normas de segurança e fiscalização de atividades que envolvem organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados.

Neste momento, não me quero deter sobre os aspectos científicos desse projeto, embora eles sejam altamente importantes. Mas me detenho em ressaltar as suas implicações sociais e seus possíveis reflexos na busca de superação da situação de pobreza, preocupação desta Casa e de todos os brasileiros.

O Estado de S. Paulo ressaltava, em seu artigo, o relatório da Organização para Agricultura e Alimentação da ONU – FAO, segundo o qual a biotecnologia poderia ajudar os produtores do Terceiro Mundo a alimentar mais 2 bilhões de pessoas em 30 anos. Contudo, até agora, poucos países e apenas alguns grupos têm se beneficiado do avanço da ciência nessa área.

Ressalto alguns aspectos do relatório da ONU, arrolados pelo articulista:

A União Européia acaba de suspender a moratória imposta aos produtos geneticamente modificados;

As conclusões significam uma revisão completa e profunda nesta matéria, que explora o potencial da biotecnologia agrícola na luta contra a fome e a insegurança alimentar;

A Biotecnologia pode contribuir para superar obstáculos à produção agrícola que não seriam superados pelos métodos tradicionais;

O método eleva a produção e reduz as perdas; e Até o momento são as grandes empresas que conduzem a revolução genética.

Os investimentos que, tradicionalmente, têm sido feitos ainda não se concentraram com força na melhoria do valor nutricional de culturas importantes para a alimentação, como arroz, mandioca, feijão e outros, que são os alimentos mais consumidos pelas camadas populacionais mais pobres. Diferentemente, a indústria desenvolveu quatro variedades principais de transgênicos: algodão, milho, canola e soja, diz o relatório da ONU.

Para o FAO, “os pobres não recebem os benefícios dos transgênicos, porque os produtos de que necessitam são ‘culturas órfãs’”. Ou seja, não são alvos dos US\$3 bilhões investidos, todos os anos, em pesquisas sobre a biotecnologia agrícola.

Chamo a atenção para o fato de que as chamadas “culturas órfãs” de investimentos são as culturas que também podem ser chamadas de sociais. Tudo isso em tempo e velocidade intensa, como também do crescimento vertiginoso da população humana e da incapacidade de se alimentarem milhões de pessoas.

Temos, pois, a responsabilidade de não deixarmos que essa matéria passe por esta Casa de forma açodada, sem nos envolvermos de corpo e alma na sua discussão. Temos a chance de decidirmos sobre o futuro de pesquisas e investimentos que venham determinar a possibilidade de correção de uma das nossas maiores mazelas, que é a fome.

Nesse contexto, não podemos esquecer que temos equipes de pesquisa de ponta, em instituições como a Embrapa, a Escola de Agronomia da Universidade de São Paulo, a Escola de Agronomia da Universidade Federal de Viçosa, e outras, todas dependendo

das decisões que aqui vamos tomar. E todas dependentes de recursos públicos e capazes de priorizar os alimentos chamados sociais, mais consumidos pela nossa população.

Já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou com a atenção voltada para a importância do discurso de V. Ex^a. Fique tranqüila para terminá-lo, Senadora.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – O ambiente de diversidade de opiniões, interesses, necessidades e realidades que cercam o assunto torna o Congresso Nacional um foro adequado e oportuno para o tratamento racional, lógico, ético, justo e sensato das questões complexas de transgênicos.

Apelo aos meus Pares para que, no esforço para superação do caótico quadro social brasileiro, tenhamos uma consciência de libertação que consiste em uma verdadeira mudança da nossa forma de pensar.

Faço este pronunciamento para chamar a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores quanto à importância da discussão, na próxima semana, na Comissão de Assuntos Sociais, do projeto de biotecnologia, que, sem dúvida alguma, trata dos organismos geneticamente modificados e também da questão das células-tronco.

Portanto, deixo o meu alerta e também o convite para que todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores estejam presentes nessas discussões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de informar que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh conseguiu, hoje, a concessão de **habeas corpus** junto à 3ª Câmara do Tribunal de Justiça para o Sr. Luiz Gonzaga da Silva, Líder da Central de Movimentos Populares no Brasil e irmão do cantor Chico César, que havia sido acusado absolutamente sem fundamento. Todos nós que o conhecemos de perto assim acreditamos. É importante, pois, que ele possa responder ao processo em liberdade, e graças à ação tão séria e competente do advogado e Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh foi concedido o **habeas corpus**.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, faço este registro e requeiro a V. Ex^a a inserção do comunicado do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Gegê tem prisão preventiva revogada

A 3ª Câmara do Tribunal de Justiça concedeu por unanimidade o **Habeas-Corpus** que revogou a prisão preventiva de Luiz Gonzaga da Silva, nacionalmente conhecido como Gegê, líder da Central dos Movimentos Populares no Brasil (CMP).

O advogado e Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh, atuou nas declarações da defesa de Luiz Gonzaga da Silva e expôs a desnecessidade da prisão preventiva por insuficiência de motivação e fundamento. Além disso, Greenhalgh argumentou a inexistência de abalo à ordem pública, tendo em vista o tempo passado entre o fato ocorrido e a prisão preventiva decretada. O crime aconteceu em agosto de 2002 e a prisão preventiva foi decretada em abril de 2004.

Greenhalgh também argumentou que o processo de apuração tem todas as condições de continuar com Luiz Gonzaga em liberdade, pois tem endereço fixo e atuação conhecida. Além disso, não haverá obstáculo na apuração, pois Gegê é o principal interessado em esclarecer os fatos.

O desembargador Nuevo Campos, de acordo com Luiz Eduardo Greenhalgh, estranhou a prisão preventiva e reconheceu que a liberdade de Gegê não coloca em risco a ordem. Descordando do parecer da MP, o ex-Procurador Luiz Antônio Marrei, reconheceu como verdadeira a recomendação do **Habeas-Corpus**.

Com a prisão preventiva revogada Luiz Gonzaga deve deixar o CDP masculino de Pinheiros ainda hoje.

Gegê foi militante e há muito tempo se dedica à organização dos excluídos e na criação de instrumentos de luta dos trabalhadores como: Unificação das Lutas de Cortiço, Movimento de Moradia do Centro, da União dos Movimentos de Moradia e da Central de Movimentos Populares. Além de líder do movimento de luta pela moradia da cidade de São Paulo, Luiz Gonzaga é coordenador nacional da Central dos Movimentos Populares (CMP), membro da coordenação nacional do Grito dos Excluídos e do Conselho Nacional das Cidades.

Gegê estava preso desde o dia 5 de abril, em decorrência de prisão preventiva requerida. Indivíduos e setores contrários ao movimento social acusam de co-autor de um homicídio ocorrido no dia 18 de agosto de 2002, em uma ocupação na Avenida Presidente Wilson, na Zona Leste da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 660, DE 2004

Como Senador da república membro da Comissão de Relações Exteriores, venho solicitar a V. Ex^a, nos termos do inciso I, do parágrafo 1º, do Artigo 40, do regimento Interno do Senado Federal, autorização e concessão de licença para representar o Senado no Grupo Parlamentar Brasil-Suíça em vistas a autoridades do Poder Executivo, do Poder Legislativo, a Universidades, a unidades industriais, e a dirigentes da ONU e OMC, na Suíça, no período de 31 de maio a 4 de junho de 2004.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2004. – **Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Com referência ao requerimento que acaba de ser lido, a Presidência o defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, visto que a pauta está sobrestada por medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Alvaro Dias e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é cada vez mais difícil explicar o que passa pela cabeça do Governo petista do Presidente Lula, com tantas e tantas bruzundangas que se misturam a erros, omissões e avaliações equivocadas sobre a economia. A consequência, não poderia ser outra, é o desencanto da sociedade brasileira.

O que está nos jornais não coincide nem um pouco com a imagem de otimismo que os líderes petistas tentam transmitir aos brasileiros. Hoje, há informações disponíveis, a população está a par de tudo e de nada valem gabolices, lorotas nem jactância.

O povo quer ver é o Governo com os pés no chão firme, isto é, lé com lé e cré com cré.

Em vez disso, em vez de cuidar de arrumar a casa e traçar um programa de desenvolvimento para o País, agarra-se o Governo a planos de metas. A toda hora, metas são anunciadas pelos atuais dirigentes e porta-vozes da Nação e isso, como diz a imprensa, mostra que “o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

apenas comprova que seu Governo tem uma vocação irreprimível para cuidar do assunto errado”.

Assim também ocorre com essa visita do Presidente à China. Segundo apregoam os governistas, muitos negócios estão sendo entabulados. Mas as primeiras análises parecem conduzir a uma realidade única: são negócios da China. Mas muito mais para eles.

No fundo, como adverte o editorial de hoje do **Estadão**, o que a China quer acima de tudo do Brasil, no plano comercial, são produtos primários. Soja em grão e farelo fazem o exemplo óbvio.

As análises são muitas. De várias fontes. Em sua maioria, nada coincidentes com a euforia que ainda ontem tentaram passar as lideranças governistas. Menciono um trecho de editorial do **Estadão**: “O Brasil ocupa a quarta posição entre as prioridades chinesas, depois da Ásia, Estados Unidos e Europa. Não é pouca coisa, mas está longe de significar que, para a China, o País represente – como gostaria o governo Lula – um contrapeso estratégico potencial aos EUA”.

Volto o foco das nossas preocupações para o território brasileiro. E o que se vê são pensamentos estapafúrdios, como esse do Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, na tentativa de analisar o novo recorde alcançado pelo Governo Lula, o do desemprego. Eis o que publica a respeito a edição de hoje da **Folha de S.Paulo**:

Berzoini: desemprego alto indica melhora

Segundo o ministro, mais pessoas estão procurando emprego porque economia está crescendo.

Indago se é preciso dizer mais diante de tamanho disparate. Não há como distorcer a realidade dos fatos. O Presidente Lula, esta a única verdade, é detentor desse novo título, o de recordista histórico de desemprego.

Desde logo, o que se depreende é que alguns governistas estão no mundo do lado de lá, pensando que a visita à China vai resolver todos os problemas brasileiros. Outros, aqui neste hemisfério, parecem estar no mundo da lua. E os brasileiros ficam a ver navios.

As notícias ajudam a compor a boa análise sobre a verdadeira situação da economia brasileira. Basta ler, por exemplo, o espanto geral diante da excessiva carga tributária brasileira:

Carga tributária cresce e pesa mais para indústria

Empresas do setor pagam 44,18% em impostos, seguidas das elétricas

Renée Pereira

A carga tributária não dá trégua às empresas do País. Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), intitulado “A insuportável carga tributária empresarial brasileira”, mostra que o índice de impostos e con-

tribuições incidentes já atinge quase 40% do valor agregado (todos os gastos usados para transformar a matéria-prima em produto) das empresas. Nos Estados Unidos e na Europa, esse índice não ultrapassa os 30%.

As mais prejudicadas são as companhias do setor industrial, com carga de 44,18%, seguidas pelas de energia elétrica, com 41,45%, e de comunicações, com 40,39%. As pequenas empresas também são prejudicadas, segundo o presidente do IBPT, Gilberto do Amaral, co-autor do estudo, ao lado do tributarista João Eloi Olenike. A tributação dessas companhias, que deveriam pagar menos impostos como forma de incentivo ao desenvolvimento, na opinião de Amaral, é de 23,03% – índice superior ao das instituições financeiras (22,80%) e de administração de bens próprios (17,96%).

Em todos os setores, houve elevação da carga tributária em comparação com 2002, especialmente por causa da mudança nas regras de cálculo do PIS.

“Percebemos nesse trabalho que quanto mais a empresa agrega valor ao produto, como mão-de-obra, tecnologia e investimentos, mais imposto paga.

Isso por causa do efeito cascata do sistema brasileiro”, explica Amaral. “A alta carga tributária sobre o valor agregado prejudica quem investe em tecnologia, o que é um absurdo para um País em desenvolvimento.”

Segundo ele, o problema são as restrições impostas pela legislação à compensação de créditos. O cálculo do ICMS, por exemplo, é obtido a partir da conta de vendas menos compras. Mas nem todas as compras podem ser abatidas do valor a pagar.

De acordo com o estudo, as indústrias estão sobrecarregadas. Juntas, elas são responsáveis por 28,66% da arrecadação do ICMS dos Estados, que em 2003 somou R\$ 119,21 bilhões – 21,79% de toda a arrecadação do País ou 7,87% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os setores de comunicação, energia elétrica e petróleo, combustíveis e lubrificantes respondem por 42,24% do total do ICMS. O segundo imposto com maior participação no PIB é a Cofins (3,93%) e o INSS Patronal (3,78%), que somaram R\$ 116,81 bilhões no ano passado.

A alta incidência de impostos e contribuições sobre o valor agregado das empresas produz “um alarmante índice de tributação so-

bre o consumo”, diz o estudo. A carga tributária sobre o consumo é regressiva, ou seja, é maior para quem ganha menos. Para quem recebe até dois salários mínimos, o percentual sobre o consumo é de 24,41%. Para de seis a oito salários é de 23,22% e acima de 50 salários, de 17,26%.

Os tributos incidentes diretamente sobre os produtos e serviços são PIS, Cofins, IPI e CPMF, ICMS e ISS. A arrecadação desses tributos somou R\$ 207,04 bilhões em 2002 e R\$ 234,37 bilhões em 2003, um aumento nominal de 13,2%. (O Estado de S. Paulo, 26 de maio de 2004)

Tudo isso é difícil de explicar. Por isso, estou anexando a este pronunciamento algumas matérias publicadas hoje pelos jornais, para que o historiador do futuro possa dispor de elementos de aferição a respeito do desastrado Governo Lula.

Políticas, em vez de metas de crescimento

O Brasil precisa de ações competentes que promovam o desenvolvimento econômico, não de metas de crescimento. Ao anunciar a adoção dessas metas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou, mais uma vez, que seu governo tem uma vocação irreprimível para cuidar do assunto errado. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, fizeram o possível, nesta semana, para desfazer o que deveria ser somente um perigoso equívoco. Mas não há nenhuma garantia de que seja apenas isso.

“Em vez de estabelecermos somente a meta de inflação, poderemos colocar, também, concomitantemente, a meta de crescimento, para serem perseguidas juntas”, disse o presidente numa entrevista ao Globo. Várias fontes confirmaram que o assunto está em discussão no governo. Além de inútil, esse debate é contraproducente.

Vincular as metas de inflação e de crescimento não garantirá a expansão da economia, mas poderá prejudicar, muito, a política antiinflacionária. A melhor contribuição que o BC pode dar ao crescimento da produção, lembrou Meirelles, é defender o valor da moeda. Ninguém mais deveria imaginar que a inflação seja um fator de prosperidade. Economias que têm crescido de forma sustentável são aquelas com maior estabilidade fiscal e monetária.

No caso do Brasil, é fantasia supor que a mera redução dos juros básicos pudesse estimular, de forma significativa, o aumento dos negócios. Os juros poderiam – e deveriam – estar mais baixos, de fato, mas os principais obstáculos ao crescimento, hoje, são de outra natureza. Uma política monetária um pouco mais audaciosa poderia ter um efeito psicológico favorável, mas os benefícios seriam limitados.

Outros fatores, que não têm relação direta com os juros básicos da economia, restringem fortemente a expansão dos investimentos, da produção e do emprego. Para mudar esse quadro, o governo terá de cuidar com maior eficiência da agenda do crescimento anunciada no ano passado.

O investimento na infra-estrutura é um dos itens mais importantes dessa agenda. Para estimular esse investimento, o governo, com apoio de sua base política, terá de completar o chamado marco regulatório, definindo as condições de atuação do setor privado. Precisarão conseguir a aprovação da Lei de Parcerias Público-Privadas. No caso das agências reguladoras, deverá repensar a legislação proposta, que reserva ao Executivo um indesejável poder de arbítrio.

A reforma tributária, ainda incompleta, é decepcionante sob vários aspectos, mas ainda pode trazer algumas novidades positivas. Uma delas deve ser a desoneração da folha de pagamentos, com a mudança no sistema de contribuição à Previdência. A fórmula ainda não está decidida e um projeto especial será enviado ao Congresso provavelmente em junho. Se o governo conseguir propor um esquema razoável, as empresas ganharão poder de competição internacional e, ao mesmo tempo, terão condições mais favoráveis para ampliar o emprego formal.

A agenda de crescimento, que é essencialmente uma agenda microeconômica, inclui várias outras medidas, como a aprovação da nova Lei de Falências – que já deveria estar em vigor há bom tempo –, a redução dos entraves burocráticos, que dificultam até o fechamento de empresas, e a revisão das leis trabalhistas, não para eliminar direitos fundamentais, mas para facilitar a negociação de contratos. Ao lado disso, o Executivo terá de aumentar a eficiência de todos os seus instrumentos de política, a começar pelo Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, principal fonte de financiamento de longo prazo no Brasil.

Caberá ao governo, também, um esforço maior para abrir mercados, negociando acordos comerciais com mais realismo do que tem exibido até agora. Com essas e outras políticas, o crescimento virá. E o governo não terá de perder tempo num exercício tecnicamente inútil. Não basta manejar uma ou duas variáveis, como os juros básicos e o gasto público, para obter uma determinada taxa de crescimento. Essa idéia, na sua simplicidade, pode ser sedutora. Mas é tão enganadora quanto perigosa.

A outra face da visita à China

No curso da história, muitas vezes é mais fácil prever as conseqüências de uma derrota do que as de uma vitória. Por isso, o governo brasileiro precisa calibrar com realismo as expectativas que vier a nutrir a partir da constatação do êxito diplomático da visita do presidente Lula à China. Uma evidência desse inegável sucesso é que nunca antes uma viagem de chefe de Estado brasileiro, mesmo aos EUA, mereceu tanto destaque da mídia anglo-americana. Visitas de governantes brasileiros ao exterior, em regra, não são notícia na grande imprensa do Hemisfério Norte. Mas a aproximação entre o maior país latino-americano e o colosso que ocupa crescente espaço no cenário mundial não poderia despertar menor interesse. Como escreveu o editor para a América Latina do Financial Times de Londres, Richard Lapper, a ligação “conecta os maiores mercados emergentes dos hemisférios ocidental e oriental”.

Da densidade dessa conexão é cedo para falar. O que a China quer acima de tudo do Brasil, no plano comercial, são produtos primários. Soja em grão e farelo é o exemplo óbvio. Já o Brasil ambiciona vender-lhe também – e cada vez mais – produtos com alto valor agregado. Isso, porém, dependerá principalmente de negociações entre empresas brasileiras e as multinacionais que instalaram na China parte de sua cadeia produtiva global e cujos centros de decisão permanecem no Ocidente, observa o economista Gilberto Dupas, citado pela Folha de S. Paulo. Além disso, outros fatores tornam duvidoso o prognóstico do chanceler Celso Amorim de que a viagem de Lula poderá criar

uma nova “geografia diplomática e comercial” no planeta. Convém atentar, nesse sentido, para os fundamentados argumentos do mais conceituado sinólogo americano, Kenneth G. Lieberthal, da Universidade de Michigan e ex-assessor do governo Clinton.

Ouvido pelo correspondente do Estado eom Washington, Paulo Sotero, ele explicou por que a visão do chanceler não desperta entusiasmo em Pequim. A China considera importante a relação com o Brasil – porém com o foco no plano bilateral e “em seus próprios termos”, especifica Lieberthal. Por esses termos, o Brasil ocupa a quarta posição entre as prioridades chinesas, depois da Ásia, Estados Unidos e Europa. Não é pouca coisa, mas está longe de significar que, para a China, o País represente – como gostaria o governo Lula – um contrapeso estratégico potencial aos EUA. É verdade, aponta o especialista, que os líderes chineses contemplam a hipótese de uma colisão frontal de interesses entre o seu país e os Estados Unidos, mas não antes de uma década. Até lá, “a China fará tudo que puder para manter uma relação forte e estável com os Estados Unidos”. A propósito, por muito tempo os EUA continuarão a ser o principal parceiro singular do Brasil.

A parceria com a China, de resto, tem seu preço – explícito no comunicado conjunto de 1.700 palavras, assinado pelos presidentes Lula e Hu Jintao. Trata-se das concessões políticas ao regime de Pequim – inevitáveis, quem sabe, repulsivas, com certeza – e que, com diferenças de nuances, já existiam antes do governo Lula. A primeira delas foi o Brasil aceitar que não só Taiwan, mas também o Tibete, “é parte inseparável do território chinês”. Sabe o Itamaraty que os tibetanos, liderados do exílio pelo dalai-lama, se batem por autonomia interna, não pela independência; nem isso a China quer-lhes conceder. A segunda e mais ampla concessão consiste no integral endosso da rationale da ditadura chinesa na questão dos direitos humanos. A hipócrita fórmula encontrada por Pequim para negar legitimidade aos protestos contra a sua repressão às liberdades fundamentais é alegar que as denúncias são “politizadas” e “seletivas”. É a essa fabricação que o Brasil dá o seu aval. (Aliás, a idéia de invocar os “critérios seletivos” é do chanceler brasileiro.)

Tradicionalmente, Brasília se abstinha de condenar a China nas votações anuais da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em abril último, foi pior: pela primeira vez o delegado brasileiro votou a favor da moção chinesa para que os seus “assuntos internos” não fossem debatidos. Nesse jogo sujo, eufemisticamente chamado de “Realpolitik”, o Brasil pedia uma retribuição: o apoio à reivindicação brasileira de um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Mas, no comunicado conjunto, o presidente chinês se limitou a consignar que o Brasil deve desempenhar “maior papel nas instituições multilaterais, como as Nações Unidas”. É a outra face da visita de Lula.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 20 de maio, começou a tramitar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.627, do Poder Executivo, que “institui sistema nacional de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior”.

O PL destina metade de todas as vagas nas universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o nível médio em escolas públicas e, dentro dessa metade, uma reserva para negros e indígenas em proporção à presença de pretos, pardos e indígenas em cada unidade da Federação, segundo o último curso do IBGE.

Trata-se, na verdade, de um sistema híbrido de cotas raciais e sociais que me traz imediatamente à memória o desabafo irônico de Gilberto Amado, para quem a capacidade de articular causa e efeito seria o dom mais raro na cultura brasileira...

A trilhar o árduo, longo e pouco vistoso caminho dos investimentos financeiros, materiais, tecnológicos e, sobretudo, humanos consistentes e sustentados para a superação das múltiplas e agudas deficiências dos níveis fundamental e médio do ensino público, o governo do PT prefere enveredar pela demagogia do facilitário, rebaixando os níveis de exigência para ingresso na universidade, com base nos critérios de cor de pele e pobreza, mesmo que isso implique destruir os bolsões de excelência acadêmica, científica e tecnológica a duras penas construídos e consolidados nos centros federais de ensino superior do País.

Como resume o economista e emérito pesquisador de políticas educacionais Cláudio de Moura Castro, “obter justiça social na entrada da universidade é

como tentar maquiagem um Frankenstein: bato, ruge e pó-de-arroz não conseguirão reduzir sua feiúra”. Qualquer solução séria, produtiva e duradoura nessa área pressupõe a coragem de encarar a lógica do funil que desemboca no ensino superior mas é alimentado por um caudal de fracassos anteriores.

Apenas 60% dos alunos que iniciam o nível fundamental logram concluí-lo, e metade daqueles que ingressam no ensino médio interrompe seus estudos. É a baixa qualidade da educação pública fundamental e média que compromete as chances de ascensão da brava minoria de jovens de baixa renda e de todas as cores que obtêm o certificado do ensino médio. A essa altura, as pouquíssimas possibilidades de entrada de cidadãos pobres na universidade pública restringem-se ao paliativo de cursinhos pré-vestibulares que cobram baixas mensalidades, geralmente administrados por cooperativas de universitários abnegados e ansiosos por contribuir para a redução de nossas desigualdades socioeducacionais. Conquanto meritórias, tais iniciativas têm alcance muito limitado pois promovem, se muito, a aprovação no vestibular de apenas um em cada cinco estudantes.

Sr. Presidente, algumas simulações antecipam o perigoso efeito que a proposta do governo trará para a qualidade dos cursos superiores públicos, em particular para aquelas carreiras onde a concorrência é mais acirrada. A USP prevê que 30% dos vestibulandos com nota suficiente para passar em direito ou medicina serão excluídos e suas vagas ocupadas por alunos com notas 54% piores.

O desfecho não será diferente na UMFG, onde apenas 10% dos ex-alunos do ensino público obtêm a nota mínima necessária para cursar medicina.

Vale lembrar, Sr^{as} e Srs Senadores, que os egressos da escola pública já ocupam 42% do total das vagas universitárias, percentual não muito distante daquele que o MEC pretende fixar em lei. Ocorre, no entanto, que sua participação é significativamente menor nos cursos mais disputados: 28% no direito e 15% na medicina, por exemplo.

É inconcebível que o Governo Lula negligencie sua responsabilidade prioritária de atacar as causas dessa desigualdade fortalecendo material e institucionalmente os níveis fundamental e médio e abraçando uma noção falsa de equidade para preencher tais vagas com alunos sem condições de cumprir mínimos requisitos acadêmicos de ingresso e aproveitamento. Nesse caso, quem sofrerá uma gravíssima injustiça é a sociedade brasileira, ameaçada em sua saúde, seu bem-estar e sua vida pela política irresponsável do MEC que, ao implodir o critério meritocrático de de-

sempenho acadêmico, produzirá gigantesca multidão de profissionais incapazes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os defensores e formatadores das propostas de cotas no Brasil apontam as leis norte-americanas de ação afirmativa como seu paradigma inspirador, mas limitam-se a um transplante mecânico e superficial do modelo. Ignoram ou desconsideram que a legislação de direitos civis aplicada às universidades dos Estados Unidos foi e continua sendo apoiada em critérios de seleção que identificam e incorporam os negros e pobres com maior talento e potencial, capazes, portanto, de tirar o melhor proveito possível das oportunidades propiciadas pelas cotas. Uma fórmula que democratiza o acesso ao ensino superior sem anular os requisitos meritocráticos sem os quais a universidade deixa de cumprir sua função social.

Outra crucial dimensão da experiência americana omitida na proposta do governo petista diz respeito a esquemas de bolsas de estudos que garantam a permanência dos alunos pobres nos bancos universitários. Afinal, de que adiantará abrir-lhes as portas dos cursos superiores, se eles continuarem sem dinheiro para comprar livros ou mesmo pagar passagem de ônibus? Não há no PL nenhuma previsão de recursos com essa finalidade.

Sr, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado da República não poderá reproduzir a preguiça, o despreparo, as omissões e os erros do Executivo quando se vir diante da tarefa de discutir e votar o Projeto nº 3.627/2004.

Em todas as etapas de tramitação que a proposta percorrer nesta Câmara Alta, especialmente na Comissão de Educação, de que faço parte, nós Senadores teremos a obrigação de mobilizar o melhor de nossa energia, nossa inteligência e nosso espírito público, com apoio nos testemunhos da experiência da autoridade de intelectual dos maiores peritos educacionais do País, a fim de transformar radicalmente o projeto, colocá-lo a serviço do progresso nacional e desativar seu potencial devastador para o futuro da universidade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PMDB-RR. Sem apanhamento taq1uigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem sido, nos últimos anos, vítima de um processo dos mais deletérios para o fortalecimento institucional de nosso Estado: a infestação de centenas de organizações não-governamentais, ocupando funções de responsabilidade do Governo que nunca deveriam ser delegadas.

Testemunhamos atualmente, meus caros Colegas, o Estado Brasileiro sofrer um processo de enfraquecimento e debilidade financeira, em contraposição à pujança e ao arrojo das entidades que compõem o dito terceiro setor. A cada dia que passa, uma quantidade maior de serviços são direcionados às ONGs, que acabam por não prestar conta dos recursos públicos recebidos, nem sofrem o balizamento de uma legislação pertinente.

Enquanto o Governo se viu obrigado a cortar R\$1 bilhão das verbas de custeio no Orçamento da União, constatou-se que houve um repasse de quase R\$1,3 bilhão para as organizações não-governamentais, em transferências diretas e sem observância dos pressupostos legais licitatórios.

Ora, grande parte desse montante foi destinada às atividades de custeio, como programas educacionais e de saúde pública. Por que não fazê-los, legitimamente, sob a ação direta do Estado? Por que a prestação de serviços aos índios, população sob a tutela da União, continua a ser dominada quase exclusivamente pelo terceiro setor?

Não possuímos sequer um cadastro geral que identifique quantas ONGs estão em atividade regular no Brasil. Somente a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong, que congrega as maiores entidades do gênero, contabiliza 270 membros. Entretanto sabemos que existem muito mais, a maioria delas atuando à socapa, sem vigilância governamental.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos afirmar, de forma peremptória, que vivenciamos uma sórdida substituição da democracia representativa por uma república corporativista controlada pelo fortíssimo *lobby* das ONGs. Tais entidades têm sido capazes de satanizar vítimas, inocentar réus e até mesmo veicular informações manipuladas no exterior.

Exemplo dessa situação deu-se recentemente, na oportunidade da divulgação de uma falsa notícia dando conta de que a lavoura de soja e os pastos para a criação de gado estariam promovendo devastações arrebatadoras na floresta amazônica. Ficou claro, posteriormente, que ONGs ambientalistas internacionais foram as responsáveis em dar eco a tal absurdo, incentivando o boicote aos produtos agrícolas brasileiros.

Ora, o agronegócio brasileiro, exemplo mundial de sucesso e produtividade, cultiva uma área de 200 milhões de hectares e dispõe de outros 100 milhões de hectares para uso, sem precisar derrubar uma árvore a mais na Amazônia. Contudo a robustez da produção agrícola brasileira tem incomodado interesses estrangeiros, muitos deles representados por entidades que atuam, livremente, em nosso País.

Basta, Sr. Presidente! Aqui, desta tribuna, clamamos pela retomada do poder estatal para controlar e fiscalizar as atividades das ONGs. E isso somente se dará de forma completa com a aprovação do projeto de lei do Senado que dispõe sobre o funcionamento das organizações não-governamentais, atualmente parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Chegou a hora de abrir a caixa-preta e dar transparência às atividades desenvolvidas pelas organizações vinculadas ao terceiro setor no Brasil. Precisamos saber, de uma vez por todas, quem são e o que verdadeiramente pretendem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, somente a forte presença do Poder Público poderá inibir a infestação vertiginosa de ONGs que vemos ocorrer em nosso País. Nosso Povo não as elegeu como representantes, nem lhes outorgou poder para agir à margem da fiscalização e regulação pública.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a escassez de crédito, os juros altos, a falta de investimentos públicos em infra-estrutura e a excessiva carga tributária sobre a produção aumentam o custo Brasil, reduzem a capacidade empresarial e impedem a geração de renda e empregos.

Esse cenário foi apresentado, em Brasília, a Deputados e Senadores dos três Estados do Sul do País – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, durante reunião promovida pelas respectivas federações industriais – Fiep, Fiesc e Fiergs, esta presidida com bravura pelo empresário Renan Proença –, dia 19 de maio na Confederação Nacional da Indústria.

Alguns números sobre a presença da região no panorama nacional:

- 15% da população do país
- 18% do Produto Interno Bruto nacional
- 30% das indústrias brasileiras
- 28% dos empregos industriais
- US\$ 20 bilhões do saldo da balança comercial do Brasil
- 12% do Orçamento Geral da União

Em que pese a importância política, social e econômica dos três Estados do Sul do País, os empresários identificam um verdadeiro colapso nas condições da infra-estrutura da região. A situação é consequência direta da pouca participação nos recursos da União, e acarreta perda na competitividade das empresas.

O diagnóstico apresentado não deixa dúvidas:

- colapso na infra-estrutura portuária, rodoviária e aérea, com necessidade de investimentos para ampliação e modernização;
- concorrência desleal com empresas de outras regiões que recebem gás natural com preços mais baixos;
- colapso no saneamento básico;
- necessidade de modernização e ampliação da infra-estrutura ferroviária, com implantação do Corredor Leste-Oeste, ligação dos portos com a malha ferroviária principal e viabilização do transporte intermodal de cargas;

Em estudo detalhado e bem fundamentado encaminhado aos congressistas, denominado “Agenda Legislativa da Indústria”, as entidades representativas do empresariado do Sul do país alinham as prioridades do setor.

Prioridades essas que estão “concentradas nas conclusões do ciclo de reformas constitucionais – tributária, previdenciária e trabalhista – e em um conjunto de proposições legislativas que gerem novas regras para a operação das empresas, afetem positivamente a sua competitividade e concorram para a criação de condições para o crescimento”.

1. Propostas em tramitação no Legislativo que afetam a atividade industrial brasileira e exigem a atenção dos parlamentares:

- Nova Lei de Falências: que institui a Recuperação Judicial de Empresas;
 - Política Nacional de Biossegurança;
 - Gerenciamento de Recursos Hídricos;
 - Terceirização;
 - Parceria público-privada;
2. Políticas públicas capazes de proporcionar condições objetivas para o crescimento:
- Desoneração dos investimentos e das exportações;
 - Modernização do sistema de relações do trabalho;
 - Redução dos spreads bancários;
 - Melhorias das condições gerais de crédito da economia;
 - Definição do papel das Agências Reguladoras;
 - Regras claras na área de Meio Ambiente: Política Nacional de Resíduos Sólidos; disciplinamento do uso da Mata Atlântica; e, mudança no Código Florestal.

Essas são, em síntese, as propostas em debate no Congresso Nacional que afetam negativamente a atividade empresarial e exigem tratamento prioritário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de uma política industrial voltada para a recuperação e fortalecimento de um mercado interno, capaz de dina-

mizar a economia e atrair investimentos produtivos, é uma das faces de uma questão mais ampla.

A opção por uma política econômica restritiva e dependente dos capitais externos especulativos, paralisa a economia nacional e traz consequências negativas para toda a sociedade.

A esse quadro vem se somar o impacto asfíxiante da dívida dos Estados, drenando para os cofres da União os recursos que poderiam ser aplicados em infra-estrutura e em programas sociais. Investimentos e políticas públicas que poderiam criar as condições e o ambiente propícios para atrair capitais produtivos nacionais e estrangeiros.

No entanto, não apenas as empresas nacionais enfrentam dificuldades para captar recursos e investir. Estados e Municípios também vivem à míngua. Dependem da boa vontade do Governo Federal que, sem projeto próprio para o País, segue observando com zelo exagerado apenas o ajuste fiscal e o pagamento dos altos juros da dívida interna e externa.

O País precisa debater – e com urgência – um projeto nacional que privilegie a produção e o mercado interno; e um novo pacto federativo. Uma nova relação entre a União, Estados e Municípios, com a descentralização político-administrativa da União. Nesse processo, os principais beneficiados seriam os Municípios.

É uma reivindicação justa. Afinal, como gostava de dizer nosso saudoso Líder e Presidente do PMDB, o Deputado Ulysses Guimarães: “As pessoas não moram na União. Elas nascem, vivem e descansam nos municípios, nas suas cidades.”

A partir da Constituição de 1988, quando se corrigiu distorções ainda piores nesse relacionamento, a União vem repassando aos demais entes federados uma série de obrigações, sem a devida contrapartida em recursos para que os tesouros estaduais e municipais possam se encarregar dessas novas responsabilidades. Esse fator, somado à dívida histórica dos estados, fragiliza as economias regionais e impede seu crescimento.

Portanto, a urgência de um novo pacto federativo no País, baseado na cooperação e não na competição entre os entes federados. É preciso evitar a todo o custo a continuação da perniciosa guerra fiscal entre Unidades da Federação para atrair investimentos.

Os Estados vivem hoje uma crise financeira sem precedentes, resultado do crescimento vegetativo da dívida com a União, retração da economia e juros altos. O Rio Grande do Sul, por exemplo, entrega aos cofres federais cerca de 18% de tudo o que arrecada mensalmente.

Mesmo assim, a dívida cresce e deve chegar a R\$29,1 bilhões até o final do ano. Mesmo pagando, no período, cerca de R\$1,6 bilhão em juros à União.

Outros Estados vivem situação até pior. Trata-se de uma questão nacional que precisa ser enfrentada com coragem e criatividade.

O processo de endividamento dos Estados começou em 1975, a partir da edição da Resolução 93, do Senado. Mas, já na década de 80, os Estados viviam novo desequilíbrio financeiro, provocado pela recessão econômica.

Nos anos 90, aumentou o endividamento em consequência da falta de alternativas de financiamento.

A reestruturação ou federalização da dívida veio em 1998. De lá para cá, a renegociação trouxe alívio aos cofres estaduais. Mas o processo de alta acelerada dos juros produziu novo desequilíbrio, gerando uma situação que se agravou com a estagnação da economia e queda brutal nas receitas estaduais.

Temos aí, em brevíssimas palavras, um quadro aflitivo que exige uma renegociação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estes assuntos que trouxe hoje à reflexão, a questão da indústria nacional, sem apoio para crescer e gerar empregos e renda; e, a dívida dos Estados, estão intimamente ligados. As dificuldades que vivem as empresas brasileiras – não apenas as da região Sul – se devem à escassez de crédito e juros altos.

De olho na dança dos indicadores financeiros, esquecemos a economia real. O País não tem uma política industrial e não investe na produção; descarta o mercado interno e volta-se à condição de colônia exportando matéria-prima e grãos.

Nossa vulnerabilidade externa e dependência do capital especulativo internacional é trágica. Sem desatar esse nó não vamos a parte alguma. Por isso, meus apelos insistentes para que o Presidente da República convoque as forças vivas da Nação – Partidos, Igrejas, universidades, trabalhadores e empresários – para um compromisso nacional em torno de um ponto: a renegociação da dívida externa. Não é possível que continuemos a pagar bilhões de dólares em juros.

No ano passado pagamos cerca de R\$150 bilhões. Um terço desse dinheiro resolveria o problema da fome no Brasil, por exemplo, tirando o País da triste condição de pior distribuição de renda do mundo. Um país em que o povo vai mal, mesmo quando a economia vai bem.

De pouco adiantará novas leis e regulamentos, por mais inovadoras que sejam, se a questão essencial que é a política econômica dependente não for alterada. O Brasil precisa investir em infra-estrutura e na área social. Não é aceitável que o Governo gaste mais na compra de um avião novo do que em programas sociais. Não esquecemos que 30 milhões de brasileiros vivem na miséria e passam fome; são excluídos de qualquer benefício social.

Quero finalizar, cumprimentando as federações industriais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além da Confederação Nacional da Indústria, pela iniciativa de fazer chegar aos Parlamentares da Região Sul suas preocupações e propostas no sentido de gerar renda e empregos. Na verdade, a indústria

nacional espera há muito tempo um melhor tratamento do Governo e do Parlamento.

Muito obrigado.

O RESTANTE DA HISTÓRIA

Palavras do senador Álvaro Dias

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Venho neste momento a esta Tribuna para comentar a entrevista do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, edição de 9 de maio do corrente.

A matéria, que traz a entrevista sob o título “Lula omitiu parte da história da UTI, diz Fraga”, mostra que o Presidente Lula – em jantar com a bancada do PTB no último mês de abril – teria contado que o ex-presidente do BACEN havia dito, logo após as eleições de 2002, que estava entregando o País numa UTI.

Em sua entrevista, Armínio Fraga diz que faltou ao atual Presidente da República dizer que havia sido informado por ele de que a situação do País naquele momento era fruto de uma crise de confiança motivada pelo Partido dos Trabalhadores, em função de sua postura histórica explicitada em discursos, documentos e entrevistas.

Além disso, o ex-presidente do Banco Central do Brasil faz uma avaliação da atual situação econômica do País e do clima de insegurança motivado pelas contradições que existem no governo.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que a entrevista publicada no jornal acima citado seja considerada como parte deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

Alvaro Dias.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

‘Lula omitiu parte da história da UTI, diz Fraga’ in **O Estado de S. Paulo**, 09.05.2004.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

‘Lula omitiu parte da história da UTI, diz Fraga’ in **O Estado de S. Paulo**, 09.05.2004.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula informou, após muita pressão, que irá promover mudanças na tabela do Imposto de Renda para vigorar a partir do próximo ano. O Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, anunciou que as medidas serão enviadas ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, junto com a Proposta de Orçamento da União para 2005.

A imprensa, no começo desta semana, publicou que o Ministério da Fazenda só se pronunciou sobre o assunto após as pressões feitas por sindicalistas e Deputados e após o “sinal” dado pela Câmara dos Deputados que aprovou um projeto do atual Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, que corrige a tabela do IR em 56%.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que as matérias publicadas nos jornais **O Estado de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** e **O GLOBO** sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento. Os textos são os seguintes:


DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Palocci admite fazer correções no IR até agosto”;

“Palocci: mudança na tabela do IR só em 2005”.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE					
 RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República					
JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	24	Maio/04	Nacional	A	5
GOVERNO					

Palocci admite fazer correções no IR até agosto

Mas ministro não define se mudança será feita nas deduções ou nas alíquotas

RENATO ANDRADE

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem que o governo vai propor, até o final de agosto, alterações na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). O teor da mudança não está definido mas Palocci garantiu que haverá algum tipo de ajuste, seja na tabela de deduções ou na atual faixa de alíquotas.

Pressionado por sindicalistas e deputados, Palocci admitiu a possibilidade de estudar algumas mudanças ainda para este ano mas advertiu: “Para mudar este ano, como temos um orçamento em andamento, só é possível cortando gastos”.

A equipe econômica está trabalhando no sentido de encontrar um mecanismo que garanta uma tabela mais justa para 2005. Mas os técnicos ainda não sabem se mudanças nas alíquotas do IR teriam mais efeitos positivos do que alterações nas deduções e faixa de isenção do tributo.

Apesar de garantir que as mudanças ainda não foram fechadas, Palocci destacou que a ampliação do número de alíquotas não tem sido seguida em outros países. “Pelo contrário, a tendência no mundo são tabelas com menor número de alíquotas”, disse.

Ainda assim, Palocci admitiu que a criação de uma nova faixa de alíquota do IR pode

servir como um mecanismo de equilíbrio entre os contribuintes. “Quando você procura dentro os que pagam impostos dar mais justiça no tributo, certamente você pode ser levado a fazer algum ajuste de alíquota para que aqueles que ganham menos, pagarem um pouco menos, e aqueles que ganham mais pagar um pouco mais”.

Clareza – O sinal dado pelo Congresso Nacional ao governo, com a aprovação pela Comissão de Tributação da Câmara dos Deputados de um projeto corrigindo a tabela do IR em 56% (proposta apresentada em 2000 pelo hoje ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini) foi bem entendido pelo ministro da Fazenda mas não assustou. “O Congresso está buscando colocar o assunto em pauta com

uma clareza maior. Isso é legítimo. Vamos dialogar e encontrar um caminho”, disse Palocci.

A idéia do governo é tentar fechar questões sobre as mudanças no Imposto de Renda até o final de agosto, quando o governo terá que enviar ao Con-

gresso a proposta orçamentária de 2005. Dessa maneira, a equipe econômica conseguiria costurar a tão pedida correção junto com as projeções de receitas e despesas do próximo ano. Para que mudanças pudessem fazer efeito já este ano, o governo teria que fazer cortes no orçamento. “Cortar investimentos seria muito negativo”, ponderou o ministro. Mesmo disposto a fazer ajustes, Palocci quer evitar que seja estabelecido algum mecanismo de indexação na tabela do IR. “Indexação produz inflação”, disse.

O Congresso está buscando colocar o assunto em pauta. Isso é legítimo. Vamos dialogar e encontrar um caminho

Antônio Palocci



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
JORNAL DO BRASIL	24	Maio/04	Economia & Negócios	A	17A

Palocci: ajuste do IR só virá em 2005

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem que o governo vai enviar ao Congresso um projeto de lei para a correção da tabela do Imposto de Renda só em 2005. Segundo ele, para fazer algum ajuste ainda neste ano, como pedem sindicalistas e congressistas, o Orçamento de 2004 terá que sofrer novos cortes. Para Palocci, a tabela deverá ser ajustada para que os contribuintes que ganham mais paguem mais, compensando perdas.

- Podemos criar mais uma alíquota para ajustar o desenho - adiantou.

O ministro comentou ainda a discussão sobre as metas de inflação de 2006 e 2007 que será feita em junho pelo Conselho Monetário Nacional. Segundo ele, a meta de 2005, fixada em 4,5%, poderá ser rediscutida, mas o assunto não está em pauta. Palocci, porém, fez questão de desvincular a política monetária do crescimento, dizendo que não são as decisões sobre os juros do Banco Central que vão determinar o avanço, "mas o cumprimento de uma agenda de reformas e investimentos". Segundo ele, o governo do presidente Lula tem a preocupação de elevar o crescimento potencial da economia brasileira.

Com Agência Folha

Palocci: mudanças na tabela do IR só em 2005

Projeto do governo será enviado ao Congresso até 31 de agosto e pode conter, além do reajuste, nova alíquota

Cristiane Jungblut de despesas de custeio e investimentos.

• **BRASÍLIA.** O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse ontem que o governo vai propor mudanças na tabela do imposto de Renda para vigorar a partir de 2005. Segundo o ministro, isso já foi acertado com os sindicalistas que vêm cobrando a correção da tabela. As medidas serão enviadas ao Congresso até 31 de agosto, junto com a proposta de orçamento da União para o ano que vem.

“O governo não está disposto a abrir mão de parte da receita prevista no Orçamento deste ano. Por isso, quer que a correção vigore em 2005, combinada com uma nova alíquota que taxaria os salários mais altos.”

Palocci admitiu que “existem injustiças e que o IR pode melhorar”, mas mandou um recado aos políticos e sindicalistas que defendem a correção ainda este ano: de acordo com o ministro, qualquer mudança com o Orçamento em andamento exigirá cortes

de despesas de custeio e investimentos. — Estávamos trabalhando em uma proposta para valer a partir de 2005, com o objetivo de ter uma tabela bem melhor do que a deste ano. Quando digo que a melhor, digo mais justa. Agora, para esse ano, é muito difícil fazer mudanças com o Orçamento em andamento. A única possibilidade seria cortar despesas, mas reduzir investimentos seria muito ruim para o país nesse momento — disse Palocci, pouco antes de embarcar para a China, onde vai se juntar à comitiva oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro não descartou alguma medida este ano.

— Se chegarmos a um acordo de melhor desenho para o ano que vem, tenho certeza de que já será um grande avanço. Se alguma coisa puder ser feita esse ano, vamos procurar fazer. Não quero prometer o que não posso fazer. Não posso dizer que vou trocar a roda do carro com o

carro parado.

ANTÔNIO PALOCCI
Ministro da Fazenda

— Tenho certeza de que vamos chegar a um acordo — disse Palocci. ■

do que a gente pare o carro, ao fazer o novo orçamento, e troque a roda com o carro parado. A princípio, é para o ano que vem. Mas, como há insistentes propostas para esse ano, vamos avaliar.

De acordo com Palocci, estão sendo estudadas várias alternativas de alteração na tabela. Entre elas está a criação de mais uma faixa de alíquota, apesar do fato de, segundo o ministro, a tendência mundial ser de fixar poucas alíquotas. Atualmente, existem três: salários até R\$ 1.058 são isentos, de R\$ 1.058 a R\$ 2.115 sofrem incidência de alíquota de 15% e acima de R\$ 2.115, de 27,5%.

Existem injustiças e concordamos com alguns críticos de que o Imposto de Renda pode melhorar. Para dar mais justiça aos que pagam, podemos decidir fazer algum ajuste de alíquota — disse Palocci.

Apesar das reclamações da falta de correção da tabela em 2003, Palocci voltou a dizer que os “pobres não pagam impostos no Brasil”. E acrescentou que o governo não tomará nenhuma medida que possa levar à indexação da tabela do IR a qualquer índice de inflação.

— Não achamos adequado que o país volte a indexar tabelas, porque isso ajuda a voltar a inflação — avaliou.

Ministro descarta indexação da tabela à inflação

Palocci disse que vem conversando com sindicalistas e representantes do Congresso sobre as mudanças na tabela do IR. Em relação à aprovação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara de uma correção de 58% na tabela, no último dia 19, Palocci disse que o governo vai apresentar suas razões ao Congresso. A proposta tramita em regime de urgência e segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovada, será levada ao plenário da Câmara.

— Tenho certeza de que vamos chegar a um acordo — disse Palocci. ■

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 01

minuto.)

Emendas

AO

PROJETO DE LEI

N.º 06/2004-CN

MENSAGEM

N.º 00057, de 2004 – CN
(Nº 00213/2004, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 60.313.695,00 (sessenta milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 006/2004-CN**

Mensagem 0057/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
Nº 06/2004PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Programa “Financiamento para Modernização da Administração Fiscal dos Estados”, dentro da Programação Operações Oficiais de Crédito (Unidade 74907), o crédito de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 04.846.1171.0015.0001 – Financiamento para Modernização da Administração Fiscal dos Estados - Nacional.

GND: 05

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais):

- 28.345.0904.0312.0053 – Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde e Educação do Distrito Federal – No Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

- Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados a modernização da Administração Fiscal dos Estados, especificamente o Estado do Ceará que necessita de 10.000.000,00 (dez milhões) desse total.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

25/5/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
Nº 06/2004PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Programa “Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios”, dentro da Programação Operações Oficiais de Crédito (Unidade 74907), o crédito de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 04.846.1172.0021.0001 – Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – Nacional.

GND: 05; Fonte 148; Modalidade de Aplicação 90

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais):

- 28.345.0904.0312.0053 – Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde e Educação do Distrito Federal – No Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

- Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados a modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

25/5/2004



AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR: JOSÉ SARNEY

26/05/2004
quarta-feira


-
- 11:00** - **Doutora Mayana Zatz, Professora titular de Genética, Coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Departamento de Biologia da Universidade de São Paulo**
Presidência do Senado Federal
- 15:00** - **Assinatura do protocolo de intenções entre o Senado Federal e a Casa Civil da Presidência da República**
Presidência do Senado Federal
- 15:30** - **Ordem do Dia**
Plenário do Senado Federal
- 19:30** - **Formatura da 1ª turma de Pós-Graduação do Unilegis**
Auditório Petrônio Portella do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 910 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007.674/04-0**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 637, DE 2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2972, de 07/04/2004, que nomeou **RENATA MENESCAL CARNEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 26 de maio de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 911 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007708/04-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DE FÁTIMA LAPENDA MESQUITA**, matrícula n.º 31503, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 26 de maio de 2004.

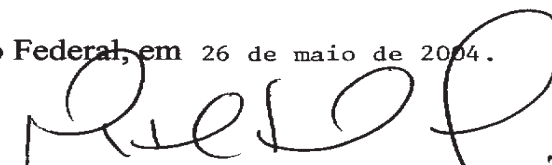

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 912 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.675/04-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SARITA DE MEDEIROS PINTO VIEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 26 de maio de 2004.

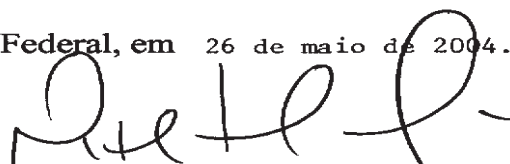

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 913 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007620/04-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SILVANA JOANNA RODRIGUES ORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 26 de maio de 2004.



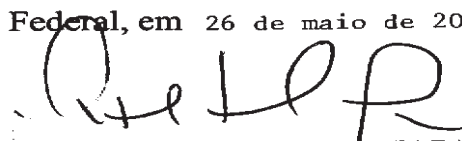
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 914 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007707/04-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCONI MOREIRA LAPENDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 26 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 915 , DE 2004**

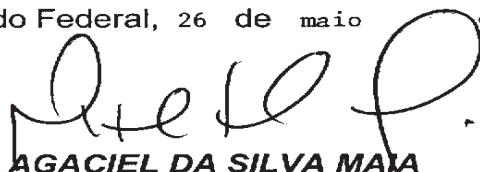
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CARLOS ROBERTO STUCKERT, matrícula nº 3266 e, SÍLVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA, matrícula nº 1474, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 007519/04-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 916 , DE 2004**

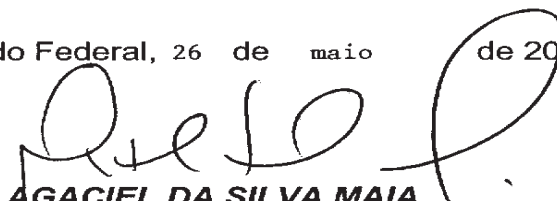
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO, matrícula nº 3292 e, EDNALVA HONDA XAVIER, matrícula nº 3298, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 007.328/04-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 917 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JORGE MARTINS VILLAS BOAS, matrícula nº 4213 e, ADRIANO BEZERRA DE FARIA, matrícula nº 2438, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 008.582/03-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA*****Diretor-Geral***

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 20.05.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT-SP)

Atualizado em 20.05.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 246 PÁGINAS